

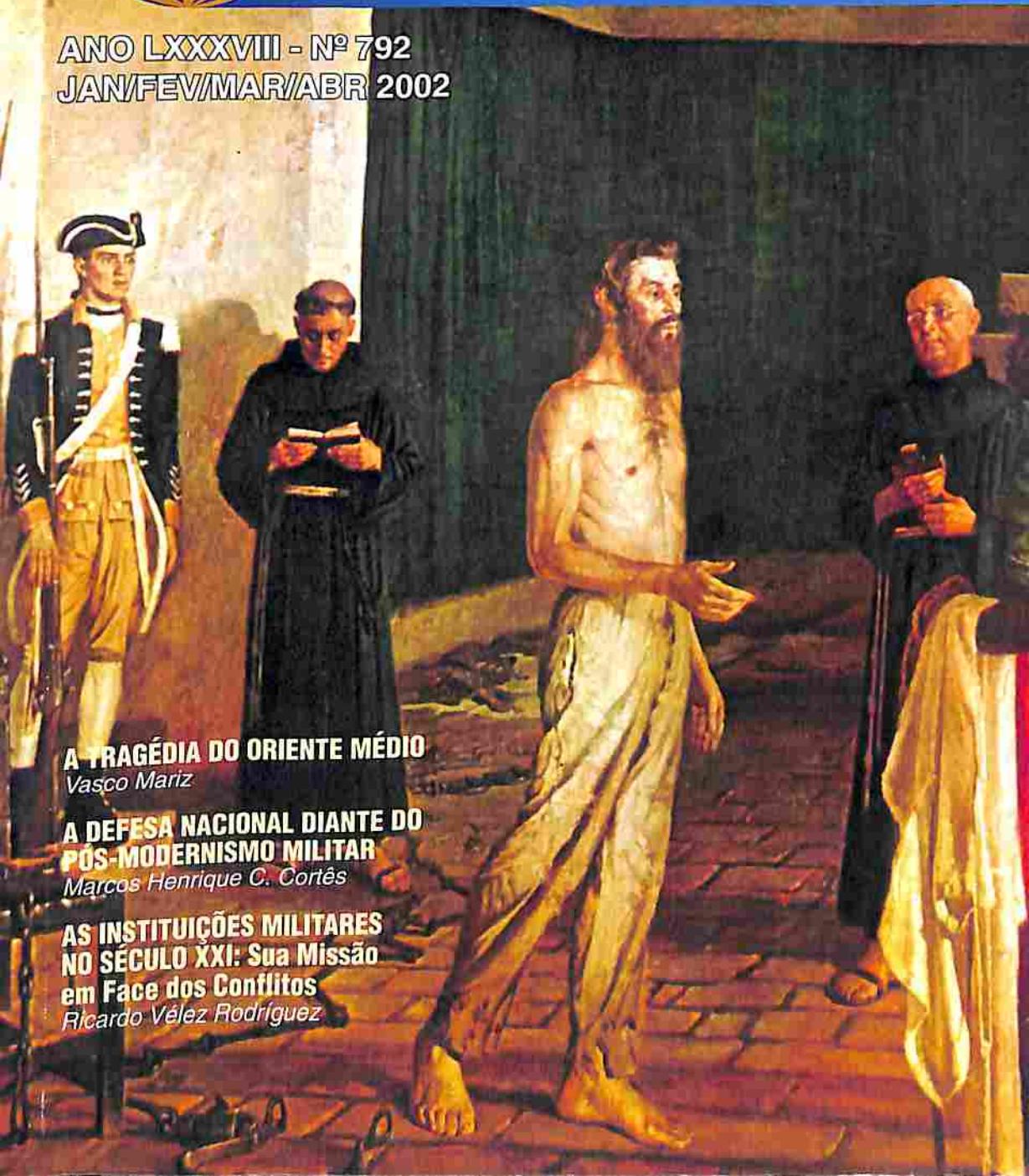
ISSN 0011-7641



# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXVIII - Nº 792  
JAN/FEV/MAR/ABR 2002



## A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO

Vasco Mariz

## A DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR

Marcos Henrique C. Cortês

## AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: Sua Missão em Face dos Conflitos

Ricardo Vélez Rodríguez



Titulo: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



320850

29/637

v.83, n.792, jan./abr. 2002 BFD



## Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

[www.bibliex.eb.br](http://www.bibliex.eb.br)

29/6/3/3.42  
X.2

# Editorial



## 21 de Abril – 1792/1965/2002

**O Presidente da República faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado Patrono Cívico da Nação Brasileira.**

**Art. 2º – As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e as empresas concessionárias de Serviço Público homenagearão, presentes os seus servidores na sede dos seus serviços, a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie do glorioso republicano.**

**Parágrafo Único – As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.**

**Art. 3º – Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa a evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é, reconhecida e proclamada oficialmente pelos concidadãos, como o mais alto título de glorificação de nosso maior compatriota de todos os tempos.**

**Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

No texto da Lei nº 4.897 assinada pelo Presidente Castello Branco, em 9 de dezembro de 1965, acima transcrita, o artigo 3º faz questão de pôr em evidência o significado da condenação de Tiradentes como sendo o *mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos*.

Justa foi a consagração que o ato presidencial lhe conferiu, ao declará-lo *Patrono Cívico da Nação Brasileira*, como justo foi considerá-lo o *maior compatriota de todos os tempos*. Os dois títulos se complementam e se fundem, de maneira perfeita, em nenhuma outra senão a figura daquele que, de peito aberto, nos quis legar o mais expressivo, sincero e puro exemplo de amor à Pátria e fidelidade ao ideal republicano.

Pena é que a lei fuja à realidade do nosso tempo, mostrando-se assaz ambiciosa quando pretende impor, em seu parágrafo único, a repetição anual das homenagens ao Patrono nas mesmas condições prescritas no artigo segundo, condenando-se, nesse aspecto, a fazer parte das *leis que não colaram*.

A *Defesa Nacional*, nesta oportunidade, desengaveta-a para conhecimento do seu público leitor. Embora sem ilusões de vê-la cumprida, a partir daí, na sua integralidade, é sua forma de celebrar o 210º aniversário da imolação do Alferes-inconfidente, imolação que João Ribeiro tão bem descreve, com linguagem apropriada à emoção que ela transmite, e que assim resumimos:

... A cidade estava aparelhada para uma grande festa... No Campo da Lampadosa, erguia-se o lugubre patíbulo sobre vinte degraus... Na frente da cadeia pública, organizou-se a procissão, em ato declarado fúnebre... Sain o réu e foi posto entre os religiosos que iam para confortá-lo, guardados pela Cavalaria. Tiradentes... caminhava apressado e intrépido e monologava com o crucifixo que trazia à mão à altura dos olhos... Pelas onze horas do dia... entrou na larga praça por um dos ângulos que faziam os regimentos postados em triângulo... Subiu ligeiramente os degraus sem desviar os olhos do santo crucifixo e serenamente pediu ao carrasco que não demorasse e abreviasse o sacrifício. Depois do credo e de um frêmito de angústia da multidão, viu-se cair suspenso das traves o cadáver do mártir, logo cavalgado pelo carrasco...



## A DEFESA NACIONAL

### Diretor

Gen Brig Antonio Gabriel Esper

### Editor

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

### Redator

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

### ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

#### Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Marçal Dias - CEP 20221-260

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715

Fax: (21) 2519-5569

Ligação gratuita: (0800) 238365

E-mail: [biblex@ism.com.br](mailto:biblex@ism.com.br)

Homepage: [www.biblex.eb.br](http://www.biblex.eb.br)

### PROGRAMAÇÃO VISUAL & EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Murillo Machado e Rodrigo Tonus

Telefax: (21) 2275-6286 e 2541-6927

### REVISÃO

Ellis Pinheiro

### IMPRESSÃO

Sermograf - Artes Gráficas Editora Ltda

Telefax: (24) 2237-3769 e 2237-3709

E-mail: [sermograf@sermograf.com.br](mailto:sermograf@sermograf.com.br)

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acetá-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297 mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha), acompanhados de uma síntese do currículo e endereço postal.

Os originais do autor encaminhados à Redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

### PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

### ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

# A Defesa Nacional

## REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Presidente Executivo: BENTO LOPES ALMEIDA, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I

**SUMMARIO** [Editor] — PARTE JORNALÍSTICA: «O direito e a organização do Exército». — «Sistemas sanitários — A artilharia — Comunicações de fogo de artilharia em combate». — «Carros de munições para a infantaria e a artilharia». — «NOVOS TIPOS DE ARMAZÉNS». — «A automática de carregar cartuchos». — «Cavalaria». — «Aviação militar e sua aplicação na Guerra Mundial». — «Evolução aérea da marinha». — «Sistemas de navegação». — «Aviação naval». — «Aviação civil». — «Aviação civil e militar». — «A Defesa Nacional». — «O ensino da guerra dos Estados Unidos sobre artilleria». — «A infantaria japonesa». — «BIBLIOGRAFIA». — «Os interesses estaduais e o trabalho social». — «Exercícios de quadros e peões a cerca para a área de infantaria». — «Linhas francesas e alemanhas».

Fac-símile da portada do Nº 1, Ano 1 - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

### Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

#### Diretor-Presidente

Gen Div. Sénio Scolano Fernandes

#### Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

#### Diretor-Administrativo

Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

#### Diretor-Tesoureiro

1º Ten João Marcelo Devide Serafim

#### Conselheiros

Cel Prof Celso José Pires

Cel Art Enir dos Santos Araújo

#### Conselho Fiscal

Cel Victor José Freire

Major Mário Jorge Plácido de Sa Palmeira

Major Ricardo José Guedes Franklin

#### Suplementos

Capitão Wagner Alcides de Souza

Capitão Francisco Severiano Rodrigues da Silva

2º Tenente Mônica Avelar Leal



### NOSSA CAPA

21 de abril de 2002

210º aniversário da morte do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, patrono cívico da Nação brasileira.

### ERRATA

Ano LXXVII — Nº 791 — Set/Out/Nov/Dez 2001

Página 90

Onde se lê: A Batalha de Salamina. Leia-se: A Batalha de Salamina.

Onde se lê: Almirante-de-Esquadra. Leia-se: Vice-Almirante-de-Esquadra.



# Sumário

EDITORIAL	1
A DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR <i>Marcos Henrique C. Cortês</i>	4
A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO <i>Vasco Mariz</i>	33
O PODER MILITAR TERRESTRE HOLANDESES NO BRASIL ÀS VÉSPERAS DE GUARARAPES <i>Marcos da Cunha e Souza</i>	50
AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS <i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	58
TERCEIRA GUERRA MUNDIAL: DO <i>SPUTNIK</i> À QUEDA DA <i>MIR</i> <i>Ronaldo Rogério de Freitas Mourão</i>	82
COMUNICAÇÃO SOCIAL, PROPAGANDA, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA NO COMBATE MODERNO <i>Sergio Luiz Cruz Aguillar</i>	97
A DEMOCRACIA NO BRASIL <i>Reis Friede</i>	113
COMENTÁRIOS	
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GUERRAS <i>Dino Willy Cozza</i>	123
COMO COMBATER EM UMA GUERRA ASSIMÉTRICA <i>Wesley K. Clark</i>	126
CHINA: O DESPERTAR DO GIGANTE ASIÁTICO <i>Manuel Cambeses Júnior</i>	128
INFORMAÇÕES	
CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO GENERAL-DE-DIVISÃO ENGENHEIRO MILITAR EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	131
DUQUE DE CAXIAS, USEIRO ALVO DE MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA <i>Claudio Moreira Bento</i>	136
A QUEDA DA TAXA DE CRIMINALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS: PARALELOS COM A REALIDADE BRASILEIRA <i>Valério Stumpf Trindade</i>	139
INTELIGÊNCIA MÉDICA – UMA QUESTÃO DE CONHECIMENTO <i>Waldir Rosa da Silva</i>	144
DESTAQUES DA IMPRENSA	148

# A Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar<sup>1</sup>

Marcos Henrique C. Côrtes\*

## RESUMO

Ao conjunto de mudanças que começaram a ser introduzidas em todos os aspectos da expressão militar do poder nacional, em decorrência do fim da Guerra Fria, deu-se o nome de *Revolução em Assuntos Militares* (RAM). O período de transformações a partir de 1990, quando se fez mais visível, passou a chamar-se *Pós-Modernismo Militar* (PMM). O presente artigo assinala aspectos da RAM que precisam ser estudados nos países semi-desenvolvidos, para que melhor possam equacionar a maneira pela qual devem efetivamente participar do PMM, atendo-se, tanto quanto possível, ao Brasil.<sup>2</sup>

## PALAVRAS-CHAVE

Revolução em assuntos militares (RAM), pós-modernismo militar (PMM), defesa nacional.

O término da Guerra Fria acarretou enormes mudanças no âmbito do relacionamento internacional, que se conjugaram com as profundas modificações que já vinham sendo geradas pela chamada Terceira Revolução Industrial. Em grande parte como decorrência des-

sas metamorfoses, acelerou-se e ampliou-se o processo de transformação das relações econômicas mundiais, popularmente identificado como Globalização. Conseqüentemente, surgiu a necessidade da revisão de muitas concepções que, por mais de meio século, haviam pautado as estruturas e o funcio-

\* Embaixador.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

<sup>2</sup> O presente texto foi elaborado a partir do conteúdo da palestra proferida na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), abrindo, em 20.11.00, o I Seminário sobre Defesa Nacional, organizado no âmbito do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), do qual participaram civis e militares, posteriormente ampliado a fim de destacar alguns outros aspectos da Revolução em Assuntos Militares (RAM) e do Pós-Modernismo Militar (PMM), que me parecem especialmente relevantes para o contexto brasileiro.

namento dos Estados-nações, tanto interna como externamente. Em vários países, instituições acadêmicas e entidades governamentais lançaram-se com intensidade nesses estudos reformadores. Os objetivos de tais estudos, contudo, nem sempre foram coincidentes e, por isso, as conclusões dos mesmos precisam ser analisadas com cautela.

Em nome da atualização de concepções, procurou-se em alguns casos modificar radicalmente ou, até, abandonar por completo muitas delas.<sup>3</sup> Às vezes podem-se perceber sutis ou mal-disfarçadas intenções na propugnação de alterações profundas, como ocorreu, por exemplo, com a concepção de Soberania Nacional.<sup>4</sup>

Obviamente, as concepções próprias das Forças Armadas não podiam deixar de ser amplamente afetadas, começando pelas dos países que participaram mais de perto da Guerra Fria e, em graus diferentes de amplitude e velocidade, também nos países semi-desenvolvidos<sup>5</sup>. Ao conjunto das mudanças que começaram a ser introduzidas em todos os aspectos da Expressão Militar do Poder Nacional deu-se

o nome de Revolução em Assuntos Militares (RAM). O período de transformações iniciado de modo mais visível a partir de 1990 veio a ser batizado de Pós-Modernismo Militar (PMM).

## DEFESA NACIONAL

Historicamente, a expressão Defesa Nacional era diretamente associada às Forças Armadas.<sup>6</sup> A elas cabia a responsabilidade de defender a integridade da Nação. Como a segurança da Nação era percebida essencialmente em termos castrenses, por derivação lógica considerava-se que preservar a Segurança Nacional era dever das instituições militares. A contribuição dos demais integrantes da sociedade se limitava a proporcionar aos seus soldados os meios necessários, inclusive atribuindo-lhes estatuto jurídico próprio.

Nas primeiras décadas do século XX, ante a realidade da *guerra total*, os próprios militares lideraram o processo de ampliação do conceito de Segurança Nacional e, com ele, a noção de que cabia a todos os cida-

<sup>3</sup> Em algumas situações, esse revisionismo foi condicionado por posturas de cunho ideológico, que refletiam preconceitos arraigados em função de embates no campo da política interna. Assim, por exemplo, no Brasil a noção de Segurança Nacional e sua vinculação simbiótica com a de Desenvolvimento Nacional passaram a ser condenadas por alguns setores da sociedade. O autor considera indispensáveis a preservação correta de ambas: *Segurança Nacional* consiste na capacidade efetiva que tem o Estado-nação de implementar, sem entraves inamovíveis, suas políticas e estratégias. *Desenvolvimento Nacional* consiste na transformação do potencial nacional em Poder Nacional, empreendida de modo equilibrado e continuado, visando à sua plenitude.

<sup>4</sup> Na opinião do autor, não se alteraram as características essenciais da Soberania Nacional, a saber: uma e indivisível, ilimitada por definição e com seu exercício passível de limitações, voluntariamente adotadas ou impostas por outrem. Assim sendo, a Soberania é o atributo essencial do Estado-nação de decidir, com liberdade plena, sobre a busca e a manutenção dos seus objetivos. Portanto, a preservação da incolumidade da soberania constitui um Objetivo Nacional Permanente (ONP).

<sup>5</sup> Dadas as características geopolíticas e geestratégicas do mundo pós-1990 e, em especial, para o presente estudo, prefiro a qualificação de país *semi-desenvolvido* em lugar da de país *em desenvolvimento*, já que esta, corretamente ou não, tem uma conotação predominantemente econômica. Pelo mesmo motivo, adoto a expressão de país *tecnificado* em lugar da de país *desenvolvido* ou *industrializado*.

<sup>6</sup> Em outubro de 1913, a Biblioteca do Exército iniciou a publicação de uma revista sobre assuntos militares intitulada *A Defesa Nacional*, que, com periodicidade variável, circula até hoje.

dãos a responsabilidade por sua preservação. Inversamente, os militares passaram a considerar que era também sua a responsabilidade de, mesmo que de forma coadjutória, promover o desenvolvimento econômico e social. Foi com esse espírito que se criou a nossa Escola Superior de Guerra e, de modo coerente, estipulou-se desde seu começo a proporção de 70% de civis e 30% de militares para a composição do Corpo de Estagiários e do Corpo Permanente.

É também importante ressaltar aqui a percepção que tiveram, os iniciadores da ESG, da imensa importância do Campo Externo para a missão da instituição. Esse entendimento explica o fato de que a ESG foi fundada pelas três instituições militares e pelo Itamaraty, tendo sido notável a participação de diplomatas como estagiários e como integrantes do Corpo Permanente, inclusive no preenchimento do cargo de assistente de Relações Exteriores, no mesmo nível hierárquico<sup>7</sup> dos assistentes designados pelas forças singulares.

As linhas mestras por que se guiaram os iniciadores da ESG e a forma pela qual ela evoluiu ao longo de seu primeiro cinquentenário deixam claro que a concepção do binômio Segurança e Desenvolvimento, formulada por essa instituição, não decorreu de qualquer preferência político-ideológica e, sim, atendeu à necessidade de análise, equacionamento e execução integrada de políticas e estratégias visando ao bem-estar de toda a Nação, independentemente das preferências ideológicas e partidárias dos cidadãos.

Na última década da Guerra Fria, embora por motivações diferentes, no Brasil

e nos países mais avançados do chamado *mundo ocidental*, a noção de Defesa Nacional foi se sobrepondo à de Segurança Nacional. As pressões, internas e exógenas, para que, no Brasil, fossem abolidos os ministérios das forças singulares e criado um Ministério da Defesa também respondiam a desígnios diversos. Entretanto, essas diferenças, bem como as divergências decorrentes, perdem relevância ante o fato de que, com a criação desse Ministério, surgem, ao mesmo tempo, a necessidade e a oportunidade de se formular de maneira correta a concepção brasileira de Defesa Nacional. Para tanto, incumbe ao Ministério da Defesa (MD) promover a elaboração da Doutrina de Defesa Nacional, na qual estará compreendida a Doutrina Militar de Defesa (resultante da conjugação das doutrinas das três forças singulares). Com base nela, traçar-se-á a Política de Defesa Nacional (PDN), cuja execução será guiada pela Concepção Estratégica Nacional. Esse trabalho deverá satisfazer a três requisitos fundamentais: (a) resgatar o princípio da responsabilidade compartilhada de toda a sociedade pela Segurança e pelo Desenvolvimento nacionais; (b) restabelecer o princípio da preservação integral da Soberania, e (c) habilitar a Nação a adotar, com as adaptações pertinentes, os critérios reformadores característicos do Pós-Modernismo Militar.

Com base no que precede, pode-se chegar à definição de que Defesa Nacional é o conjunto de políticas e estratégias, baseadas precípua mente nas Expressões Militar e Diplomática do Poder Nacional, que visam a neutralizar quaisquer ameaças ou ata-

<sup>7</sup> Contra-Almirante, Ministro de Segunda Classe, General-de-Brigada e Brigadeiro-do-Ar.

ques, internos ou externos, à Segurança Nacional, bem como a contribuir para o Desenvolvimento Nacional.<sup>8</sup>

## IDENTIFICAÇÃO DO “INIMIGO”

É sempre grande o esforço que se pede de toda a Nação para a viabilização de uma Política de Defesa Nacional (PDN) eficaz. Além disso, geralmente é difícil, para a grande maioria dos cidadãos, visualizar com clareza os benefícios correspondentes aos ônus que lhes são impostos em nome da Defesa Nacional. Desde as últimas décadas do século XIX até o final da Guerra Fria, na maioria dos Estados-nações atuantes no cenário mundial era relativamente simples fazer coincidir a imagem do *inimigo* com algum país ou grupo de países. Os cidadãos dispunham-se assim a suportar com tolerância – e às vezes com fervor – os sacrifícios que a Pátria deles exigia. Inversamente, quando não havia tal percepção, as lideranças políticas não conseguiam obter o grau de apoio popular necessário.<sup>9</sup>

Os mais de cinqüenta anos de Guerra Fria habituaram o público em geral e até mesmo os analistas e estudiosos do relacionamento internacional à comodidade de *personificar* o inimigo num país ou grupo de países. Em consequência, no mundo

pós-1990, uma das principais dificuldades com que se deparam os responsáveis pela formulação e implementação da PDN reside na identificação do *inimigo*, sobretudo em termos de fácil compreensão e aceitação pela respectiva sociedade.

No entanto, a solução é simples. A própria História nos mostra como essa individualização do inimigo era apenas uma maneira prática de motivar o apoio popular para a consecução de determinados objetivos. Assim, Cartago era apontada em Roma como inimiga mortal e os *infieis* execrados pelos líderes europeus à época das Cruzadas – em ambos os casos, na verdade, estavam em disputa importantes interesses econômicos.

Lord Palmerston<sup>10</sup>, Primeiro-Ministro britânico na metade do século XIX, é o autor de uma pragmática definição de política externa e de duas observações, freqüentemente glosadas e às vezes combinadas numa só:

(...) o quê se chama de política (externa)? A única resposta é que nós pretendemos fazer o que possa parecer ser o melhor, em cada situação que se apresente, tendo os interesses de nosso País por princípio guia.<sup>11</sup>

*Não temos quaisquer aliados eternos nem quaisquer inimigos permanentes.*<sup>12</sup>

*Nossos interesses são eternos e o nosso dever é segui-los.*<sup>13</sup>

<sup>8</sup> Para efeitos de estudo, a ESG divide o Poder Nacional em cinco Expressões: Política, Econômica, Militar, Psicossocial e de Ciência e Tecnologia. A meu ver, entretanto, é indispensável, sobretudo para a análise e o planejamento de temas vinculados à Defesa Nacional, individualizar uma Expressão Diplomática.

<sup>9</sup> O exemplo típico dessa impossibilidade é a postura isolacionista dos Estados Unidos no período que se seguiu à guerra de 1914-18, só abandonada em 1941, após o ataque japonês a Pearl Harbor.

<sup>10</sup> Henry John Temple, 3rd Viscount, Baron Temple.

<sup>11</sup> (...) what is called a policy? The only answer is that we mean to do what may seem to be best, upon each occasion as it arises, making the interests of Our Country one's guiding principle.

<sup>12</sup> We have no eternal allies and no permanent enemies.

<sup>13</sup> Our interests are eternal, and those interests it is our duty to follow.

De fato, a premissa é clara: no relacionamento internacional, não há amigos nem inimigos – apenas interesses, conflituosos ou conciliáveis. Aliás, isso ocorre mesmo quando um país identifica enfaticamente outro como o inimigo e, no entanto, certos interesses seus são ameaçados ou prejudicados por terceiro país, que pode até mesmo ser aliado seu contra aquele mesmo inimigo.

Conseqüentemente, o *inimigo* de um Estado-nação consistirá em todos e quaisquer interesses que ameacem ou visem a prejudicar seus próprios interesses. Caberá, portanto, aos responsáveis pela PDN identificá-los e fazer com que a opinião pública seja capaz de entender a nocividade dos mesmos. Essa tarefa de conscientização da sociedade pode até, conforme as circunstâncias conjunturais, recorrer a uma individualização ou personalização do *inimigo*. Em termos populares, seria *dar nome ao Diabo*. Dessa maneira, será mais fácil conseguir o apoio de toda sociedade para a obtenção dos meios requeridos para a Defesa Nacional, os quais serão definidos em função dos objetivos nacionais colimados e dos interesses exógenos que a eles se contrapuserem.

Esse balizamento deve, pois, presidir o trabalho de promover o ingresso do país no Pós-Modernismo Militar.

Paralelamente a essas dúvidas quanto à *identidade* do inimigo e no ambiente eufó-

rico de otimismo ao término da Guerra Fria, expandiu-se a idéia da desnecessidade de forças armadas. Por diferentes motivos, foram lançadas proposições visando a dar nova feição às forças armadas *dos países semi-desenvolvidos*, sob o rótulo de

*Não pode haver quaisquer dúvidas sobre a necessidade continuada de forças armadas. Basta recordar que elas são componente inseparável do Poder Nacional e, portanto, se sofrerem redução qualitativa (seja por degradação de meios e recursos seja por rebaixamento de atribuições de emprego) haverá inevitavelmente uma diminuição do Poder Nacional como um todo.*

e, portanto, se sofrerem redução qualitativa (seja por degradação de meios e recursos seja por rebaixamento de atribuições de emprego) haverá inevitavelmente uma diminuição do Poder Nacional como um todo. Em termos realistas, cabe aqui citar declaração escrita da Secretária de Estado norte-americano no Governo Clinton, Madeleine Albright: (...) *É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de forças armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...).*<sup>14</sup>

### A RAM E OS PAÍSES SEMI-DESENVOLVIDOS

Nos países tecnificados, a Revolução em Assuntos Militares (RAM) vem sendo

<sup>14</sup> Artigo assinado, revista TIME, Nov/99.

debatida em dois níveis – acadêmico e profissional – com escassa intercomunicação. Provavelmente isso se deve à urgência com que os responsáveis por Defesa desejam

dispor de forças armadas pós-modernas capazes de assegurar a implementação das políticas de predomínio econômico. Não obstante, os estudos acadêmicos oferecem

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
ameaça percebida	invasão inimiga	guerra nuclear	conflito subnacional ou subestatal
definição de missão principal	defesa do território pátrio apoio a aliança		novas missões
estrutura da força	grandes efetivos; serviço militar obrigatório, grandes efetivos profissionais		pequenos efetivos profissionais
perfil militar predominante (comandante)	combatente ("guerreiro") gerenciador ou técnico		politicamente apto ("estadista"/"culto")
postura da opinião pública	solidária	ambivalente	indiferente
relacionamento com a mídia	incorporada	manipulada	cortejada
quadros civis (proporção quanto aos militares)	componente reduzido	componente mediano	componente muito grande
quadros femininos	excluídos ou em unidades à parte	integração parcial	integração plena
postura de cônjuges	entrosamento pleno	envolvimento parcial	distanciamento
homossexuais	impedidos / punidos / expulsos	afastados	aceitos
imperativo de consciência	limitado ou vedado	permitido rotineiramente	absorvido em serviços civis

boa base inicial para a tarefa de formulação, nos países semi-desenvolvidos, das diretrizes adequadas para que se insiram no Pós-Modernismo Militar (PMM).

O primeiro passo a ser dado por país semi-desenvolvido para atualizar suas forças armadas diante da RAM requer cotejar suas características presentes com as que são consideradas, nos países tecnificados, como o paradigma de forças armadas pós-modernas. Há alguns estudos que procuram definir esse paradigma, porém todos eles têm o inconveniente de conceber o paradigma a partir da realidade constatada naqueles países. Reproduzo no quadro da página anterior um deles<sup>15</sup>, a título de exemplo e que, com as alterações que me parecem necessárias, serve para pautar análise sucinta do caso brasileiro.

Um primeiro exame desse quadro já indica como alguns elementos que constam do paradigma carecem de grande relevância para se conduzir as forças armadas brasileiras à condição pós-moderna. Assim, por exemplo, os dois últimos – *homossexuais* e *imperativo de consciência* – jamais chegaram a constituir para elas um problema grave e parece-me lícito considerar que a maneira como ambas as circunstâncias foram tratadas até hoje não será fator limitativo da pós-modernização.

Outros dois – *quadros femininos* e *postura de cônjuges* (que, até hoje, equivalem basicamente a esposas de militares) – acompanham a evolução normal de contingências da sociedade brasileira e, por essa

razão, deixam de ser examinados neste texto. Isso, entretanto, em nada diminui sua grande importância para o processo evolutivo das forças armadas brasileiras no período pós-moderno. Considere-se, por exemplo, que, até há pouco tempo, as dificuldades que eventualmente surgissem com a transferência de um oficial pelo fato de sua mulher ter emprego na cidade em que estavam eram consideradas assunto pessoal (familiar) do próprio oficial. O aumento desses casos tem sido tratado informalmente, procurando-se dar aos interessados o auxílio possível para encontrar solução. Não obstante, no contexto pós-moderno, a questão precisa ser equacionada em termos institucionais.<sup>16</sup>

Os demais sete elementos do paradigma citado serão a seguir examinados separadamente, procurando-se identificar como se delineia a situação das forças armadas brasileiras em relação a cada um.

#### • Ameaça Percebida

Para o Brasil, como para a maioria dos demais países semi-desenvolvidos, a guerra nuclear representava ameaça remota. Eventual holocausto nuclear afetaria o país por afetar todo o planeta e nem autoridades nem povo percebiam a guerra nuclear como ameaça dirigida ao país. Por outro lado, continuou persistindo a ameaça de invasão inimiga do território, com aumento de intensidade no período de 1969 a 1982. Além disso, havia a ameaça de conflito sub-

<sup>15</sup> Traduzido do livro *The Postmodern Military*, ed. Charles C. Moskos, John Allen Williams e David R. Segal, Oxford University Press, NY, 2000.

<sup>16</sup> Observe-se que problema semelhante, aliás com complicações bem maiores, ocorre no Serviço Diplomático Brasileiro. O MRE vem procurando estruturar fórmulas institucionais, inclusive com a celebração de acordos bilaterais, para possibilitar o exercício de atividade remunerada pelo cônjuge no país em que o diplomata estiver servindo.

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
ameaça percebida	invasão inimiga	guerra nuclear	conflito subnacional ou subestatal
BRASIL: ameaça percebida	invasão inimiga	invasão inimiga (até 1982) violação de fronteira	conflito subnacional ou subestatal (contexto próprio)

nacional ou subestatal, de resto concretizada ao longo de vários anos sob a forma de guerrilhas rurais e urbanas, com ações terroristas de vários tipos.

Nessas condições, em relação à área temática *ameaça percebida* no quadro acima, pode-se considerar que o Brasil manteve durante quase todo o período Moderno Final a mesma percepção de ameaça do período Moderno, ou seja, de invasão inimiga.

O conjunto dessas circunstâncias fez com que as autoridades responsáveis por defesa nacional não estivessem preparadas para perceber as diversas feições da nova ameaça de conflito subnacional ou subestatal no período Pós-moderno.

Para os países tecnificados, essa ameaça pareceria limitar-se a atentados terroristas. Entretanto, como aliás já ocorreu, um país tecnificado (isoladamente ou em nome de uma aliança) pode alegar que a existência, em algum país subdesenvolvido ou semi-desenvolvido, de processo de desestabilização iminente ou com potencial de alastramento representa ameaça intolerável a seus interesses. É a situação típica em que se aplica o conceito atual de *gerenciamento de crises* como alguma forma de intervenção (ver adiante).

No caso dos países semi-desenvolvidos, a ameaça subnacional ou subestatal precisa ser analisada sob o duplo aspecto da modalidade de ação e do patrocínio verdadeiro, como indicado nos dois quadros da página seguinte.

Nesse contexto, é importante avaliar objetivamente as conceituações *doutrinárias* aplicadas pelos centros de poder e outros países tecnificados. Atualmente, eles estabelecem as seguintes categorias de missões: defesa; dissuasão; gerenciamento de crises. As duas primeiras obedecem às concepções clássicas, embora adaptadas à realidade geestratégica pós-1990. A terceira, porém, amplia muito a concepção tradicional de gerenciamento de crises, assumindo uma ominosa feição ao programar engajamento preventivo, intervenção humanitária e emprego da força armada em operações de manutenção, construção e/ou imposição da paz. Nessa categoria, se dá a conjugação de concepções pós-modernas de defesa com as *causas nobres* e *novidades jurídicas* e diplomáticas. Em outras palavras, essa nova maneira de conceber o gerenciamento de crises traduz o empenho dos países tecnificados em transformar o intervencionismo como forma normal e legítima de atuação internacional.

**MODALIDADES DE AÇÃO**

atentados terroristas

dissenção interna aguda (violenta)

desestabilização econômico-financeira

desordem sociofuncional (narcotráfico, corrupção etc.)

campanhas pseudo-humanitárias

campanhas pseudo-científicas

et al.

**PATROCÍNIO VERDADEIRO**

ostensivo / direto (organização subversiva; ONG; ornagismo internacional)

ostensivo / indireto (ações em terceiro Estado)

camouflado / direto (Estado)

camouflado / indireto (ações de Estado em outro Estado)

As *causas nobres* e as *novidades jurídicas* e diplomáticas servem assim de instrumentos para configurar crises a serem gerenciadas. Em outras palavras, servem de pretexto aparentemente válido para justificar a intervenção, através do uso da força e/ou de recursos não-militares (sanções diplomáticas, econômicas, financeiras ou comerciais). Como sua própria qualificação indica, as causas invocadas são ostensivamente nobres: proteção dos direitos humanos, defesa de minorias, preservação do meio ambiente, apoio aos direitos dos povos indígenas etc. Paralelamente, foram cri-

adas e são propugnadas *novas idéias* com vezos de validade jurídico-diplomática, tais como o *selo verde* e o *antidumping social* (na verdade, barreiras comerciais não-tarifárias), soberania limitada, dever de ingêneria, direito de intervenção, interferência humanitária e outras semelhantes.

O exercício desse *direito do mais forte*<sup>17</sup> busca ainda apresentar-se como tendo endosso universal. Quando não é conseguido *a priori* o aval das Nações Unidas, recorre-se a uma expressão que vai sendo aceita impensadamente pela opinião pública, astuciosamente persuadida através

<sup>17</sup> O menosprezo pelo Direito Internacional pode ser exemplificado pela afirmação (publicada em novembro de 1999 na revista *TIME*) da Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, mencionada páginas atrás: *É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...). Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de forças armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...).*

do emprego intenso dos meios de comunicação de massa: *em nome da comunidade internacional*.

Caso ainda haja alguma dúvida sobre a utilização das *causas nobres* e das *novas idéias*

para fins de política externa dos países tecnificados, basta ver a falta de coerência com que castigos e sanções são ou não aplicados pelo mundo afora. Constatase claramente um quadro de *dois pesos e duas medidas*.

AMEAÇAS (ESTADO)			
INCIDÊNCIA	ÂMBITO(S)	PROBABILIDADE	INTENSIDADE
SOBERANIA	DIPLOMÁTICO / MILITAR	ALTA	ALTA
TERRITÓRIO	MILITAR / DIPLOMÁTICO	MÉDIA	BAIXA
INSTITUIÇÕES	POLÍTICO / DIPLOMÁTICO	MÉDIA	ALTA
ECONOMIA	POLÍTICO / DIPLOMÁTICO	ALTA	ALTA
POPULAÇÃO	MILITAR / DIPLOMÁTICO	BAIXA	BAIXA
MEIO AMBIENTE	DIPLOMÁTICO / POLÍTICO	MÉDIA	MÉDIA

AMEAÇAS (OUTROS)			
INCIDÊNCIA	ÂMBITO(S)	PROBABILIDADE	INTENSIDADE
SOBERANIA	POLÍTICO / POLICIAL / DIPLOMÁTICO	MÉDIA	MÉDIA
TERRITÓRIO	POLICIAL / MILITAR	BAIXA	BAIXA
INSTITUIÇÕES	POLÍTICO / DIPLOMÁTICO	MÉDIA	ALTA
ECONOMIA	POLÍTICO / DIPLOMÁTICO	ALTA	ALTA
POPULAÇÃO	POLICIAL / MILITAR / DIPLOMÁTICO	ALTA	ALTA
MEIO AMBIENTE	POLÍTICO / DIPLOMÁTICO	ALTA	ALTA

De forma esquemática, podem-se então compor os dois quadros apresentados na página anterior, em que estão indicadas as principais ameaças com que se defrontam os países semi-desenvolvidos, provenientes diretamente de outros Estados ou de outras fontes.

Esses dois quadros evidenciam a enorme importância que, no quadro mundial que começou a se delinear a partir de 1990, a Expressão Diplomática passou a desempenhar, para o fortalecimento do Poder Nacional, não só nos países tecnificados como, com ainda maior relevância, nos semi-desenvolvidos.

#### • Definição de Missão Principal

*aliança*, concretizado na declaração de guerra às potências do Eixo (1942) e no combate direto ao inimigo no Atlântico Sul (patrulhamento e ações anti-submarinas pela Marinha e Força Aérea; defesa do litoral pelo Exército) e no envio da Força Expedicionária Brasileira e do 1º Grupo de Aviação de Caça para lutar na Itália, integrados ao V Exército norte-americano. Encerrado o conflito, porém, no período Moderno Final a missão principal voltou a ser apenas a defesa do território pátrio, não mais sendo o Brasil parte de qualquer aliança militar (excluídas as obrigações decorrentes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR).<sup>18</sup>

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
definição de missão principal	defesa do território pátrio	apoio a aliança	novas missões
BRASIL: definição de missão principal	defesa do território pátrio; apoio a aliança (42-45)	defesa do território pátrio; missões de paz	vigilância e proteção em fronteiras / espaço aéreo; dissuasão estratégica; novas missões

Refletindo o que já foi assinalado a respeito da área temática *ameaça percebida*, no Brasil a *definição de missão principal* no período Moderno Final continuou sendo a defesa do território pátrio. Cabe aqui ressaltar que, no período Moderno, as Forças Armadas brasileiras acrescentaram, na primeira metade da década de 1940, o *apoio a*

No período Pós-moderno, a definição da missão principal deve abranger, com critérios utilitários, as *novas missões* para as Forças Armadas brasileiras, porém sem criar riscos de desvirtuamento institucional. A questão do narcotráfico, tanto internamente como nos países circunvizinhos, talvez seja a de mais urgente tratamento e a que

<sup>18</sup> Essa orientação ficou evidenciada, por exemplo, na recusa do Governo brasileiro de enviar tropas para as guerras na Coréia e no Vietnã.

exige maior cuidado segundo esses critérios e precauções. Será preciso aqui especificar cuidadosamente o que será atribuição, por um lado, dos órgãos policiais e, por outro, das forças armadas, especialmente no que se refere à vigilância e proteção das faixas de fronteira, dos rios internacionais sucessivos e do espaço aéreo. A eficácia dessas diretrizes dependerá da clareza da definição em termos de C3I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência), sendo ainda indispensável o estreito entrosamento com o Ministério das Relações Exteriores.<sup>19</sup>

A título exemplificativo, resumo abaixo como, a meu ver, o papel das Forças Armadas brasileiras diante da questão do narcotráfico poderia ser equacionado:

#### PREMISSAS

1) Os mecanismos policiais, judiciários e educacionais não são capazes de eliminar o ciclo das drogas (produção, processamento, comercialização e consumo).

2) A tipificação do ciclo das drogas como atividade criminosa cria condições ideais para a montagem e funcionamento de imensas redes de altíssimos lucros, composta inclusive por pessoas e entidades que mantêm conduta paralela inteiramente legal (ex: instituições financeiras).

3) O enorme poder de corrupção dessas redes ameaça a própria integridade da sociedade e do Estado-nação.

4) As pressões, nos âmbitos internacional e doméstico, para o emprego de

forças armadas no combate ao ciclo das drogas tende a crescer, podendo chegar a um ponto irresistível.

5) O emprego das forças armadas nesse combate – nos termos da legislação vigente – não resolverá o problema e acarretará danos possivelmente fatais para essas instituições.

#### CONCLUSÕES

1) A eliminação das consequências do ciclo das drogas (com suas características atuais) constitui Objetivo Nacional Atual (ONA) de altíssima prioridade.

2) Há apenas uma de duas opções para atingir esse ONA:

a) desriminalização *total* do ciclo das drogas e sua ampla liberalização (*sem* qualquer tipo de impostos), ou

b) emprego das forças armadas contra o ciclo das drogas, mas só depois de nova tipificação legal que a torne compatível com a missão precípua das instituições militares.

#### PROPOSIÇÕES

Tendo em vista as duas opções acima, pode ser adotada uma das alternativas abaixo.

1) A idéia da desriminalização da droga geralmente provoca misto de espanto e repulsa. Em muitos países europeus, vêm sendo adotadas modalidades de desriminalização, com diferentes tipos de limita-

<sup>19</sup> Talvez coubesse, nesse contexto, contemplar-se, no âmbito do MRE, a reformulação da Divisão de Fronteiras, elevando-a a Departamento e acrescentando à sua histórica responsabilidade pela demarcação da linha de fronteira atribuições decorrentes dessa nova situação de defesa das fronteiras contra violações de vários tipos. Com esse novo formato, criaria-se um eficiente órgão de coordenação de atividades hoje dispersas nas atribuições de muitos ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais.

ção, mas todas elas só se aplicam ao consumo. O inegável fracasso dos métodos há décadas adotados para combater o narcotráfico faz com que essa idéia mereça estudo objetivo e amplo. O fundamental é que essa descriminalização seja integral em todos os sentidos: não só abrangendo todas as etapas, desde a produção da matéria-prima até a comercialização, mas assegurando também plena isenção de impostos, cuja aplicação frustraria essa

tuação de guerra, deverão ser a ela aplicadas as normas próprias de conflito armado, inclusive com sua meta clássica: a destruição completa do inimigo. Fica claro que decisão desse tipo só pode ser tomada por legislação federal, tanto pelos aspectos jurídicos pertinentes como para demonstrar, inequivocamente, o endosso político-partidário à atuação das forças armadas.

• Estrutura da Força

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
estrutura da força	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos profissionais	pequenos efetivos profissionais
BRASIL: estrutura da força	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório

solução. Dessa maneira, se eliminaria de imediato a fabulosa margem de lucro que nutre as imensas redes de tráfico e de lavagem de dinheiro. É óbvio que a mera sugestão de diretriz desse tipo gerará fortes reações, ostensivas ou camoufladas, de muitos setores.

2) Em vez de tentar empregar as forças armadas de maneira incompatível com sua finalidade, o objetivo será legalmente qualificado de acordo com a missão específica das forças armadas, classificando-se os narcotraficantes como inimigos empenhados numa agressão armada contra o Estado nacional. Configurada assim uma si-

Nessa área temática existem, no Brasil, diferenças significativas entre as três forças singulares. A Marinha de Guerra do Brasil e a Força Aérea Brasileira,<sup>20</sup> por sua própria natureza, sempre tiveram efetivos compostos predominantemente por voluntários, ou seja, profissionais que, de forma geral, permaneciam na força respectiva por toda sua vida ativa. O Exército Brasileiro, ao contrário, requeria uma proporção elevada de recrutados, especialmente praças. Essa dependência ficou evidenciada de maneira marcante quando da constituição da Força Expedicionária Brasileira, para a qual tiveram que ser convocados, além de

<sup>20</sup> A FAB foi criada em 1941, com a fusão da Aviação do Exército e da Aviação Naval.

praças, oficiais da reserva formados nos CPORs (nível de tenentes).

Com o crescimento da população nacional, o contingente de rapazes na faixa etária de 17-18 anos cresceu muito além das necessidades de complementação anual (rotativa) dos efetivos das três forças. Em consequência, a cada ano são atualmente incorporados em todo o País, nos termos da legislação do serviço Militar Obrigatório (SMO), cerca de setenta mil jovens, de um total de aproximadamente 1.700.000, sendo o restante dispensado por incapacidade ou como excesso de contingente.

O mecanismo do SMO precisa ser reformulado com urgência. Essa transformação se beneficiará da inexistência de contestação intensa, bem como das dificuldades econômicas que enfrenta enorme parcela da população. Essa reformulação deveria atender às necessidades das forças armadas numa etapa de transição para estrutura pós-moderna, buscando adaptar a concepção de Força Totalmente Voluntária (FTV) à realidade brasileira e levando em conta as peculiaridades de cada Força singular, que exigirão implementações distintas. Deve-se também, nesse caminho para a pós-modernidade militar, estabelecer novos mecanismos de ascensão hierárquica em função de critérios de capacitação em diversos campos do conhecimento.

Simultaneamente, não se devem abandonar as funções anciliares que assumiu o SMO no Brasil: difusão de valores cívicos e de princípios morais, num quadro estruturado de disciplina, e treinamento básico em atividades profissionalizantes.

Todos esses objetivos poderão ser atingidos pela transformação do atual SMO em um *Serviço Cívico Integral* (SCI), com

feição flexível e abrangendo os jovens de ambos os sexos na faixa etária de 17-18 anos. Esse SCI deve ser concebido de maneira a não prejudicar os estudos que estejam sendo realizados, através, por exemplo, de diversas formas de parcelamento do tempo ou adiamento de prestação de serviço. A cada ano se estabeleceria uma quota compulsória para atender às necessidades das forças singulares, a ser preenchida preferencialmente por voluntários dentre os alistados. Essa quota deveria ser decrescente, numa proporção que a prática e o ritmo de implantação da concepção de FTV iria indicar. O conjunto de jovens excedente dessa quota destinada ao serviço militar propriamente dito receberia instrução básica de autêntica cidadania e seria aproveitado em serviços públicos, desde controle de trânsito em zonas escolares até trabalho em obras públicas e serviços à comunidade. No caso de jovens já engajados em carreiras civis ou profissões liberais, seu aproveitamento no SCI seria feito num contexto compatível com as mesmas.

O Projeto Rondon, que teve grande êxito na ampliação dos conhecimentos práticos de centenas de rapazes e moças de nível universitário em áreas remotas do País, pode ser reativado, conjuntamente com universidades, como parte do SCI. Aliás, o esquema adotado no Projeto Rondon provavelmente mostrará, de modo convincente, a esses contingentes anuais de moças e rapazes, as imensas oportunidades de atividade profissional que existem nos mais distantes rincões de nossa Pátria. Poder-se-á assim criar um mecanismo auto-alimentado de melhor distribuição demográfica e de aumento do nível de emprego. Subsidiariamente, se originará um fluxo

natural para desafogo das megalópolis brasileiras, com todas as mazelas decorrentes desse fenômeno social atual.

• **Perfil Militar Predominante (comandante)**

no contexto das *novas missões* visualizadas pelo mesmo paradigma, principalmente as vinculadas com o gerenciamento de crises. Pondo de lado os eufemismos, a visão dos países tecnificados para essa modalidade de emprego das forças armadas pós-modernas

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
perfil militar predominante (comandante)	combatente ("guerreiro")	gerenciador ou técnico	politicamente apto ("estadista"/"culto")
BRASIL: perfil militar predominante (comandante)	combatente ("guerreiro"); parcialmente "politizado"	combatente ("guerreiro"); "politizado" (até 1988)	politicamente independente, com ampliação cultural

No caso das Forças Armadas brasileiras, a conceituação do novo perfil militar predominante não pode estar dissociada da evolução política e social do País nos últimos cem anos. Considero fundamental que se faça uma análise objetiva, isenta de preconceitos e de julgamentos qualitativos, das características da oficialidade brasileira desde a Proclamação da República. Essa análise terá, necessariamente, que levar em conta o quadro político-social e as várias crises e alterações institucionais ao longo do século que se encerra.

Por isso mesmo, é preciso entender corretamente o que se pretende quando se define, no paradigma acima, o perfil militar predominante como sendo de um oficial *politicamente apto, estadista, culto*. O sentido dessa qualificação nada tem a ver com a vida política do País, mas sim com a natureza do papel que terá de desempenhar

se resume em diferentes formas de interventionismo. É sabido que o pensamento predominante na sociedade brasileira, escrupulosamente refletido, aliás, num dos princípios basilares da política externa brasileira, defende com firmeza a não-intervenção nos assuntos internos de qualquer país. Esse mesmo princípio tem orientado a decisão de participar de missões de manutenção da paz constituídas pelas Nações Unidas, bem como a de não integrar outros tipos de missão, como, por exemplo, as de imposição de paz.

Com essa ressalva, a qualificação constante do paradigma serviria para o perfil predominante do militar brasileiro. Ela o habilitará, outrossim, para contribuir de modo decisivo no processo de integração regional. Entretanto, dadas as exigências com que a sociedade brasileira se defronta atualmente, sobretudo em termos de

recuperação dos valores cívicos e do restabelecimento de política sustentada de real desenvolvimento econômico e social do País, deve-se acrescentar a esse perfil ideal aptidões próprias que habilitem nossos militares a contribuir, de forma decisiva, para a implementação do Serviço Cívico Integral (SCI), proposto acima, na área temática - *Estrutura da força*.

• Postura da Opinião Pública

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Postura da opinião pública	solidária	ambivalente	indiferente
BRASIL: postura da opinião pública	solidária	ambivalente (até 1954); polarizada	polarizada

O paradigma aplicado aos países tecnificados em relação a essa área temática corresponde, de forma geral, à situação no Brasil apenas no período Moderno. A mesma postura ainda se manteve no início do período Moderno Final, mas logo a evolução dos fatos políticos levou a grandes mudanças nessa postura. No período pós-moderno, impõe-se, com base nas origens históricas de nossos militares, uma análise prospectiva da realidade brasileira, que leve em conta as distorções na atual percepção civil das forças armadas, bem como a deterioração da ética da sociedade brasileira e o debilitamento acentuado dos seus valores cívicos.

o apoio a comunidades isoladas no interior do País, etc. Paralelamente, a oficialidade se preocupava com o quadro econômico nacional, tendo se mostrado muito atuante na defesa do desenvolvimento industrial autenticamente brasileiro.

Em todas essas posturas, as forças armadas estavam plenamente identificadas com as correntes predominantes da opinião pública brasileira. Aliás, nos últimos 100 anos, uma apreciação desapaixonada dos episódios em que houve interferência militar no âmbito político institucional, qualquer que fosse sua coloração ideológica, revela que se tratou de reflexo de anseios ou temores da classe média, da qual, como já disse, provinha a grande maioria de sua oficialidade.

<sup>21</sup> Morrer, se preciso for; matar, nunca!

Por conseguinte, é lícito concluir que o reencontro harmônico da opinião pública e do segmento militar da sociedade é muito mais fácil e natural do que supõem alguns analistas. Na medida em que o País volte a ter objetivos nacionais claramente definidos, a sociedade compartilhará como um todo dos esforços por atingi-los, eliminando assim os mal-entendidos que grupos minoritários ainda procuram estimular entre os segmentos civil e militar da sociedade.

Um exemplo concreto daquela tendência positiva já começa a aflorar em torno da problemática da Amazônia brasileira.

blica para com as forças armadas e o que venha a ocorrer em relação à área temática *Relacionamento com a mídia*, de que nos ocuparemos a seguir:

*Nos últimos 100 anos, uma apreciação desapaixonada dos episódios em que houve interferência militar no âmbito político institucional, qualquer que fosse sua coloração ideológica, revela que se tratou de reflexo de anseios ou temores da classe média, da qual provinha a grande maioria de sua oficialidade.*

#### • Relacionamento com a Mídia

Como seria de esperar, o paradigma acima se aplica ao Brasil com as mesmas diferenças apontadas na área temática precedente (*Postura da opinião pública*). Entretanto, nos meios de comunicação de massa (mídia) observa-se, nos últimos dois terços do período Moderno Final e no que vai do período Pós-moderno, a predomi-

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
relacionamento com a mídia	incorporada	manipulada	cortejada
BRASIL relacionamento com a mídia	incorporada	incorporada (até 1954); crescentemente hostil	predominantemente hostil

As diretrizes que venham a ser traçadas para a pós-modernização de nossas Forças Armadas em relação a outras áreas temáticas, especialmente à *Estrutura da força* e à *Perfil militar predominante*, também incidirão sobre a futura postura da opinião pública.

Por fim, é evidente que haverá forte interação entre a postura da opinião pú-

nância de atitudes antagônicas para com as forças armadas.

A situação atual da mídia brasileira, refletindo o que vem ocorrendo pelo mundo afora, indica um viés empresarial mais acentuado do que suas anteriores orientações político-ideológicas. Essa circunstância cria dificuldades especiais para uma análise prospectiva do relacionamento das forças

armadas com a mídia. Contudo, conseguindo-se restabelecer um quadro de objetivos nacionais, por cuja consecução se desperte efectivo interesse da sociedade brasileira (como sugerido na área temática precedente), a preocupação com o aspecto lucrativo dos meios de comunicação de massa os levará a mudança de atitude em relação aos militares.

Outro recurso para melhorar o grau de entendimento mútuo entre forças armadas e mídia será retomar, de forma continuada, a prática de incorporar ao curso anual da ESG alguns profissionais que estejam trabalhando nos meios de comunicação de massa. A partir de 2002 esse curso deverá atribuir grande ênfase à visão pós-moderna da defesa nacional, propiciando assim instrumento adicional para reconduzir a um nível produtivo o relacionamento das forças armadas com a mídia.

#### **• Quadros Civis (Proporção em Relação aos Militares)**

Esta área temática pode ser considerada uma das mais críticas para a evolução

das forças armadas no contexto do Pós-Modernismo Militar. Evidentemente, não se trata aqui dos cargos de alto nível ministerial, cujo preenchimento se dá dentro da conjuntura político-partidária do País. Tampouco corresponde à terceirização de tarefas até agora executadas diretamente pelas instituições militares. Contemplam-se aqui unicamente os civis que integrarão as forças armadas, em termos de carreira, sem contudo serem militares.

No caso do Brasil, a criação do MD deve trazer, como uma de suas consequências, o aumento da proporção de civis para militares nas forças armadas. Entretanto, é provável que essa circunstância fique quase que restringida à estrutura do Ministério em Brasília.<sup>22</sup>

#### **• Assistência Cívico-Social**

As Forças Armadas brasileiras, refletindo a preocupação com questões sociais num contexto desrido de demagogia e baseado numa percepção de dever nacional, projetaram e desenvolveram vários

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (Pós-Guerra Fria) a partir de 1990
quadros civis (proporção quanto aos militares)	componente reduzido	componente mediano	componente muito grande
BRASIL: quadros civis (proporção quanto aos militares)	componente reduzido	componente reduzido	componente reduzido

<sup>22</sup> Áreas temáticas adicionais - A meu ver caberia ampliar o quadro de paradigmas original a fim de contemplar características especiais das Forças Armadas brasileiras e da nossa sociedade como um todo. Com sentido exemplificativo, acrescento aqui apenas duas: assistência cívico-social e interação com o setor privado.

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
BRASIL: assistência cívico-social	isoladamente	estruturada regionalmente	intensificada e ampliada, englobada no SCI

programas de assistência dirigidos a populações mais isoladas e mais carentes. Não cabe aqui fazer o histórico de todos eles, bastando lembrar a atuação das unidades do Exército em pontos remotos do País (Batalhões de Engenharia de Construção e Pelotões de Fronteira), o papel vital desempenhado pela FAB através do Correio Aéreo Nacional (CAN) e o apoio prestado pela Marinha aos povoados ribeirinhos na Amazônia.

Além disso, o serviço militar, paralelamente à sua função precípua de formação de reservas das forças armadas, sempre teve uma orientação visando a proporcionar aos recrutas ensino complementar, inclusive profissionalizante, melhorando assim suas condições de acesso ao mercado de trabalho.

Essa área temática serviria de base de estudo conjunto com a que se refere à estrutura da força para a organização do que denominei de Serviço Cívico Integral.

#### • Intereração com o Setor Privado

*As Forças Armadas brasileiras, refletindo a preocupação com questões sociais num contexto desrido de demagogia e baseado numa percepção de dever nacional, projetaram e desenvolveram vários programas de assistência dirigidos a populações mais isoladas e mais carentes. Não cabe aqui fazer o histórico de todos eles, bastando lembrar a atuação das unidades do Exército em pontos remotos do País (Batalhões de Engenharia de Construção e Pelotões de Fronteira), o papel vital desempenhado pela FAB através do Correio Aéreo Nacional (CAN) e o apoio prestado pela Marinha aos povoados ribeirinhos na Amazônia.*

do de independência na produção local de determinados equipamentos, faltaram vontade política e concepção que assegurasse a viabilidade econômica de longo prazo para tais empreendimentos.

Possivelmente uma das causas de insucesso está numa incompatibilidade con-

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
BRASIL: interação com o setor privado	esporádica	intermitente, com intensidade variável	continuada, intensa

ceitual entre militares e empresários. A formação militar não inclui o lucro pecuniário nas motivações condignas para decisões e ações; ao contrário, é característica da formação castrense a noção de que tudo é feito em função de dever patriótico, abrangendo todo e qualquer sacrifício, inclusive o da própria vida. Na visão empresarial, contudo, a finalidade precípua de qualquer empreendimento é a obtenção de lucros, num contexto perfeitamente legítimo de atividade profissional.

Ora, ambas essas percepções são corretas e respeitáveis, não devendo, por isso mesmo, ser modificadas. A solução está em encontrar fórmulas de integração dos interesses empresariais legítimos com as necessidades militares da defesa nacional. Isso será possível no caminho da pós-modernização, inclusive com a nova visão da mobilização nacional. Observe-se, aliás, que terceirização – um dos vetores cruciais do Pós-Modernismo Militar – precisa ser concebida também como forma de ampliar as exportações, a exemplo do que já é feito, há muito tempo, pelos principais países produtores de equipamento de uso militar.

Será preciso fazer o equacionamento integral da produção desse equipamento de modo a atender às necessidades militares de defesa, muito especialmente no âm-

bito da dissuasão estratégica. É indispensável que se assegure a continuidade dos programas nos seus prazos naturais de utilidade e contempladas as etapas sucessivas de atualização, tudo isso num processo simbiótico com o setor privado (de produção e de serviço). Desse modo, haverá uma contribuição significativa para o aumento da riqueza do País. Esse constitui, a meu ver, componente fundamental da Política de Defesa Nacional que se venha a estruturar.

## SUGESTÕES PARA ESTUDO

Como foi assinalado, o modelo adotado como exemplo de paradigma de afirmação do grau de pós-modernização das forças armadas foi elaborado para países tecnificados. Precisa, portanto, ser adaptado às circunstâncias dos países semi-desenvolvidos, como o Brasil, inclusive com o acréscimo de algumas áreas temáticas. Essa ampliação deverá levar em conta, entre outros, os aspectos indicados a seguir:

- **Conjuntura econômico-social e de segurança internacional**

Durante o período Moderno Final (Guerra Fria/1945-90), os países centrais e seus aliados tinham alto grau de preocupa-

ção com segurança internacional, mantendo em baixa prioridade as questões no âmbito econômico-social. Nos países periféricos a proporção era inversa: por suas limitações para desempenhar papel ativo no relacionamento mundial, preocupavam-se relativamente pouco com a segurança internacional, mas eram obrigados a lidar (bem ou mal) com sérios problemas econômico-sociais.

A atuação dos países centrais, inclusive a interação antagônica dos dois grandes blocos de poder, teve três consequências que levam à transição para o período Pós-Moderno: a Terceira Revolução Industrial, o fim da Guerra Fria e a rápida evolução do processo denominado de Globalização. Os países tecnificados passam, a partir de 1990, a ter pouca preocupação com a segurança internacional e vêm aumentar muito as pressões no campo econômico-social. Para os países semi-desenvolvidos, porém, as novas modalidades de ameaças aumentam exponencialmente sua preocupação com a segurança internacional e, simultaneamente, também aumentam as exigências econômico-sociais de suas populações.

No caso específico do Brasil, a problemática da Amazônia precisa ser tratada com maior grau de urgência e de amplitude. O exame prospectivo de cada área temática do paradigma sugerido e das que adicionei a ele precisa levar em conta essa ênfase especial.

- **A RAM como fator de maior risco de guerra**

A aplicação ao âmbito militar do processo amplo e acelerado de informatização

altera de modo radical vários conceitos consagrados da Arte da Guerra.

Um desses conceitos clássicos foi sintetizado por von Clausewitz na sua famosa expressão *a névoa da guerra*. Atualmente, a informatização de todo o espectro C3I praticamente dissipa por completo essa névoa. Ela faz com que se obtenham em tempo real e com exatidão quase absoluta as informações sobre as próprias forças e as do oponente, permite o instantâneo processamento das mesmas, assegura a pronta e clara transmissão de ordens e comunicações de coordenação e possibilita a rápida e continuada atualização de todos esses ciclos. Aliás, já se começa a utilizar, nesse patamar de altíssima tecnologia de informatização para fins militares, a abreviatura C4IVR: Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

A combinação de C4IVR com sistemas de armas e munições *inteligentes* minimizou radicalmente as baixas de combate, além de reduzir o tempo de duração de conflitos armados em teatros de operações limitados. Consequentemente, foram diminuídos na mesma proporção os óbices representados pelo envolvimento imediato da opinião pública, tanto interna (no país atacante) como internacional. O resultado desses dois aspectos é um aumento exponencial da *tentação* política de recorrer à guerra como forma útil e eficaz de conduta no relacionamento internacional, sobretudo para a consecução de objetivos limitados.

Por outro lado, a informatização bélica gera novas vulnerabilidades por duas causas principais. A primeira é o risco de ataques informatizados capazes de com-

prometer todo um sistema inteiramente dependente da própria informatização. A segunda decorre do amplo acesso a meios informatizados que introduz agente pós-vestfalienses em todos os campos, inclusive no dos conflitos armados.

• **O novo espectro cominatório da RAM para países tecnificados**

Para melhor compreensão das vulnerabilidades acima mencionadas, é útil considerar, de modo sintético, como os estudiosos da matéria nos EUA contemplam as características e as consequências da Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI)<sup>23</sup>

• Baixo custo de ingresso multiplica a ameaça de modo dramático

- Baixo custo de microcomputadores e de redes computadorizadas.

- Adversários em potencial mais numerosos, mais variados e com maior capacidade.

- Maior complexidade de sistemas.

- Difusão de conhecimento e de poder.

*“Qualquer um pode atacar.”*

• Fronteiras imprecisas criam problemas novos

- Problemas geográficos, burocráticos, conceituais e de jurisdição.

- Diferenciações tradicionais imprecisas: estrangeiro / doméstico; público / privado; militar / comercial; estratégico / tático; guerra / paz; guerra / crime.

- Maior grau de ambigüidades, divergências e vulnerabilidades.

- Processo de obsolescência de políticas, estratégias, doutrinas, papéis e missões.

*“Pode-se não saber quem está sendo atacado, por quem e quem é o responsável.”*

• Gerenciamento de percepções com função ampliada

- Estados e agentes não-estatais têm maior capacidade de manipular informação (chave para as percepções) em competição com fontes fidedignas.

- Governos têm menor capacidade para gerar e manter apoio doméstico para ações controvertidas.

*“Pode-se não saber o que é fato.”*

• Inteligência estratégica (específica) ainda indisponível

- Menor eficácia dos métodos clássicos de busca e análise de inteligência.

- Dificuldade para identificar alvos de busca.

- Maior dificuldade de alocação de recursos e meios devido à mutação das ameaças.

- Falta de entendimento das vulnerabilidades e dos alvos visados pelos adversários.

*“Pode-se não saber quem serão os adversários ou quais suas intenções ou capacidade.”*

• Alerta Tático e Avaliação do Ataque extremamente difíceis

- AT e AA apresentam problemas fundamentalmente novos.

- As dificuldades são agravadas pela complexidade dos sistemas e pela possi-

<sup>23</sup> Em Inglês, *Strategic Information Warfare (SIW)*.

## A DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR

bilidade de ataque e recuo com altíssima velocidade.

- Trata-se de ataque, má sorte ou defeito de projeto? Quem deve responder?

*"Pode-se não saber que se está sob ataque, quem está atacando ou por que meios."*

• Criação e manutenção de coalizões mais complicadas

- Dificuldade maior porque, nas crises, cada aliado avalia as vulnerabilidades dos demais ante a Ação Bélica Informatizada.

- Assimetria de vulnerabilidade agrava o problema.

- Maior dificuldade de manter coalizões no ambiente nebuloso da Ação Bélica Informatizada.

*"Pode-se depender de outros, que são (mais) vulneráveis."*

• Vulnerabilidade do território dos EUA pode dar vantagens aos adversários

- O ciclo cibernetico de eficiência - uso - dependência - vulnerabilidade é especialmente acentuado nos EUA.

- As infra-estruturas norte-americanas baseadas na informatização oferecem alvos estratégicos compensadores.

- As armas da Ação Bélica Informatizada têm menos poder destrutivo em termos físicos do que os MBIC russos, mas são de emprego muito mais barato e têm probabilidade muito maior de utilização num conflito.

*"Perde-se o território nacional como santuário".*

O quadro abaixo sintetiza essa análise prospectiva:

CARACTERÍSTICAS	CONSEQÜÊNCIAS
1. Baixo custo de ingresso multiplica a ameaça de modo dramático.	Qualquer um pode atacar.
2. Fronteiras imprecisas criam problemas novos	Pode-se não saber quem está sendo atacado, por quem e quem é o responsável.
3. Gerenciamento de percepções com função ampliada.	Pode-se não saber o que é fato.
4. Inteligência estratégica (específica) ainda indisponível.	Pode-se não saber quem serão os adversários ou quais suas intenções ou capacidade.
5. Alerta Tático e Avaliação do Ataque extremamente difíceis.	Pode-se não saber que se está sob ataque, quem está atacando ou por que meios.
6. Criação e manutenção de coalizações mais complicadas.	Pode-se depender de outros, que são (mais) vulneráveis.
7. Vulnerabilidade do território dos EUA pode dar vantagens aos adversários	Perde-se o território nacional como "santuário".

- As mudanças de mentalidade requeridas no PMM

Os enormes avanços – em grau e em velocidade – na tecnologia relacionada com ações bélicas constituiriam apenas uma Revolução em Tecnologia Militar. Entretanto, a Revolução na Informática é tanto tecnológica como organizacional (efeitos em eficiência e no sistema social); privilegia a organização reticular em detrimento da organização hierárquica; requer mudanças radicais em doutrina e estratégia, e acarreta amplas alterações no espectro de conflitos, sobretudo com a guerra cibernética, a guerra reticular e a ação bélica estratégica informatizada.

Além disso, no PMM a guerra passa a ser *pentadimensional*: terrestre, marítima, aérea, espacial e eletrônica<sup>24</sup>. A combinação daqueles avanços com esse requisito de mudança de estruturas e de normas de conduta constitui o cerne da Revolução em Assuntos Militares (RAM).

Nessa verdadeira mudança de mentalidade reside a maior dificuldade para os responsáveis pela introdução das forças armadas no Pós-Modernismo Militar.

Um simples exemplo aponta a dimensão desse desafio: é necessário adotar a conjugação de dois tipos de hierarquia – a de quadros (como existe atualmente) e a de função. Esta segunda, no contexto pós-moderno, independe da primeira e predomina sobre ela. No caso do Brasil, essa conjugação é praticada normalmente no Itamaraty, como decorrência das necessidades operacionais do serviço diplomático. Essa experiência deve ser aproveitada

e o maior entrosamento entre diplomatas e militares (a que me refiro adiante) cria o ambiente ideal para isso.

- A RAM e os países semi-desenvolvidos

A Revolução em Assuntos Militares, no contexto das profundas alterações no comportamento internacional após o fim da Guerra Fria, tem implicações especiais para os países semi-desenvolvidos. Já foi assinalado o perigo que para eles representa a conjugação feita pelos países tecnificados de certas conceituações doutrinárias suas com as chamadas *causas nobres* e com as novidades jurídicas e diplomáticas.

De modo sucinto, pode-se afirmar que aumentaram as ameaças com que se defrontam os semi-desenvolvidos, tanto em intensidade como em diversidade. Por isso, necessitam definir com a maior exatidão possível tais ameaças e equacionar as provisões de Defesa Nacional para impedir sua concretização. Essas medidas cobrirão muitas áreas. No caso de algumas, havendo vontade política firme, seu equacionamento não será difícil. Outras, porém, demandarão ademais grandes aportes financeiros e científico-tecnológicos, obrigando esses países a desenvolver, simultaneamente, estratégias de baixo e de alto teor tecnológico (BTT e ATT).

No caso dos países semi-desenvolvidos, é fundamental que se inicie urgentemente um eficaz processo de *pós-modernização* de suas forças armadas. Isso é necessário, entre outras razões, para contrarrestar a tentativa dos países tecnificados de induzir (ou im-

<sup>24</sup> Há mesmo quem avente que ela passa a ser *hexadimensional*, com a separação do último âmbito em eletrônica e cibernética.

por) *novo papel* para as forças armadas dos mesmos, redundando, na prática, em transformar o Exército em gendarmeria, a Marinha em guarda-costas e a Aeronáutica em polícia aérea. Segundo essa diretriz, a *civilianização* das forças armadas facilitaria essa transformação *ad diminutio* e, ademais, retiraria da concepção de defesa nacional a ênfase castrense e eliminaria a possibilidade de emprego das forças armadas como componente de política externa, tanto do ponto de vista ativo como sob a forma de dissuasão.

Tendo presentes algumas das *novedades* jurídicas e diplomáticas, é importante que se aproveite o processo de pós-modernização das forças armadas para, no âmbito mais amplo da Defesa Nacional, revitalizar alguns conceitos básicos, como os de Segurança, Desenvolvimento e Soberania. Dessa forma, será possível afiançar que a Defesa Nacional deles se ocupe, necessariamente, numa concepção sistêmica.

É também essencial que esse processo implante (ou restabeleça) indústria própria de material de emprego militar, com empenho continuado na pesquisa e desenvolvimento (P&D) e buscando, na medida do possível, sua viabilidade econômi-

ca. Essa orientação, aliás, indica por si mesma uma função adicional da Defesa Nacional: coadjuvar a criação de riqueza e a cooperação integracionista. Para ela deverão atuar coordenadamente as forças armadas, o serviço exterior e o setor empresarial.

A evolução da RAM nos países tecnificados precisa ser acompanhada de modo diurno durante o processo de pós-modernização nos países semi-desenvolvidos, que deverão também atualizar continuadamente as vulnerabilidades que padecem em consequência da combinação dos efeitos da Terceira Revolução Industrial, do fim da Guerra Fria e da dinâmica da Globalização.

#### • Cooperação integracionista

Os programas acima indicados serão mais exequíveis, inclusive em termos de tempo, se os países semi-desenvolvidos adotarem política continuada de cooperação integracionista. Ela será possível através de processo de somatório do Poder Nacional dos países participantes, numa concepção de que me ocupei em outro texto e à qual denominei de potência ascendente.<sup>25</sup>

Na realidade, como esses países enfrentam problemas semelhantes para efetuarem

<sup>25</sup> Artigo publicado na Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XVI - nº 38 - 1999 / Edição Especial do Cinquentenário da ESG - p. 89 a 106. Versão (ampliada) em inglês foi publicada na *Contact*, nº 119, de Ago/2000, revista oficial do Royal Institut Supérieur de Défense (Bélgica).

a atualização de suas forças armadas, os programas que adotarem em conjunto para adaptar a RAM às contingências próprias de sua Expressão Militar contribuirão significativamente para a integração em todas as outras Expressões do Poder Nacional.

Cumpre assinalar que, no caso dos países sul-americanos, por exemplo, a retórica integrationista não se tem traduzido em resultados concretos na dimensão necessária. Certas iniciativas regionais, aliás, embora não devam ser abandonadas, introduzem elementos de perturbação que precisam ser neutralizados.

Lembrem-se, a título exemplificativo, as Conferências de Ministros da Defesa das Américas (CMDA). Por iniciativa dos Estados Unidos, a primeira realizou-se em Williamsburgh, seguindo-se até hoje outras três (Bariloche, Cartagena, Manaus). Independentemente de análise objetiva que se faça de resultados concretos e dos rumos previsíveis desse foro no contexto da integração sul-americana, no âmbito da defesa causa certa perplexidade o fato de que, embora o Brasil mantenha Grupos de Trabalho Bilaterais de Defesa (GTBD) com EUA, Argentina e Chile, paralelamente à IV CMDA, foram assinados acordos bilaterais entre EUA e Argentina e Chile, contudo sem qualquer comunicação formal ao Brasil.

#### • A Diplomacia no PMM

No Brasil, historicamente, sempre existiu uma clara noção da importância crucial de íntima cooperação das forças armadas e do serviço diplomático. Isso em nada compromete o princípio tradicional do país de buscar sempre a solução pacífica para as controvérsias internacionais. Ao

contrário, assegura credibilidade àquela orientação invariável da conduta brasileira no campo externo.

Não obstante, as características do Pós-Modernismo Militar, especialmente na forma pela qual os países tecnificados o entendem e praticam, requerem um entrosamento ainda mais amplo e mais profundo entre militares e diplomatas. Como vários acontecimentos recentes demonstraram, atualmente não se pode cogitar de operações combinadas sem a participação do serviço diplomático em todas as suas etapas, desde o planejamento, passando pela implementação e se mantendo após o desenlace das ações empreendidas.

Nos países semi-desenvolvidos, essa evolução pode mesmo ser concebida como um *pós-modernismo diplomático*, no qual terão alta prioridade as diretrizes integrationistas, que serão parte integrante do Conceito Diretor de Política Externa. Em outras palavras, pode-se prever uma verdadeira Revolução em Assuntos Diplomáticos (RAD), que se desenvolverá paralela e conjugadamente com a RAM.

Assim sendo, deve-se estabelecer a participação plena de diplomatas em diversas áreas de atuação dos militares, como, por exemplo:

- nos cursos de especialização para serviço no Estado-Maior de Defesa;
- no planejamento estratégico militar, inclusive no equacionamento da rede de Adidos de Defesa;
- em todas as fases das operações combinadas ou conjuntas, inclusive operações de paz (planejamento, execução e acompanhamento pós-conclusão);
- na preparação e na realização de reuniões multilaterais de Defesa, e

- nos projetos de produção de material de emprego militar (restrições internacionais e comércio exterior).

• **A Mobilização Nacional pós-moderna**

Tal como aconteceu no contexto da Segunda Guerra Mundial, neste começo do Século XXI o mecanismo de Mobilização Nacional precisa passar por imensas alterações. Elas serão ditadas por várias características do Pós-Modernismo Militar, dentre elas: *civilianização* das forças armadas; efetivos relativamente menores mas profissionalizados (FTV); aferição de mercados e terceirização maximizada; concepção sistêmica das reservas, compostas por indivíduos e segmentos industriais e de serviços (*pacotes*).

O uso intensivo dos recursos computadorizados terá importância crucial para assegurar, conforme as necessidades de cada quadro conjuntural que surja, o funcionamento inconsútil do sistema todo ou de partes dele. Aliás, o acionamento de apenas partes do sistema deverá ser a forma mais comum da Mobilização Nacional no Período Pós-Moderno.

As reservas, que englobarão os recursos humanos, as entidades de todos os tipos e os equipamentos e materiais, precisarão ser mantidas em processo continuado de atualização, para o que as redes computadorizadas serão indispensáveis. Mesmo as reservas especificamente destinadas a emprego militar deverão contar com programas de atualização à distância, com o adestramento presencial reduzido a um tempo mínimo, que variará segundo as características de especialização ou finalidade. Os programas de ensino à

distância que começam a ser implantados no país, inclusive no âmbito especificamente militar, podem servir de plataforma para a implantação dos programas próprios do sistema de Mobilização Nacional pós-moderna.

No caso do Brasil, por suas peculiaridades sociais e políticas, seria preciso distinguir duas áreas para a organização e o funcionamento da Mobilização Nacional pós-moderna. Na primeira tratar-se-ia da doutrina, da pesquisa e da formação de quadros, que seriam atribuição de uma entidade federal, apolítica (isenta das variações político-partidárias), e que poderia ter a Escola Superior de Guerra como ponto de partida e modelo. Na segunda estariam as tarefas de planejamento, controle e execução (atual Sistema Nacional de Mobilização, devidamente adaptado), que seriam da responsabilidade de órgão federal supra-ministerial, pelas mesmas razões apolítico, e que constituiria um Centro Nacional de Mobilização.

## CONCLUSÃO

Comumente se considera, num sentido emblemático, que a divindade tutelar da guerra é *Ares* (o Marte dos romanos). Na realidade, na Grécia Clássica *Ares* era visto apenas como o deus que presidia as ações violentas das sociedades humanas. A guerra, na sua acepção maior de ação política, que abrangia a ameaça bélica e o emprego das armas, devia estar sob a orientação divina de *Athena* (a *Minerva* dos romanos), que combinava a Sabedoria com a Força. Portanto, no Pós-Modernismo Militar, em que é indispensável a reformulação radical de tantos conceitos

## FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-45	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-90	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
ameaça percebida	invasão inimiga	invasão inimiga (até 1982), violação de fronteira	conflito subnacional ou subestatal (contexto próprio)
estrutura da força	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório
definição de missão principal	defesa do território pátrio; apoio a aliança (42-45)	defesa do território pátrio; missões de paz	vigilância e proteção em fronteiras e espaço aéreo novas missões
perfil militar predominante (comandante)	combatente ("guerreiro")	combatente ("guerreiro") politizado (até 1988)	politicamente independente, com ampliação cultural
postura da opinião pública	solidária	ambivalente (até 1954) polarizada	polarizada
relacionamento com a mídia	incorporada	incorporada (até 1954); crescentemente hostil	predominantemente hostil
quadros civis (proporção quanto aos militares)	componente reduzido	componente reduzido	componente reduzido
quadros femininos	excluídos ou em unidades à parte	integração parcial	integração parcial
postura de cônjuges	entrosamento pleno	envolvimento intenso	envolvimento qualificado
homossexuais	impedidos / afastados	impedidos / afastados	impedidos / tacitamente tolerados
imperativo de consciência	limitado	permissão maior	permissão maior
interação com setor privado	esporádica	intermitente, com intensidade variável	continuada, intensa
assistência cívico-social	isoladamente	estruturada regionalmente	intensificada e ampliada englobada no SCI

consagrados por séculos de ações bélicas, a inspiração dos reformadores precisa vir de *Athena*.

Com esse espírito, convém recapitular, no quadro da página anterior, as adaptações necessárias à pós-modernização das Forças Armadas do Brasil.

No PMM assume especial importância a questão sobre se a doutrina impulsiona a tecnologia ou a tecnologia impulsiona a doutrina. A resposta parece óbvia. Afinal, o que surgiu primeiro: a carga de cavalaria ou o estribo; a navegação oceânica ou a caravela; o *bombardeio estratégico* ou o *avião*; o *emprego do míssil-cruzeiro* ou o *computador*, a guerra reticular ou as *redes computadorizadas*?

Cabe aqui recordar o ensinamento de Frederico, o Grande: *A prática sem a teoria e a reflexão se reduz a rotina improdutiva*. Usando a terminologia atual, podemos dizer que a *aplicação, sem a doutrina e a pesquisa, se reduz a rotina improdutiva*.

Em países semi-desenvolvidos é preciso o aproveitamento máximo da difusão tecnológica internacional, através de fatores institucionais e organizacionais como: aumento da capacidade de absorção tecnológica pelo setor industrial de material de defesa (SIMD); substituição de importações para a integração de sistemas; cooperação e inovação no SIMD, com modificações próprias, visando à exportação de

produtos e serviços, e reformulações doutrinárias e estruturais que assegurem a evolução crescente da sinergia do setor industrial e das forças de defesa.

A complexidade da adaptação da RAM às condições próprias dos países semi-desenvolvidos não deve desestimular seu empreendimento. Afinal, como advertiu Sêneca, *não é porque as coisas são difíceis que não ousamos; porque não ousamos é que as coisas se tornam difíceis*<sup>27</sup>.

A urgência em implementar a pós-modernização militar (e diplomática) requererá a aceleração da integração sul-americana. Na realidade, ambos os processos deverão se complementar e assim facilitar a soma do Poder Nacional de todos os participantes. O desempenho de papel ativo na globalização, ora em pleno andamento, exige elevado nível de Poder Nacional, o que, no caso dos países semi-desenvolvidos, só poderá ser obtido através desses dois processos, conduzidos de forma simbiótica.

Uma das máximas elementares da *Arte da Guerra* afirma que toda nação tem um exército em seu território - o seu ou o de outra. Dela, para finalizar, extraio o pensamento que me parece sublinhar a necessidade da tarefa a executar dentro do processo de pós-modernização militar: *A nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra.* ☐

<sup>26</sup> Lucius Anneus Seneca, estadista romano do século I AD.

# A Tragédia do Oriente Médio<sup>1</sup>

Vasco Mariz\*

## RESUMO

Ex-embaixador em Israel, de 1977 a 1982, dá depoimento de sua vivência diplomática nesse período, para interpretar a permanente crise de relacionamento entre árabes e judeus, incrementada após a criação do Estado de Israel.<sup>2</sup>

## PALAVRAS-CHAVE

Israel, Palestina, judaísmo, islamismo.

**R**ecordando os dois períodos em que trabalhei como diplomata em Washington, observei com interesse a intensa atuação do *lobby* israelense junto ao Congresso americano e às altas autoridades do país. Em 1967, lá tive a sorte de fazer amizade com Itzahk Rabin, então embaixador de seu país e que se tornaria, mais tarde, duas vezes Primeiro-Ministro de Israel. Aprendi com ele o principal segredo que é a chave da política do Oriente Médio: mais de seis milhões de judeus vivem nos EUA, a sua maioria em alguns estados que têm peso decisivo nas eleições para presidente. E não se trata tanto do número de eleitores, mas so-

bretudo pela qualidade dos mesmos: os judeus americanos exercem considerável influência na imprensa, televisão, rádio, nos meios bancários, financeiros e universitários. Os ministros ou personalidades israelenses costumam ir a Washington e pressionam senadores, deputados e as mais altas autoridades do país sem o menor constrangimento. Se um ministro brasileiro tentasse fazer o mesmo, seria colocado no primeiro avião de volta. Recordo que o *lobby* israelense no Congresso norte-americano tinha, na minha época, mais de 150 parlamentares. Hoje o grupo pró-Israel teria mais de 180. Em 1982, o Presidente de Chipre, junto a quem eu tam-

\* Embaixador do Brasil em Israel de 1977 a 1982. Sócio titular do IGHMB, do IHGB e do PEN Clube do Brasil.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECUME.

<sup>2</sup> Matéria extraída de palestra proferida pelo autor no IGHMB, dia 30 de julho de 2001.

bém estava acreditado como embaixador, perguntou-me certa vez qual era o segredo do sucesso do *lobby* israelense, pois o *lobby* grego junto ao Congresso americano não funcionava bem. Expliquei-lhe os mecanismos do poder em Washington.

Algumas palavras sobre as relações Brasil-Israel, que nem sempre foram das melhores: Israel tem sido um modesto cliente de nossas exportações e nossos interesses comerciais com vários países árabes chegaram a ser até demasiado significativos; existem no Brasil cerca de duzentos mil judeus, nascidos no exterior e em nosso país; sua influência político-financeira é talvez demasiado grande em um país de 170 milhões de habitantes, entre os quais mais de três milhões de árabes e seus descendentes; no momento, diversos judeus brasileiros natos ou naturalizados ocupam cargos no primeiro e segundo escalão do governo.

Estava eu de partida para Israel, em outubro de 1977, em um momento extremamente delicado, pois os judeus brasileiros estavam revoltados com o infeliz voto anti-sionista dado pelo Brasil nas Nações Unidas. O Presidente Geisel, que me conhecia muito bem da época em que eu chefiava nossa embaixada no Equador, onde a Petrobras tem grandes interesses, mandou chamar-me ao Palácio do Planalto e conversamos longamente sobre o Oriente Médio. Relatou-me que havia ficado aborrecido com o voto do Brasil contra o sionismo na ONU, em nível de comissão. Os judeus brasileiros fizeram imensa celeuma pelos jornais e isso acabou levando Geisel a instruir o Itamaraty a alterar

o voto brasileiro para abstenção, na sessão plenária da Assembléia Geral. Expliquei-me o Presidente que, infelizmente, o Departamento de Estado norte-americano espalhou a notícia que estava pressionando o Governo brasileiro para mudar o nosso voto final no plenário da ONU. Depois dessa pressão anunciada e por uma simples questão de honra nacional, Geisel não teve alternativa senão confirmar o voto brasileiro contra o sionismo, em plenário, quando ele já tinha decidido abster-se.

O ressentimento dos judeus no Brasil e em Israel foi considerável e, até certo ponto, justificado. Ao chegar a Tel Aviv, lá fui recebido com bastante frieza, mas, seguindo instruções expressas do Presidente Geisel, expliquei cuidadosamente o ocorrido ao Chanceler Moshé Dayan. Ele entendeu o dilema do Governo brasileiro e abanou a cabeça dizendo: *Que trapalhões! O Departamento de Estado devia estar desejando fazer média com o lobby judaico.* Depois dessa primeira conversa, que foi um pouco tensa, Dayan deu-me diversas provas de estima pessoal, convidou-me várias vezes para sua residência particular e minha mulher ficou boa amiga de sua esposa Rachel.

Vivemos cinco anos em Israel e procurei avaliar objetivamente a tão alegada intransigência israelense. Durante minha longa estada no país, fiz boa amizade com diversos líderes israelenses, em especial com o ex-Primeiro-Ministro Itzahk Rabin, que conhecera bem em Washington. Minha conclusão é de que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram mesmo os ingleses, que delimitaram a região no pós-guerra com o evidente pro-

pósito de dividir para reinar, como se fazia no século XIX. Dividir a Palestina da maneira como foi demarcada só poderia levar aos resultados trágicos que conhecemos. Sim, porque Israel é um país pequeno. De norte a sul, pela estrada do litoral, são apenas 400km, o equivalente à rodovia Presidente Dutra, entre o Rio e São Paulo. De leste a oeste, entre Tel Aviv e o Mar Morto, são cerca de 80km, isto é, a distância entre Rio e Petrópolis. Por isso, devemos procurar entender como os residentes em Israel se sentem inseguros e vulneráveis.

Não preciso lembrar os pontos básicos da história do Oriente Médio, mas enfatizo que não se deve comparar a invasão do Kuwait pelo Iraque com a ocupação israelense da Cisjordânia. O Kuwait não atacou o Iraque, apenas cobrava as dívidas de Saddam Hussein. Israel nunca atacou os árabes; os árabes é que atacaram Israel, quatro vezes (1948, 1956, 1967 e 1973). Perderam as quatro vezes e Israel ocupou militarmente as áreas que lhe convinham. Era o direito do vencedor. Disso resultou hoje em mais de um milhão de árabes sob a dominação israelense. Só que essa ocupação provisória já dura mais de trinta anos, com sacrifício de vítimas inocentes das duas partes. É evidente que os palestinos têm direito a uma pátria, mas o principal obstáculo para um acordo final parece ser a insistência dos árabes em exigir a soberania de Jerusalém, para lá situar a capital do seu novel Estado, o que é inaceitável para 90% dos israelenses.

*Minha conclusão é de que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram mesmo os ingleses, que delimitaram a região no pós-guerra com o evidente propósito de dividir para reinar, como se fazia no século XIX.*

Mas voltemos um pouco atrás, ao meu período de residência em Israel (1977-1982), ao que se chama habitualmente de *Era Sadat*.

Já estávamos em Paris a caminho de meu novo posto, em outubro de 1977, quando o mundo leu, com estupefação, a notícia da próxima visita do Presidente egípcio a Jerusalém. Encurralado pela inesperada união de Washington e Moscou, Sadat co-

rajosamente tomou a decisão histórica de visitar Israel, o que foi a primeira reviravolta na conjuntura do Oriente Médio.

Conheci pessoalmente Anwar Sadat em Haifa e conversamos novamente em Beersheva. Tinha por ele a maior admiração. Sadat estava can-

sado de ser o bode expiatório das aventuras militares árabes na região, pois ao final de cada guerra quem mais perdia, em vítimas e territórios, era sempre o Egito. Graças à persistência do Presidente Carter, foram assinados, em 1978, os acordos de Camp David e, desde então, o Egito tem mantido a paz em separado com Israel, que o Presidente Mubarak vem sustentando com sabedoria. Entretanto, essa frágil paz foi assinada e mantida entre a cúpula egípcia e o Estado de Israel, mas não entre os dois povos. O povo egípcio jamais aceitou tal acordo e esse é um risco considerável. Pela sua moderação, o Governo egípcio recebe anualmente uma subvenção americana de US\$ 5 bilhões. E esse acordo foi conseguido por Carter com um interlocutor israelense ultraconservador, Menahem Begin. Infelizmente, depois de seu afastamento e do assassinato de Sadat,

## A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO

a atmosfera se anuviou muito, chegando ao terrível impasse de hoje.

Israel passou a ser governado pelo grupo mais reacionário da sua história. Itzahk Shamir, com quem fiz amizade quando ele era o presidente do parlamento israelense e depois como Ministro das Relações Exteriores, era um *duro*. A Rainha da Inglaterra jamais o recebeu, porque ele fora membro do IRGUN, que explodiu o Hotel King David em Jerusalém, onde morreram mais de cem ingleses. No entanto, ele era do Likud, o mesmo partido conservador de Begin que havia feito a paz com o Egito pagando um alto preço – a devolução do Sinai e o desmonte da bela pequena cidade de Yamit, na península.

Mais tarde, com a vitória eleitoral dos trabalhistas em 1992, as chances de paz pareciam bem mais viáveis, até que aconteceu o odioso assassinato de Rabin, pelas mãos de um fanático religioso israelense. Seguiu-se nova experiência com a extrema direita, o governo de Benyamin Netanyahu, e deu-se um passo atrás nas negociações com os palestinos. A chegada a Israel de centenas de milhares de judeus russos criava novos problemas internos, mas o equilíbrio político e social pouco a pouco se restabeleceu, continuando porém os políticos ortodoxos como fiel da balança.

Seja como for, se o acordo de paz com o Egito foi um marco altamente positivo, é inegável que o desmantelamento do poderio soviético e a Guerra do Golfo tiveram sérias consequências, que ainda estão sendo avaliadas com algumas divergências de opinião. Afinal, Israel foi bombardeado e não revidou, em atenção ao pedido norte-americano, que não desejava agravar a situação no Oriente Médio.

Já a Rússia se limitou a fazer a mímica dos bons ofícios, e a Síria, órfã do poderio soviético, aproximou-se dos EUA e da Arábia Saudita. Mas a opinião pública israelense já se deu conta de que a tradicional concepção estratégica da defesa do seu país está superada: os mísseis *scuds* que caíram em Israel demonstraram que certos conceitos de segurança estão ultrapassados, o que poderá ensejar um novo diálogo mais realista com Damasco.

No início da década de 1990, a OLP estava sendo chamada à razão pelos seus antigos protetores: a Arábia Saudita e o Kuwait, e também pela Rússia, a pedido dos Estados Unidos. Assim, começou a aceitar a troca de territórios pela paz, mesmo utilizando a fórmula de uma etapa inicial de autonomia vigiada pelas Nações Unidas. Acredito que, algum dia, deverá consolidar-se um verdadeiro Estado palestino, associado à Jordânia ou não, talvez uma federação, enfim uma variante da chamada *opção Jordaniana*, tão cara ao líder trabalhista Shimon Peres. Recordo que a Jordânia é quase um Estado palestino, tanto que, até 1987, aceitava administrar os territórios ocupados por Israel. Só nessa época, pressionado pela OLP, é que o falecido Rei Hussein desistiu dessa administração indireta.

Enfim, o Governo israelense parece entender que, embora a situação militar de Israel seja ótima, terminou a velha ordem no Oriente Médio, então fundada na sua absoluta superioridade militar e garantida pela Guerra Fria, que já acabou. Depois das operações militares no Golfo, prevaleceu o velho triângulo de antes da Segunda Guerra Mundial: os árabes, os judeus e a potência dominante na região – antes a In-

glaterra e agora os Estados Unidos da América. No entanto, se os israelenses anseiam por uma paz permanente, eles também não esquecerão tão cedo os bombardeios dos mísseis *scuds*. A devolução pura e simples de todos os territórios ocupados em 1967, sem reajustes locais, é inaceitável para 90% dos israelenses. Se eu vivesse em Israel também pensaria assim, por mais pena que tenha dos palestinos, oprimidos há mais de trinta anos. Em suma, a paz no Oriente Médio está muito mais nas mãos da OLP, do Fatah, do Hezbollah, do Jihad Islâmico, do Hamas e do Tanzim do que das vontades de Israel. Afinal, já é tempo de os palestinos negociarem com realismo e seriedade, sem insistirem, na presente etapa pelo menos, em ter Jerusalém como a capital de seu Estado livre. A política norte-americana dos *pequenos passos* tem dado certo até agora e os palestinos vêm conseguindo concessões de Israel que nunca imaginei. Um acordo razoável com os palestinos tornaria mais viável o bom entendimento final com a Síria e com o Líbano, que se vai tornando essencial, devido ao problema da escassez de água.

O objetivo de Israel em suas conversações com a Síria é negociar o fim do estado de guerra, a abertura das fronteiras e o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 1995, o Presidente Assad apresentou um documento de trabalho, que Rabin considerou *um grande avanço*. Damasco deseja que Israel reconheça a soberania síria sobre todo o território do Golã, para que, posteriormente, os dois países possam discutir o arrendamento de parte do território, uma estreita faixa que proteja os habitantes israelenses das margens do lago de Tiberíades.

Disse-me, em 1982, o ex-Primeiro-Ministro Itzahk Rabin, que julgava viável uma retirada parcial do Exército israelense no Golã, até uns 45km de Damasco e até uns 10km do lago de Tiberíades. Ocupadas em 1967, as colinas do Golã foram oficialmente anexadas em 1981 e têm grande importância estratégica para os dois países. O ex-Primeiro-Ministro Menahen Begin comentou comigo que, na guerra de 1973, o Exército israelense poderia ter entrado em Damasco e desfilado pelas ruas principais, o que aliás de nada adiantaria, já que Israel não dispõe de efetivos humanos suficientes para ocupar militarmente um país relativamente grande como a Síria. O General Ariel Sharon também poderia ter desfilado pelas avenidas do Cairo, mas, pelo mesmo motivo, depois teria de sair sem demora. Por isso deteve-se nas portas da Capital egípcia.

O Golã é uma região atrasada, que possui um bem precioso no Oriente Médio: a água, que desce do Monte Hermon, forma o Rio Banyas e alimenta o Rio Jordão. As tropas israelenses chegaram ao Golã em junho de 1967 e, na guerra de 1973, uma área suplementar de 510km<sup>2</sup> foi ocupada. Cento e cinquenta mil sírios abandonaram a região, lá permanecendo apenas 15 mil drusos, aos quais vieram juntar-se cerca de 15 mil israelenses, distribuídos em 32 pequenos assentamentos. Formou-se também uma cidade, Katzrin, o que vai complicar as negociações. Foram construídas estradas e reparadas outras. A região está desmilitarizada e vigiada por uma força da ONU. Os adversários de um acordo semelhante àquele feito com o Egito argumentam, com alguma razão, que o Golã pode ser atravessado por uma divisão blin-

dada em uma hora, com a agravante de que os tanques sírios estariam descendo a rampa de maneira quase irresistível. Já os estrategistas favoráveis a um acordo com a Síria afirmam que o Golã perdeu em parte a importância, em vista da utilização em massa de mísseis balísticos.

Para melhor compreender a gravidade dessas eventuais negociações com a Síria, recordo que, desde as conversações iniciadas em Madri, em 1991, há um comitê que estuda soluções para a crescente escassez de água no Oriente Médio. Os árabes dos territórios ocupados não podem sequer perfurar poços para obter mais água potável para beber. A agricultura israelense está sofrendo e a indústria economiza com o racionamento de água. As chuvas sempre foram raras, o gasto supera as reservas e todos os recursos da tecnologia já foram utilizados. Até os esgotos de Tel Aviv, devidamente tratados, estariam alimentando as culturas agrícolas das zonas mais áridas. O déficit da água em Israel se aproxima de 30% e o drama já começou.

Conversando com vários líderes israelenses na época, todos me disseram que só a escassez de água poderá levar a um conflito generalizado e aniquilador no Oriente Médio. Os planos para enfrentar essa carência são diversos, a começar pela dessalinização da água do mar, a construção de pipe-lines para água, e chuvas artificiais obtidas por processos modernos. Já foram estudadas também a utilização

de grandes bolhas de plástico contendo água potável que seriam rebocadas, no Oceano Índico ou no Mediterrâneo, até a região. Até mesmo se pensou em trazer icebergs rebocados da Antártida para a Arábia Saudita.

No entanto, dois países vizinhos têm a solução definitiva para o problema da água na região, a Turquia e o Líbano, de cujas montanhas fluem para o mar rios inaproveitados. Questões políticas e hegemonias regionais têm atrasado a esquematização do problema crônico da água, que ora se vai agudizando pelo crescimento demográfico dos países árabes e pela imigração russa

para Israel, hoje já com uma população de seis milhões de habitantes.

O Líbano poderia contribuir para a solução das carências israelenses pela simples venda de parte da água do Rio Litani, perto da fronteira norte de Israel. Um pequeno aqueduto ligaria a água libanesa ao sistema hídrico israelense, com gastos modestos. Entretanto, o Líbano está demasia-dado associado aos destinos e vontades da Síria, o que inviabiliza temporariamente uma solução. A devolução do Golã à Síria pode transformar-se em valioso instrumento de barganha para um acordo tríplice Síria-Líbano-Israel para a utilização, por Israel, das águas do Rio Litani.

Bem mais ambicioso é o projeto global da Turquia, que já realizou várias reuniões de representantes dos 22 países da região sobre o problema da água. A Turquia

tem em andamento a construção da grande represa de Ataturk, que vai regular o fluxo dos rios Tigre e Eufrates, irrigar uma área de perto de dois milhões de hectares e gerar energia elétrica abundante para toda a região. Serão 22 pequenas barragens ao todo, que produzirão quase trinta milhões de KW, e cinco delas já estão quase prontas. O projeto faz arregalar os olhos dos economistas da região, mas também dá calafrios aos políticos dos países jusantes. No Oriente Médio ainda se pensa na água como uma arma militar e o poder que a Turquia detinha está assustando os vizinhos de baixo, os quais nem por isso deixaram de se reunir regularmente com os técnicos turcos durante a Guerra do Golfo e continuam a fazê-lo.

Mas a Turquia oferece mais ainda: dispõe ela de dois rios, o Ceyhan e o Zeyhan, que descem das montanhas da Anatólia e se perdem inutilmente no ângulo final do Mediterrâneo, perto da fronteira da Síria. Dois aquedutos estão planejados: o primeiro irrigaria a Síria, Israel, a Jordânia e a zona ocidental da Arábia Saudita. O segundo aqueduto alimentaria o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita oriental e os Emirados Árabes. O custo desses aquedutos será elevado, mas dentro das possibilidades financeiras dos países da região. O assunto vem sendo debatido desde 1992 e terá a provável colaboração financeira do Banco Mundial e das Nações Unidas. Até o Egito parece interessado em irrigar o Sinai e uma entidade multinacional de dessalinização da água do mar está sendo planejada com nova tecnologia mais barata.

Bashar Assad, o jovem Presidente da Síria, oculista formado na Inglaterra, era até bem pouco uma incógnita julgada positiva. No entanto, por ocasião da recente

visita do Papa João Paulo II a Damasco, Bashar deu uma entrevista desastrosa que irritou profundamente os judeus e surpreendeu a todos. Disse ele: *os cristãos deveriam se juntar aos muçulmanos para combater Israel, que tentam destruir os princípios de todas as religiões com aquela mesma mentalidade com que traíram Jesus Cristo e da mesma maneira como tentaram matar Maomé.* Afirmou ainda o presidente da Síria que *Israel é uma sociedade racista, ainda mais racista do que os próprios nazistas.* Essas declarações desencadearam uma tempestade de artigos de influentes jornalistas judeus em todo o mundo. É pena, porque tais palavras destruíram a reputação do novo Presidente da Síria como homem moderado, educado no Ocidente. Seu pai, Hafez el Assad, que era uma raposa, jamais fez declarações desse gênero. Essa tremenda *gaffé* certamente vai dificultar bastante as possibilidades de um acordo de paz e cooperação entre Israel e a Síria.

Já Israel tem boas possibilidades de entendimento com a Turquia, pois nunca chegaram a romper relações diplomáticas. Falta encontrar uma fórmula viável, que terá forçosamente de passar pela boa vontade de Damasco. Eventual acordo com esse país terá papel decisivo na obtenção da água que Israel tanto necessita, seja pela canalização do Rio Litani, no Líbano, ou por um possível aqueduto turco. Pode-mos concluir, portanto, que o Golan, em parte ou no seu todo, terá de voltar à soberania da Síria. Ou não haverá água e poderá haver nova guerra.

\*

As negociações de paz têm sido perturbadas pela intransigência reciproca e por

## A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO

um novo fato importante: os EUA já não precisam tanto de Israel para controlar o Oriente Médio. A Arábia Saudita e o Kuwait concederam bases militares aos norte-americanos após a Guerra do Golfo e a Rússia deixou de ser a grande potência que ameaçava os interesses ocidentais na região. Hoje o grande inimigo do Ocidente tampouco é mais Sadam Hussein, mas o Irã, que comanda o terrorismo religioso do Marrocos à Indonésia e influencia as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. Por isso, o Ocidente fortalece a Turquia moderada e laica. Foi nessa atmosfera de diminuição do poder de barganha de Israel que o ex-premier Barak adiantou bastante as negociações com Arafat, com pleno apoio do Presidente Clinton, que desejava passar à história como o estadista que pacificou o Oriente Médio e talvez, até, obter o Prêmio Nobel da Paz em 2001. Tentou reproduzir o êxito do Presidente Carter, em Camp David, mas quase nada conseguiu, apesar de seus persistentes esforços.

O leitor comprehende, portanto, que a conjuntura política no Oriente Médio mudou muito nos últimos dez anos. Embora a situação militar israelense continue a ser muito boa, a segurança do país ficou mais frágil. Os ingredientes para um grande conflito estão no horizonte e as consequências são imprevisíveis. Desde a época em que servi em Israel (1977-1982), sei que o Governo israelense dispõe de uma centena de bombas atômicas, que só serão utilizadas em situação extrema. Mas como conceber o uso desses artefatos nucleares? O risco para os próprios israelenses seria enorme, já que as distâncias são tão pequenas no Oriente Médio e os ventos po-

deriam levar de volta, em poucas horas, a mortal radiação em direção do próprio território israelense.

Recapítulo agora, rapidamente, os acontecimentos na região, antes da segunda Intifada, para refrescar-lhes a memória. Em 1991 ocorreu a Guerra do Golfo, com as notáveis consequências políticas já comentadas. No ano seguinte, Itzahk Rabin venceu as eleições para o Partido Trabalhista e, em 1993, iniciaram-se em Oslo, Noruega, as importantes negociações entre a OLP e Israel com vistas à autonomia da Cisjordânia e da faixa de Gaza. Uma declaração de princípios foi assinada em Washington e, em 1994, o primeiro estágio do acordo de Oslo foi implantado com a retirada parcial das forças israelenses de Gaza e da região de Jericó. Os três líderes, Rabin, Shimon Peres e Arafat, receberam o Prêmio Nobel da Paz. Em seguida, Israel e a Jordânia do falecido Rei Hussein assinaram um tratado de paz.

Já em 1995 foi dado um passo atrás, com o assassinato de Rabin por um judeu fanático religioso, que se opunha ao plano de trocar terras pela paz. Shimon Peres substituiu Rabin como Primeiro-Ministro e o Exército israelense se retirou de mais seis cidades da Cisjordânia. Arafat foi confirmado como líder da nova entidade política palestina, depois das primeiras eleições na Cisjordânia. Nas eleições gerais em Israel, em 1996, os trabalhistas foram derrotados, acusados de haverem feito concessões excessivas, e foi eleito Benyamin Netanyahu, do Likud, educado nos EUA, como novo Primeiro-Ministro. Daí resultou crescente desconfiança entre as duas partes, chegando a um impasse total. Em 1998, Israel festejou seus cinquen-

ta anos de existência como nação em atmosfera de grande inquietação. O país estava, e continua a estar, profundamente dividido, e isso apesar de atravessar um período de notável prosperidade.

Curiosamente, essa crise se estende também aos judeus residentes *fora* de Israel, em especial entre os seis milhões de judeus norte-americanos, que estão cada vez menos interessados nos problemas do Estado de Israel. Cerca de um milhão deles estão casados fora da religião, isto é, com católicos e protestantes. As doações de cidadãos norte-americanos ao movimento sionista têm diminuído sensivelmente, pois acreditam que o sionismo deixou de existir com a plena implantação do Estado de Israel. Afinal, sua prosperidade no momento é inegável, com uma renda *per capita* de US\$ 16,000,00, ou seja, mais de duas vezes superior à brasileira. Existe também um delicado problema de ordem religiosa, pois cerca de 80% dos judeus norte-americanos são considerados *heréticos* pelos rabinos ultraconservadores de Israel, que os censuram por haverem abandonado diversos aspectos do ritual religioso do judaísmo (retirei essas informações do importante jornal *USA Today*, de Nova York, edição de 1º de maio de 1998).

Dentro do Estado de Israel também estariam os israelenses bastante divididos e isso me faz lembrar uma frase de um amigo israelense de Herzlia, que certa vez me disse: *Os árabes são bobos, pois se nos dessem dez anos de paz absoluta, Israel poderia até cessar de existir. Os israelenses se comeriam*

*uns aos outros, tantas as divergências que continuam a prevalecer entre nós.*

Cerca de 20% dos habitantes de Israel, hoje em dia, não são judeus e os religiosos tentam impor-lhes as estritas regras judaicas. Esses estrangeiros (maridos, esposas e filhos não-judeus) não podem casar-

se em Israel porque os rituais de casamento, e também os de morte, são estritamente controlados pelos rabinos ortodoxos. Os casamentos mistos são realizados em Chipre ou em outros países vizinhos, como a Grécia. O abismo entre os judeus ortodoxos e os não-religiosos está aumentando, e, em nume-

rosos bairros das cidades, as ruas são fechadas ao trânsito durante o *Shabbat*, e os cinemas, restaurantes e discotecas também. Os elevadores dos hotéis e edifícios de apartamentos são automatizados para parar em cada andar, pois ninguém pode apertar um botão no *Shabbat*. E por falar em restaurantes, os israelenses cada vez mais abandonam a insossa comida *kosher*, exigida e fiscalizada nos hotéis e restaurantes pelos rabinos.

\*

Ao aproximar-se o fim do seu mandato, o ex-Presidente Clinton reuniu em Camp David, no mês de julho de 2000, as delegações de negociadores israelenses e palestinos. Foram constituídas várias comissões para examinar em profundidade os principais temas de um eventual tratado de paz. O comitê dos refugiados chegou a um acordo de princípios no sentido

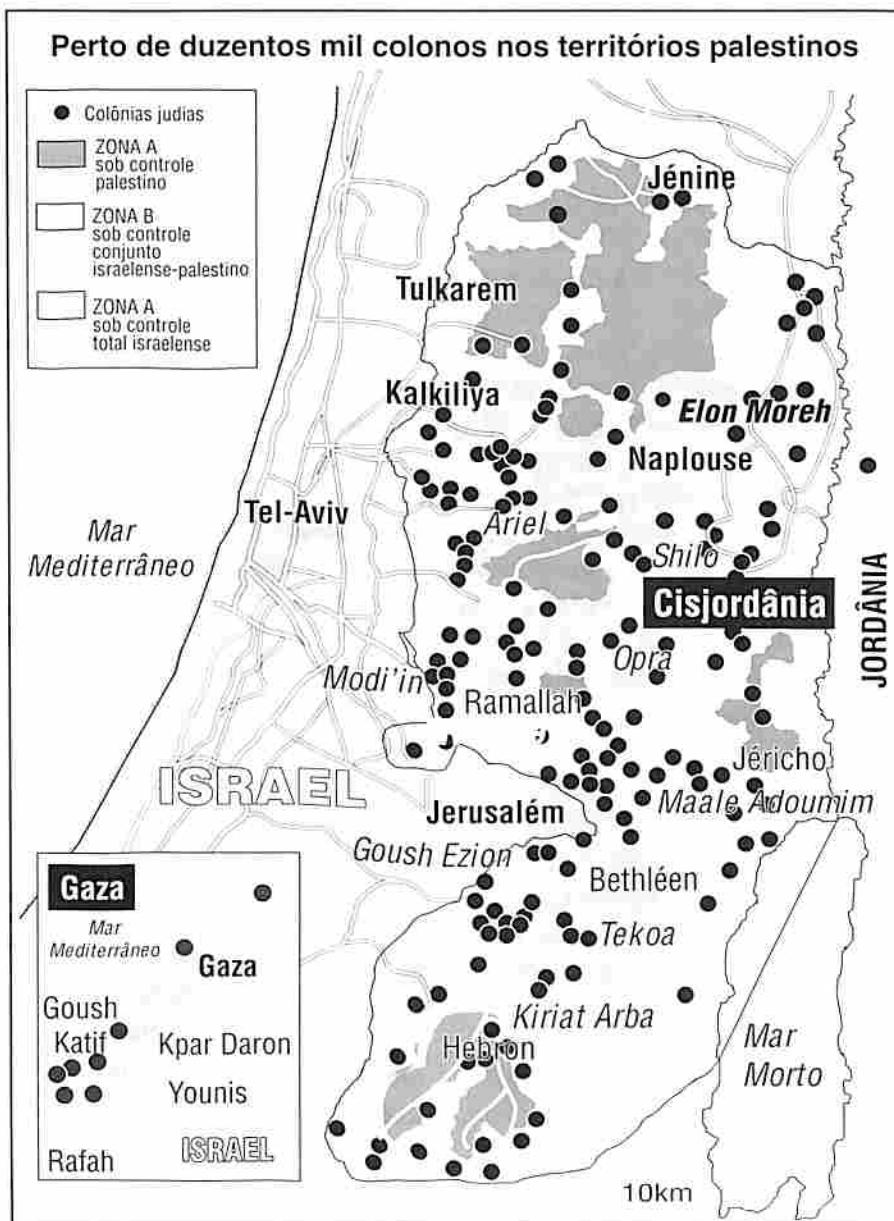
de que Israel receberia somente cem mil palestinos que fugiram do país depois das diversas guerras que opuseram árabes e judeus. Ora, os refugiados palestinos e seus descendentes, desde 1948, contam-se hoje em cerca de quatro milhões, mas parece claro que só uma pequena minoria de idosos poderá regressar. Até certo ponto, é uma solução razoável, pois Israel é um país de apenas seis milhões de habitantes e não poderia materialmente acolher milhões de refugiados, que estão espalhados em vários países. Entretanto, esse acordo provisório sobre os refugiados não foi ratificado pelos dois parlamentos.

A comissão da água não progrediu muito, porque a solução do problema está em mãos da Síria, como já comentado. A comissão da Cisjordânia empacou também nas dezenas de assentamentos israelenses ortodoxos que Ariel Sharon instalou, nos últimos vinte anos, entre cada duas aldeias árabes. São duzentos mil<sup>3</sup> colonos dispostos a resistir até contra o próprio Exército israelense. Mas o maior empecilho para um acordo final entre as partes é mesmo o *status* de Jerusalém. A Capital de Israel não é negociável para 90% dos israelenses. Pressionado pelos americanos, Barak cometeu grave erro nessas conversações de Camp David II, ao propor a ampliação do perímetro urbano de Jerusalém, de modo a abranger duas ou três pequenas aldeias palestinas vizinhas e lá instalar a capital do novo estado palestino, Al Quds. A população israelense reagiu mal e eu, aqui no Rio de Janeiro, julguei imprudente. Os palestinos tampouco ficaram satisfeitos porque eles querem controlar o centro de Jerusalém, a

esplanada onde estão localizadas as mesquitas sagradas de El Aqsa e de Omar. Arafat ameaçou promulgar unilateralmente a independência do Estado palestino no dia 13 de setembro de 2000 e os israelenses ameaçaram, em eventual contrapartida, reocupar militarmente toda a Cisjordânia e Gaza, que já estão autônomas desde 1998. Isso não poderia mesmo acontecer, pois seria um desastre político e provocaria verdadeira guerra, cujo prenúncio é a Intifada, iniciada a 28 de setembro de 2000.

Focalizando agora o lado palestino, diremos que eles vivem em alto grau a dependência de Israel: o comércio da Autoridade Nacional Palestina com Israel é na proporção de 90% e cerca de 1/4 da mão-de-obra palestina trabalha em Israel, 120 mil operários, onde os mais qualificados ganham bons salários. A nova residência do embaixador do Brasil em Herzlia foi construída em 1980 por palestinos dirigidos por um arquiteto israelense. Os operários vinham trabalhar diariamente em uma van especial e regressavam à tardinha para suas casas em Gaza, uma viagem de cerca de cinquenta minutos apenas. Quando Israel fecha as fronteiras por motivo de atos de terrorismo dos palestinos, o desemprego na Cisjordânia e em Gaza sobe para 40%. Um pacote de café brasileiro destinado à Cisjordânia tem que entrar pela alfândega israelense e recolher impostos à economia de Israel, antes de ir parar em um bar de Ramallah ou em um restaurante de Hebron. Outro problema é a ligação física entre o território de Gaza e a Cisjordânia. Um corredor de 44km foi aberto por Israel, mas a fiscalização israelense é tão rigorosa que poucos palestinos utilizam essa passagem. Existe

<sup>3</sup> Ver esboço da página seguinte.



"Le Figaro", Paris, 17 de maio

mais comércio entre Israel e Gaza, ou entre Israel e a Cisjordânia, do que entre Gaza e a Cisjordânia.

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) emprega atualmente o absurdo de cem mil pessoas, com uma folha de pagamento que leva em conta o altíssimo nível de desemprego na região. Em 1994, a ANP tinha 14 ministérios em sua administração e agora tem 33, o que não deixa de ser excessivo. A energia e a água dos territórios ocupados provêm de Israel e isso deixa a ANP à mercê de chantagem eventual do Governo israelense. Na realidade, os países árabes, que sempre desconfiaram bastante dos palestinos, contribuem muito pouco para o orçamento do Estado palestino. Toda a ajuda árabe somada não chega a US\$ 200 milhões anuais. As doações e subvenções dos EUA, dos países europeus e do Japão são responsáveis por cerca de 80% dos recursos da ANP, o que deixa o governo de Arafat bastante vulnerável às pressões políticas do Ocidente e, indiretamente, de Israel.

Acrescentem-se alguns números eloquentes: a Cisjordânia e Gaza têm três milhões de habitantes com um PIB de US\$ 4.2 bilhões. A ANP exporta anualmente US\$ 650 milhões e importa quatro vezes mais: cerca de US\$ 2.8 bilhões. A renda *per capita* do trabalhador palestino é de apenas US\$ 90,00, informações que provêm do *Central Bureau of Statistics* de Israel, edição de 1999. Representantes palestinos

queixam-se de que, além de manifestações emocionais de apoio, os demais países árabes continuam a viver rotineiramente as suas vidas. A concessão de US\$ 20 milhões mensais à ANP não é feita em forma de donativos, mas sim de empréstimos a longo prazo e a juros baixos. Em verdade, as relações econômicas especiais do Egito e da Arábia Saudita com os EUA têm impedido até agora um apoio mais consistente à causa palestina.

*Quando Israel fecha as fronteiras por motivo de atos de terrorismo dos palestinos, o desemprego na Cisjordânia e em Gaza sobe para 40%. Um pacote de café brasileiro destinado à Cisjordânia tem que entrar pela alfândega israelense e recolher impostos à economia de Israel, antes de ir parar em um bar de Ramallah ou em um restaurante de Hebron.*

O grande complicador é a atuação vigorosa dos fundamentalistas islâmicos, que cada vez mais desafiam o poder relativamente moderador de Arafat. A retirada israelense do sul do Líbano foi interpretada pelo Hezbollah como uma prova de fraqueza, o que não deixa de ser um equívoco. Aquele grupo foi criado, em 1982, com o propósito de combater as forças israelenses que haviam chegado até Beirute. O seu canal de televisão faz sistemáticos ataques contra os judeus em geral e apela para que os palestinos apunhalem os israelenses que encontrarem. A bandeira do Hezbollah, cujo símbolo é um braço empunhando um fuzil, é cada vez mais vista nas manifestações nas ruas da região. Entretanto, a Síria concede apenas limitada autonomia a esse grupo, evitando cuidadosamente qualquer risco de confronto direto com Israel. Os outros três grupos radicais, Hamas, Tanzim e o Jihad Islâmico têm estado também muito ativos no combate a Israel e desafiam abertamente a autori-

dade de Arafat, que consideram influenciado pelos norte-americanos.

Já os intransigentes de Israel são ciprianeados pelo velho General Ariel Sharon, notável herói da guerra de 1973 e agora Primeiro-Ministro. As negociações bilaterais recomeçaram, após o dramático impasse de Camp David II, quando os norte-americanos se empenharam a fundo pela busca da paz definitiva na região. Os palestinos não parecem dispostos a ceder na questão de sua capital e os israelenses tampouco. Jerusalém, cidade sagrada para três religiões, está dividida segundo linhas religiosas, políticas e sociais e é quase impossível transigir. Eu não gostaria de estar na mesa de negociações. Quem ceder, arrisca-se a perder o cargo e até mesmo a própria cabeça. Os árabes muçulmanos se concentram na parte oriental da cidade e queixam-se, com razão, de serem submetidos a penosas e até humilhantes revistas pelos policiais israelenses, quando precisam ir ao setor ocidental.

Os lugares santos constituem o ponto nevrágico da disputa política. Israel quer manter sob sua soberania não só o Muro das Lamentações como também o Monte do Templo, que, para os judeus, tem esse nome por haver abrigado o antigo templo de Salomão, destruído há dois mil anos pelos romanos. Na realidade, essa área esteve sob o domínio muçulmano durante setecentos anos e só em 1967 passou à jurisdição israelense, depois da Guerra dos Seis Dias. Os palestinos exigem o Monte do Templo, que chamam de Haram-a-Sharif, e a esplanada das mesquitas, onde se encontram as mesquitas de El Aqsa e de Omar, para a sua soberania. Ora, o Muro das Lamentações está situado exa-

tamente ao lado dessas mesquitas, em nível ligeiramente inferior. Por isso, é difícil conceber como palestinos e judeus poderão transigir em tema tão caro aos seus corações religiosos.

Infelizmente, pouco antes do Ano Novo israelense, em setembro de 2000, o líder conservador Ariel Sharon fez questão de desfilar pela esplanada das mesquitas com seus partidários, o que resultou em graves e justos protestos dos palestinos. Os terroristas do Hamas aproveitaram a provocação e as desordens de mais de dez meses causaram mais de oitocentos mortos e vinte mil feridos. É o maior confronto dos últimos anos na região. Israel usou, pela primeira vez, balas de verdade, helicópteros de combate, tanques leves e foguetes de curto alcance.

A escolha hoje é entre a negociação, bem ou mal conduzida, ou a guerra generalizada, que ninguém deseja, nem pode ocorrer. Na verdade, Israel parece estar de costas para a parede: ou cede às muitas exigências palestinas, ou reocupa militarmente a Cisjordânia e Gaza, a custo elevadíssimo em vidas dos dois lados. A posição dos EUA, na defesa de Israel, está cada vez mais difícil de sustentar, tanto que, em recente votação no Conselho de Segurança da ONU, apenas absteve-se, enquanto os demais países, inclusive a Inglaterra, condenaram Israel pelo uso indiscriminado da força contra a nova Intifada. Reconhece-se porém que o linchamento de três soldados israelenses, que vimos com pormenores crueis pela televisão, é inadmissível e não pode ser comparado às mortes de jovens palestinos vitimados por balas perdidas. Os israelenses devem ficar atentos à evolução da opinião pública norte-ameri-

## A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO

cana que, a 15 de outubro de 2000, através da CNN, se manifestou no sentido de que os EUA não devem se imiscuir diretamente no Oriente Médio, mensagem bem clara que os dois candidatos à presidência certamente anotaram. As manifestações das multidões nas ruas das capitais árabes parecem desencadeadas, mas duvido muito que o Egito se arrisque a perder o valioso subsídio americano de US\$ 5 bilhões anuais. A Síria tampouco terá coragem de atacar sozinha Israel sem auxílio do Egito, e a ANP deixaria de receber o auxílio financeiro do Ocidente. O imponderável, o grande complicador, seria a eventual intromissão de Sadam Hussein, que deve estar tentado em enviar mísseis contra Israel. Se isso ocorrer, dificilmente os EUA poderão novamente impedir a retaliação de Israel, que tem abundantes meios para atingir e destruir os pontos nevrálgicos do Iraque, utilizando até mesmo armas nucleares.

A reunião de cúpula da Liga Árabe, que se realizou no Cairo nos dias 21 e 22 de outubro de 2000, deve ter sido uma decepção para os palestinos. A moderação prevaleceu e os líderes árabes não só deixaram de anunciar a guerra santa, como se limitaram apenas a criar um fundo para auxiliar os palestinos, a condenar a violência de Israel e a exigir uma investigação internacional dos fatos, que seria feita pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. No Cairo, Kadafi pregou a *Jihad*, mas todos sabem que a Líbia está longe do Oriente Médio e seu líder apenas interessado em publicidade. Na Jordânia, numerosos palestinos lá residentes tentaram organizar uma marcha para atravessar o Rio Jordão, mas foram violentamente repelidos pela própria polícia jordaniana.

Recentemente, Arafat teve uma frase infeliz ao se dirigir às mulheres palestinas: *Quero que todas vocês tenham doze filhos. Dez para a batalha com Israel e dois para vocês!* A convivência entre judeus e árabes dentro de Israel, que era razoável, ficou muito pior. Estourou um escândalo com jornalistas da RAI italiana, ao afirmarem que os conflitos de rua só começam quando os cinegrafistas e fotógrafos estão por perto. Os palestinos passaram a clamar por uma força de paz permanente da ONU entre Israel e a Cisjordânia e Gaza, e em Israel já se sugeriu o levantamento de um muro ou de uma cerca metálica eletrificada como a que separava as duas Alemanhas.

No meu entender, a única solução viável para a questão de Jerusalém é oficializar o *status quo*, que dá acesso aos crentes das três religiões a seus lugares santos. Atualmente eles são administrados pelos respectivos funcionários religiosos, embora sob fiscalização israelense, mais ou menos discreta. Os árabes argumentarão que os cristãos têm realmente livre acesso ao Santo Sepulcro, Monte das Oliveiras, Belém e outros lugares santos de sua religião, enquanto o mesmo não acontece com os cidadãos árabes, que sofrem incômodas revistas da parte de policiais israelenses. Trinta anos atrás, o Vaticano propôs a internacionalização dos lugares santos de Jerusalém, o *Corpus separatum*, sob a jurisdição das Nações Unidas, mas nem judeus nem árabes sequer examinaram a proposta. Pessoalmente, creio que este seria o caminho mais viável para uma solução definitiva da questão, assegurando a Israel a soberania política sobre toda a cidade de Jerusalém, sem necessidade de ampliar o perímetro urbano da capital, ou

partilhar o centro da cidade. E a Autoridade Nacional Palestina escolheria para sua capital administrativa uma cidade da Cisjordânia, talvez Ramallah, com amplo auxílio financeiro internacional.

Outra alternativa seria a formação de um Estado federativo com a Jordânia, ou seja, a antiga sugestão de Rabin e Shimon Peres, conhecida como a *opção jordaniana*. Destarte, os crentes das três religiões teriam realmente pleno e livre acesso aos lugares santos de Jerusalém, sem constrangimentos, e a região poderia finalmente beneficiar-se de um período de paz completa e prosperidade assegurada.

No entanto, o jornalista Jacques Attali escrevendo na importante revista francesa *L'Express*, de 12 de outubro de 2000, foi muito pessimista. Disse ele: *Jamais Israel esteve tão isolado quanto na hora presente. Jamais Israel esteve tão ameaçado de desaparecer. (...) Se amanhã começar a guerra, ela não será um confronto de exércitos em um campo de batalha, mas rapidamente, por uma engrenagem assustadora, uma verdadeira guerra civil entre colonos judeus e jovens árabes, que lutarão bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, nas cidades e aldeias da Palestina e de Israel também. (...) Israel está ameaçado de desaparecer pela guerra, pela paz ou ainda pela partida de suas elites, que temem tanto a guerra quanto a paz.*

Em represália, Israel resolveu selar todas as cidades palestinas onde ocorreram mortes de cidadãos israelenses. Arafat queixa-se de que Israel está sufocando financeiramente a ANP, pois está retendo o repasse de impostos e contribuições diversas que já montariam em mais de US\$ 100 milhões. No interim, o Knesset apro-

vou, em fim de novembro de 2000, importante moção cancelando a oferta do *premier* Barak de ampliar o perímetro de Jerusalém, para ali instalar a capital de eventual Estado palestino. Ficou assim corrigida a imprudência de Barak.

Por outro lado, a vitória de Bush nas eleições norte-americanas não foi do agrado dos israelenses, uma vez que os democratas são muito mais ligados aos judeus americanos do que os republicanos. Lembro que o candidato a vice-presidente dos democratas foi o judeu ortodoxo Joe Libermann. Ademais, tudo indica que o presidente republicano terá menor tendência intervencionista no exterior e, portanto, deverá interferir menos no *imbroglio* do Oriente Médio, onde o Presidente Clinton se expôs demasiado, sem obter resultados.

Para surpresa geral, no dia 3 de janeiro de 2001, Arafat informou a Clinton que aceitava os seus parâmetros, embora com algumas reservas. O plano prevê que os palestinos formarão um estado incluindo 100% da faixa de Gaza e 95% da Cisjordânia, devendo porém renunciar ao retorno de todos os refugiados a seus antigos lares, que receberiam compensação em dinheiro. Os palestinos controlariam o setor árabe de Jerusalém, inclusive a esplanada das mesquitas e o bairro cristão. A principal queixa palestina é que faltaria continuidade ao território, a ser cortado por uma rodovia israelense, já que a Cisjordânia ficaria dividida em três pedaços para acomodar alguns assentamentos israelenses importantes. Israel não se manifestou, e dificilmente aceitará esses termos.

O novo *premier* Ariel Sharon, a quem conheci bem durante a minha estada em

## A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO

Israel, é um ex-militar brilhante, que se coubiu de glória na guerra do Yom Kippur de 1973. Entretanto, como ministro da Defesa de Menahem Begin durante a campanha do Líbano, em 1982, teve a imagem política prejudicada por haver dado luz verde às milícias cristãs libanesas para realizar um verdadeiro massacre de palestinos nos acampamentos de Sabra e Chatila. É preciso reconhecer que ele não mandou efetuar o massacre, mas era claro que isso iria acontecer, sendo por isso responsabilizado. Continuou como um dos líderes do Likud, e só emergiu como candidato do partido porque Netanyahu não é parlamentar e estava impedido de concorrer às eleições.

Depois de empossado, Sharon continuou ampliando os assentamentos de colonos judaicos na Cisjordânia e jamais cederá na questão de Jerusalém. Anunciou aos palestinos que só recomeçará as conversações de paz depois que houver a cessação completa dos atos de terrorismo, que continuam a ocorrer com maior ou menor intensidade. No entanto, parece evidente que os palestinos estão agora na defensiva e tratam de reavaliar suas excessivas pretensões. Certamente terão de contentar-se com bem menos do que Barak lhes ofereceu e rejeitaram.

Mas continuo moderadamente otimista. Ariel Sharon, em poucos meses, vai conseguir um acordo provisório razoável, assim como, em 1978, o *premier* Menahem Begin, também ultradireitista, arrancou o impossível acordo de Camp David com o presidente Sadat, do Egito. É verdade que Begin e Sadat eram personalidades de muito maior calibre do que Sharon e Arafat. Lembro porém que só os partidos de extrema-direita em Israel têm condições de

fazer concessões importantes aos árabes e conseguir a sua aprovação da parte do parlamento e da opinião pública israelense.

O grau de envolvimento que o Presidente George Bush vai adotar para a região ainda é uma incógnita. Acredito, porém, que os EUA vão continuar a dar apoio político, diplomático e até militar a Israel, embora com menor ênfase de interferência. Infelizmente, o quadro da política israelense não se desanuviou após a instalação do novo governo. O *premier* Ariel Sharon obteve, penosamente, um acordo com o Partido Trabalhista israelense, a quem foram oferecidas e aceitas algumas das pastas mais importantes do gabinete, como de Relações Exteriores e Defesa. Isso parece significar que Sharon teme negociar sozinho com os palestinos e recearia as imposições talvez descabidas de seus próprios aliados religiosos. O governo de união nacional foi aprovado pelo Knesset e o partido religioso SHAS, que apoiava Barak, aderiu ao acordo, ampliando assim a pequena maioria de Sharon no parlamento e assegurando apenas uma relativa estabilidade.

No ínterim, Israel continua apertando o gasganete dos palestinos, sem repassar-lhes as subvenções externas e vai mantendo toda a Cisjordânia e a faixa de Gaza seladas completamente, o que eleva o desemprego na região a mais de 40%. Em retaliação, os palestinos estão tentando transferir a Intifada dos territórios ocupados para dentro de Israel, graças a novos espetaculares atentados suicidas. O Hamas já divulgou que tem vinte voluntários dispostos a praticar atos terroristas. Saddam Hussein também continua intronetendo-se na crise e consta que ele está incentivando a Intifada pelo envio

de cheques de US\$10.000 para cada família que tenha tido um morto na luta contra Israel, e ainda cheques de US\$1.000 para os familiares de cada um dos feridos. A BBC exibiu um desses cheques em programa televisivo.

Em maio, o Ministro da Defesa israelense, Bem Eliezer, reafirmou que não tem a intenção de reocupar as áreas cedidas aos palestinos pelos acordos de paz de Oslo, o que nos parece sábio e conciliador. As ações militares de Israel têm sido apenas punitivas e os alvos preferidos são os quartéis de entidades terroristas e as casas de seus líderes mais importantes. Os países da União Européia e os EUA condenaram o exagerado nível das represálias israelenses, mas o ataque a uma discoteca israelense, matando 19 jovens, deu vantagem psicológica a Israel na guerra da propaganda. A Comissão Mitchell finalmente deu publicidade ao seu relatório, que culpou as duas partes mas reiterou sua determinação de que Israel não pode continuar a expandir as colônias já existentes na Cisjordânia.

Em junho, afinal surgiu uma luz no fim do túnel para a crise do Oriente Médio, com a aceitação por palestinos e israelenses da trégua proposta pelos EUA, durante a visita do Secretário de Estado Colin Powell à região. O plano previa um cessar-fogo completo durante sete dias, seguido de um período de seis semanas para o esfriamento das tensões. Só então as negociações de paz recomeçariam. Qualquer ato importante de violência durante as seis semanas faria o prazo recomeçar a ser contado de zero. Israel não dispararia mais contra alvos palestinos, retiraria suas tropas para as posições anteriores ao reinício

da Intifada e impediria ataques de vingança dos colonos contra palestinos. Isso porém não está acontecendo, pois Israel está realizando ataques preventivos contra núcleos terroristas que têm causado dezenas de mortes entre os palestinos. Embora, até certo ponto, isso possa ser admissível, é evidente que essa política agressiva de Israel só aumentará os ódios existentes e dificultará qualquer tipo de negociação. Curiosamente, depois do ataque de 28 de julho, o Secretário de Estado Colin Powell limitou-se a manifestar sua *unhappiness*, em vez de condenar os ataques com mísseis e helicópteros.

O Grupo G-8 recomendou a presença de observadores internacionais para vigiar o cumprimento de eventual acordo, mas Israel só aceita a presença de observadores norte-americanos, do que discordam os palestinos. Os grupelhos terroristas que vêm realizando ataques suicidas não têm disposição para colaborar para o sucesso do plano norte-americano. Infelizmente, o cessar-fogo está cada vez mais difícil de sustentar-se, tantas infrações têm ocorrido. Até o dia 1º de agosto já morreram quase 600 palestinos, 138 israelenses e 15 árabes-israelenses, com cerca de vinte mil feridos.

Embora o Chanceler Shimon Peres tenha negado a intenção de Israel de reocupar a Cisjordânia, há evidentes sinais de que mais tropas e tanques estão sendo deslocados para a região. Sharon já se referiu até à provável necessidade de convocar reservistas do exterior, se prosseguirem ou se ampliarem as hostilidades por muito mais tempo. Os consulados de Israel no exterior já estão sendo alertados para essa hipótese. ☺

# O Poder Militar Terrestre Holandês no Brasil às vésperas de Guararapes

*Marcos da Cunha e Souza\**

## RESUMO

O artigo apresenta um estudo-síntese sobre as condições reais do Exército holandês às vésperas das batalhas dos Guararapes. A natureza desse Exército, sua base territorial, seus efetivos e poder de mobilização, sua logística, sistemas tático e de comando, além das condições de treinamento e o moral da tropa são objeto de análise.

## PALAVRAS-CHAVE

Companhia das Índias Ocidentais, Recife, Guararapes.

### NATUREZA DO EXÉRCITO "HOLANDES" NO BRASIL

**P**ara que se compreenda o poder militar holandês referido ao título, dois aspectos devem ser ressaltados.

Em primeiro lugar, os soldados que invadiram o Brasil na primeira metade do século XVII não integravam o Exército da Holanda propriamente dito. A força invasora fora constituída por uma empresa mercantil, criada nos Países Baixos, e que atendia pelo nome de Companhia das Índias Ocidentais. Mas, ainda assim, a estrutura desse exército era inspirada na do seu congênere holandês, assim como os empre-

endimentos da Companhia atendiam aos interesses geopolíticos dos Países Baixos.

Além disso, a força em questão não era composta apenas por naturais dos Países Baixos. Havia um grande contingente de soldados de outras nacionalidades, especialmente alemães, ingleses, escoceses e franceses. Era, portanto, um exército de mercenários, cujo perfil se estendia aos oficiais de todas as patentes, tal como o Coronel polonês Christoff Arciszewsky. No entanto, essa natureza mercenária não deve ser vista com o preconceito do século XX. Naquela época, em que a Guerra dos Trinta Anos dizimava a Europa central, quase todos os exércitos do Velho

\* Historiador. Professor do Conselho de História do Exército.

Mundo obedeciam a esse padrão. Assim, daqui para frente, quando falarmos em soldados holandeses, estaremos nos referindo genericamente a todos aqueles que aqui chegaram por conta da Companhia das Índias Ocidentais, independentemente do verdadeiro país de origem.

### BASE TERRITORIAL

Às vésperas de Guararapes, o território controlado pelos holandeses no Brasil era apenas uma pálida lembrança daquilo que fora ao tempo do governo de João Maurício de Nassau, época em que se estendera do Maranhão ao sul do Rio São Francisco. O domínio batavo estava agora restrito ao Recife e Cidade Maurícia, o litoral da Paraíba, a ilha de Itamaracá, o Rio Grande do Norte, a ilha de Fernando de Noronha e, talvez, uns quarenta soldados no Ceará.

Era um território, do ponto de vista econômico, inviável. Não controlava mais a cultura da cana-de-açúcar, embora prejudicasse a sua exploração pelos portugueses. No sentido militar, era uma situação também embaraçosa, por ser um domínio descontínuo. Somente a supremacia naval holandesa seria capaz de integrá-lo e abastecê-lo, principalmente após as derrotas de Guararapes.

Recife, que tanto se desenvolvera sob o domínio holandês, sobrevivia agora com dificuldade, devido às ações da guerrilha brasileira que, desde 1645, agia nas suas redondezas. Sua defesa, assim como a da vi-

zinha Cidade Maurícia, era garantida por um imponente complexo de oito fortões e um grande número de redutos de terra e madeira, guarnecidos por cerca de 140 canhões. Situação bem diferente vivia a capital da Paraíba que, desprovida de fortificações, fora considerada indefensável, levando a população a se refugiar precariamente sob os canhões dos três fortões holandeses situados no litoral. No Rio Grande do Norte, o único ponto de apoio era o forte dos Reis Magos, guarnecido por cerca de oitenta homens. Nessa capitania, a rebelião fora extirpada pela raiz, graças ao extermínio de quase toda a população luso-brasileira nos massacres de Cunhaú e Uruaçu. Já a ilha de Itamaracá, cenário de violentos combates a partir de 1645, tinha como último ponto de defesa o forte Orange, construído pelos holandeses a partir de 1631.

### EFETIVOS

Calcular o efetivo holandês às vésperas de Guararapes não é uma tarefa fácil. No entanto, uma vez comparadas as várias informações existentes,<sup>1</sup> podemos supor que a Companhia dispunha de cerca de 6.500 homens espalhados pelas suas garnições no Brasil, a incluir ainda os reforços que chegaram da Holanda a partir de março de 1648<sup>2</sup>. Desse total, pelo menos cinco mil estavam na região do Recife e talvez seiscentos fossem voluntários civis. Os civis eram colonos holandeses ou, ainda, ex-soldados que haviam permanecido no Brasil após cumprirem seu tempo de serviço.

<sup>1</sup> Por exemplo, Boxer, *The Dutch in Brazil*, p. 199.

<sup>2</sup> Essa frota foi, provavelmente, a mais desafortunada dentre as enviadas da Holanda para o Brasil. A mortandade foi tremenda e alguns navios levaram quase oito meses para completar o trajeto.

Além desses homens, contava ainda com cerca de mil índios, comandados por oficiais europeus, e, pelo menos, uma companhia formada por cinqüenta escravos negros.

Cumpre salientar que o exército da Companhia no Brasil era quase que exclusivamente composto por infantes. A artilharia era numerosa nas fortificações, mas pouco presente nos campos de batalha. Os canhões de então prejudicavam a marcha dos exércitos e eram pouco eficientes contra o sistema tático disperso dos brasileiros. Além disso, na primeira metade do século XVII, a proporção entre canhões e soldados era geralmente inferior a 1 para 1000. Quanto à cavalaria, esta não tinha grande utilidade em um país ainda coberto por matas densas e desprovido de estradas<sup>3</sup>. No entanto, pequenos grupos de cavaleiros são mencionados nos relatos holandeses, em missões de patrulha e reconhecimento.

### PODER DE MOBILIZAÇÃO

Durante o governo de Nassau tentou-se estimular a imigração de holandeses para o Brasil. No entanto, a população holandesa talvez nunca tenha ultrapassado a cifra de dez mil indivíduos<sup>4</sup>, dentre os quais a maior parte era de militares. E esse número, por sua vez, diminuiu bastante após o reinício da guerra no Brasil. Assim, a capacidade de mobilização de recrutas junto ao meio civil era bastante limitada, e já havia sido explorada ao extremo desde 1645.

No que tange aos índios, um levantamento concluído pelos holandeses, em

1646, aponta para apenas 3.583 indivíduos relacionados àquelas tribos que apoiavam a Companhia. Esse número reduzido provavelmente não incluía os índios tapuias do chefe Janduí, e que viviam fora dos domínios holandeses. Essas tribos, no entanto, também já tinham feito todo o sacrifício possível, a ponto de obrigar os holandeses a refugiar 1.200 mulheres e crianças na ilha de Itamaracá (e posteriormente no Rio Grande), para que os homens pudessem lutar.

Destarte, esgotados os recursos de mobilização, dependiam os holandeses totalmente do envio de reforços dos Países Baixos.

### LOGÍSTICA

No que tange ao armamento e munição, os holandeses eram extremamente dependentes da longínqua Europa. Essa dependência se estendia até mesmo às ferramentas necessárias à manutenção das fortificações, tais como pás, machados e carros de mão. Quanto aos alimentos, porém, aferre-se que o soldado holandês de então já se acostumara com a comida local, onde a farinha de mandioca tinha um papel preponderante. Felizmente para a Companhia, o Rio Grande do Norte e a ilha de Itamaracá continuaram por muito tempo a fornecer suprimentos para o Recife, sob a forma de carne, farinha e frutas. Mas para isso dependia, mais uma vez, do transporte marítimo.

Com o passar dos anos, as depredações causadas por seus aliados índios e pela guerrilha brasileira levariam essas duas

<sup>3</sup> Vide o comentário de Pierre Moreau, *História das Últimas Lutas no Brasil*, p. 28.

<sup>4</sup> *Fontes Para a História do Brasil Holandês*, vol. 2, p. 203.

áreas ao esgotamento, e a fome se alastraria pelo Recife.

O armamento, como se pode supor, era trazido da Europa. No período que precede Guararapes, estando a Companhia empobrecida pela perda da região açucareira, passou a equipar as tropas com equipamento de qualidade inferior. É o que se vê do ofício enviado por von Schkoppe à Holanda, apenas quatro dias antes da batalha, onde relata:

*Todos os dias recebo queixas dos oficiais relativas às armas ruins de que se acham munidas as tropas recentemente chegadas, não sendo o calibre conforme, do que podem resultar grandes inconvenientes, pois o calibre das espingardas e dos mosquetes é diferente e diariamente os oficiais têm de recomendar aos soldados que raspem suas balas, para ajustá-las às espingardas e mosquetes.*

## SISTEMA DE COMANDO

A Companhia das Índias Ocidentais, como todo empreendimento comercial, dependia do lucro para sobreviver. Porem, o sucesso de suas atividades mercantis dependia de batalhas vitoriosas e vultosos investimentos bélicos. Logo, para os sócios e administradores da empresa, a direção das operações militares não poderia estar totalmente entregue nas mãos de chefes militares. Daí porque a Companhia adotou, a exemplo do Exército holandês propriamente dito, um sistema de controle civil.

Por esse sistema, os comandantes tinham atribuições bastante limitadas e, nas

operações de grande vulto, eram geralmente vigiados, se não comandados, por funcionários civis. Em algumas ocasiões esse sistema gerou resultados insólitos, tal como o relatado, na primeira pessoa do singular, por Nieuhof, um funcionário civil da Companhia. Ele nos conta<sup>3</sup> que foi enviado para auxiliar uma expedição militar ao Rio São Francisco, em 1646, ocasião em que o acampamento holandês pegou fogo. O comandante da operação, Coronel Hinderson, o procurou, pedindo que Nieuhof fornecesse roupas aos que tudo perderam, fazendo o desconto relativo em seus soldos. O funcionário civil, no entanto, disse que nada poderia fazer sem autorização vinda de Recife, até porque alguns soldados tinham já pouco dinheiro a receber da Companhia. Podemos apenas imaginar os efeitos desse raciocínio burocrático sobre o moral da tropa.

Ainda assim, o sistema adotado pela Companhia e pelos Países Baixos propriamente ditos era em muito superior àquele utilizado por outras potências europeias, tais como a Inglaterra e a França de Luís XIII. Nesses países predominava, por vezes, um verdadeiro amadorismo, agravado pela disputa entre títulos de nobreza e patentes militares.

## O SISTEMA TÁTICO HOLANDES

Esse aspecto deve ser analisado com uma certa reserva, pois ainda existem algumas controvérsias entre os autores estrangeiros. Entre os brasileiros, muitos se baseiam no sistema descrito pelo historiador militar português Carlos Selvagem.

<sup>3</sup> Joan Nieuhof, *Memorial Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*.

O Exército holandês era, na primeira metade do século XVII, um dos mais modernos da Europa. Ele fora, inclusive, a fonte de inspiração para a grande revolução da arte militar encabeçada por Gustavo Adolfo, a partir de 1630. Além disso, muitos jovens protestantes europeus iniciaram suas carreiras na Holanda, para depois se destacarem em seus países de origem. Tal foi o caso de Turenne, que se tornaria um dos maiores personagens da história militar francesa.

Antes que o sistema tático holandês fosse desenvolvido, a Europa assistira à supremacia da Infantaria espanhola, que tinha por unidade básica o gigantesco terço. Era uma estrutura compacta, de mais de dois mil homens, com um quadrado central de piqueiros, apoiado por quadrados menores de mosqueteiros. Assemelhava-se a uma fortaleza móvel, capaz de se defender com a mesma energia em todas as direções. Os terços, no entanto, eram lentos no campo de batalha e extremamente vulneráveis à Artilharia e ao fogo em geral.

Contra essa estrutura, os holandeses criaram um sistema mais flexível e que ampliava consideravelmente o poder de fogo da Infantaria. Seu desenvolvimento foi fruto da experiência acumulada duran-

te a longa guerra com a Espanha (1568-1609, renovada em 1621) e de um detido estudo de teóricos gregos e romanos. O primeiro grande resultado desse esforço se deu em 1600, quando dez mil holandeses derrotaram um efetivo equivalente de espanhóis na batalha de Nieuport<sup>6</sup>.

A unidade tática holandesa era o batalhão, composto por cerca de 580 homens<sup>7</sup>. Dois batalhões formavam um regimento e, seis a oito batalhões, uma espécie de brigada. As companhias que constituíam os batalhões tinham um efetivo de 120 soldados, além de 13 oficiais e sargentos. Se, no começo daquele século, os piqueiros representavam a maioria dentro das unidades, à época de Guararapes o grosso da tropa batava já era equipado com armas de fogo.<sup>8</sup>

Os atiradores holandeses não tinham uma posição estática durante o combate. De acordo com as necessidades, eles podiam se colocar à frente, dos lados ou atrás da linha de piqueiros. Além disso eram treinados para aumentar a cadência de tiro, racionalizando o trabalho do grupo e de cada indivíduo. Nesse sentido, eram dispostos geralmente em cinco linhas. Cada linha que atirava movia-se para a retaguarda do dispositivo, abrindo caminho para o disparo da linha se-

<sup>6</sup> A batalha se deu em meio a uma situação estratégica totalmente desfavorável aos holandeses, que não tinham para onde escapar em caso de derrota. O terreno, arenoso e estreito, limitado ao norte pelo mar e ao sul por dunas, prejudicou o papel tradicional da Cavalaria. Nessa pequena arena, os batalhões da república rebelde, menores e mais maleáveis do que a pesada estrutura espanhola, obtiveram uma incrível vitória. A Artilharia espanhola, atolada na areia, teve pouco efeito.

<sup>7</sup> Geoffrey Parker (*The Military Revolution*, p. 20), Carlos Selvagem (*Portugal Militar*, p. 380), Souza Júnior (*Do Recôncavo aos Guararapes*, p. 134) e Jean Perré (*La Guerre et ses Mutations*, p. 237) falam em quinhentos homens. Cláudio Moreira Bento (*As Batalhas dos Guararapes*, p. 62) coloca os regimentos com quinhentos homens.

<sup>8</sup> A proporção entre piqueiros e atiradores dentro das companhias e, consequentemente, nos batalhões, é motivo de controvérsias. M. D. Feld (*The Structure of Violence: Armed Forces and Social Systems*, p. 178) fala em 45 piqueiros e 74 atiradores por companhia. Motley (*The United Netherlands - 1584/1609*) diminui o tamanho da companhia e coloca apenas 30 piqueiros para 64 atiradores.

guinte, que repetia a operação, de modo a permitir um fogo quase constante.

Quando em coluna, na marcha para o combate, o Exército holandês se dividia em vanguarda, corpo de batalha (grosso) e retaguarda. Essa divisão se fazia útil quando do desdobramento para o combate. Nesse momento, o corpo de batalha se colocava no centro do dispositivo, tendo a vanguarda e a retaguarda em suas alas. Mas se o terreno era estreito, esses três corpos não se desdobravam e eram empregados sucessivamente.

Mas, no que pertine especificamente às forças holandesas no Brasil, afere-se dos documentos disponíveis que as companhias raramente alcançavam o seu efetivo completo. Em um relatório de 1640 vemos, por exemplo, o caso extremo de um capitão à frente de uma companhia de apenas 13 homens. Assim, quando observarmos os regimentos holandeses presentes em Guararapes, não devemos tomá-los por seus efetivos teóricos, pois não deveriam exceder em muito a força de um batalhão.

Tomando ainda por base as fontes holandesas, seria interessante notar que os batalhões e regimentos não existiam na prática, e somente eram constituídos às vésperas de grandes engajamentos, tais como a batalha de Guararapes. No dia-a-dia das guarnições, a estrutura básica era mesmo a companhia.<sup>9</sup>

No mais, a batalha em questão nos mostrará que o sistema tático holandês, embora fosse excelente para as condições europeias, era desaconselhável para a guerra que se travava no Brasil. A rigidez dos batalhões

batavos, tão útil para o perfeito emprego dos piques, se apresentaria inadequada em face do terreno e do adversário.

## TREINAMENTO

De início devemos lembrar que grande parte dos soldados da Companhia possuía uma extensa experiência adquirida em guerras européias. Ainda assim, os holandeses não descuidavam do treinamento da tropa.

Eles desenvolveram, no início daquele século, um manual específico para o treinamento dos soldados no uso do armamento de Infantaria. *O kriegsbuch*, de João de Nassau, era um livro ilustrado e que mostrava passo a passo os movimentos necessários para o disparo e recarregamento do arcabuz e do mosquete, além da correta utilização do pique. Quanto a esse último armamento, embora fosse tecnologicamente menos complexo do que os outros dois, exigia um período maior de treinamento, razão que também contribuiu para o seu posterior desaparecimento.

Ambrósio Richshoffer, que foi soldado da Companhia das Índias Ocidentais durante os primeiros anos da ocupação de Pernambuco, nos conta alguma coisa sobre o seu período de treinamento, quando lhe exigiam que recarregasse seu mosquete, em rápida sucessão, enquanto andava.

No entanto, os soldados holandeses de 1648, estando confinados em território bastante restrito, não poderiam se preparar adequadamente para as condições e o terreno que iriam encontrar fora da área fortificada do Recife.

<sup>9</sup> Um exemplo prático do sistema holandês empregado no Brasil é a batalha da Mata Redonda, cujo mapa pode ser encontrado no primeiro volume da *História do Exército Brasileiro*.

## O MORAL

O Exército holandês enfrentou, a partir de 1645, uma série de problemas que viriam a ter efeitos negativos sobre o moral da tropa.

Em primeiro lugar, como vimos, a guerrilha brasileira conseguira dominar totalmente o interior de Pernambuco e da Paraíba, desestruturando assim os suprimentos holandeses. Isso fez com que cachorros, gatos, cavalos e mesmo ratos passassem a ser consumidos no Recife. A água era quase sempre salobra e sofria-se com a escassez de lenha para a preparação dos alimentos. A falta de comida adequada e suficiente gerou inúmeros casos de deserção e insubordinação. Pierre Moreau, funcionário da Companhia, nos conta que:

*Um dia em que os Senhores [do Conselho] se tinham reunido em casa de um deles para jantar, uma dúzia de soldados ousados o soube; subiram à sala no momento em que esses Senhores se preparam para tomar lugar, puseram-se eles próprios à mesa (...) e causaram-lhes tanto medo que estes, acreditando que iam ser assassinados, saíram habilmente da casa e deixaram-nos comer, bem satisfeitos de se livrarem, por um banquete, ficando os soldados radiantes, de seu lado, por haverem-nos deixado comer regularmente em paz.*

Além da fome, havia outros problemas cotidianos, tais como a vida sedentária de uma guarnição sitiada e o calor tropical – este último sempre citado como fonte de desânimo e doenças.

Esses sofrimentos, porém, não destruíram o ânimo da soldadesca para a luta. Ainda segundo Moreau, os soldados *procedentes de diversas nações, bradavam em*

*altas vozes, que não se tinham comprometido a morrer à mingua e preferiam ir perder a vida num ataque a terminar seus dias à maneira dos indigentes e pedintes.*

O que parece interessante, e ainda pouco analisado pelos historiadores militares, é a influência que o convívio com o povo luso-brasileiro gerou sobre o ânimo beligerante do soldado holandês. Entre 1630 e 1648, dezenas de oficiais e soldados holandeses se uniram a mulheres luso-brasileiras, constituindo famílias que acabaram por ingressar na sociedade da colônia. A maior parte dessas famílias foi objeto de preconceitos, pois esses casamentos não eram reconhecidos pela Igreja Católica. Ainda assim, daquela prática resultaram alguns fatos interessantes para o nosso estudo.

Em agosto de 1645, o forte do Pontal de Nazaré, guarnecido por quase trezentos soldados holandeses e voluntários, era comandado pelo Major Hoogstraten, homem de confiança do Conselho. No entanto, após uma débil resistência, esse oficial vendeu a praça, por 18 mil florins, aos patriotas que a cercavam. Hoogstraten e a maior parte de seus soldados se alistaram em seguida nas forças brasileiras. Embora muitos tenham sido forçados a tomar essa atitude, sabe-se que alguns dos oficiais da guarnição eram casados com portuguesas. Um deles, inclusive, tem seu sobrenome bastante difundido no Brasil do século XX. Refiro-me ao Capitão Gaspar Van der Ley (Vanderley).

Os muitos anos vividos no Brasil por esses militares, e os já referidos casamentos com moças locais, mudaram o pensar e o sentir de alguns. Jacob Rabe, funcionário da Companhia, tornara-se influente junto

aos índios tapuias, que o adoravam. A aliança com esses índios fora sempre de grande utilidade para os holandeses que, por isso, toleravam os crimes cometidos por eles contra os colonos do Rio Grande do Norte. No entanto, Rabe foi assassinado pelo comandante holandês daquela capitania, o Major Joris Garstman. Esse último, vivia no Brasil desde os primeiros anos da invasão de Pernambuco e, casado com uma brasileira, tivera o sogro assassinado por índios sob o comando de Rabe. A vingança de Garstman teve graves consequências sobre o relacionamento dos holandeses com os tapuias, uma vez que estes nunca mais se identificaram com qualquer outro emissário da Companhia.

## CONCLUSÃO

Dos elementos acima analisados, verificamos que o poder militar holandês às vésperas de Guararapes estava em declínio.

A dependência de recursos externos para a manutenção da luta foi agravada pela

rápida perda de base territorial, a partir de 1645. Esse fator, como vimos, gerou o desabastecimento do principal centro populacional (Recife-Cidade Maurícia), o que, por sua vez, atingiu o moral da tropa, levando-a à insubordinação e à deserção.

Essa situação desfavorável não era, porém, irreversível, nem capaz de impedir um rápido soerguimento. A Companhia das Índias Ocidentais possuía um efetivo considerável, constituído por soldados experientes, bem treinados, e enquadrados por um sistema tático que, se não era o ideal para o cenário brasileiro, ainda era um dos melhores da Europa.

Assim, Guararapes surge como uma oportunidade decisiva para os holandeses, que, apesar de todas as dificuldades descritas, conseguiram concentrar uma força apreciável, num único ponto, contra um adversário em inferioridade numérica e que, esperava-se, seria pego de surpresa.

O porquê do insucesso dessa desesperada empresa é questão que este ensaio, por si só, não pode esclarecer. ☀



*Seja assinante  
da BIBLIEC  
e receba sempre  
bons livros*

# As instituições militares no século XXI: Sua missão em face dos conflitos<sup>1</sup>

Ricardo Vélez Rodríguez\*

## RESUMO

Elaborado em data anterior ao 11 de setembro de 2001, o artigo procura desenhar um mapa das tendências dos conflitos, herdados do século XX e ainda vigentes no horizonte do mundo globalizado.

## PALAVRAS-CHAVE

Fundamentalismo, narcoterrorismo, patrimonialismo, neonazismo.

Não há rupturas radicais na história humana. Os processos de mudança, mesmo os mais ousados, anunciam-se nas tendências do presente. Assim aconteceu, por exemplo, com a Revolução Francesa. Ela pretendia ser uma ruptura definitiva com o fio da história, mas deu ensejo ao contrário como todos sabemos, após as críticas análises de Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução*<sup>2</sup>, a mais um capítulo da longa história do absolutismo, que constitui a nota característica das instituições da França desde o início da modernidade. Algo

muito semelhante aconteceu, no início do século XX, com a Revolução Bolchevique, na Rússia, que ensejou uma reedição do velho czarismo, o mais acabado modelo de patrimonialismo conhecido na Europa, como foi ilustrado, detalhadamente, por Karl Wittfogel, na sua obra *O Despotismo Oriental*<sup>3</sup>, e por Milovan Djilas em *A Nova Classe*<sup>4</sup>.

Não seja feito aqui exercício de profetismo em relação às perspectivas que se descontinam para o Brasil no contexto internacional neste início de século, embora a isso seja a imaginação humana forte-

\* Professor e filósofo do IHGB, Universidades Gama Filho e Federal de Juiz de Fora e da Academia Brasileira de Filosofia.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECUME.

<sup>2</sup> Tocqueville, 1989: 67-70

<sup>3</sup> Wittfogel, 1977

<sup>4</sup> Djilas, 1958

mente tentada em conjunturas significativas como os do fim de um milênio. Pelo contrário, trata-se de desenhar um mapa das tendências vigentes e herdadas do século que ora finda.

Partindo do pressuposto formulado no século XIX pelos liberais franceses<sup>5</sup> no sentido de que a dupla tendência ao progresso e à democracia constitui, desde o século XIX, o pano de fundo da história de longo curso da civilização ocidental, a questão será colocada nos seguintes termos: *Quais são as perspectivas que se desenham para o mundo e para o Brasil, no terreno da completa realização do ideal democrático e da conquista do desenvolvimento, neste início de milênio?*<sup>6</sup>

A indagação tem, aliás, fundamento na própria tradição militar brasileira, haja vista que *Democracia e Desenvolvimento* constituem dois dos objetivos nacionais permanentes assinalados pela doutrina da Escola Superior de Guerra.

Pretende-se mostrar que o principal obstáculo que se ergue contra a realização desse duplo ideal são, na atual conjuntura brasileira e internacional, os conflitos, que podem chegar a constituir uma espécie de muro intransponível, capaz de barrar o acesso ao gozo pleno da democracia e do desenvolvimento a amplas camadas da população, para não falar da exclusão de países inteiros, como acontece hoje no continente africano.

O problema é sentido, de forma crescente, tanto no mundo desenvolvido quan-

to nos países em vias de desenvolvimento. Na França, por exemplo, constitui ele hoje preocupação central da sociedade, às voltas com minorias culturais agressivas, que não foram assimiladas pelo sistema sociocultural estabelecido. Algo semelhante ocorre na Alemanha e nos Estados Unidos, sociedades abastadas que vêm, com crescente preocupação, a ascensão de grupos neonazistas, os quais pretendem excluir estrangeiros e minorias étnicas do convívio civilizado, ou nas quais aparecem, com freqüência<sup>7</sup> indivíduos que pretendem aniquilar a sociedade à sua volta, enxergada que é unicamente como perigosa fonte de competição e instabilidade. No Brasil, os conflitos sociais, na versão irracional da violência que paira sobre nossas cabeças, constituem o pesadelo que assombra a todos, sem que consigamos enxergar uma saída confiável para o mal.

Esses conflitos, com o potencial de violência que nos assusta, têm contribuído, em muito, para baixar a qualidade de vida em nossa sociedade. Lembremos as palavras do velho filósofo inglês Thomas Hobbes, no *Leviatã*:

*Tudo aquilo que é válido para tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo no qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; consequentemente não*

<sup>5</sup> Madame de Staël, Royer Collard, Constant de Rebeque, François Guizot, Alexis de Tocqueville

<sup>6</sup> Cf. Staël, 1998: 28-29; Guizot, 1864: 3-64; Tocqueville, 1977.

<sup>7</sup> Vide caso dos atiradores americanos a esmo (Vide, também, o da destruição total das *twin towers* e parcial do Pentágono nos EUA, com seus imprevisíveis desdobramentos - N.R.)

*há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedades e, o que é pior do que tudo, prevalece um constante temor e perigo de morte violenta. A vida do homem é solitária, pobre, sordida, embrutecida e curta.<sup>8</sup>*

Antes de particularizar as formas de conflito com que se defronta a nossa sociedade no contexto internacional, é necessário destacar um dado fundamental: o conflito não é apenas uma variável social. É, inicialmente, um dado antropológico que expõe a nossa herança genética, como lembra, com propriedade, Meira Penna:

*O que a antropologia está revelando é o passado animalesco do homem, um caçador carnívoro cuja inteligência presumivelmente se desenvolveu durante centenas de milhares de anos de expedições coletivas para enfrentar animais maiores e mais ferozes. Um tal atavismo não é facilmente sobrepujado.<sup>9</sup>*

Mas o conflito deita raízes ainda mais profundas em nossa essência humana. É, basicamente, uma tendência ontologicamente enraizada no íntimo da nossa natureza. Heráclito de Éfeso, um dos filósofos pré-socráticos, tinha caracterizado o homem como conflito (*pólemos*), no século VI a.C. Na mesma época, Parmênides

lembava que o ser humano é, na sua essência ser e nada (*dokounta*), como aliás os outros *entes* no mundo, porquanto não possui o monopólio da existência<sup>10</sup>. Pode ser e não ser. Pode apenas, como no caso do feto que é eliminado após algumas semanas de vida, ter uma precária existência uterina. A certeza da nossa finitude, apreendida pela razão e não aceita, constitui, no ser humano individual, a raiz ontológica do conflito. *Sereis como deuses*, teria dito a astuta serpente a Adão e Eva no paraíso. O cerne do pecado original seria essa não aceitação da finitude humana, pecado prometéico de soberba ou de *hybris*.

A filosofia ocidental mostrou um caminho construtivo para emergir da angústia da própria finitude. A partir de Sócrates, a meditação filosófica apresenta-se como *sofia* libertadora das angustiantes cadeias da nossa precariedade existencial.

A religião, desde as mais remotas épocas da história humana, já tinha aberto uma porta para dar vazão, no plano da crença, a essa problemática. A solução religiosa continua a ter plena validade e é interessante observar o renascer das diversas religiões neste início de milênio. Mas a Filosofia constituiu sempre a resposta, do ângulo racional, para a finitude.

Na modernidade, os filósofos da cultura após Pufendorf<sup>11</sup> tentaram definir os contornos desse *espaço humano* que nos abre caminho à perspectiva da imortalidade nas grandes criações do espírito, na aventura intelectual. Estão aí os imorredouros trabalhos de Platão, Aristóteles, Averróis, S. Tomás de Aquino, Ockham, Descartes, Hume, Kant, Hegel, Scheler, Tobias Barreto, Vicente Ferreira da Silva,

<sup>8</sup> Hobbes, 1974: 80

<sup>9</sup> Penna, 2000: 6

<sup>10</sup> Cf. Souza: 47-138

<sup>11</sup> Cf. Hell, 1986: 26-46

Miguel Reale e tantos outros. Somos pô, mas podemos aspirar às estrelas mediante o nosso conhecimento e a nossa grandeza moral. Sempre que a humanidade se distanciou dessa forma construtiva de lidar com a sua finitude mergulhou no sem-sentido de uma violência niilista. Não é por acaso que no *curto século XX*, para lembrar a expressão cunhada por Eric Hobsbawm (1995), após ter renunciado à transcendência religiosa e à transcendentaldade da criação cultural, o pensamento europeu entrou em parafuso existencial e proclamou, alto e bom som, a morte de Deus e do homem.

O homem encontrou também, na esfera produtiva, um caminho amplo para fazer deslanchar as suas energias e dar vação aos conflitos gerados pela finitude. A agressividade humana pode muito bem se tornar criativa na empresa capitalista. A respeito, escrevia John Maynard Keynes:

*A possibilidade de ganhar dinheiro e fazer fortuna pode orientar certas inclinações perigosas da natureza humana para caminhos onde elas se tornem relativamente inofensivas e, não sendo satisfeitas desse modo, possam elas buscar uma saída na crueldade, na desenfreada ambição de poder e de autoridade e, ainda, em outras formas de engrandecimento pessoal!*<sup>12</sup>

Outro caminho para a superação dos conflitos ensejado pela finitude humana foi constituído, desde as origens da civilização pela dominação do homem sobre o homem e que é a essência da política. Não é à toa que o máximo estudioso das for-

mas de dominação, Max Weber, no seu ensaio intitulado *A política como vocação*, identificou o Estado como *uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território*<sup>13</sup>. O Estado seria, assim, a expressão do conflito aceito, e institucionalizado, pelas comunidades humanas em todas as épocas.

Feita a ressalva antropológica formulada, e que nos poupa de buscar soluções fáceis à problemática em apreço, pois as raízes do conflito estão em nós, é importante anotar que não se trata de banir os conflitos da face da terra, mas de saber administrá-los. Eles formam parte da nossa finitude. A filosofia liberal deixou isso muito claro, quando, a partir de Locke<sup>14</sup>, passou a elaborar uma concepção da sociedade política como a luta em prol da defesa dos interesses materiais do indivíduo. Na organização parlamentar pensada pelo *pai do Liberalismo clássico*, não se tratava de banir os conflitos entre as classes, mas de fazer com que se pudesse negociar entre eles, a fim de permitir o convívio de todos. A democracia representativa estruturou-se justamente como forma de permitir a negociação entre interesses materiais diferentes, organizados em partidos políticos, com representação nas duas casas do Parlamento.

Passemos pois a analisar as principais tendências conflituosas que se desenham no plano social, neste começo de era que temos o privilégio de viver.

Coloquemos novamente a questão enunciada atrás: *quais são as perspectivas que os conflitos opõem à realização do ideal democrático e do desenvolvimento, no século que ora começa?* Recordemos

<sup>12</sup> Keynes, 1983: 254

<sup>13</sup> Weber, 1993: 98

<sup>14</sup> Cf. 1965: 361-394

que, no plano internacional, os conflitos estão presentes entre as nações. Após o fim da Guerra Fria, a perspectiva dos conflitos diversificou-se até o ponto de alguns estudiosos falarem de sua simultânea desideologização e banditização. O mundo se homogeneizou e os dois blocos que protagonizaram dissolveram-se no predomínio difuso da globalização capitalista.

Sete grandes tendências de conflitos desenham-se, a nosso ver, no horizonte do mundo globalizado deste início de século: o fundamentalismo; o narcoterrorismo; o patrimonialismo; o neonazismo; as guerras pelos recursos naturais; as guerrilhas comerciais e a banditização dos conflitos. Analisemo-las detalhadamente.

### O FUNDAMENTALISMO

Não há dúvida de que o Fundamentalismo será uma das causas mais relevantes de conflitos contra o convívio democrático e o desenvolvimento no século XXI. Sua essência é esta: só é aceita a forma purista de opção religiosa adotada pelos membros da seita radical; qualquer opção diferente deve ser aniquilada sem contemplações, pois é considerada um pecado imperdoável.

No caso dos fundamentalistas islâmicos, a saída é a eliminação de quem se opuser, no seio do país, ao seu domínio absoluto. Isso aconteceu no Irã dos aiatolás, no totalitarismo fundamentalista dos talibãs, no Afeganistão, no terrorismo deflagrado pelos xiitas no Oriente Médio e na Argélia. No caso dos suicídios coletivos apregoados por seitas radicais, a auto-eliminação dos membros do grupo trata de impedir a sua contaminação com um mundo

irremediavelmente perdido. Para o fundamentalista só pode haver uma democracia válida: a da unanimidade ao redor do mesmo credo. Democracia pluralista é, portanto, uma contradição inaceitável.

Para mostrar a força que o Fundamentalismo tem hodiernamente, podemos lembrar uma série de atos terroristas praticados por fanáticos pelo mundo afora, ao longo da última década. Por exemplo, o atentado de Oklahoma, nos Estados Unidos, perpetrado por extremistas *wasp* e que causou inúmeras vítimas civis; o atentado contra a sede da Sociedade Israelita em Buenos Aires, praticado por muçulmanos radicais; os suicídios coletivos patrocinados nos Estados Unidos e em países europeus por seitas milenaristas; os atentados contra embaixadas americanas na África ao longo de 1998, de autoria intelectual do fanático Bin Laden; os vários atentados praticados na França pelos ativistas muçulmanos da GIA; os atos terroristas deflagrados na Argélia contra a população civil pelos fundamentalistas islâmicos; o terrorismo dos fanáticos talibãs, de que é vítima a população do Afeganistão; a onda terrorista que sacudiu Moscou, patrocinada pelos nacionalistas chechenos e que deu ensejo à brutal onda repressiva do governo russo contra a população civil de Grosni e outras cidades da Chechênia; os atentados com gás *sarin* em Tóquio, provocados por fanáticos religiosos; o assassinato do premiê israelense Itzhak Rabin, perpetrado por um judeu radical; os constantes atos terroristas praticados em Israel por fundamentalistas islâmicos ou judeus ultra-ortodoxos, com a finalidade de fazer ruir o processo de paz<sup>15</sup>; os

inúmeros atentados cometidos por extremistas na Índia e no Paquistão<sup>16</sup>.

O panorama não parece mudar, no sentido de um arrefecimento do Fundamentalismo<sup>17</sup>. O regime iraniano pode evoluir, caso fracasse a atual onda liberalizante, até formas de exercício do poder total. De outro lado, podem surgir novos governos radicais islâmicos, especialmente na Ásia e na África. O advento dos xiitas ao poder na Argélia, por exemplo, parece uma questão de tempo.

O período de ditadura militar e o posterior processo de redemocratização têm represso, não eliminando o risco desse desfecho. Na América Latina, é previsível um crescimento do Fundamentalismo islâmico no presente século, a partir do aumento da imigração de cidadãos do Oriente Médio para países como Brasil, Paraguai e Argentina. Por outro lado, é de se prever uma radicalização dos movimentos independentistas de inspiração islâmica, nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. A força com que Moscou tem castigado os rebeldes chechenos deixa ver a preocupação dos russos perante essa alternativa. Nem os Estados Unidos parecem livres do fantasma fundamentalista no novo século, tanto do ponto de vista do

radicalismo das seitas *wasp*, quanto do ângulo do já tradicional Fundamentalismo islâmico<sup>18</sup>. A recente criação de uma polícia especializada em ações antiterroristas deixa ver que os americanos vêem essa questão com crescente preocupação. Notadamente,

se levarmos em consideração que terroristas possam ter acesso ao armamento nuclear ou a outros tipos de tecnologia de destruição massiva.

O medo da humanidade com esse tipo de ameaça certamente não se limita ao perigo representado por Saddam Hussein<sup>19</sup>. O século XXI conhecerá, infelizmente, novas ameaças.

## 0 NARCOTERRORISMO

O narcoterrorismo constitui a forma mais recente e mais latino-americana de conflito contra o convívio democrático e o equilibrado desenvolvimento das sociedades. Na forma em que foi concebido e organizado por Pablo Escobar na Colômbia na década de 1980, deflagrou uma guerra sem quartel contra todo aquele que se opunha ao negócio da droga.

Constitui uma forma extremadamente agressiva de patrimonialismo selvagem, que privatiza tudo em função da atividade criminosa. A sociedade civil, as instituições

<sup>15</sup> A eleição de Ariel Sharon revela hoje a força desses elementos reactionários.

<sup>16</sup> Nenhum, porém, se compara aos atos extremos que surpreendem o mundo, praticados, nos EUA, dia 11 de setembro de 2001. (N.R.)

<sup>17</sup> Mesmo após à reação mundial e à guerra contra o terrorismo desencadeada pelos EUA, após os atentados praticados no seu território. (N.R.)

<sup>18</sup> Vide os acontecimentos de 11 de setembro referidos em 16 e 17. (N.R.)

<sup>19</sup> E/ou Osama Bin Laden (N.R.)

governamentais, o direito, a religião, tudo deve ser cooptado pela empresa do tráfico.

O Narcoterrorismo pressupõe uma estrutura rigorosamente piramidal do poder, estando na cúpula o chefão dos chefões, o *capo di tutti capi*. Mas, diferentemente da máfia italiana, deixa de ser uma organização familiar, para constituir uma autêntica empresa multinacional, com rigorosa distribuição de funções e aplicação racional dos bilhões de dólares ganhos nas múltiplas transações.

O Narcoterrorismo é, outrossim, uma máquina de guerra, com exércitos a seu serviço, como testemunha o atual conflito colombiano, em que a narcoguerrilha e os paramilitares cooptaram os barões da coca e da heroína. Os subversivos passaram a financiar as suas atividades criminosas com os bilhões de dólares que lucram com o comércio de estupefacientes. Os novos chefões colombianos são os comandantes das FARC/ELN e dos paramilitares<sup>20</sup>.

Para se ter uma idéia do perigo que essas organizações armadas representam na América do Sul em relação ao convívio democrático e ao desenvolvimento, lembremos que o Presidente Pastrana entregou às FARC, no início de 1999, uma área equivalente a 40 mil quilômetros quadrados, situada no Centro-Sul do país. A partir dessa base territorial ampla, os guerrilheiros organizaram um Estado subversivo, hoje denominado de *República das Farc*, a partir do qual deflagram golpes violentos contra o resto do território co-

lombiano, com a finalidade de alargar a sua área de dominação<sup>21</sup>.

Saindo da *zona de distenção*<sup>22</sup>, três mil guerrilheiros atacaram 13 cidades do Sul do país, na fronteira com a Venezuela e com o Brasil, no final de outubro e início de novembro de 1999.

A *República independente das FARC* preocupa os assessores de política internacional norte-americana, pois se trata de um novo Estado fora da lei, armado, perigoso e financiado com dinheiro da droga, deitando raízes no coração da América do Sul. A zona desmilitarizada, consideram os jornalistas, converteu-se numa fortaleza, a partir da qual os 15 mil guerrilheiros das FARC podem lançar ataques ao longo do país, armados com mísseis terra-ar e com milhares de fuzis de assalto recém-comprados da antiga Alemanha Oriental, contando, outrossim, com a sua própria força aérea, pequena mas crescente. Segundo um general colombiano, as FARC adquiriram pelo menos oito helicópteros e fontes de inteligência informam que também compraram umas duas dúzias de mísseis terra-ar SAM-12. Essas mesmas fontes revelaram que os guerrilheiros contrataram assessores militares da Nicarágua e El Salvador, bem como terroristas chilenos e argentinos e especialistas em explosivos iranianos. Artigo da *Newsweek* divulgado pelos jornalistas Steven Ambrus e Joe Contreras revela que com 37 pistas de pouso à sua disposição dentro da zona desmilitarizada, os rebel-

<sup>20</sup> Cf. Vélez, 2000 a; 2000 b; Guillermoprieto, 2000 a; 2000 b.

<sup>21</sup> Os serviços secretos norte-americanos estão realizando um rigoroso monitoramento desse novo narco-Estado. Parte desse trabalho de inteligência foi divulgado pelos jornalistas Steven Ambrus e Joe Contreras, da revista *Newsweek* (Ambrus Contreras, 1999).

<sup>22</sup> Nome eufemístico dado por Pastrana ao narco-Estado.

*des oferecem agora um serviço de correio rápido que transporta cocaína processada a qualquer lugar do país.*

O Brasil entrou, infelizmente, no ciclo do narcotráfico da *República das FARC*.

Mencionemos, em primeiro lugar, o trabalho de relações públicas que a narcoguerrilha realiza regularmente em nosso País, sem ser incomodada<sup>23</sup>. Isso ficou patente na rápida libertação pela Justiça do ex-padre representante das FARC em Foz do Iguaçu, bem como no Fórum Social anti-Davos de Porto Alegre, onde os apelos à luta armada juntaram-se aos protestos contra a Operação Colômbia e às arruaças antitransgênicas do ativista francês Bové, acompanhado pela liderança do MST<sup>24</sup>.

Isso para não falar do crescente mercado da droga em nosso País, que já não é mais apenas corredor de exportação de estupefácia, mas que virou consumidor regular de maconha, cocaína e crack. A violência nas grandes cidades brasileiras explodiu a partir do momento em que a delinquência comum juntou-se ao narcotráfico. Isso ficou patente no Rio de Janeiro, após os dois governos populistas que tornaram os morros santuários dos traficantes, impedindo a polícia de subir neles e estabelecendo, deliberadamente, a con-

fusão nos indicadores da criminalidade na cidade e no Estado. Em São Paulo, a violência quintuplicou justamente ao ensejo da entrada do crack no mercado de estupefácia, com a consequente democratização do consumo. O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, noticiava, em 7 de junho de 1995, que havia na cidade cinco mil pontos de venda de crack, sendo 60% dos assassinatos motivados pelo consumo e comercialização de tóxicos. O mesmo telejornal noticiava que, de janeiro a junho desse ano, tinha havido na Grande São Paulo, 21 chacinas e 3.000 assassinatos, sendo que 15 desses massacres estiveram ligados diretamente ao narcotráfico.

do que 15 desses massacres estiveram ligados diretamente ao narcotráfico.

## O PATRIMONIALISMO

O Patrimonialismo foi definido, por Max Weber, como uma das formas mais antigas de despotismo, tendo-se caracterizado como um Estado que surgiu não a partir da diversificação da sociedade em classes que lutavam pela posse do poder, como os modernos estados europeus ocidentais, mas a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alargou a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatriacionais, passando a administrá-los como propriedade familiar, patrimonial. Essa foi a origem do Estado na Rússia, na China, na Espanha, em

<sup>23</sup> Cf. Amorim, 2000: 4 d.

<sup>24</sup> Cf. Caramel - Séville, 2001: 5.

Portugal e, por tabela, na América Latina, como apropriadamente mostraram Oliveira Vianna (1974), Raymundo Faoro (1958), Simon Schwartzman (1982), Antônio Paim (1978), Meira Penna (1988) e Vélez Rodríguez (1997), entre outros.

Séculos de cultura patrimonialista levaram os países ibero-americanos a encarar a política como luta entre clãs pela posse do poder do Estado e, uma vez consolidado este, a administrá-lo como botim orçamentário a ser distribuído entre amigos e apaniguados, com exclusão de todos os outros. Isso constitui, sem dúvida, uma forma de violência, na medida em que a *res publica* que deveria servir a todos, vira *res privata* ou coisa nossa, a serviço dos *donos do poder* e da sua clientela. É a raiz peculiar da violência na América Latina. Não fomos dotados, como outros povos, do sentido do bem público. O nosso, como destaca Oliveira Vianna, é um individualismo clânico ou insolidário, aventureiro em três séculos de poder latifundiário. O *patotismo*, nos nossos países, sufocou o patriotismo.

Fenômeno semelhante, embora acrescido das práticas totalitárias do antigo sistema soviético, enfrentam a Rússia e os demais países do antigo bloco comunista na Europa Oriental. O mesmo ocorre nas ex-colônias européias do Sudeste Asiático, notadamente no Camboja e no Vietnã que, durante o período de dominação comunista, sofreram com o fortalecimento tota-

litário das antigas tendências privatizantes do poder do Estado. De outro lado, não esqueçamos que, embora potência econômica emergente, a China não deixou de ser um Estado patrimonial, uma das mais acabadas formas do despotismo oriental estudadas por Karl Wittfogel.

Muito sangue correrá no século XXI por conta da tendência privatizante dos *donos do poder* nos vários países de tradição patrimonialista. Poderíamos dizer que a corrupta feição do Estado patrimonial, que visa à privatização do governo pelos clãs, foi a via expressa que deu ensejo, na Colômbia, ao narco-Estado e que torna possível esse perigo no resto do continente, do México à Patagônia.

Oliveira Vianna destacou, com rara objetividade, o fundo cultural em que repousa o patrimonialismo brasileiro e ibero-americano: o *complexo de clã*, caracterizado por ele da seguinte forma:

*Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausência de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que só por si bastaria para explicar os outros aspectos (...). Este: a tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público. Essa tenuidade ou essa pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo<sup>25</sup>, mais*

<sup>25</sup> No comportamento político dos nossos homens públicos.

*peso, mais força, mais importância determinante do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Esse estado de espírito tem uma causa geral (...), e essa razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público. Os órgãos do Estado são para esses chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma forçaposta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses desses<sup>26</sup>.*

Teremos chance de ver diminuída a agressividade do patrimonialismo entre nós no século que se inicia? Tudo leva a crer que a tarefa será difícil, haja em conta as profundas raízes que o Estado patrimonial deitou nas nossas crenças e valores.

Se é certo que, na última década, houve um esforço no sentido de despatrimonializar o Estado, tornando-o uma entidade enxuta e eficiente a serviço da sociedade, é necessário reconhecer que ainda é muito forte, no Brasil, a estrutura do Estado patrimonial. Nossa classe política ainda se alimenta das práticas do nepotismo e da festança com o dinheiro público.

Lembremos, entre outros testemunhos dessa realidade, as reações iradas de prefeitos e vereadores contra a nova lei de Responsabilidade Fiscal<sup>27</sup>. Se vivo fosse, o caudilho gaúcho Júlio de Castilhos veria confirmada a sua frase: *O regime parlamentar é um regime para lamentar*. A alternativa é a cooptação, perigoso caminho que conduz à sovietização e que tem sido seguido, infelizmente, por partidos de es-

querda tão importantes quanto o Partido dos Trabalhadores<sup>28</sup>.

Enquanto isso, as reformas que deveriam ser feitas para democratizar o Estado<sup>29</sup>, ou ficaram a meio caminho, obstaculizadas sistematicamente, ou simplesmente foram empurradas com a barriga, como foi o caso da reforma tributária. Da mesma forma, a implantação de um ensino básico de boa qualidade, que atenda a todos os brasileiros, garantindo a educação para a cidadania, não tem conseguido os resultados esperados. Não foi resolvida a questão da formação de professores, embora hoje contemos com tecnologias que barateariam enormemente a massificação para o universo docente de cursos de graduação e pós-graduação. Recursos escassos são ainda mal geridos, carreados para o inefficiente e caro sistema federal de ensino superior, onde certamente faz falta um processo de reformas profundas, que cobre de quem pode pagar, em benefício dos menos favorecidos.

O século XXI assistirá, certamente, à consolidação do maior Estado patrimonial do extremo oriente, a República Popular da China, como uma das potências econômicas e políticas do mundo. Com raro pragmatismo, os comunistas chineses estão conseguindo dar passos definitivos rumo à completa modernização de seu país. Como frisava o jornalista Carlos Tavares de Oliveira, *encerrou a China o ano, o século e o milênio deixando estabelecidas sólidas bases para reconquistar, no futuro não muito distante, a hegemonia perdida a par-*

<sup>26</sup> Viana, 1974: I, 297.

<sup>27</sup> Cf. Gomes, 2001.

<sup>28</sup> Cf. Paim, 2000 a.

<sup>29</sup> Tributária, político-partidária, administrativa, previdenciária.

*tir do século XVI<sup>30</sup>. Ainda segundo o citado autor, o ciclo histórico da fantástica recuperação da milenar nação asiática começou exatamente na metade do século passado, com a chegada ao poder do líder comunista Mao Tsé-Tung, em 1950, que eliminou os resquícios da retrógrada dinastia imperial da minoria manchu, além de expulsar as forças colonialistas japonesas e o exército contra-revolucionário de Chiang Kai-Chek. Quase trinta anos depois, em 1979, o Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-Ping, ex-exilado em Paris, comandava uma nova revolução, esta de origem pacífica, mas que alterou radicalmente não só as estruturas econômicas, mas também os próprios costumes da população. Porém, o lado positivo do antigo sistema - quanto à educação, saúde e assistência social - não só foi mantido como até aperfeiçoado.*

Efetivamente, o gigante do extremo oriente caminha a passos largos rumo à completa modernização da economia. Sob o curioso rótulo de *economia de mercado com características chinesas*, conseguem-se índices de crescimento não atingidos por nenhum outro país. As cifras e as realizações são realmente impressionantes e poderiam ser resumidas nos seguintes itens: crescimento anual do produto interno bruto da ordem de 8,2%; desenvolvimento equilibrado da produção nos mais varia-

dos setores, abrangendo agricultura, comércio e indústria; adoção de um esquema de eficiência e produtividade na reforma agrária, mediante o contrato de responsabilidade, que assegura a produção e venda livre da colheita e que levou a China a quebrar todos os recordes no setor, com safra de cereais em torno de 460 milhões de toneladas, o dobro dos Estados Unidos, utilizando apenas 7% da área agricultável; excepcional produtividade de frutas, tendo atingido o recorde mundial de 59 milhões de toneladas anuais; crescimento acelerado de 6% anual na produção de carne, aves, ovos e frutos do mar em que, aliás, já exerce liderança mundial; notável avanço tecnológico no terreno da irrigação, aproveitando a água do mar para o cultivo de vários produtos competitivos no mercado internacional, como trigo, arroz e soja<sup>31</sup>; crescimento expressivo do comércio exterior, que atingiu já a meta de 474 bilhões de dólares anuais, levando a China a ocupar o 4º lugar no ranking internacional, logo depois dos Estados Unidos, Alemanha e Japão; abertura ao capital internacional<sup>32</sup>; investimento maciço na infra-estrutura portuária<sup>33</sup>; liderança mundial na fabricação de contêineres (são produzidos na China 70% do total universal); liderança mundial também no que tange ao volume de reservas cambiais (273 bilhões de dólares)<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> Oliveira, 2001.

<sup>31</sup> Vale a pena lembrar, em relação a esse ponto, que a China já conseguiu irrigar, com a nova tecnologia, 300 mil hectares de planícies litorâneas.

<sup>32</sup> Ingressaram na China, só no ano passado, 40 bilhões de dólares, chegando nas últimas duas décadas a um total de 662 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos na esfera mundial. Só para estabelecermos uma comparação com o Brasil, 400 multinacionais instaladas na China respondem por 47% das exportações, enquanto no nosso País a participação estrangeira nas vendas externas não chega a 20%.

<sup>33</sup> A China conta hoje com dois dos dez maiores portos do planeta: Xangai (o 3º em volume mundial de carga) e Hong Kong (líder mundial na movimentação de contêineres).

<sup>34</sup> Cf. Oliveira 2001.

As interrogações quanto à completa modernização da China ficam por conta da variável política. A humanidade não esqueceu a *longa marcha da noite* do marxismo de Mao, que produziu entre seis e dez milhões de vítimas, justificando a característica de *Despotismo Oriental* apontada por Wittfogel<sup>35</sup>. De outro lado na era do pós-maoísmo, ainda lembramos o massacre da Praça da Paz Celestial, de 1989, como nódoa que empanou o espetacular desenvolvimento chinês no final do século passado.

Não há dúvida de que o processo modernizador que se solidifica no campo econômico está sendo acompanhado por profundas mudanças nos terrenos político e cultural. Parece que os chineses teriam enveredado por trilha semelhante à empreendida pela liderança brasileira na redemocratização, e que se poderia definir como *abertura ampla e gradual*, ou, como frisa Jean-Louis Margolin, *as reformas pós-maoístas têm privilegiado a economia, mas a política não tem sido esquecida. Tudo, começando com as transformações econômicas, caminha no sentido de uma emancipação da sociedade e de uma limitação do poder arbitrário*.<sup>36</sup>

Mas, e no plano das relações internacionais? Uma China desenvolvida alargará a sua influência estratégica, certamente, so-

bre o Índico e o Pacífico. Como verá o Ocidente desenvolvido essa perspectiva? Muito provavelmente os estrategistas tirarão da gaveta a fórmula que foi vigente no século XVII: será possível uma duradoura aliança entre o secular Império do Oriente e as potências do Ocidente, graças às semelhanças culturais, no terreno ético religioso, entre o cristianismo, na versão protestante-calvinista, e o budismo/confucionismo chinês. Ambas as tradições, eminentemente pragmáticas, são abertas ao monoteísmo e à ética do trabalho e da riqueza.

Essa aliança permitiria superar o inimigo comum de chineses e ocidentais desenvolvidos: o Islã.

Esse arrazoado não é novo e já tinha sido cogitado, na época das Cruzadas, pelo Rei São Luís, da França, tendo sido retomado pelo filósofo e estrategista Gottfried Wilhelm Leibniz no século XVII<sup>37</sup>. O que parece claro é que o antigo *Império Imóvel* começou a caminhar, a passos agigantados, rumo à modernização social e econômica, para perplexidade dos que acreditaram, como Hegel, que na China *nenhum progresso pode ocorrer*<sup>38</sup>.

Para finalizar, mencionemos o problema das guerras tribais africanas, que ceifaram a vida de milhões de seres humanos nas últimas décadas do século XX, e que constituem um risco que se pode catalogar

<sup>35</sup> 1977; cf. Margolin, 1977: 503 seg.; Bobin, 2001: 1.

<sup>36</sup> Margolin, 1987: 590.

<sup>37</sup> Cf. Didier 2000: 11-68; Libnitz, 1994: 61-138; Cook-Rosemont, 1994: 1-44.

<sup>38</sup> Cf. Peyrefitte, 1997: 7.

gar no capítulo do Patrimonialismo, na sua versão mais arcaica, a privatização tribal do poder. A problemática que tem ensejado essa forma de violência no continente africano ainda não foi equacionada e, certamente, haverá muitos conflitos desse gênero no século que ora se inicia. A questão é particularmente preocupante, na medida em que as potências mundiais parecem ter chegado à conclusão de que têm mais a perder do que a ganhar na mediação dessas guerras em região relativamente isolada do Globo, como

aconteceu na Somália. Intervenções militares *high tech*, como as que os aliados da OTAN gostam de fazer, é coisa difícil de se pensar nas primitivas aldeias africanas. Tudo leva a crer que os cidadãos desses países serão entregues à própria sorte nas orgias de intolerância e sangue que caracterizam as guerras tribais.

## O NEONAZISMO

Entendida essa tendência como a tentativa de organizar um Estado excludente de determinadas etnias e/ou culturas, podemos anotar que esse risco não desapareceu com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Eixo. O que aconteceu na Bósnia e, mais recentemente, em Kosovo e no Timor Leste, indica que a tendência à exclusão étnica e/ou cultural é um

risco concreto para o convívio democrático no século que se inicia, tanto do ponto de vista de países inteiros, como a Albânia, como do ângulo da luta política nos países ocidentais, em decorrência da consolidação de partidos e grupos neonazistas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A problemática da exclusão sistemática de etnias e culturas aparece também no continente asiático, em decorrência da não solução do problema da integração de minorias historicamente perseguidas, como os curdos e os tibetanos.

Em relação ao ressurgimento do perigo neonazista, alertava, em 1996, o professor Michel Wieviorka, do Centro de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris:

*O racismo e o anti-semitismo haviam-se esfumado com a formação de estruturas políticas nacionais que criavam, sobretudo para a educação, as condições da modernização econômica e da industrialização, da expansão e da integração cultural. Hoje essas estruturas se desintegram, a economia se internacionaliza e mais parece se opor à nação do que nela se fundamentar. As instituições se enfraquecem. O racismo, a xenofobia e o anti-semitismo voltam então a se expandir nas sociedades que cada vez têm mais dificuldade para articular os valores da razão e do progresso econômico com os da especificidade, sobretudo cultural e nacional<sup>39</sup>.*

No nosso País, em que pese a tradição de democracia racial que nos caracte-

<sup>39</sup> Wieviorka, 1996: 13.

rizia, grupos neonazistas têm aparecido em várias cidades, apregoando a exclusão social de minorias raciais ou sociais. Há no fundo disso a mistura de ignorância, intolerância e neocolonialismo, uma vez que esses esquemas são importados da Europa ou dos Estados Unidos.

Há um mecanismo psicológico que reforça essa odiosa tendência: a tentativa a justificar os próprios fracassos, atribuindo-os aos que têm aparência diferente. Esse foi um dos perversos mecanismos que permitiram a rápida ascensão de Hitler na Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930. O mesmo mecanismo parece estar presente também na atual organização de grupos neonazistas, integrados geralmente por jovens provenientes da antiga Alemanha Oriental. Somente um amplo trabalho de educação poderá prevenir nossos jovens para não cair nessa simplória cilada.

## AS GUERRAS PELOS RECURSOS NATURAIS

O século XX conheceu, em sua década final, a Guerra do Petróleo. As guerras pelos recursos naturais parece que aumentarão no século XXI, notadamente pelo domínio da biodiversidade e da água. A globalização econômica e a relativização das fronteiras nacionais abrirão o caminho para que os blocos econômicos mais poderosos queiram estabelecer um controle mais

rigoroso sobre recursos naturais escassos, marginalizando, em muitos casos, as nações menos poderosas. Isso constituirá grave risco para o convívio democrático no Planeta. Particularmente encarniçada será a luta pela água potável, em regiões tradicionalmente dela carentes como o Meio Oriente ou certas partes da África. No Brasil, é bem provável que experimentemos pressão internacional crescente em relação à rationalização da água e da biodiversidade, na Amazônia e no Pantanal. Isso sem

contar com a pressão que já exerce o narcotráfico para ocupar espaços nessas regiões. Um esforço muito grande deveremos fazer no Brasil, para formular políticas objetivas e responsáveis, adotando cada vez mais a idéia de desenvolvimento sustentado e procurando avançar na pesquisa básica que nos possibilite preservar a biodiversidade das nossas florestas<sup>40</sup>.

A melhor forma de o Brasil se habilitar para proceder à exploração racional dos seus recursos naturais, num contexto de desenvolvimento auto-sustentado, consiste em elaborar um quadro o mais completo possível desses recursos. Para isso, torna-se primordial que não somente o Estado trabalhe, através das universidades e fundações, mas que também seja chamada a participar desse trabalho a empresa privada, mediante a elaboração e financiamento de projetos.

Nosso esquema de pesquisa na área de desenvolvimento rural e de recursos naturais é basicamente elaborado a partir de

<sup>40</sup> Cf. Paim, Prota, Vélez, 1999 b.

instituições estatais como a EMBRAPA. Ora, a eficiência desses estudos poderia ser multiplicada se o Estado contasse com a colaboração do setor privado, como acontece em países que deram passos importantes na exploração racional dos seus recursos naturais como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

## AS GUERRILHAS COMERCIAIS

A maluca guerrilha comercial entre o Canadá e o Brasil, ensejada pela proibição de comercializar nesse país a carne brasileira com a desculpa do mal da vaca louca, mostrou, mais uma vez, que em matéria de relações comerciais não há amigos do peito. As coisas obedecem à lei da oferta e da procura e às brigas por abocanhar fatias de mercado. É evidente que nosso país passou a ameaçar a tranquilidade do negócio dos canadenses, no que se refere à industrialização e venda de aviões de porte médio. A *Bombardier*, e não a vaca louca, foi a causa da celeuma que azedou as relações entre os dois países.

Mas do episódio tiramos duas lições claras. Em primeiro lugar, não adianta querer agradar os outros passando por cima da lei: essa política é neocolonialista e se volta contra nós mesmos. Foi isso o que aconteceu quando da libertação dos seqüestreadores de Abílio Diniz, cuja condenação por *crime hediondo* tinha transitado em julgado, seguindo todos os passos indicados pelo nosso código penal e tendo sido garantido aos facínoras amplo direito de defesa. Ora, o Governo federal, num ato de bom-

*O nosso país precisa se preparar para a guerrilha comercial da economia globalizada. Não podemos competir de igual para igual com nações poderosas, se o Estado é, no nosso País, o primeiro obstáculo a ser superado.*

mocismo globalizante, em que intermediaram representantes de segmentos religiosos, sindicais, políticos e intelectuais ditos progressistas, terminou liberando os seqüestreadores que passaram a desfilar como heróis no Canadá e nos seus respectivos países de origem. Podemos supor que a falta de respeito que os canadenses passaram a ter com o Brasil decorre, em grande parte, dessa solução que conspurcou as nossas instituições jurídicas.

Em segundo lugar, ficou claro que o nosso país

precisa se preparar para a *guerrilha comercial* da economia globalizada. Não podemos competir de igual para igual com nações poderosas, se o Estado é, no nosso País, o primeiro obstáculo a ser superado. O Brasil ainda não se preparou tecnicamente para defender as suas políticas comerciais em face dos outros países, no seio da Organização Mundial do Comércio. A posição do Itamaraty é defasada a respeito. Devemos ter mais agressividade no nosso comércio exterior, aproveitando as brechas que a legislação internacional deixa para países em vias de desenvolvimento. Convenhamos que, nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha ou Japão, o Estado é instrumento de desenvolvimento e de incentivo à comercialização dos produtos produzidos pelas respectivas empresas nacionais. Em contraposição, como aponta o estudioso Thompson Motta, o Brasil tem hoje uma das cargas tributárias mais altas do mundo, atingindo valor de cinqüenta por cento. Além dos tributos diretos sobre os lucros, o governo tributa as empre-

*sas com 59 taxas e impostos. Torna-se necessária e inadiável a adoção de medidas que fortaleçam a empresa nacional, eliminando-se os fatores que afetam, de um lado, a capacidade de autofinanciamento empresarial, e, de outro lado, a orientação dos fluxos de poupança, tanto voluntária quanto compulsória. (...) Enquanto não se processar uma profunda modificação no quadro governamental, seria importante a criação de um Conselho Nacional de Política Industrial, como foi proposto ao governo pela FIESP, em 1985, para definir e normalizar a política industrial do País<sup>41</sup>.*

Referindo-se ao cipoal de confusas normas e procedimentos que emperram o comércio brasileiro, outro estudioso do assunto, o Embaixador Assis Grieco, frisava: *A comunidade exportadora procura, mormente, a revisão de certos controles onerosos e demorados, causados pela falta de normas reguladoras claras e de aplicação permanente, com margem a atrasos e corrupção na fiscalização nos diversos níveis burocráticos<sup>42</sup>.*

## A BANDITIZAÇÃO DOS CONFLITOS

Não há dúvida de que, com a queda do Muro de Berlim e a derrubada do Império Soviético, a Guerra Fria chegou ao seu fim. Esse fato, de um lado, descongelou conflitos seculares que tinham ficado presos sob a camada de gelo da bipolaridade, especialmente na Europa Oriental e nos Balcãs. A série de confrontos surgidos, na última década, na antiga Iugoslávia e em Kosovo, mostra a realidade dessa

afirmação. A unificação alemã mostrou de que forma o comunismo conseguiu manter numa redoma de vidro, na Alemanha do Leste, antigas idéias nazistas, paradoxalmente misturadas com a ideologia estalinista. De outro lado, o fim da Guerra Fria fez ressurgir alhures a idéia dos regionalismos radicais e do separatismo. Eventos dessa natureza têm-se observado na Espanha, com as reivindicações de bascos e catalães; na França, com um ressurgimento da questão corsa, bem como do separatismo bretão; na Inglaterra; com as reivindicações da Escócia em prol de um Parlamento independentes, da Irlanda do Norte com o reaquecimento, no final do século passado, da problemática do Ulster; na Rússia, com a questão chechena, etc.

Mas o fim da Guerra Fria colocou a descoberto, também, um fato que antes se mimetizava sob o véu da bipolaridade: antigas lutas que antes eram atribuídas a reivindicações ideológicas passaram a se tornar simples banditismo. O caso mais marcante é, sem dúvida, o acontecido com a guerrilha colombiana. Cortada a mesada que o Império Soviético passava aos insurretos, estes voltaram-se simplesmente para o narcotráfico como forma de financiamento das suas atividades, tendo adotado, de outro lado, práticas abertamente criminosas, como o seqüestro regular de cidadãos colombianos e estrangeiros. A Colômbia virou, destarte, paraíso de seqüestradores. O número de pessoas seqüestradas chega hoje a 3.500. As organizações guerrilheiras (FARC/ELN) financiam com o negócio da droga 60% dos seus gastos, ao passo que os 40% restantes provém dos seqüestros. Calcula-se em 500 milhões de dólares anuais o montante dos ingressos da guerrilha

<sup>41</sup> Motta, 1997: 62-63.

<sup>42</sup> Grieco, 1998: 4.

colombiana. Ser subversivo, aliás, é um bom negócio. Cálculos da Fundação Milênio, com sede em Bogotá, indicavam que um guerrilheiro ganha ao redor de 70 mil dólares anuais, o que equivale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio<sup>43</sup>.

Mas o banditismo não é apenas uma propriedade dos guerrilheiros colombianos. Com as duas guerras mundiais e a ulterior globalização, houve também uma progressiva universalização do crime, de forma que a indústria

ligada às ações à margem da lei cresceu assustadoramente no mundo todo, como destacou Ralph Dahrendorf<sup>44</sup> com motivo na síndrome denominada por ele de *o caminho para a anomia*. Este é, sem dúvida, um dos mais sérios reptos para a civilização ocidental no início do novo milênio, especialmente se levarmos em consideração a crescente utilização da tecnologia, como a internet, por exemplo, nas atividades delictivas<sup>45</sup>.

No Brasil, sentimos muito de perto essa problemática. Em primeiro lugar ao verificarmos a força cada vez maior dos narcotraficantes não apenas nos morros, onde tradicionalmente mandaram, mas também nas atividades econômicas convencionais, em decorrência do processo de lavagem de dólares. Nas penitenciárias brasileiras, é cada dia mais notório o poder das gangues que as controlam, acuando as au-

toridades e, em muitos casos, sobrepondo-se a elas, como nas rebeliões em cadeia ocorridas no estado de São Paulo, estrategicamente controladas, via telefones celulares, a partir das penitenciárias pelo autodenominado Primeiro Co-

*Na década passada, conseguiram se organizar no estado de São Paulo cinco facções criminosas, que contam com dinheiro proveniente de assaltos, intimidam os demais detentos e fazem chantagens à administração dos presídios.*

mmando da Capital, que já chegou à sofisticação de publicar código de conduta e anunciar, na mídia, as suas próximas ações, deixando em evidência o despreparo das autoridades e a ousadia e articulação dos bandidos. Na

década passada, conseguiram se organizar no estado de São Paulo cinco facções criminosas, que contam com dinheiro proveniente de assaltos, intimidam os demais detentos e fazem chantagens à administração dos presídios. Note-se que esse processo se dá não apenas no Brasil mas também, com aceleração crescente, em outros países latino-americanos, como Argentina, Equador, Colômbia, México etc.

A banditização dos conflitos revela-se, em segundo lugar, na agressividade do MST, que já não constitui apenas movimento de reivindicação válida de justiça social no campo, mas que se configurou como organização à margem da lei, que abertamente desrespeita as autoridades legitimamente constituídas, invade prédios públicos, faz reféns entre os funcionários do INCRA e prepara as suas lideranças, de maneira ostensiva, em táticas de acirramento de conflitos que hoje são postas sistematicamente em prática pelos guerrilheiros colombianos, os quais conseguem mobilizar verdadeiros exércitos de camponeses famintos para pressionar o

<sup>43</sup> Cf. AFP, 1997.

<sup>44</sup> 1987: 11-46; cf. Macedo 2001: 3; Ceaux, 2001: 9.

<sup>45</sup> Cf. Ilhesca, 1996: 17.

Estado. Para ninguém é mistério que o MST desenvolve amplo trabalho de doutrinação marxista-leninista e de formação revolucionária na Unicamp e outras instituições educacionais públicas, tudo sob o olhar passivo das autoridades<sup>46</sup>.

A banditização dos conflitos traduz-se, no cotidiano das pessoas, numa queda do nível de vida, associada ao temor *hobbesiano* da morte violenta. A respeito, escreve Ubiratan Macedo: *Locke já nos alertava sobre a importância da segurança como responsabilidade pública, principal função do Estado na teoria democrática (...). Um cidadão vitimado por um marginal não está interessado nos bons hospitais e escolas públicas ou na eficiência da previdência social pública, e menos ainda no prestígio e na segurança conferidos ao país pelas Forças Armadas. Primeiro ele quer sua vida e sua integridade física e patrimonial protegidas, depois a execução de outras funções públicas.*

Diante da agressiva realidade representada pela banditização dos conflitos, a sociedade brasileira ainda não conseguiu formular uma clara e eficaz política de segurança pública. Organizadas no contexto do espírito autoritário que prevaleceu na história republicana, as nossas instituições policiais, assim como as judiciais, estão defasadas e precisam de uma urgente modernização, acorde com os princípios da vida democrática. Os estudiosos apontam, hoje, para o caminho da profissionalização das forças policiais, a sua adaptação à complexidade do mundo moderno mediante

a multiplicidade e especialização das mesmas, criação de uma agência nacional reguladora das polícias privadas, transformação das guardas municipais das cidades maiores em polícia preventiva e ostensiva municipal, criação no Ministério da Justiça de um centro de informações que sirva a todas as polícias do país, reforço das organizações policiais de nível federal para guardar as fronteiras, unificação das polícias rodoviária e ferroviária federais, criação de uma polícia fazendária no Ministério da Fazenda, criação de uma polícia judiciária etc<sup>47</sup>. Um erro grosseiro que precisa ser evitado consiste em atribuir às Forças Armadas funções policiais, que se distanciam da sua missão constitucional de garantir a defesa externa do país e proceder à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem<sup>48</sup>. Finalizando este item, valha o alerta dado pelo ex-deputado suíço Jean Ziegler: *O crime organizado pode matar a liberdade*<sup>49</sup>.

## CONCLUSÃO: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS EM FACE DOS REPTOS DO SÉCULO XXI

A melhor coisa que podemos fazer em prol da segurança nacional é, sem dúvida, garantirmos educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Ela é o melhor antídoto contra o neonazismo e demais ideologias segregacionistas. Ela é, de outro lado, o melhor meio para superarmos os riscos do fundamentalismo e para acelerar-

<sup>46</sup> Cf. Chaves, 1999 a: 3; 1999 b: 3; 2000: 3; Vélez, 2000 a: 10-12; 2000 c: 4A.

<sup>47</sup> Cf. Macedo, 2001: 10-11.

<sup>48</sup> Art 142 da Constituição de 1998.

<sup>49</sup> Ziegler, 2001: 37.

mos a nossa saída do patrimonialismo, mediante a completa modernização da nossa economia e das instituições políticas. Só com educação básica de qualidade tornaremos possível a racional utilização dos nossos recursos naturais. Não se trata, evidentemente, de fazer da educação básica a panacéia. Acontece que esse foi o ponto esquecido pela liderança brasileira, ao longo das últimas décadas do século XX. E essa carência fundamental está condicionando à nossa modernização econômica, bem como ao aperfeiçoamento das instituições democráticas<sup>50</sup>.

Feita essa observação inicial, concluímos destacando quais seriam os aspectos a serem levados em consideração pelas nossas Forças Armadas, em face do panorama que foi desenhado para o século XXI. Não vamos assinalar medidas imediatas a serem tomadas. Destacaremos, melhor, qual deveria ser o espírito que, no nosso entender, constitui a base para tomar decisões estratégicas em face da problemática apontada.

Após as reformas iniciadas pelo Marechal Castello Branco e continuadas no governo Geisel, seguindo provavelmente a trilha civilista aberta por Oliveira Vianna, parece que as Forças Armadas no Brasil enveredaram definitivamente pelo caminho da profissionalização<sup>51</sup>. No entanto, de início não foi assim. O regime republicano tinha deixado um buraco na nossa vida constitucional: acostumada a sociedade brasileira à prática da representação e, no

contexto dela, à existência de um Poder Moderador<sup>52</sup>, parece que as Forças Armadas passaram a exercer esse tipo de função moderadora, à margem evidentemente da Constituição escrita, mas não à margem da política costumeira. É a conhecida tese de Alfred Stepan (1975).

Esse tipo de função vicária produziu as denominadas *intervenções salvadoras* comandadas pelo que o Marechal Castello Branco denominava de *espírito miliciano*, ao longo da República Velha, durante o período getuliano e até 1964. Talvez a melhor expressão da mentalidade que deu ensejo a esse tipo de intervenção sejam as palavras de Juarez Távora no início da década de 1930: *Nossa atitude em política é a de quem observa um banquete. Quando o banquete for transformado em rega-bofe, então entraremos com a espada moralizadora*<sup>53</sup>. A última intervenção, no entanto, desgastou a instituição armada, em decorrência da sua longa permanência no poder. Hoje parece relegado à história esse tipo de intervencionismo na vida do país. A boa aceitação das Forças Armadas, testemunhada pelas pesquisas de opinião ao longo dos últimos anos, revela que a opinião pública apoia a feição profissional não intervencionista em política.

O Tenente-Brigadeiro Murillo Santos definiu a profissionalização seguindo a terminologia adotada por Samuel Huntington, da seguinte forma:

*O relacionamento correto (entre poder civil e militares) repousa na profissio-*

<sup>50</sup> Cf. Paim, Prota, Vélez, 1999: 5, 7.

<sup>51</sup> Cf. Santos, 1991: 133-149. Vélez, 1997: 187-222.

<sup>52</sup> Porta-voz dos interesses permanentes da Nação e que entraria como árbitro da disputa para corrigir os desvios da representação, no momento em que os políticos se desentendessem.

<sup>53</sup> Apud Torres, 1956: 181.

*nalização dos militares e a isto é que precisamente denomina de controle objetivo, isto é, aquela situação em que as Forças Armadas têm atribuições claras, relacionadas à defesa, dispondo de um corpo de oficiais rigorosamente profissionalizado. (...). O verdadeiro controle civil é uma decorrência da maximização do profissionalismo militar. (...) O corpo de oficiais altamente profissionalizado encontra-se pronto para sustentar as aspirações de qualquer grupo civil que exerce autoridade legítima no interior do Estado. Com efeito, esse conjunto define os limites do poder político dos militares sem referência à distribuição do poder político entre os vários grupos civis<sup>54</sup>.*

Três passos, no meu entender, são fundamentais, uma vez aceita a realidade do profissionalismo dos militares e do controle objetivo destes pelo poder civil legitimamente constituído: formulação de um pensamento estratégico; adoção de uma estratégia nacional; unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.

- *Formulação de um pensamento estratégico.*

Até o presente, essa foi prerrogativa de instituições militares como a ESG, a Escola de Altos Estudos de Política e Estratégia do Exército e as Escolas de Comando e Estado-Maior das três Armas. Reconheça-se que nessas instituições, especialmente na ESG, tem sido tradição a presença do elemento civil. Mas ainda falta muito para que a elite pensante brasileira se engaje, de forma sistemática, nesse tra-

balho de reflexão. Tímidas são, por enquanto, as iniciativas civis a respeito. Na década de 1970 surgiu o Centro de Estudos Estratégicos do Convívio, em São Paulo, que publicou, até início da década de 1990, a revista *Política e Estratégia*. Na trilha aberta por essa primeira experiência surgiu o Centro de Estudos Estratégicos da Unicamp.

Mais recentemente foi criado, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Centro de Estudos Estratégicos, dirigido pelo diplomata Carlos Henrique Cardim e que publica, em Brasília, a revista *Parcerias Estratégicas*, com o objetivo de contribuir para a discussão de temas de importância estratégica na área de ciência e tecnologia. Com o patrocínio do Ministério da Aeronáutica e sob a coordenação do Tenente-Brigadeiro Murillo Santos, foram realizados, ao longo da década de 1980, vários seminários sobre política e estratégia, com a finalidade de aglutinar estudiosos civis do assunto<sup>55</sup>. Mas tudo isso ainda é pouco, em face da complexidade da formulação de uma estratégia nacional no mundo contemporâneo. As variáveis problemáticas aqui levantadas constituem apenas a ponta do iceberg dessa complexa realidade.

É evidente que a liderança civil precisa ter clara a essência da política estratégica que deve ser seguida. Num contexto de governo democrático-representativo, isso é fundamental, pois são os representantes da nação os que, no Parlamento, aprovam o orçamento para as Forças Armadas. Os nossos problemas decorrem ainda da não suficientemente aprimorada representação, pois não contamos com distritos eleitorais que atrelem o eleito ao

<sup>54</sup> Santos, 1991: 136-138.

<sup>55</sup> Cf. Santos, 1991: 145.

eleitor e os nossos partidos políticos ainda estão muito submetidos a lideranças carismáticas. Seria necessário fortalecer a representação, para que houvesse um compromisso claro e honesto dos representantes com os reais interesses do país.

O ideal, no que tange à formulação de um pensamento estratégico, seria que se engajassem nesse esforço múltiplos centros de reflexão<sup>56</sup>, para que, de forma continuada e sistemática, discutissem com as instâncias acadêmicas já existentes nas Forças Armadas, a linha mestra de um pensamento estratégico que consulte os interesses do País. Publicações especializadas e de divulgação se encarregariam de difundir, no seio da sociedade, essas propostas, a fim de ir gerando um consenso a respeito. Somente assim garantir-se-ia a adoção de uma estratégia nacional.

- *Adoção de uma estratégia nacional.*

Esta passaria fundamentalmente pela discussão ampla no Congresso, no qual as instituições militares teriam presença através dos assessores parlamentares na comissão correspondente e de propostas concretas apresentadas pelo Ministro da Defesa. Tornaram-se rotineiras, no parlamento brasileiro, as discussões sobre orçamento para as Forças Armadas, bem como sobre aspectos administrativos e organizacionais das mesmas, no contexto da reforma do Estado. O esforço deveria ser concentrado, no entanto, na formulação de uma estratégia que responda aos interesses do País, num cenário cada vez mais globalizado e complexo. Como definir uma estratégia de defesa clara para o

Brasil, num contexto internacional em que novos inimigos ameaçam a soberania nacional, como os *hackers* e os narcoguerilheiros? Como prevenir a defesa do nosso País, em face da sofisticação crescente dos terroristas? Qual deve ser a prioridade estratégica da nossa Marinha de Guerra, quando a ameaça imediata nas nossas costas e rios são as lanchas rápidas dos narcotraficantes e contrabandistas de armas? As perguntas são múltiplas e somente um debate aberto, amplo, feito com pessoas competentes, poderá ir abrindo espaço para soluções verdadeiras.

- *Unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.*

A criação recente do Ministério da Defesa certamente abriu a porta para a adoção de uma estratégia unificada pelas nossas Forças Armadas. O que falta, a meu ver, não decorre das estruturas das Forças Armadas, que têm sabido aprimorar a sua organização em face dos novos reptos do País, reformulando currículos nas academias militares, aperfeiçoando os mecanismos de recrutamento e, inclusive, colaborando com a globalização das questões estratégicas, mediante a participação eficiente e corajosa dos nossos militares nas missões de paz organizadas pelas Nações Unidas, em que pese os cortes orçamentários que se tornaram a regra nas últimas décadas.

Por isso enfatizo que o que falta é a colaboração da sociedade brasileira como um todo, em primeiro lugar mediante o seu engajamento nas questões que dizem relação à estratégia e defesa, através da re-

<sup>56</sup> Universidades públicas e privadas, centros de pesquisa e institutos de estudos mantidos pelos partidos políticos.

presentação parlamentar e do estudo sistemático dessas questões nas universidades e centros de pesquisa.

Termino citando o Tenente-Brigadeiro Murillo Santos:

*É preciso realidade e pragmatismo, é preciso transparência e visualização, é preciso verdade e ação. Novas estratégias devem correrão com objetividade e certeza, na medida em que mais se aproximarem da realidade. Fiquemos nós, militares, somen-*

*te com a Defesa, nosso mister e dever competente. O que deve vir primeiro e com intensidade? O submarino nuclear, o carro-de-combate Osório, os helicópteros, os nossos projetos aeronáuticos, os mísseis, os navios aeródromos, todos para serem aplicados na defesa contra possíveis inimigos, ou... assistência às crianças, aos livros escolares e à preservação ambiental? Afinal, qual é o inimigo? A resposta deve ser de toda a sociedade!*<sup>57</sup> 

<sup>57</sup> Santos, 1991: 148-149.

## BIBLIOGRAFIA

- AFP (1997). *Guerrilha e militares se disputam las zonas más ricas de Colombia. Boletim Informativo*. Paris, 3 de agosto de 1997.
- AMBRUS, Steven e CONTRERAS, Joe (1999). *A República independente das FARC*. In: *Newsweek*, New York, edição internacional de 29 de novembro de 1999.
- AMORIM, Carlos (2000). *O padre guerrilheiro fala da luta na Colômbia*. In: *Jornal da Tarde - Caderno de Domingo*, São Paulo, edição de 3 de dezembro de 2001, p. 4d
- BOBIN, Frédéric (2001). *Les âmes errantes de la démocratie chinoise*. In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, nº 2725 (edição de 27 de janeiro de 2001): p. 1.
- CARAMEL, Laurence; SÉVILLE, Jean-Jacques (2001). *Le forum de Porto Alegre a jeté les bases d'une autre mondialisation*. In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, nº 2727 (edição de 10 de fevereiro de 2001): p. 5.
- CEAUX, Pascal (2001). *Les crimes et délits constatés en 2000 ont augmenté de 5,7% en un an*. In: *Le Monde / Sélection hebdomadaire*. Paris, nº 2727 (edição de 10 de fevereiro de 2001): p. 9.
- CHAVES, Cláudio (1999a). *A defesa da transgressão, o MST e a Nação*. In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 17 de abril de 1999, p. 3.
- (1999b). *O crime organizado autorizado*. In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 15 de dezembro de 1999, p. 3.
- *Ainda da Universidade*. In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba-SP, edição de 9 de agosto de 2000, p. 3.
- COOK, Daniel J. e ROSEMONT Henry (1994). *Introduction*. In: Gottfried Wilhelm Leibniz, *Writings on China*. (Tradução ao inglês, Introdução, Notas e Comentários a cargo de Daniel J. Cook e Henry Rosemont, Jr.). Illinois: Open Court, p. 1-44.
- DAHRENDORF, Ralph (1987). *A lei e a ordem*. (Tradução de Tamara D. Barile). Brasília: Instituto Tancredo Neves; Bonn: Fundação Friedrich Naumann.
- DIDIER, Hugues (2000). *Os portugueses no Tibete. Os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*. (Introdução histórica a cargo de Hugues Didier; coordenação e fixação dos textos da edição portuguesa a cargo de Paulo Lopes Matos; tradução de Lourdes Júdice). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- DJILAS, Milovan (1958). *A nova classe: uma análise do sistema comunista*. Rio de Janeiro: AGIR.

## AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS

- FAORO, Raymundo (1958). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1<sup>a</sup> edição. Porto Alegre: Globo, 2 volumes.
- GOMES, João Carlos Teixeira (2001). *Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. (Prefácio de Gilberto Felisberto Vasconcellos). São Paulo: Geração Editorial.
- GRIECO, Francisco de Assis (1998). *A babel do comércio exterior. Parte II*. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 43, nº 516 (março de 1988); p. 3-22.
- GUILLERMOPRIETO, Alma (2000a). *Our new war in Colombia*. In: *The New York Review of Books*, Nova York, edição de 13 de abril de 2000, p. 34-39.
- (2000b). *Colombia: violence without end?* In: *The New York Review of Books*, Nova York, edição de 27 de abril de 2000, p. 31-39.
- GUIZOT, François (1864). *Histoire de la civilisation en Europe, depuis la chute de l'Empire Romain jusqu'à la Révolution Française*. 8<sup>a</sup> edição. Paris: Didier.
- HELL, Victor (1986). *La idea de cultura*. (Tradução ao espanhol de Hugo Martínez Moctezuma). México: Fondo de Cultura Económica.
- HOBSBAWM, Eric (1995). *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. (Tradução de Marcos Santarita; revisão técnica de Maria Célia Paoli). 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- ILHESCA, Marlise (1996). *Subversão no ciberespaço*. In: *Jornal do Brasil*, edição de 5 de maio de 1996, p. 17.
- KEYNES, John Maynard Lorde of Tilton (1983). *Téoria geral do emprego, do juro e do dinheiro - inflação e desflaçao*. (Tradução de Mário R. da Cruz e Rudolf Kunz, revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; apresentação de Adroaldo Moura da Silva). São Paulo: Abril Cultural. Coleção *Os Economistas*.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm (1994). *Writings on China*. (Tradução ao inglês, introdução, Notas e Comentários a cargo de Daniel J. Cook e Henry Rosemont, Jr.). Illinois: Open Court.
- LOCKE, John (1965). *Two treatises of government*. (Edição crítica organizada por Peter Laslett). Nova York: Mentor Book.
- MACEDO, Ubiratan de (2001). *Segurança pública em uma sociedade democrática*. In: *Think Tank*, São Paulo, vol. IV, no. 13 (dezembro-janeiro-fevereiro): Encarte Especial sobre Segurança Pública, p. 3-12.
- MARGOLIN, Jean-Louis (1997). *Communismes d'Asie: entre rééducation et massacre. La Chine, le Vietnam, le Laos et le Cambodge*. In: Stéphane Courtois, Nicolas Werth e outros. *Le livre noir du communisme: crimes, terreur, répression*. Paris: Robert Laffont, p. 503-597.
- MOTTA, Manoel Fernando Thompson (1997). *Política industrial*. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 43, nº 513 (dezembro 1997): p. 57-74.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de (2001). *China: bases para nova superpotência*. In: *O Globo*. Rio de Janeiro (edição de 1<sup>a</sup> de fevereiro): p. 7.
- PAIM, Antônio (1978). *A querela do estatismo*. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAIM, Antônio, PROTA, Leonardo e VÉLEZ, Ricardo Rodríguez (1999a). *Cidadania: o que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- (1999b). *O empresário e a cidadania - vol. III, Meio ambiente e recursos naturais*. Londrina: Edições CEFIL / Instituto de Humanidades.
- PAIM, Antônio (2000a). *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.
- (2000b). *O relativo atraso brasileiro e a sua possível superação*. São Paulo: SENAC, Coleção Livre Pensar.
- (2000c). *O socialismo brasileiro (1979-1999)*. Brasília: Quick Print / Instituto Teotônio Vilela.
- PENNA, José Osvaldo de Meira (1988). *O Dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- *Antropologia e sociologia da guerra*. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, volume 56 nº 401 (março/abril 2000): p. 5-16.

## AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS

- PEYREFITTE, Alain (1997). *O Império imóvel ou o choque dos mundos*, (Tradução de Cylene Bittencourt). Niterói: Casa Jorge Editorial.
- SANTOS, Murillo Tenente-Brigadeiro (1991). *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*. (Prefácio de Miguel Reale; apresentação de Sócrates da Costa Monteiro, Ministro da Aeronáutica, e Leônidas Pires Gonçalves, General-de-Exército R/1). Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica / Gráfica Editora do Livro.
- SCHWARTZMAN, Simon (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Campus.
- SOUZA, José Cavalcante de (organizador) (1989). *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. (Seleção de textos e supervisão de José Cavalcante de Souza; dados biográficos a cargo de Remberto Francisco Kuhnen; tradução a cargo de José Cavalcante de Souza e Anna Lia A. de Almeida Prado; introdução de José Américo Motta Peçanha). 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Nova Cultural. Coleção *Os Pensadores*.
- STAËL, Germaine Necker (Madame de) (1998). *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. (Introdução e notas a cargo de Axel Blaeschke). Paris: Garnier.
- STEPAN, Alfred (1975). *Os militares na política*. (Tradução de Ítalo Tronca). 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Artenova.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A democracia na América*. (Tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva). 2<sup>a</sup> edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- (1989). *O Antigo Regime e a Revolução*. (Tradução de Yvonne Jean; apresentação de Zevedei Barbu; introdução de J. P. Mayer). 3<sup>a</sup> edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: HUCITEC.
- TORRES, João Baptista de Vasconcellos (1956). *Oliveira Vianna, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros*. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo (1997). *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. (Prefácio de Antônio Paim). Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- (2000a). Até onde o narcotráfico ameaça o Brasil? In: *Sistema Fecomércio Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 16 (agosto de 2000): p. 10-12.
- (2000b). *Colômbia: uma guerra contra a sociedade*. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, volume 46 , nº 546 (setembro 2000). p. 15-28.
- (2000c). *MST usa tática da guerrilha colombiana*. (Entrevista concedida a José Nêumanne). In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, (edição de 14 de maio de 2000): p. 4 A.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira (1974). *Instituições Políticas Brasileiras*. 3<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Record, 2 volumes.
- WEBER, Max (1944). *Economía y sociedad*. (Tradução ao espanhol de José Medina Echavarría et alii). 1<sup>a</sup> edição em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 4 volumes.
- (1993). *Ciência e política: duas vocações*. (Prefácio de Manuel T. Berlink; tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota). 9<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cultrix.
- WIEVIORKA, Michel (1996). As Mutações do ódio. In: *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 5 (maio 1996): p. 10-13.
- WITTFOGEL, Karl (1977). *Le despotisme oriental*. (Tradução ao francês de Micheline Pouteau). Paris: Minuit.
- ZIEGLER, Jean (2001). O crime organizado pode matar a liberdade. In: *O Globo*, edição de 21 de janeiro de 2001, p. 37.

# Terceira Guerra Mundial: do *Sputnik* à queda da *Mir*<sup>1</sup>

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão\*

## RESUMO

O autor identifica a Terceira Guerra Mundial como a Guerra Científica e Tecnológica empreendida, durante a Guerra Fria, pelos Estados Unidos da América e a União Soviética. O artigo resume a história da conquista do espaço, dos feitos das duas superpotências, desde o lançamento do *Sputnik* até a queda da estação espacial *Mir*.

## PALAVRAS-CHAVE

Gagárin, von Braun, Programa Apollo.

*É difícil dizer o que é impossível, pois o sonho de ontem é a esperança de hoje e a realidade de amanhã.*

Robert H. Goddard, pioneiro norte-americano da astronáutica

*A Terra é o berço da humanidade, mas ninguém permanece eternamente em seu berço.*

Konstantin Tsiolkovski, pioneiro russo da astronáutica

**A** corrida espacial entre os Estados Unidos e a União Soviética, durante a Guerra Fria, transformou a luta armada de uma *terceira guerra mundial* em uma competição científico-tecnológica entre os sistemas socialista e capitalista, com grande proveito para a humanidade.

Após as primeiras batalhas – uma série de vitórias soviéticas iniciadas com o *Sputnik* – uma das mais importantes vitórias dos Estados Unidos ocorreu quando uma nave norte-americana tripulada desceu na Lua.

A competição conseguiu deixar a economia soviética fortemente abalada. Quan-

\* Astrônomo. Pesquisador-titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins, do qual foi fundador e primeiro diretor.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECIME.

do os norte-americanos iniciaram o programa da Guerra nas Estrelas, a crise tornou-se ainda mais grave.

Ao final, a vitória tecnológica foi do capitalismo, o que levou o mundo à globalização, a antítese capitalista da internacionalização comunista.

## O COMEÇO DA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

A competição espacial entre a União Soviética e os Estados Unidos começou com a Guerra Fria. Os mísseis V-2, desenvolvidos pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, provocaram acirrada cobiça dos países aliados. Logo após o fim da guerra, uma verdadeira corrida contra o tempo começou entre os dois principais países aliados, URSS e EUA, visando a recuperar os técnicos, os planos e os foguetes nas bases de lançamento de mísseis alemães.

Ao contrário do que sempre foi anunciado, os engenheiros alemães, dirigidos pelo fusólogo alemão Wernher von Braun, não tinham como objetivo principal o projeto dos mísseis V-2 que os alemães lançaram sobre as cidades do norte da França, inclusive Paris, as da Bélgica, particularmente Anvers, e sobre Londres, na Inglaterra, a partir de 8 de setembro de 1944. A principal preocupação de von Braun e dos seus colaboradores era as viagens interplanetárias, com as quais haviam sonhado desde a adolescência. Com efeito, logo que foram capturados pelos norte-americanos na Baviera, a revista *Life* publicou alguns desenhos das naves e estações espaciais imaginadas por von Braun e seus principais assessores.

Assim que von Braun chegou aos EUA, o Departamento da Aeronáutica da Mari-

nha solicitou-lhe elaborar um relatório sobre a conquista espacial. Além da possibilidade de realizar estações espaciais, o programa previa o lançamento de satélites e o envio de uma missão tripulada à superfície lunar.

O entusiasmo que provocou junto aos oficiais da Marinha levou a seção de armamentos especiais a propor, em 10 de agosto de 1945, um projeto de satélite, batizado *Rex*, destinado à pesquisa científica, à meteorologia, à observação da superfície terrestre e à telecomunicação. No entanto, as autoridades da Marinha consideraram que o custo, da ordem de 5 a 8 milhões de dólares, era um valor tão elevado que praticamente inviabilizava a sua execução.

Em janeiro de 1955, a Rádio de Moscou anunciou a intenção soviética de lançar um satélite artificial. Seis meses mais tarde, em 29 de julho, o Presidente Eisenhower anunciou oficialmente a mesma intenção, depois que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA aprovou, em 26 de maio daquele ano, o projeto, decidindo que esse esforço deveria ser independente do desenvolvimento dos mísseis balísticos, mas voltado principalmente para internacionalização do espaço e à paz mundial.

Ao contrário de todas as previsões anteriores, a partir do lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik-1*, em 4 de outubro de 1957, a conquista do espaço desenvolveu-se num ritmo inimaginável.

Até então a supremacia dos EUA era inquestionável no domínio das tecnologias de ponta.

Com o objetivo de mostrar que a sua superioridade não era um fato isolado, os soviéticos decidiram lançar, em 3 de novembro de 1957, um segundo satélite, o

*Sputnik-2*, com uma carga útil espetacular: uma pequena cadela, *Laika*, o primeiro ser vivo a girar ao redor da Terra.

Dante das realizações soviéticas, os projetos norte-americanos pareciam ridículos. De fato, o primeiro satélite dos EUA, o *Pamplemousse*, que deveria ser lançado por um foguete *Vanguard*, possuía uma massa de 1,8kg, valor insignificante em relação aos 508kg do *Sputnik-2*.

Após sucessivos fracassos, o fusólogo von Braun foi autorizado a transformar o *Júpiter-C* em um lançador espacial. Em 31 de janeiro de 1958, o primeiro satélite dos EUA, o *Explorer-1*, com massa de 14kg, entrou em órbita, quando foi detectada a existência de um cinturão de radiação ao redor do nosso planeta, primeira descoberta científica importante realizada no início da era espacial. Só em 17 de março de 1958, um *Vanguard* conseguiu satelizar o *Pamplemousse*. Dois meses mais tarde, em 15 de maio de 1958, os soviéticos colocaram em órbita o *Sputnik-3*, com uma massa de 1.327kg, da qual 968kg referiam-se a instrumentos, um recorde para época!

Todos os primeiros grandes sucessos espaciais soviéticos ocorreram num dos períodos mais difíceis da Guerra Fria, entre o fim da década de 1950 e início da de 1960, quando as duas superpotências se

confrontaram no terreno militar<sup>2</sup>. Em todo o mundo, os homens, livres ou não, questionavam qual dos dois sistemas sociais e políticos que se opunham, o comunismo de um lado e o capitalismo do outro, constituía aquele que deveria pre-

valecer por sua capacidade científico-tecnológica. Para um público mais seletivo, que acumulava o sonho de uma cultura de séculos associada às viagens cósmicas e de dezenas de anos de ficção-científica, não havia dúvida: a maior potência no mundo seria aquela que soubesse impor-se na conquista do cosmos. Para os leigos as atividades espaciais provocavam um enorme impacto,

pois para os homens, as mulheres e as crianças, os domínios dos céus eram até então uma área de adoração divina.<sup>3</sup>

Rapidamente, o espaço se transformou no palco principal de uma série de grandes batalhas da Guerra Fria, um combate até certo ponto pacífico, mas que provocou uma mobilização econômico-técnico-científica jamais vista. A corrida ao espaço foi, desde 1957, a prioridade das prioridades para as duas superpotências. Na primeira etapa, a preocupação era a colocação em órbita de satélites ao redor da Terra. Na segunda etapa, o envio de sondas automáticas em direção à Lua e aos planetas Marte e Vênus. A terceira eta-

<sup>2</sup> A crise do avião espião U2 (1960), a Guerra da Coréia (1950-53), a construção do Muro de Berlim (1961), a invasão da Baía dos Porcos (1961), a Guerra do Vietnã (1960-75), a crise dos mísseis de Cuba (1962) etc..

<sup>3</sup> Tão forte é essa crença que, ainda hoje, existe indivíduos que não acreditam que o homem foi à Lua...

pa, a mais importante e audaciosa, era colocar um homem no espaço.

Sob o ponto de vista técnico, o desafio era enorme. O ambiente espacial não é próprio à vida humana. Além do vazio quase absoluto, as radiações perigosas, as temperaturas, os meteoros etc. constituiam uma ameaça permanente a ser controlada.

Aliás, desde 1957, ou seja, alguns meses somente após a satelização do primeiro *Sputnik*, quando a astronáutica ainda dava os seus primeiros passos, os americanos e os soviéticos começaram a sonhar com os vôos espaciais tripulados.

Até março de 1960, a NASA não tinha ainda oficialmente decidido pelo objetivo de uma missão tripulada à Lua. Em maio de 1960, pela primeira vez, a agência espacial norte-americana previu recurso para um desembarque na Lua, quando da preparação do seu orçamento para 1962. Até então, os trabalhos de projeto em desenvolvimento, dois lançadores da família *Saturn*, continuavam, embora a NASA tivesse consciênciade que a versão *Saturno C3* não possuía ainda os aperfeiçoamentos suficientes que permitissem a esses lançadores levar um homem à superfície lunar. Desse modo, foi necessário manter o projeto *Nova*, que previa um primeiro estágio com oito motores F1, ou seja, um empuxo de 5.360 toneladas na decolagem, um segundo estágio com quatro motores de hidrogênio e um terceiro e quarto estágios com um motor de mesmo tipo.

Essa era a situação em 1960. Apesar de o essencial das missões ainda não pudesse ser definido, o desafio começava a se delinear. Em 28 de julho, o engenheiro norte-americano Silverstein propôs que a NASA batizasse com o nome *Apollo* a

missão circunlunar, numa referência à mitologia grega, onde o deus Apolo estava associado à *luz* e ao *progresso*. No dia seguinte, o programa foi apresentado a mais de 1.300 representantes do governo e da indústria. No entanto, nesse mesmo dia, a notícia da explosão do lançador *Atlas*, que deveria colocar em órbita a primeira cápsula *Mercury* não tripulada, desestimulou os políticos, em particular Dwight D. Eisenhower, Presidente dos EUA, que deixaram de lado o interesse e a urgência em lançar o programa circunlunar *Apollo*. No entanto, alguns técnicos da NASA, dentre eles George M. Low, responsável pela equipe de um dos vôos tripulados, pensavam que a idéia de um programa destinado a conduzir um astronauta à Lua deveria ser logo decidido.

## A MIopia DE EISENHOWER

Em 8 de setembro de 1960, Eisenhower reafirmou seu interesse pelos lançadores de grande alcance, ao inaugurar o MSFC - *Marshall Space Flight Center*, em Hunstsville, criado em 15 de março de 1960, onde a equipe de von Braun iria conceber os lançadores da família *Saturn*. Aliás, convém assinalar que essa equipe foi responsável simultaneamente pelos lançadores *Redstone-Mercury*, destinados ao lançamento em órbita do primeiro astronauta norte-americano, do *Juno* e dos propulsores *Centaur* e *Agena B*, para os lançadores *Atlas* e *Thor* da Força Aérea dos EUA. Para dirigir o MSFC foi designado von Braun, que se instalou com seus assessores nos dois andares superiores do prédio que os críticos denominavam de *von Braun Hilton Hotel*. Além dos técnicos do ABMA (*Army Ballistic Missile Agency*),

von Braun levou para o novo centro seus colaboradores, que o acompanhavam desde *Peenemünde*.

Na realidade, apesar de favorável aos lançadores de grande alcance como, por exemplo, os foguetes da família *Saturn*, Eisenhower não era particularmente favorável ao programa de uma viagem tripulada à Lua.

O fim da década de 1960 foi o início de um período importante para os norte-americanos, quer no domínio do espaço como para a própria nação. Em novembro de 1960, John Fitzgerald Kennedy foi eleito presidente dos EUA, sucedendo a Eisenhower que, em 20 de dezembro, tomou uma das últimas decisões de seu mandato presidencial relativo à missão lunar. Tal medida foi baseada num relatório que Eisenhower havia solicitado ao seu conselheiro científico, George Kistinkowsky, sobre os custos dos programas tripulados projetados pela NASA. Ao recebê-lo, em 20 de dezembro, Eisenhower constatou que a NASA programava o desenvolvimento do veículo *Apollo* e de dois lançadores *Saturn*. Em face do elevado custo do programa, a resposta de Eisenhower foi clara: recusou-se a comprometer a economia do seu país em objetivos tão dispendiosos. Aliás, suas declarações não deixam dúvida de que não manifestava qualquer entusiasmo pelo espaço e, ainda menos, pelos vôos tripulados. Não considerava a corrida ao espaço como algo razoável. De fato, em 1956, Eisenhower não quis autorizar o lançamento de um satélite norte-americano que deveria sobrevoar o território da URSS. Durante a crise que se seguiu ao lançamento do *Sputnik-1*, ao analisar o traumatismo causado junto à opinião pública, comentou: *Jamais havia imaginado*

*do que o povo norte-americano fosse psicologicamente tão vulnerável*. Mais tarde, em 1965, lamentou não ter dado o sinal verde para o primeiro satélite dos EUA.

## O GOVERNO KENNEDY

Para a nova administração iniciada com o governo de Kennedy, em 1961, o espaço não constituía uma das prioridades nem desejava nutrir uma rivalidade com os soviéticos nesse campo. Aliás, em seu discurso inaugural, em janeiro de 1961, Kennedy dirigiu-se diretamente a Nikita Khruschev, primeiro-secretário da URSS, propondo uma cooperação na exploração das *estrelas*. Dez dias mais tarde, em novo discurso, Kennedy reiterou à União Soviética *para reunir nossos esforços para desenvolver um programa de previsão meteorológica, um outro de satélite de telecomunicação e um terceiro de exploração de Marte e Vênus*. O apelo de Kennedy não foi aceito pelos soviéticos. De fato, não poderiam agir de outro modo, uma vez que eles dominavam com seus sucessos a conquista espacial. Além do mais, se aceitassem uma tal colaboração estariam reconhecendo indiretamente que os EUA estavam no mesmo nível na corrida espacial, o que não era verdade. Com efeito, os soviéticos eram responsáveis pelos grandes primeiros feitos espaciais: primeiro satélite em órbita (*Sputnik-1*), em 4 de outubro de 1957; primeira colocação em órbita de um ser vivo, a cadelha *Laika*, a bordo do *Sputnik-2*, em 3 de novembro de 1957; primeiro satélite científico (*Sputnik-3*), com uma massa de 1.327kg, em 15 de março de 1958; primeiro vôo sobre a superfície lunar (*Luna-1*), em 4 de janeiro de 1959; primei-

ro impacto sobre o solo lunar (*Luna-2*), em 14 de setembro de 1959; e primeira fotografia do outro lado da superfície lunar (*Luna-3*), em 7 de outubro de 1959;

Até o início de 1961, os EUA eram responsáveis pelos seguintes feitos: Primeira fotografia da Terra obtida do espaço por satélite (*Explorer-6*), em 7 de agosto de 1959; primeiro satélite meteorológico (*Tiros-1*), em 1º de abril de 1960; e primeiro satélite (passivo) de telecomunicação (*Echo-1*), em 11 de agosto de 1960.

Diante desse quadro, uma das primeiras tarefas de Kennedy foi nomear, em 20 de janeiro de 1961, um novo administrador da NASA, James E. Webb, que, um mês depois de sua designação em março, solicitou um aumento substancial do orçamento da agência espacial para o ano de 1962, a fim de permitir realizar um desembarque na Lua em 1970. Como não tivesse o apoio do diretor do orçamento da administração, este solicitou a Webb que obtivesse uma aprovação do presidente em relação à missão tripulada à Lua. A posição de Kennedy nesse momento não foi em nada diferente da Eisenhower. Ele continuava não desejando comprometer o seu país num programa tão dispendioso. Em consequência, só autorizou um pequeno aumento no orçamento da NASA, no qual só poderia permitir o desenvolvimento dos lançadores pesados que poderiam eventualmente ser usados em missão lunar.

À preocupação da NASA, com relação ao futuro da conquista espacial, associou-se, em fevereiro de 1961, o comitê de ciência espacial da Academia de Ciências dos EUA, que exprimiu seu interesse por um programa de exploração lunar por motivos de natureza científica, assim

como por motivos de prestígio, ou seja, a retomada da liderança internacional dos EUA no campo espacial.

## AS HESITAÇÕES DE KENNEDY

Apesar de sua posição contrária a uma missão lunar, dois acontecimentos importantes iriam conduzir Kennedy a uma revisão de sua posição. O primeiro de ordem espacial: em 12 de abril de 1961, os soviéticos conseguiram colocar em órbita ao redor da Terra um primeiro homem, o cosmonauta Yuri Gagárin, a bordo da cápsula *Vostok-1*. Pela primeira vez, um homem foi ao espaço, o que provocou enorme impacto junto à opinião pública mundial, acentuando a Guerra Fria e o entusiasmo dos adeptos de Moscou na superioridade do sistema comunista.

Ao mesmo tempo que os soviéticos conseguiam mais um sucesso no espaço, um acontecimento político de repercussão nacional e internacional colocava os EUA numa posição de inferioridade: o desembarque dos exilados cubanos na Baía dos Porcos, em Cuba, com o apoio da CIA e do governo de Kennedy, ocorrido entre 15 e 19 de abril, havia se transformado num fiasco militar e político para os EUA e em uma vitória inesperada para Fidel Castro. A preocupação de Kennedy era apagar, do sentimento do povo norte-americano e do panorama internacional, o mais rapidamente possível, a imagem de *potência de segunda classe* que se formava na opinião pública. De fato, por trás desses dois eventos, existia um grande vencedor: a União Soviética. Como desafiar os soviéticos? Era a questão que se levantava na Casa Branca.

## TERCEIRA GUERRA MUNDIAL: DO SPUTNIK À QUEDA DA MIR

Dois dias depois do voo de Gagárin, Kennedy chamou Webb para conversar de novo sobre a possibilidade de um programa lunar, cujo custo era estimado em cerca de 20 bilhões de dólares. Novamente, Kennedy recusou o seu apoio. No entanto, oito dias depois, em 19 de abril, enquanto Gagárin viajava pelo mundo feito moço propaganda da superioridade do regime comunista e o povo norte-americano curtia as repercussões do fracasso da Baía dos Porcos, Kennedy chamou Lincoln B. Johnson, então Vice-Presidente dos EUA, que também presidia o Conselho Nacional de Aeronáutica e Espaço, para discutir uma política capaz de compensar o atraso norte-americano em relação aos soviéticos no domínio espacial e, se possível, superá-los. O único feito que poderia projetar os EUA era a ida do astronauta à Lua, antes dos soviéticos. Na manhã seguinte, em 20 de abril, a questão foi oficialmente decidida por uma carta de Kennedy a Johnson. A resposta do vice-presidente não demorou. Oito dias mais tarde, a resposta era clara e precisa: uma missão à Lua era factível antes de 1970. Diante das considerações de Johnson só restava a Kennedy decidir.

Devemos registrar que as conclusões do vice-presidente tinham sido inspiradas nas idéias de von Braun, que era seu amigo. Aliás, convém assinalar ainda que, no dia seguinte ao envio do relatório a Kennedy, von Braun, a fim de confortar Johnson em suas proposições, escreveu: *Nós temos uma possibilidade de enviar uma equipe de três homens ao redor da Lua antes dos soviéticos e uma excelente possibilidade de abatê-los em um desembarque na Lua.* E acrescentava: *Com um programa urgente, os EUA poderão realizar uma aterrissagem em*

*1967 ou 1968.* Parece que essa carta de von Braun a Johnson, conhecida de Kennedy, teve uma enorme influência na decisão do presidente. Essa posição de von Braun representava, para os alemães que haviam emigrado para os EUA, a realização de um sonho de quase quarenta anos.

Após aprovar as propostas de uma missão tripulada à Lua, em 10 de maio, Kennedy no seu discurso no Congresso, em 25 de maio, declarou: *Nosso país deve se dedicar inteiramente a essa empresa; fazer aterrissar um homem na Lua e trazê-lo sôlo e salvo de volta à Terra antes do fim do presente decênio.*

Mais tarde, em 12 de setembro de 1962, Kennedy diria: *Nós escolhemos ir à Lua neste decênio e realizar outras coisas, não por que seja fácil, mas porque é difícil.*

### 1969: ANO DE TRIUNFO DOS EUA E DE DERROTA DA URSS

O ano de 1969 foi o do triunfo dos norte-americanos, com a *Apollo-11* e a *Apollo-12* lançadas respectivamente em 16 de julho e 14 de novembro, e a derrota para os soviéticos, com o fracasso de dois lançamentos dos foguetes de uma missão tripulada, a *Luna N1-L3*, em 3 de junho, e do voo automático *Luna-15*, em 13 de julho. Essa última, após entrar em órbita ao redor da Lua, veio a se chocar contra o solo.

O objetivo fixado por Kennedy oito anos antes tinha sido alcançado cinco meses e dez dias antes. Os EUA, além de apagar a humilhação do *Sputnik* e derrotas que se seguiram, assumiam a liderança de primeira nação espacial.

Todavia, para compreender a importância científica do programa *Apollo* é sufici-

ente recordar que os resultados obtidos foram numerosos. Estão resumidos em três dezenas de volumes de três mil páginas cada. Apesar de não ter sido respondida a questão relativa à origem da Lua, pelo menos o estudo das pedras lunares permitiu o surgimento de uma nova teoria, em 1986: há pouco mais de quatro bilhões de anos, a Terra teria sofrido o impacto de um astro das dimensões de Marte, o que provocou a ejeção de grande quantidade de matéria que, em órbita terrestre, se agregou para formar a Lua. Os esforços tecnológicos,

no campo de pesquisa espacial, além do resultado científico, deixaram numerosos aperfeiçoamentos nos mais diversos setores, em especial no da informática e das telecomunicações, com efeitos secundários em todos os setores da vida humana.

É, portanto, inexato limitar a análise do programa *Apollo* ao ponto de vista da competição americano-soviética, menosprezando os resultados científicos. Aliás, o programa *Apollo* foi também um sucesso de gestão industrial, onde se fez necessário coordenar e controlar o trabalho e as relações dos numerosos serviços da NASA com vinte mil indústrias. A principal característica da *Apollo* foi a criação de uma organização única para gerir um programa tão importante, o que permitiu manter os prazos e os orçamentos num período de oito anos.

Em 1961, quando se iniciou o programa, as técnicas de navegação espacial

*É, inexato limitar a análise do programa Apollo ao ponto de vista da competição americano-soviética, menosprezando os resultados científicos. Aliás, o programa Apollo foi também um sucesso de gestão industrial, onde se fez necessário coordenar e controlar o trabalho e as relações dos numerosos serviços da NASA com vinte mil indústrias.*

eram ainda primitivas. Menos de dez anos depois, tinha havido um sensível aperfeiçoamento na matéria. Aliás, quanto à técnica, o sucesso foi notável. Em 1960, a confiabilidade dos lançadores era mediocre. Após o programa *Apollo*, em 1972, 32 lançamentos de foguetes *Saturno* foram realizados com sucesso total. Só foi possível alcançar essa excelente confiabilidade com os novos métodos de fabricação e de controle de qualidade. Com a *Apollo* desenvolveu-se uma nova filosofia de qualidade em todos os

níveis; uma nova norma que se adotou tanto nos EUA como na Europa: a *Apollo* fez escola.

Pela primeira vez, num confronto entre nações, 25 bilhões de dólares foram gastos sem que as populações civis fossem penalizadas. A principal lição que se pode tirar do programa *Apollo* é que todos os sonhos podem se tornar realidade, se tivermos vontade e a determinação para realizá-los.

## A TRÉGUA

Desde o dia seguinte à missão *Apollo-11*, ou seja, à descida do homem na Lua, o espaço entrou numa nova etapa. Com o objetivo de sair da Guerra Fria, o Presidente Nixon decidiu não utilizar o espaço como elemento de confronto entre o Leste e Oeste, mas ao contrário como um instrumento de relax e de cooperação futura entre os EUA e a URSS. Após dois anos de

negociações, em 24 de maio de 1972, Richard Nixon e Leonid Brejnev assinaram um acordo segundo o qual previam o acoplamento de um veículo soviético *Soyuz* com um veículo *Apollo*, e as visitas recíprocas dos astronautas e cosmonautas às duas naves. Esse acordo foi a origem da missão ASTP - *Apollo-Soyuz Test Project*. Em 15 de julho de 1975, decolou de Baikonur um foguete com a cápsula *Soyuz-19*, no interior do qual viajavam os cosmonautas Aleksei A. Leonov (1934- ) e Valery N. Kubasov (1935- ). No mesmo dia, um foguete *Saturn-1B* deixava o Cabo Canaveral com os astronautas Thomas P. Stafford (1930- ), Donald K. Slayton (1924- ) e Vance V. Brand (1931- ), a bordo da nave *Apollo CSM111*. Em 17 de julho, em cima da cidade de Metz, efetuou-se o encontro e o acoplamento. Um aperto de mão histórico entre Leonov e Stafford deu início à primeira trégua na confrontação espacial iniciada quase dois decênios antes.

A astronáutica soviética, que perdeu a batalha do voo tripulado para a Lua, conseguiu de modo notável levar o sucesso ao voo automático. De fato, no dia 12 de setembro de 1970, a nave *Luna-16* decolou de Baikonur, pousando a 16 do mesmo mês na superfície da Lua, onde retirou 101 gramas de amostras do solo lunar. Pela primeira vez a URSS obteve sucesso com essa missão - análoga à *Luna-15* que se chocou poucas horas antes da descida da *Apollo 11* - quatorze meses depois da descida do homem na Lua. Mais tarde, 10 de novembro de 1970, decolou de Baikonur a *Luna-17* que desceu sobre a superfície lunar a cerca de 2.500km da *Luna-16*.

Logo que desceu no solo lunar, a *Luna-17* liberou um veículo-robô *Lunakhod-1*,

de 750kg, que durante 11 meses percorreu 10km, quando além de ter tomado mais de vinte mil fotografias, procedeu à análise físico-mecânica do solo lunar em mais de trezentos sítios.

A última missão tripulada norte-americana ocorreu em 7 de dezembro de 1972 (*Apollo-17*) enquanto a missão automática de prospecção soviética ocorreu em 9 de agosto de 1976. Antes mesmo de alcançar o objetivo de mostrar que dominava os vôos automáticos, a URSS suspendeu o projeto N-1 de uma missão tripulada à Lua.

O fracasso do programa lunar não foi somente sentido pela comunidade espacial soviética mas também pela elite mais conceituada do Estado, pois tratava-se de um fracasso teórico e político. Pela primeira vez, com o programa *Apollo*, os norte-americanos assumiam a liderança espacial.

## O FRACASSO SOVIÉTICO

Foi necessário esperar os últimos anos do regime soviético e a *glasnost* (transparência), introduzida por Mikhail Gorbachev, para que os segredos que envolveram as missões lunares fossem finalmente descobertos. Atualmente, sabe-se que, além de um projeto destinado a sobrevoar a Lua com uma cápsula *Zond* tripulada, a URSS tinham um segundo projeto destinado, como o norte-americano *Apollo*, ao envio de cosmonautas à Lua. Esse último programa, decidido muito tarde (1965) beneficiou-se de poucos meios em relação aos EUA. Ele previa a descida de um único cosmonauta sobre a Lua em um veículo partindo de um lançador gigantesco, o foguete *N-1*, semelhante ao *Saturn-5* nor-

te-americano. O esquema de vôo era análogo ao de uma missão *Apollo*, sendo necessário um *rendez-vous* em órbita lunar. Essa segunda parte do programa lunar se desenvolveu de modo insatisfatório em relação ao primeiro. Entre 1969 e 1972, o foguete *N-1* explodiu quatro vezes, seja no cosmódromo de Baikonur seja em vôo. Finalmente, o projeto foi definitivamente abandonado.

Para esconder a derrota, o governo da URSS manteve silêncio até meados da década de 1980 com relação ao programa *N-1*, chegando ao ponto de explicar que uma missão tripulada à Lua não tinha sido jamais uma das prioridades do programa espacial soviético. Para eliminar qualquer sinal dessa triste aventura, todos os elementos do lançador *N-1* foram destruídos.

O funcionamento deficiente do sistema comunista foi o principal responsável por seus fracassos. Os governantes da URSS, Khruschev depois Leonid Brejnev, foram incapazes de tomar decisões claras e de impor sua autoridade aos construtores dos sistemas espaciais soviéticos. Um exemplo é a recusa do fabricante de motores Valentin Gluchko em trabalhar no projeto *N-1*, em virtude dos seus desentendimentos com Korolev e, mais tarde, com seu sucessor Vassili Michine.

Posteriormente, analisando as causas do fracasso, V.P. Michine, responsável pelo programa lunar, explicou: *Nós subestimamos o desafio lançado pelo Presidente*

*Kennedy em 1961, de ver os americanos serem os primeiros a colocar os pés sobre a Lua [...]. Não estávamos em condições de chegar primeiro, pois a URSS não dispunha nem do mesmo potencial científico-tecnológico e industrial dos EUA nem de meios financeiros tão importantes.*

*Durante o retorno da segunda tripulação da Salyut-1, em 30 de junho de 1971, os seus três cosmonautas, depois de 23 dias em órbita, faleceram em consequência de uma despressurização da cabine, o que provocou um atraso no programa espacial soviético, assim como uma revisão no sistema de segurança nos vôos espaciais na Soyuz e na Salyut.*

Até então, a URSS tinha no Ocidente a reputação de ser um Estado com planejamento eficaz, pelo menos para os grandes projetos. Ao contrário, sua eficiência era uma utopia, como a vitória do projeto *Apollo* comprovou.

Uma vez concluídas as missões *Apollo* e *Luna*, a guerra ainda não havia terminado. A luta seria, agora, no espaço circunvizinho ao nosso planeta. Os norte-americanos projetavam uma Estação Espacial, a *Freedom* (Liberdade), que deveria ser construída com auxílio das naves recuperáveis ou lançadeiras espaciais. Uma frota de naves recuperáveis foi construída, mas a estação *Freedom*, projetada para ser lançada em 1993, jamais saiu do papel, enquanto os soviéticos construíram a *Mir*, que, lançada em 1986, permaneceu em órbita até o ano 2001.

## MIR, A ÚLTIMA BATALHA DA GUERRA FRIA QUE ACABOU NUM ARMISTÍCIO

Após o insucesso dramático da estação espacial soviética *Salyut-1*, lançada em 23 de abril de 1971, por um foguete *Próton*, da base espacial de Tyuratan, os soviéticos não

## TERCEIRA GUERRA MUNDIAL: DO *SPUTNIK* À QUEDA DA *MIR*

desanimaram, avançando gradualmente em seu programa. De fato, durante o retorno da segunda tripulação da *Salyut-1*, em 30 de junho de 1971, os seus três cosmonautas, depois de 23 dias em órbita, faleceram em consequência de uma despressurização da cabine, o que provocou um atraso no programa espacial soviético, assim como uma revisão no sistema de segurança nos vôos espaciais na *Soyuz* e na *Salyut*.

As *Salyut* (Saudação) tinham um volume de 100 metros cúbicos, quatro vezes superior à estação norte-americano *Skylab*, e 12 metros de comprimento. Com a massa de 18,5 toneladas, essas naves eram constituídas por três cilindros conectados de 2, 3 e 4 metros de diâmetro.

Depois de terem lançado cinco estações orbitais *Salyut*, os soviéticos conseguiram um grande avanço ao colocarem em órbita a *Salyut-6*, primeiro exemplar da segunda geração da estação espacial soviética, lançada em 29 de setembro de 1977. Embora fosse uma estação semelhante à *Salyut-1*, o seu módulo principal possuía uma inovação fundamental: sistemas de engate em cada uma das suas duas extremidades, o que permitia receber a visita simultânea de duas *Soyuz*, veículo espacial destinado ao transporte dos cosmonautas até uma estação espacial, e, principalmente, de uma *Soyuz* e um *Progress*, veículo espacial de reabastecimento, capaz de acoplar à estação automaticamente, levando combustíveis, água, víveres, aparelhos e acessórios científicos etc. Foi graças a essa nova concepção de um cargueiro espacial automático que o tempo de vida em órbita da *Salyut-6* deixou de depender do esgotamento das reservas de bordo. Em virtude desse novo procedimento, a *Salyut-6*

funcionou por mais de cinco anos, recebendo várias tripulações, cuja permanência no espaço foi sucessivamente mais longa. De fato, o recorde de voo espacial a bordo da *Salyut-6* chegou a ser superior a seis meses. Com a *Salyut-7*, o último exemplar da segunda geração das estações espaciais soviéticas, lançada em 15 de abril de 1982 e que orbitou ao redor da Terra durante nove anos, os recordes de permanência dos cosmonautas no espaço atingiram oito meses. Com a *Mir*, terceira geração das estações espaciais soviéticas, lançada em 20 de fevereiro de 1986, os recordes de permanência dos cosmonautas em órbita atingiram 14 meses, intervalo de tempo superior à trajetória percorrida por um veículo espacial de Terra a Marte.

A concepção da *Mir* constituiu um marco fundamental na conquista espacial. Seu módulo básico, das dimensões de um *Salyut* (19 toneladas e um volume de 125 metros cúbicos), possuía um total de seis sistemas de engate, que permitiam o acoplamento de veículos de transporte (*Soyuz*) e de reabastecimento (*Progress*), assim como o acoplamento de módulos suplementares, por intermédio dos quais era possível expandir a estação espacial com laboratórios e observatórios. Tão importante foi essa concepção que o núcleo central da *Mir-2*, que deveria substituir a *Mir-1*, foi usado como a parte principal, atualmente designado de *Zarya*, que deu origem à Estação Espacial Internacional, lançada em 15 de novembro de 1998, por um foguete russo *Proton*, da base espacial de Baikonur, no Cazaquistão.

Com a *Mir*, iniciou-se a cooperação internacional no espaço, quando diversos astronautas de vários países foram convi-

dados para participar das suas missões. Tal prática, iniciada já na época da *Salyut-6*, em fins da década de 1970, envolveu, de início, os astronautas dos países-satélites da União Soviética. Em 1982, o francês Jean-Loup Chrétien foi o primeiro astronauta ocidental a estagiar a bordo da estação orbital soviética. Em 1996, uma quinta missão franco-russa teve a participação de uma mulher: Claudie André-Deshays. A última dessas missões franco-russa foi realizada em 1999, quando o francês Jean-Pierre Haigneré permaneceu 188 dias em órbita. A bordo das estações soviéticas viajaram astronautas ingleses, alemães, austriacos, japoneses e, nos últimos seis anos, uma colaboração intensa ocorreu com os astronautas norte-americanos. Na verdade, pela *Mir* passaram 105 tripulantes, sendo 62 estrangeiros de nacionalidade diferentes e somente 43 russos. A maior parte dos tripulantes foi obrigada a longos períodos de permanência no espaço. O recorde foi o cosmonauta Vladimir Polinkov que passou um total de 678 dias no espaço, em duas missões, sendo a maior delas de 438 dias.

Após o desaparecimento da União Soviética, em 1991, a Rússia entrou em crise, sem meios para prosseguir seu próprio programa espacial. Aliás, convém assinalar que desde o início da década de 1990, a própria União Soviética foi obrigada a renunciar a três grandes programas espaciais: a construção da *Mir-2*, do foguete *Energia*, o maior e poderoso foguete já construído, e do *Buran*, uma nave recuperável análoga à norte-americana.

A Rússia foi obrigada a procurar, a partir de 1991, um parceiro que financiasse as missões à *Mir*. A única economia ca-

paz de cumprir as exigências era a dos EUA. Assim, desde 1995, as naves recuperáveis norte-americanas passaram a acoplar regularmente à estação *Mir*. Apesar dos riscos de utilizar uma estação que, após dez anos de permanência em órbita, começava a sofrer os efeitos do desgaste, a NASA considerava essas missões na *Mir* como da máxima importância para preparação e treinamento dos seus astronautas que iriam viver na Estação Espacial Internacional. O primeiro astronauta norte-americano a participar de uma missão na *Mir* foi Norman Thagard, em 14 de março de 1995.

Depois da sua destruição, não podemos deixar de sentir melancolicamente uma saudade de uma das peças fundamentais à conquista espacial. Ainda mais se considerarmos que a sua existência foi uma das mais importantes da corrida espacial e um dos aspectos mais positivos da Guerra Fria - na realidade, uma verdadeira guerra mundial no campo de ciência e tecnologia, onde prevaleceu o talento da humanidade. Aliás, apesar de os russos terem vencido a batalha da *Mir*, a economia soviética não resistiu à disputa, agravada com o projeto da Guerra nas Estrelas. Essa terceira guerra mundial, ao contrário das duas primeiras, além de deixar poucos mortos, legou um enorme avanço científico à civilização.

Na realidade, não é importante saber quem ganhou a corrida espacial, mas procurar compreender as razões dos fracassos iniciais dos norte-americanos, assim como as origens das dificuldades do programa lunar tripulado soviético, que, aliás, tiveram início logo após o falecimento de Korolev, em 1966, por uma imperícia médica.

**BOX: GAGÁRIN, O HOMEM  
PROPAGANDA DE UMA NOVA ERA**

*Sabia que existia um sentimento de nostalgia no caso do homem que deixa a sua pátria. Sei hoje que existia um sentimento semelhante em relação à Terra propriamente dita. Mas não sei qual nome lhe dar...*

Germain Titov

Uma nova era de propaganda do socialismo iniciou-se quando, em 12 de abril de 1961, às 9h07min hora local, Gagárin foi lançado ao espaço na nave *Vostok-1*, do cosmódromo de Tyuratam-Baikonur. Após uma viagem de 1h48min, aterrissou na aldeia de Smelovka, em Saratskaia. Sua espaçonave descreveu uma órbita com perigeu (ponto mais próximo da Terra) de 181km e apogeu (ponto mais afastado da Terra) de 327km, em 89min/s. Gagárin permaneceu sentado no interior da cápsula esférica que o transportou no espaço até a aterrissagem. Como a nave era totalmente automatizada, o papel do herói do primeiro voo orbital *tripulado* foi de um mero expectador. Ao contrário do que ocorreu nos cinco vôos subseqüentes, quando um assento ejetor foi usado a 7.000m de altitude, presumivelmente para evitar o violento impacto com o solo, permitindo aos cosmonautas descerem suavemente de pára-quedas.

A nave com Gagárin desceu, às 10h55min hora local, próximo à cidade de Smelovka, a 23km de Saratov. Logo depois que a cápsula recuperável atingiu o solo, os cintos de segurança se romperam automaticamente. Gagárin abriu a escotilha e saiu do veículo diante do olhar es-

pantado de uma velha camponesa e de sua filha Rita, que indagou:

- *Você veio do céu, por acaso?*

- *Imagine você que sim,* respondeu Gagárin, que foi logo em seguida levado por um grupo de soldados que, mais tarde, instalou um posto de guarda junto à cápsula. Pouco depois, um helicóptero M14, do grupo de recuperação, pousou nas vizinhanças. O comissário esportivo, Ivan Borissenko, registrou os primeiros recordes, segundo as regras da Federação Aeronáutica Internacional: recorde de altura: 327km; de tempo: 108 minutos; de peso do veículo cósmico: 4.725kg. Logo em seguida, o helicóptero conduziu Gagárin ao aeroporto mais próximo, de onde telefonou para os dirigentes soviéticos.

Por volta de 4 horas da tarde, um avião *Illiúchin-14* aterrissou no aeroporto de Kuibychev. Gagárin foi o primeiro a descer do avião.

O enviado especial do *Pravda* entrevistou-o:

- *Como é o céu, lá de cima?*

- *Escuro, camarada, muito escuro?,* respondeu.

- *E a Terra, como a viu?*

- *Ela é azul. Quando sobrevoava a América do Sul e a África, vi a costa e os grandes lagos. É uma paisagem admirável.*

Dois dias depois de sua aterrissagem, Gagárin foi recebido no Kremlin como herói nacional. Sua fama transformou-o num embaixador da alta tecnologia e da coragem soviéticas. Com esse objetivo, viajou ao redor do mundo, tendo sido recebido nas principais cidades como um herói da humanidade. Depois de passar por Cuba, Gagárin esteve no Brasil, onde chegou no dia 29 de julho de 1961. Após visitar o Rio

de Janeiro, São Paulo e Brasília, voltou em 5 de agosto. Na cidade do Rio de Janeiro foi recebido, na Casa da Gávea Pequena, então propriedade do banqueiro Drault Ernanny, por um grupo de cientistas e intelectuais, dentre eles Leite Lopes, Álvaro Alberto, Osório Meirelles, Luiz Muniz Barreto e o autor deste artigo. Ao chegar em Brasília, foi recepcionado por Jânio Quadros, que o condecorou com a medalha do Cruzeiro do Sul. Depois de contemplar a cidade construída por Oscar Niemeyer, o cosmonauta comentou: *A impressão que tenho é a de estar chegando a um planeta diferente.*

Ainda em Brasília, a mensagem do chefe de governo Nikita Kruschev ao Presidente brasileiro entregue por Gagárin foi o primeiro passo para o restabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações, o que iria acontecer em dezembro de 1961.

O primeiro astronauta, Yuri Alekseevitch Gagárin, nasceu em 9 de março de 1934, na aldeia de Kluchino, na parte ocidental da Rússia. Seu pai, Aleksei Gagárin, era carpinteiro e a mãe, ordenhadeira. Após a Segunda Guerra Mundial, a família de Gagárin transferiu-se para a cidade de Gjatsk, atual Gagárin, em homenagem a seu mais ilustre habitante. Uma vez concluídos os estudos na escola secundária, Yuri ingressou numa escola técnica de fundidores. Sua grande paixão pela técnica, bem como pelo esporte, muito influenciou seu destino, em particular na escolha da profissão. Após ter sido aprovado no concurso

– *Como é o céu, lá de cima?*  
 – *Escuro, camarada,*  
*muito escuro?, respondeu.*  
 – *E a Terra, como a viu?*  
 – *Ela é azul. Quando*  
*sobrevoava a América do Sul*  
*e a África, vi a costa e*  
*os grandes lagos.*  
*É uma paisagem admirável.*

de admissão, matriculou-se na Escola Técnico-Profissional de Sarátov, onde foi dedicado aluno de matemática e física, duas de suas matérias favoritas. Uma de suas dissertações seria dedicada ao pioneiro da cosmonáutica soviética, o mestre-escola Konstantin Tsiolkovski, cujas obras, como confessou mais tarde, transformaram sua visão do mundo.

Enquanto preparava sua tese de fim de curso, Yuri aprendeu a pilotar avião no aeroclube local, durante a noite. Estava

dado o grande passo que o conduziria à Escola, de Aviação de Orenburgo. Nesta escola encontrou Valentina com quem se casou e de quem teria mais tarde dois filhos.

Ao concluir o curso de aviador, foi-lhe proposto o emprego de piloto-instrutor. Não aceitou, preferindo ir voar, em condições meteorológicas mais adversas, no Norte da Rússia. Tornou-se assim um perito em vôo.

Ao atingir a idade de 26 anos, após passar no exame médico, Yuri entrou para o grupo dos dez primeiros cosmonautas soviéticos. Depois de um ano de estudos e treinamentos foi escolhido para ser colocado em órbita ao redor da Terra.

Durante um vôo de treinamento, num Mig-15 de dois lugares, versão de treinamento do primeiro caça a jato da força aérea soviética, os cosmonautas Yuri Gagárin e Vladimir Seriogin foram obrigados a proceder uma brusca manobra com o objetivo de evitar uma colisão com dois outros aviões, um Mig-21 e outro Mig-15, que se aproximaram perigosamente do jato de Gagárin.

Depois de entrar em parafuso, girando fora de controle, o avião de Gagárin caiu num ponto a nordeste de Moscou. Assim, desapareceu, a 27 de março de 1968, o primeiro homem a realizar uma volta completa ao redor da Terra num satélite artificial.

Até o início de 1988, haviam sido sugeridas diversas hipóteses para explicar o acidente. Uma primeira investigação inclinou-se por uma sabotagem a bomba ou por envenenamento dos dois pilotos. Uma segunda sugeriu que Gagárin e Seriogin haviam perdido o controle do pequeno caça depois de uma colisão com um pássaro ou um balão meteorológico. Finalmente, em janeiro de 1988, depois de uma reinvestigação do caso, ficou evidente que o acidente foi provocado por um erro da torre de controle de vôo e de tráfego aéreo, ao permitir que dois outros aviões penetrassem na mesma região onde o Mig-15 de Gagárin estava realizando um vôo de treinamento.

A admiração de milhões de pessoas não lhe alterou a personalidade, e Gagárin conservou as melhores qualidades de caráter: sinceridade, coragem, perseverança. Deixou uma das mais célebre frases, que a humanidade já ouviu: *A Terra é azul.*

O sucesso de Gagárin deu à astronáutica a dimensão humana e tornou realidade de um velho sonho dos homens que idealizavam um dia viajar pelo espaço. O im-

pacto provocado por Gagárin só seria comparável a descida dos norte-americanos Neil Armstrong e Edwin Aldrin na Lua.

Na realidade, apesar de Gagárin ser considerado um herói, o grande mérito da missão coube ao engenheiro de vôo espaciais Serguei Pavlovith Korolev (1927-66), o pai do programa espacial soviético, que concebeu, comandou e acompanhou pessoalmente todo o desenvolvimento do projeto *Vostok-1*, veículo que transportou Gagárin. Aliás, somente após a morte é que a identidade de Korolev foi revelada ao grande público. Em 1937, foi prisioneiro por quase seis anos, no auge do regime de repressão de Stalin, que o soltou, em 1942, ao compreender que iria precisar do seu talento para projetar e construir mísseis durante a Segunda Guerra Mundial.

As contribuições de Korolev à astronáutica são incríveis. Seu nome está associado às principais missões da era espacial: o primeiro satélite artificial da Terra (1957); as primeiras fotografias da face oculta da Lua (*Lunik III*, 1959); o primeiro veículo espacial habitado: Yuri Gagárin (1961); a primeira mulher cosmonauta, Valentina Terechkova (1963); a primeira saída de um homem no espaço: Aleksei Leonov (1965); o primeiro impacto de uma sonda em outro planeta: Vênus (1966) e a primeira alunissagem de uma sonda (*Lunik IX*, 1966). ☈

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HEPPENHEIMER, T. A. *Countdown: A history of space flight*, 1997, Nova Iorque.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica*, 2<sup>a</sup> edição revista e ampliada, Nova Fronteira, 1996, Rio de Janeiro.
- . *Astronáutica - do sonho à realidade - a história da conquista espacial*, Bertrand-Brasil, 1999, Rio de Janeiro.
- . *O livro de ouro do Universo*, Ediouro, 2000, Rio de Janeiro.

# Comunicação social, propaganda, mídia e opinião pública no combate moderno

Sergio Luiz Cruz Aguilar\*

## RESUMO

Devidamente ilustrado com exemplos ligados a fatos reais, o artigo ressalta a importância da comunicação social no combate moderno, o poder da mídia e da opinião pública e sua capacidade de influir nas operações militares.

## PALAVRAS-CHAVE

Comunicação social, propaganda, mídia, opinião pública.

O processo de globalização que vivemos está alterando o conceito de soberania, fazendo com que o Estado nacional tenha seu poder diminuído. Novos atores como as *Organizações Não Governamentais* (ONGs) e empresas transnacionais conseguem pressionar governos de acordo com seus interesses. A constituição de blocos econômicos acarreta a diminuição da capacidade do Estado de garantir sua plena autonomia.

Nesse quadro, interesses de ordem política, diplomática, econômica e militar condicionam, ou até determinam, objetivos fundamentais durante as situações críticas, quando o Estado deve procurar manter o máximo de liberdade de ação.

Com o salto do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, a evolução dos meios de comunicação e de informática de alta tecnologia digital, aumentando a velocidade dos eventos e encurtando distâncias, novos fatores ganharam peso quando da tomada de decisão.

Um desses fatores é a opinião pública, que condicionará a liberdade de ação do governo, na medida em que pode mobilizar suas decisões frente aos interesses acima citados.

Dessa forma, a mídia se encontra em uma posição de grande evidência e importância. O fluxo das informações que ela veicula, com o emprego da propaganda, através de processos de comunicação de massa, faz com que desempenhe um importante papel na modelagem da opinião pública.

\* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

Neste mundo de comunicações globais, indivíduos em qualquer parte do mundo recebem informações quase que em tempo real. Essas informações, transmitidas para um público muito maior que no passado, afetam a opinião pública nacional e mundial, conforme as ações dos tomadores de decisão.

Na democracia, o poder político subordina o poder militar. A Força Terrestre é um instrumento da ação política do governo de seu país e a decisão de ir à guerra deve ser, exclusivamente, civil. Essa decisão só ocorrerá após a conquista do apoio popular, que será o respaldo para tomadas de decisões e estratégias, estabelecendo-se objetivos, quando então o Poder Militar poderá desencadear as suas operações específicas.

Além da perda de vidas, os custos do combate moderno são muito altos. Enquanto as forças armadas desencadeiam operações, todo o país participa do esforço de guerra. Se a conquista do apoio popular é necessária para a decisão de ir à guerra, a sua manutenção é fundamental para a condução do conflito. Se a população achar que as forças armadas não têm condições de atingir o fim desejado, retirará o apoio e não participará do esforço militar. Além disso, o público hoje possui consciência do seu poder e quer ser sempre informado sobre o desenrolar de todos os acontecimentos em qualquer área.

Nesse contexto, cresce de importância a ação da Comunicação Social na guerra moderna. A execução de suas atividades e seu relacionamento com a mídia permitirão o assessoramento no planeja-

mento das operações, o monitoramento das percepções da população e a manutenção da mesma informada sobre o curso do combate, mantendo o seu apoio.

Os exércitos mais modernos têm evoluído bastante no emprego da Comunicação Social como uma arma importante na condução do combate, fruto das experiências colhidas em conflitos passados e recentes.

## A COMUNICAÇÃO SOCIAL

À comunicação é tão velha quanto o homem socialmente organizado. *Nas ruínas de Pompéia notavam-se inscrições anunciando serviços e vendas e num papiro com três mil anos de idade, descoberto em Thebas no Egito, um tecelão anunciava a intenção da venda de sua loja e sua roupa.*<sup>1</sup>

À medida que a sociedade humana foi se desenvolvendo, a comunicação tornou-se mais complexa e deixou de ser a simples transmissão de mensagens, para transformar-se em um instrumento de convivência, numa sociedade que depende constantemente da informação. Utiliza palavras, escritos, símbolos, sons e outros, para fazer com que idéias e notícias sejam conhecidas e interpretadas pelos que por eles forem atingidos.

A Comunicação Social, expressão cunhada e adotada pela Igreja Católica, em 1962, para substituir a comunicação de massa, é hoje empregada no Brasil geralmente para designar o objeto da interação de determinadas fontes organizadas de informação e a comunidade.

<sup>1</sup> CABRAL, Plínio. *Propaganda - Técnica de Comunicação Industrial e Comercial*. São Paulo. Atlas, 1986, p. 23 e 24.

Poyares definiu Comunicação Social como sendo o *complexo de fenômenos de interação formado: pelos veículos produzidos pela tecnologia da comunicação; pelos meios desenvolvidos através da arte da comunicação; pela ação das fontes organizadas de informação; pela ação das agências de notícias e das informações; e pela reação dos públicos recipientes.*<sup>2</sup>

A atividade de Comunicação Social, de forma institucionalizada, nasceu nos Estados Unidos da América (EUA), no ano de 1907, com a criação do Serviço de Relações Públicas dos *marines*.

Para o Exército Brasileiro, Comunicação Social é o *processo pelo qual podemos exprimir idéias, sentimentos e informações, visando a estabelecer e somar experiências.*<sup>3</sup> Tem por objetivo *melhorar o relacionamento entre os homens - quer como indivíduos, quer como integrantes de um grupo social - partindo do princípio que só o amplo entendimento conduz à compreensão geral.*<sup>4</sup>

## A PROPAGANDA

Propaganda é um *conjunto de atividades que visam a influenciar o homem, com objetivo religioso, político ou cívico, mas sem finalidade comercial.*<sup>5</sup> Está voltada para influir nas opiniões, atitudes

e comportamentos de qualquer grupo, específico ou não, com a finalidade de beneficiar o propagandista.

A propaganda é um procedimento que responde a finalidade estratégica (política, militar, cultural etc.) e não deve ser confundida com *publicidade* que tem fins comerciais. Por outro lado, se a *publicidade* procura criar reflexos condicionados no indivíduo, fazendo com que compre um determinado produto, quase contra a sua vontade, a propaganda deve criar os mesmos reflexos, apenas com finalidade diferente.

produto, quase contra a sua vontade, a propaganda deve criar os mesmos reflexos, apenas com finalidade diferente.

As Cruzadas foram dos primeiros exemplos na história do uso continuado de propaganda em larga escala. Gengis Khan tinha um plano deliberado de propaganda, fazendo-o parecer maior e mais cruel, do que realmente era. Napoleão desenvolveu atividades de propaganda espalhadas pela máquina governamental, de modo a criar uma opinião interna favorável e estimular o ódio pelo inimigo.

Segundo Clews, a obra de Harriet B. Stowe, *A Cabana do Pai Tomás*, narrando as privações dos escravos na década 1850-60, foi a mais notável obra de propaganda do século passado. Usada junto ao público do Norte, colaborou para o desencadeamento da Guerra da Secessão americana, que levou à libertação dos escravos.<sup>6</sup>

<sup>2</sup> POYARES, Walter Ramos. *Comunicação Social e Relações Públicas*. Rio de Janeiro. Agir. 1970, p. 18

<sup>3</sup> GABINETE DO MINISTRO. CCOMSEX. *Vade-mécum de Comunicação Social*. Brasília. p. 5

<sup>4</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. IP 45-1: *Relações Públicas*. Brasília. 1975, p.1-1

<sup>5</sup> ERBOLATO, Mário. *Dicionário de Propaganda e Jornalismo*. São Paulo. Papirus. 1989, p. 254

<sup>6</sup> CLEWS, John C. *Técnicas de Propaganda Comunista*. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1964, p. 17

Quando o Brasil decidiu ir à guerra contra o Paraguai, não se limitou a colocar em ação seu poder militar. Escritores, jornalistas e artistas foram encarregados de, através da propaganda, preparar o espirito da nação para o esforço de guerra.

A propaganda atingiu a maioria depois que a revolução industrial provocou o surgimento dos meios de comunicação de massa. No final do século XIX, os jornais atingiam milhões de leitores. O surgimento do cinema e do rádio aumentou a influência da propaganda em maiores públicos. Em 1918, os aliados conduziram intensa campanha de propaganda dentro da Alemanha, através de panfletos, pequenos jornais e livros. A partir de então, foi reconhecida oficialmente como uma arma eficaz.

Hitler deu-lhe maior significado. Com seus comícios, símbolos, uniformes e a adaptação da propaganda aos diferentes setores da população, conseguiu conquistar o apoio, não só de seus eleitores, como de todo o povo alemão. Em *Mein Kampf* resumiu o papel ideal da propaganda que deveria ser tão popular de modo a ser entendida até pelo mais ignorante, e fazer com que as pessoas percebessem o paraíso como o inferno e, no sentido oposto, que considerassem a forma mais vil de vida como o paraíso.<sup>7</sup>

A atuação de Joseph Goebbels, seu Ministro da Informação, representou um fenômeno. Para ele, a propaganda tinha que ser centralizada, planejada, estabelecida e executada por uma só autoridade e não

precisava ser necessariamente verdadeira mas deveria ser acreditável.<sup>8</sup> Com habilidade, mostrou Hitler liderando a nação da paz para a guerra de forma imperceptível; apresentou a campanha contra a Polônia como punitiva e não como guerra; usou as rápidas vitórias da blitzkrieg para aumentar o moral do povo, e acabou por legitimar a barbárie do holocausto<sup>9</sup>.

A propaganda desempenhou também um importante papel na estratégia comunista. Era vista como uma arma de extrema importância e usada, continuamente, em coordenação com medidas diplomáticas, econômicas e militares.

Os comunistas diferenciavam o público em uma minoria, influenciada pelo propagandista, a quem poderia ser apresentada uma variedade de idéias, com explicações mais completas, e uma maioria, que reagiria melhor a uma só idéia repetida muitas vezes pelo agitador que, usando a palavra falada, sobre ela despertaria sentimentos.

Por ter sido um movimento mundial, não havia limites para sua propaganda voltada para o exterior. Grande ênfase era dada ao controle da mente como meio de conseguir que as pessoas, individualmente ou como a massa, trabalhassem para os alvos e objetivos mundiais do movimento. Por isso, os comunistas definiam a propaganda como a interpretação de idéias, ensinamentos, opiniões e conhecimentos políticos, partes componentes do trabalho dos partidos comunistas e de trabalhadores no treinamento ideológico das massas partidárias e dos proletários.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> KEY, Wilson Brian. *A Era da Manipulação*. São Paulo. Scritta. 1996, p. 250

<sup>8</sup> CLEWS, John C. *Técnicas de Propaganda Comunista*. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1964, p. 19

<sup>9</sup> ALBIG, Willian. *Modern Public Opinion*. Nova York. McGraw-Hill Book Company, INC. 1956, p. 355

<sup>10</sup> CLEWS. Op. Cit. p. 16

As relações internacionais comunistas usaram a propaganda, primeiro para exportar a revolução e proteger os seus ganhos, minimizando os problemas internos, além de preservar as alianças comunistas existentes e criar outras onde fossem possíveis. O objetivo principal não era conseguir recrutas para suas fileiras, mas, sim, obter apoio para sua política, ou neutralizar a oposição a ela.

Outro ponto importante refere-se à utilização da propaganda através da manipulação da informação. Tofler advertiu que *novas tecnologias de simulação tornam possível monitorar falsos eventos de propaganda com os quais os indivíduos interagem, eventos que são intensamente vividos e reais.*<sup>11</sup>

Key também advertiu que *as populações do mundo consideradas livres, cultas, inteligentes e civilizadas constituem hoje o maior perigo para a sobrevivência mundial, pois são, em geral, inconscientes da extensão em que são manipuladas, manobradas e condicionadas pela mídia, pelos governos, pelos líderes e pelas instituições que servem aos interesses financeiros de seus sistemas políticos, sociais e econômicos.*<sup>12</sup>

O mesmo autor afirmou que a manipulação da informação tornou-se a estratégia

principal do governo Reagan, *despertada por motivos políticos e não de segurança nacional*, desviando a opinião pública de outros assuntos. A propaganda fantasiou que a América Central se tornaria um satélite soviético caso os *contras* não fossem ajudados, mostrou Fidel Castro ganhando, quando na realidade estava perdendo, e atingiu a Líbia e o Oriente Médio. Assim, conseguiu justificar a *escalada dos fundos econômicos e militares realizada pelos EUA.*<sup>13</sup>

Na Guerra do Golfo, o Presidente Bush mobilizou, efetivamente, a propaganda, dando a entender que os EUA, em vez de agirem para

defender os seus próprios interesses, estavam apenas fazendo o que a Organização das Nações Unidas (ONU) pedia.

Enquanto isso, Sadam Hussein explorou continuamente o argumento islâmico, colocando o Iraque como o defensor da fé e a Arábia Saudita, apoiada pelos EUA, como traidora da religião, numa tentativa de conquistar o apoio das demais nações islâmicas.

No nível tático, dados afirmam que 98% dos soldados iraquianos estiveram expostos à propaganda dos americanos, o que teve grande impacto na deserção de grande número deles. Foram lançados milhões

<sup>11</sup> TOFLER. Alvin, TOFLER, Heidi. *Guerra e Anti-guerra*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1995, p. 205.

<sup>12</sup> KEY, Wilson Brian. *A Era da Manipulação*. São Paulo. Scritta. 1996. p. 108

<sup>13</sup> KEY. Op. Cit., p. 254

de folhetos de propaganda sobre as tropas iraquianas no Kuwait, dando instruções sobre como se render, prometendo tratamento condigno aos prisioneiros, estimulando-os a abandonar seu equipamento e avisando-os dos ataques que estariam por vir.

No conflito iugoslavo, iniciado em 1991, os croatas saíram em vantagem, devido à mais sofisticada operação de propaganda. Os jornalistas assimilaram o argumento croata de que os sérvios eram os agressores e os massacres em larga escala de sérvios, nas áreas controladas por croatas, não foram relatados.

No mais recente conflito em Kosovo, a propaganda americana deu a entender o dever dos Estados Unidos em lutar a favor dos direitos humanos, contra as ditaduras que oprimem as minorias e, sendo a maior potência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), auxiliar seus parceiros europeus a resolver um problema europeu. Novamente a propaganda foi eficaz e procurou des caracterizar os interesses próprios do governo americano.

A propaganda evolui rapidamente e está presente no dia-a-dia. É executada de maneira cada vez mais inteligente e conta com possibilidades cada vez maiores dos meios de comunicações.

## A MÍDIA

Mídia é a grafia aportuguesada da palavra *média* e designa os meios, ou o conjunto de meios de comunicação.

O rádio, veículo de massa das décadas de 1950/60, foi tão importante que o Pre-

sidente americano Dwight Eisenhower qualificou a radiodifusão como o quinto poder. Atualmente, a televisão é o grande monopolizador do tempo que as pessoas dispensam à mídia, em todas as classes sociais. Já os jornais e revistas mostraram-se seletivos através dos tempos. No Brasil, apenas cerca de 15% da população recebe as informações por meio deles.

Um outro veículo de peso tem se destacado nos dias atuais, a *internet*, atingindo um público cada vez maior. São milhões de usuários em todo o mundo que acessam a rede e podem trocar informações em tempo real. Um dos exemplos de sua importância foi a batalha virtual travada entre a OTAN, os iugoslavos e os albaneses, durante o conflito de Kosovo, em 1999.

A interação público e mídia constitui um caso de comportamento social. Como destacou Mourato, a *mídia visa ao lucro e à realização pessoal de seus agentes, dizendo ou escrevendo aquilo que o público deseja, consciente ou inconscientemente, ouvir ou ler*.<sup>14</sup> Ao fazê-lo, ganha uma razoável capacidade de influenciar e persuadir, ou seja: formar a opinião do público, acabando por intensificar a procura pelos temas abordados.

A busca do lucro gera entre as empresas de comunicação a luta pela audiência. Na disputa por furos de reportagens, a mídia irá transmitir notícias de acordo com seu interesse, investigando, dentre todos os possíveis elementos, aquele que atrai mais audiência.

A mídia pode *informar, desinformar ou deformar o público-alvo. O inteligente*

<sup>14</sup> MOURATO Ramiro José Marcelino. *Comunicação Social, a Opinião Pública e as Forças Armadas*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 117, nº 4/6, p. 19-22. abr./jun. 1997, p. 20.

*manuseio da palavra e da imagem, aliado à moderna tecnologia, assume características de poder, permitindo o seu uso construtivo e vantajoso ou destrutivo e pernicioso.*<sup>15</sup>

Seu poder é tão grande que, nos EUA, a mesma mídia que conduziu o apoio popular às operações desencadeadas pelo Presidente Bush, no Golfo Pérsico, em 1991, foi responsável por sua derrota eleitoral um ano após.

No Brasil, a mídia projetou o então Governador de Alagoas, Fernando Collor, colaborando para que fosse eleito presidente. Dois anos após, os mesmos veículos de comunicação atuaram de maneira decisiva na mudança da opinião pública, culminando com a decretação do seu *impeachment*.

Essa extraordinária capacidade de mobilizar pode levar uma nação a decidir-se pela guerra, assim como retirar seu apoio às operações militares.

Por influenciar na opinião pública, a informação veiculada pela mídia pode afetar cada nível de guerra e escalão de comando. O manual de Operações (FM 100-5), do Exército americano, destaca que *quanto maior o escalão, tanto maior será o impacto da cobertura jornalística e que a orientação estratégica e, por conseguinte, o escopo das operações e sua duração, poderão ser profundamente afetados.*<sup>16</sup>

Imagens documentadas podem rapidamente modificar a opinião pública e, por extensão, a política. Assim, os parâmetros do combate e as operações poderão mu-

dar de um momento para outro, não no campo de batalha, mas longe dele, no centro do poder político da nação.

Como as forças armadas são instrumentos da política, há a necessidade de uma perfeita interação entre os comandantes militares e o governo. Ambos devem trabalhar em perfeito entendimento, pois, caso contrário, a mídia usará a oportunidade de agravar as divergências entre eles. Se isso ocorre em tempos de paz, com mais razão em caso de conflito, quando as atenções da nação estarão voltadas para as operações.

Starry pondera que a mídia serve como foro público para a análise e a crítica dos objetivos, metas e atividades militares e tem um grande impacto no planejamento político, estratégico e operacional, nas decisões e no êxito da missão.<sup>17</sup>

No nível estratégico nacional, deve-se buscar o contínuo apoio popular em prol das operações militares. Os órgãos de comunicação social devem produzir reportagens que mostrem a população apoiando as forças militares, de modo a solidificar esse apoio. Além de mostrar a determinação nacional à própria população, a mesma será levada a amigos e inimigos, facilitando as operações psicológicas.

No nível tático, essas mesmas reportagens servirão para aumentar o moral das tropas e sua vontade de combater. Como a televisão transmite aos espectadores de todo o mundo, a um tempo só, imagens do combate à medida que elas vão ocor-

<sup>15</sup> FERRAREZI, Renato Joaquim. *Manobra de Mídia - Uma Necessidade para a Força Terrestre*. Rio de Janeiro. ECEME. Monografia. 1997, p. 23.

<sup>16</sup> Citado por REITZ, John. *Apoio Popular e os Três Níveis da Guerra*. Military Review. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, 4º Trim/93, p. 55-68, 1993, p. 62.

<sup>17</sup> STARRY, Michael D., ARNESON Jr, Charles W. FM 100-6 *Operações de Informações*. Military Review. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, 4º quadrimestre/98, p. 8-21. 1998, p. 14.

rendo, atuará também no moral do público e das forças inimigas.

Enquanto imagens de batalhas na Segunda Guerra Mundial levavam dias para serem apresentadas ao público, na Guerra do Golfo, uma estória podia ser filmada, editada e transmitida em aproximadamente três horas. Na Guerra da Bósnia, dois anos depois, quarenta minutos após um soldado britânico ter sido atingido e ferido, a notícia estava sendo transmitida para todo o mundo<sup>18</sup>.

O número de jornalistas presentes nas áreas de conflito também aumentou. Enquanto 27 deles cobriram o desembarque na Normandia, durante a Segunda Guerra Mundial e 30 a 40 estavam na linha de frente no Vietnã, cerca de 1.500 pessoas, entre jornalistas e pessoal de apoio, cobriram a Guerra do Golfo, 159 deles com as unidades de combate<sup>19</sup>.

Nesse conflito, algumas das grandes redes de televisão tinham pessoal desdobrado em ambos os lados do conflito. A presença de repórteres no lado inimigo pode trazer, como benefício, informações sobre danos causados por bombardeios, moral do inimigo etc. Por outro lado, podem veicular imagens que prejudiquem o curso das operações.

No último conflito em Kosovo, o Governo iugoslavo tentou parar os ataques da OTAN, agindo na opinião pública mundial, através das imagens de civis mortos, em decorrência dos erros dos bombardeios.

Reportagens sobre baixas causam grande influência sobre a opinião pública, tanto a dos países envolvidos, como a internacional. O público será mais tolerante em relação

a mortos e feridos, se o conflito se traduz como uma guerra pela sobrevivência nacional ou se a guerra lhe parecer justa. Caso contrário, um pequeno número de baixas será o suficiente para a perda do apoio popular.<sup>20</sup>

Fotos de seis soldados americanos mortos na Somália, em 1993, e o corpo de um soldado sendo arrastado pelas

ruas de Mogadíscio, mostradas em redes de televisão, mudaram a opinião pública nos EUA e acarretaram a retirada de suas forças. Não havia o caso da sobrevivência nacional e o público não entendia como necessária a perda de vidas americanas em favor da paz naquele país africano.

O General Beaufre dizia, em relação ao perigo atômico da década de 1960, que o povo americano seria mais sensível à destruição de suas grandes cidades que os russos<sup>21</sup>. A França teve, aproximadamente, quarenta sol-

<sup>18</sup> DUNCAN, A. D. A.. *Mixing with the Media: Guidelines for Operational Commanders*. British Army Review. Nr. 110. Ago. 1995. p. 17-26 (18)

<sup>19</sup> REITZ. Op. Cit. p. 66.

<sup>20</sup> DUNCAN, A. D. A. Op. Cit. p. 23.

<sup>21</sup> BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1998, p. 92.

dados mortos na Bósnia e a opinião pública francesa não foi alterada. A percepção do povo francês sobre a necessidade de o seu exército lutar pela paz naquele país e sobre a justiça daquela causa foi responsável por uma reação que em outros países seria diferente.

Reportagens sobre baixas inaceitáveis, causadas no inimigo, também podem causar problemas. É de consenso geral nos EUA que a retirada do Vietnã ocorreu devido à perda da vontade de levar adiante a guerra. Uma das principais razões para essa perda foi provocada por imagens que abalaram a coletividade: a execução de um aliado vietcong pelo chefe da polícia de Saigon com uma pistola; a garota vietnamita correndo nua por uma estrada após ter sido atingida por napalm, com sua vila queimando ao fundo; fossos com corpos de mulheres, crianças e idosos com suas faces retorcidas. Essas imagens ficaram tão marcadas na comunidade americana e internacional que, praticamente, se tornaram símbolos daquela guerra.

Um outro fator importante refere-se à censura. Sua necessidade tem a ver com a proteção de informações, além de selecionar o que será veiculado, dentro dos objetivos das operações psicológicas.

A prática da censura é coisa antiga. Platão aconselhou os governantes de sua *República* a procurarem o controle do idioma como estratégia de dominação política e econômica e a Igreja Católica praticou a mais longa censura de que se tem notícia.

Mas, essa prática não é bem vista pela mídia. Por afetar a *liberdade de expressão*,

gera um eterno antagonismo nas relações entre ela e os militares.

Tofler advertiu que as políticas relativas à *regulação, controle ou manipulação dos meios de comunicação - ou a defesa da liberdade de expressão - irão constituir componente chave nas estratégias do conhecimento de amanhã*. E estas, por sua vez, determinarão a sorte de diferentes nações, grupos não-nacionais e seus exércitos, nos conflitos que surjam no século XXI.<sup>22</sup>

Atualmente, está mais em evidência do que nunca a expressão *liberdade de imprensa*, que Erbolato definiu como *o direito de escrever ou dizer o que quiser, pelos meios de comunicação social, tendo exclusivamente por limite a moral*<sup>23</sup>, e Voltaire sintetizou com uma célebre frase: *Apesar de discordar de cada palavra que você diz eu defenderei com minha vida seu direito de dizer-las*.

O militar tentará conduzir suas operações de maneira que ofereça as melhores condições de segurança para o pessoal, equipamentos e seus objetivos. A mídia, por outro lado, considera que tem o trabalho de apresentar os eventos como e quando eles ocorrem, sem qualquer restrição<sup>24</sup>.

Em nome dessa liberdade, os órgãos de comunicação poderão querer veicular matérias que comprometerão as operações e, ao mesmo tempo, tentarão limitar a censura. Há portanto uma necessidade de coordenação, de modo que a censura não seja encarada como restrição à liberdade de expressão e, em contrapartida, que esta seja exercida sem prejudicar as operações.

## A OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública vem sendo associada com comunicação de massa desde o sé-

<sup>22</sup> TOFLER. Op. Cit. p. 206.

<sup>23</sup> ERBOLATO. Op. Cit. p. 196.

<sup>24</sup> DUNCAN. Op. Cit. p. 17.

culo XIX. Hoje em dia, é ainda relacionada à imprensa de várias maneiras. Segundo Sousa, *daquilo que em cada dia é notícia, em qualquer parte do globo, a opinião pública apenas toma conhecimento de uma pequena parte que determina e condiciona a vida de todos os seres humanos.*<sup>25</sup> Essa parte é escolhida, reportada e difundida de acordo com estratégias, ou interesses daqueles quem têm o poder de determinar o que se difunde.

Se por um lado, há profissionais da mídia desejando serem lidos ou ouvidos, e empresas querendo audiência, há na sociedade pessoas que desejam certas notícias em vez de outras. Nessa interação, a comunicação de massa acaba produzindo resultados diretos, através da transmissão da informação, e indiretos, influindo nos desejos, sentimentos, hábitos e atitudes dos cidadãos. Dessa forma, atua na opinião de cada indivíduo, conduzindo-a numa mesma direção, resultando na opinião de um determinado grupo social.

A expressão opinião pública, na maioria das vezes, é entendida no sentido nacional. Sobre determinados assuntos, existe uma opinião pública mundial. Essa opinião coletiva mais estruturada, tanto no sentido nacional como mundial, pode ser capturada por pesquisas de opinião, mas também pode ser manipulada por elas. No esforço para conduzir a opinião pública em determinada direção, um dos meios que se tem mostrado eficaz é a manipulação das pesquisas.

Os regimes totalitários se esmeraram na manipulação da opinião pública. Nos regimes democráticos ela é mais livre, pois o público tem acesso a uma informação mais diversificada e a um número maior de dados de análise, ao formar sua própria opinião. Sauvy salientou que *a existência de uma livre opinião pública [...] consiste freqüentemente, nas democracias ocidentais, a própria marca da democracia.*<sup>26</sup>

O mesmo autor inferiu também que *a opinião pública só se pode formar de acordo com o conhecimento que tem de certos fatos, de certas situações. Indubitavelmente, sua atitude resulta também de seu caráter próprio, o qual pode diferir segundo os países.*<sup>27</sup> Logo, o estudo do impacto de determinadas ações na opinião pública deverá levar em conta aspectos históricos, culturais etc. do público que se quer atingir, sob pena de as mesmas serem ineficazes.

Vários são os exemplos na história sobre influência da opinião pública nos acontecimentos e como esses foram alterados pelas mudanças da opinião.

Mansur destacou que, no Brasil, a opinião pública em torno da independência conseguiu modificar o pensamento de D. Pedro que, *atendendo a aspirações populares, proclamou o Fico.* Também possibilitou a *insurgência contra a política de conquista de Portugal, o que resultou na organização da resistência nacional para a guerra da independência*<sup>28</sup>. Quanto ao tráfico de escravos, a opinião pública era-lhe fa-

<sup>25</sup> SOUSA, José Cândido. *Comunicação Social Segurança e Defesa. Nação e Defesa.* Instituto de Defesa Nacional de Portugal, a. XXI, nº 77, 1<sup>a</sup> Tri/96, p. 81-96. 1996, p. 86

<sup>26</sup> SAUVY, Alfred. *A Opinião Pública.* Tradução de Gerson Souza. São Paulo. Disusão Européia do Livro. 1959, p.15.

<sup>27</sup> SAUVY. Op. Cit., p. 27.

<sup>28</sup> MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Externa do Brasil do Império a João Goulart: um Balanço Historiográfico.* Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, a. 42, n. 1, p. 30-61. 1999, p. 32 a 36.

vorável, razão pela qual o parlamento protocolou decisões sobre o assunto, apesar das pressões inglesas. Quando a opinião mudou, o tráfico de escravos acabou sendo abolido.

A opinião pública também influiu na questão do Brasil com a França, em relação à Guiana, por ocasião da ocupação das Ilhas Trindade e Martin Vaz, pela Inglaterra (1895-1896), na questão do Acre, na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, de modo a defender a *honra nacional*, assim como foi decisiva, após a mesma, nas manifestações em favor da democracia que acarretaram na queda do governo Getúlio Vargas.

Sauvy apresentou como a opinião pública se alterou na França, durante a Segunda Guerra. O espírito pacifista anterior à guerra originou a Linha Maginot. A *resignação quase total* e o apoio ao governo de Vichy marcaram o início da ocupação alemã. Com a introdução do racionamento alimentar<sup>74</sup>, a resistência vitoriosa da aviação britânica e o enfraquecimento do Exército alemão, o *espírito condescendente deu lugar ao patriotismo e ao desejo de liberdade*. Com a resistência veio a repressão alemã, que acabou por fortalecer a, permitindo que o processo se mantivesse por si mesmo.<sup>29</sup>

A retirada britânica da Palestina foi enormemente influenciada pela reação pública aos custos da manutenção das tro-

pas e pela morte de aproximadamente cem homens no bombardeio ao Hotel Rei David, em 1945.

Da mesma forma, a retirada das tropas americanas do Líbano, em outubro de 1983, não foi reflexo da mudança positiva

da situação política daquele país, mas, sim, como resultado da pressão pública americana para o reexame das decisões que levaram à morte 241 de seus soldados. Na Somália, dez anos após, a história repetiu-se.

*A opinião pública também influiu na questão do Brasil com a França, em relação à Guiana, por ocasião da ocupação das Ilhas Trindade e Martin Vaz, pela Inglaterra (1895-1896), na questão do Acre, na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, assim como foi decisiva, após a mesma, nas manifestações em favor da democracia que acarretaram na queda do governo Getúlio Vargas.*

## OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS ARMADAS

No campo político, o apoio popular torna-se uma fonte para o gover-

no, que a usa como uma justificação contínua para sua política. Quando o público recebe poucas informações sobre a política nacional, é fácil para os líderes políticos tomarem decisões que não são do interesse do público. No atual mundo globalizado e democrático, isso dificilmente acontecerá.

No campo militar, a opinião pública só estará ao lado das forças militares, quando tiver consciência que o papel que desempenham na sociedade é do seu próprio interesse: o interesse nacional.<sup>30</sup>

É importante pois, a conquista de uma opinião pública favorável ao desenvolvimento das atividades militares, a qual, além de sintetizar a vontade nacional, envolverá todo o país no esforço despendido, permitirá que se obtenham mais recursos para as atividades militares e que a

<sup>29</sup> SAUVY. Op. Cit., p. 39.

<sup>30</sup> SOUSA. p. 96.

tropa seja empregada em melhores condições de pessoal e material.

Esse apoio possibilita maior coesão do povo com as forças militares, justifica o combate que elas sustentam, reforça a confiança do soldado e aumenta sua vontade de lutar.

Na Guerra do Golfo, a mídia claramente teve seu maior desempenho em formar a opinião pública a dar apoio ao conflito. Reese destacou, que *a cobertura do conflito foi realizada num ambiente dominado por imagens e discursos militares, tendo a mídia disseminado mitos, desinformação e propaganda, que serviram como condutores da manipulação governamental.*<sup>31</sup>

Manipulada ou não, a verdade é que o trabalho da mídia foi determinante na manutenção do apoio do povo americano às operações. Vários dias após o Iraque haver invadido o Kuwait, uma pesquisa de opinião mostrou que 40% do público ainda se opunha ao envio de tropas ao Golfo. À medida que o conflito foi se definindo, com um número reduzido de baixas, o apoio aumentou e se exteriorizou de diversas maneiras. Universidades restituíram a taxa escolar e deram grau mínimo para a aprovação ou conclusão de cursos aos estudantes que partiram. Empresas deram a seus empregados que estavam servindo uma suplementação para compensar a diferença entre o salário civil e o militar.

O resultado foi que, ao contrário dos soldados que retornaram do Vietnã, recebidos com hostilidade e descaso, os que

chegaram do Golfo Pérsico foram recebidos como heróis.

Ainda sobre esse conflito, Garon apresentou que a pobre cobertura da guerra deu-se à posição dominante da instituição militar no jogo da guerra. Destacou também, que: a *CNN não foi simplesmente uma observadora da guerra, mas um ator, procurando influenciar no curso dos acontecimentos. Sem se mostrar abertamente uma aliada dos militares, ela largamente reproduziu a visão militar do conflito e tentou influenciar a opinião pública em favor da coalizão.*<sup>32</sup>

Enquanto isso, a televisão do Canadá apresentou menos a informação oficial e com mais freqüência suas próprias interpretações do conflito. Isso deveu-se ao fato da participação simbólica do país na coalizão e da desmobilizada opinião pública canadense. Já a televisão francesa evitou personificar o conflito, apesar de contribuir para reforçar a imagem da ONU. Essa posição coincidiu também com a menor importância francesa na coalizão.

Verifica-se, portanto, que um mesmo conflito é apresentado de maneira diferente pelos meios de comunicação, de acordo com as percepções do público a quem se dirige e com o grau de envolvimento do país.

A informação disseminada pela mídia, através dos meios de comunicação de massa, é a principal fonte de análise do público para formar sua opinião. Alves destacou que *o mais sólido núcleo formador de opinião pública encontra-se na classe mé-*

<sup>31</sup> REESE, Stephen D., BUCKALEW, Bob. *The Militarism of Local Television: The Routine Framing of the Persian Gulf War*. *Critical Studies in Mass Communication*. Canadá, v. 12, p. 40-59. 1995, p. 40.

<sup>32</sup> GARON, Lise. *A Case Study of Functional Subjectivity in Media Coverage: The Gulf War on TV*. *Canadian Journal of Communications*. Canadá, v. 21, p. 317-337. 1996, p. 330

*dia. A elas pertencem as próprias forças armadas, os segmentos superiores do aparelho do Estado, os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais, os acadêmicos e os profissionais de comunicação, além dos jovens que se preparam para nelas ingressar através do ensino superior, ou seja, os estudantes universitários.<sup>33</sup>*

Mas a conquista de uma opinião pública favorável não se faz da noite para o dia. É um trabalho constante, de conscientização em torno de temas que exigem o consenso ou a maioria.

Assim, sobre temas conflitantes e que possam gerar antagonismos, há a necessidade de um trabalho de Comunicação Social permanente, em todos os níveis, que coloque a população em sintonia com o governo e os militares. Com esse procedimento, em caso de conflito, será mais fácil a conquista do apoio popular para as operações que se fizerem necessárias.

## A COMUNICAÇÃO SOCIAL NO COMBATE

Com a opinião pública apresentando-se como um fator de peso a ser analisado quando da tomada de decisões e a mídia atuando de modo a influenciar na formação dessa opinião, o trabalho da Comunicação Social cresceu de importância como uma arma eficaz na consecução dos objetivos militares, como pode-se verificar nos conflitos mais recentes abaixo comentados:

- **Malvinas** - Na Guerra das Malvinas, em 1982, não foram bem definidos os me-

canismos, nem as regras, sobre assuntos de Comunicação Social como: credenciamento de jornalistas, censura, organização de briefings ou a nomeação de oficiais de ligação e de acompanhamento aos repórteres. Esses, por sua vez, reclamaram de *impedimento ao direito democrático de informar*.<sup>34</sup> O antagonismo, gerado nas relações entre a mídia e os militares ingleses, por conta da censura, da restrição ao movimento imposta aos repórteres e da falta de informações, aliado à cobertura da rede de TV inglesa BBC, considerada um pouco afastada do esforço que foi empreendido, levou o Ministério da Defesa a rever o papel da Comunicação Social quando a guerra se encerrou.

- **Granada e Panamá** - Na ação americana em Granada, em outubro de 1983, nenhum representante da mídia acompanhou as forças militares. Essa decisão foi justificada pela necessidade de manter a segurança operacional e assegurar a vantagem da surpresa e pela falta de tempo para recrutar e organizar um grupo de profissionais de comunicações.

No Panamá, foi preparado farto material de propaganda, entre panfletos, pôsteres, jornais e materiais diversos, além de estações de rádio, postas no ar 24 horas por dia, encorajando o inimigo a render-se, orientando refugiados aos postos de coleta e com instruções gerais à população.

- **Guerra do Golfo** - No conflito do Golfo Pérsico, foram estabelecidas diversas regras para a atuação da mídia. Os repórteres eram escoltados para cobrir os

<sup>33</sup> ALVES, Marcio Moreira. *A Opinião Pública e as Forças Armadas. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 760, p. 93-99, abr./jun. 1993, p. 95.

<sup>34</sup> FERRAREZI. Op. Cit., p. 28.

eventos e todas as reportagens eram inspecionados. Caso o pessoal de Comunicação Social verificasse que um artigo ou parte dele violava alguma regra, isso era discutido com o repórter. Caso o mesmo não concordasse, a reportagem era enviada para uma comissão conjunta, formada por militares e representantes da mídia, para avaliação. Se não houvesse consenso, o Chefe de Comunicação Social decidia em conjunto com os editores do repórter.

Quanto às operações psicológicas, durante sete semanas foram lançados 29 milhões de panfletos, com mensagens variadas que atingiram 98% dos 300 mil soldados iraquianos presentes na área de operações. Uma rede de rádio intitulada *Voz do Golfo* transmitiu, entre 19 de janeiro e 1º de abril de 1991, programas ao vivo e gravados com 189 diferentes mensagens psicológicas.

O sucesso dessas operações foi constatado pelo grande número de desertores que portavam panfletos, pelo fato de os comandantes iraquianos confiscarem os rádios dos soldados, por 85% dos prisioneiros terem dito que ouviram os programas e acreditavam neles, e por 80% deles terem seguido as instruções veiculadas.

• Somália – Na Somália, não foram estabelecidas regras de Comunicação Social, como guias ou o credenciamento de repórteres, durante o estágio inicial da operação. As principais redes de televisão aguardaram na praia o desembarque dos *mariniers*, em Mogadíscio, o que causou confusão e dificuldades de comando e controle em pequenos elementos que executavam a missão.

• Haiti – Antes da intervenção, em setembro de 1994, os EUA desenvolveram uma agressiva e habilidosa operação para convencer o regime militar haitiano a devolver o poder, de forma pacífica, ao governo legítimo<sup>35</sup>.

A Casa Branca formou um grupo de trabalho para decidir os temas das operações psicológicas, do qual fizeram parte, inclusive, lingüistas haitianos. Usando sofisticada pesquisa de opinião pública, o 4º Grupo de Operações Psicológicas identificou grupos alvos que foram bombardeados por milhões de panfletos, lançados sobre o país uma semana antes da intervenção.

Dois meses antes, um programa diário começou a ser transmitido em horário pré-selecionado, o qual, duas semanas antes do dia D, passou a direcionar mensagens aos militares haitianos.

Durante a operação, grupos táticos de operações psicológicas foram desdobrados com as tropas e desenvolveram novas mensagens antiviolência. Shows de rádio, chamadas na TV e folhetos foram produzidos com lições sobre democracia e responsabilidades civis, assim como, livros de bolso com regras de controle de multidão foram distribuídos à polícia.

A população local foi mantida informada através da mídia, assim como foram realizados debates públicos e programas informativos sobre a legitimidade do restabelecimento do governo no Haiti, que serviram de intercâmbio de informações e apoiaram as operações militares.<sup>36</sup>

• Bósnia Herzegovina – Durante a ação da Força de Implementação da OTAN

<sup>35</sup> GRANGE, David L. *A vitória através do domínio da Informação*. US Army. Military Review. 4º Quartil 1998, p. 3-7 (4).

<sup>36</sup> WALLER, Douglas. *How A Spec Ops Campaign Saved Lives*. Armed Forces Journal International. Jun 1995, p. 32 e 35.

na Bósnia, o Comandante da divisão americana utilizou diversos recursos para levar informações ao público-alvo: radiomensagens de operações psicológicas, propagandas de rua, transmissão por alto-falantes, artigos de jornais e revistas, conferências e comunicados de imprensa, boletins lançados na mídia pelo Oficial de Comunicação Social, entrevistas na televisão e no rádio, página na internet, contatos estabelecidos pelo pessoal de Assuntos Civis, reuniões conduzidas pelo assessor político e reuniões bilaterais patrocinadas pela comissão militar conjunta<sup>37</sup>.

A resposta para realimentar o processo vinha das equipes de assuntos civis, de operações psicológicas, de operações especiais e de inteligência, dos elementos de manobra e do monitoramento de jornais, rádio e televisão locais e da internet.

Consultores legais analisaram as leis em vigor, ajudando na formulação de regras de engajamento que orientavam a conduta operacional<sup>38</sup>.

Além disso, as atividades das facções rivais foram acompanhadas por elementos de inteligência e auxiliaram no processo de comunicação social.

A transmissão de informações sobre o andamento da missão e seus projetos, além de mensagens de esperança aos habitantes locais, por serem elementos-chaves neste tipo de operação, devem constituir-se na maior preocupação da Comunicação Social.

- **Kosovo** – No último conflito na Iugoslávia, uma grande batalha pela conquista da opinião pública foi travada. Enquanto as forças da OTAN mostravam cenas de

refugiados, para justificar o ataque às forças iugoslavas, os sérvios exibiam cenas de civis mortos e feridos em razão dos erros nos bombardeios, na tentativa de mudar a opinião pública e parar os bombardeios.

Quando foram apresentados esses erros, a opinião pública americana diminuiu seu apoio, apesar da intensa propaganda realizada pelo governo, de modo a fazer com que população e o Congresso apoiassem a empreitada militar a favor dos albaneses.

A OTAN, então, bombardeou a estação da TV estatal sérvia em Belgrado, o que foi condenado por parte da mídia internacional, porque feria o princípio da liberdade de imprensa. Paralelamente, duas aeronaves-estúdio passaram a interferir nas comunicações sérvias e a transmitir programas na língua local, como parte das operações psicológicas, além de dificultar a propaganda interna do governo iugoslavo<sup>39</sup>.

A manutenção da guerra aérea, em vez de uma invasão por terra, levou a maioria dos repórteres a basear-se próximo à fronteira da Macedônia e Albânia com a Iugoslávia, mostrando o problema dos refugiados. Imagens dos efeitos dos bombardeios na Iugoslávia vinham da mídia estatal e dos jornalistas estrangeiros, que foram autorizados a permanecer no país.

Pelo lado da OTAN, a maior parte das informações vinha através de coletivas diárias conduzidas pelo porta-voz, na sede da organização na Bélgica, onde eram apresentados todos os dados sobre os bombardeios, inclusive com imagens gravadas pelas próprias aeronaves.

<sup>37</sup> SHANAHAN, Stephen W. *Operações de informações na Bósnia*. US Army. Military Review. 4º Tri 1998, p. 22-31.

<sup>38</sup> GRANGE, David L. e KELLEY, James A.. *Operações de Informações para o Comandante Terrestre*. US Army. Military Review. 1º Tri. 98, p. 3-12.

<sup>39</sup> PASSOS, José Meireles. *Estudos Voadores contra Milosevic*. O GLOBO. Rio de Janeiro, 05/05/99, p. 40.

Outro ponto importante foi que o vasto noticiário dos primeiros dias foi diminuindo com o passar do tempo. Logicamente, com o prolongamento do conflito, a repetição das mesmas cenas de bombardeios e refugiados em fuga não causava o mesmo impacto e não garantia a mesma audiência do início, ocasionando a diminuição do interesse da mídia.<sup>40</sup>

## CONCLUSÃO

Comunicação Social é de suma importância na condução do conflito moderno, ao lado dos elementos de combate, de apoio e logísticos. Através dela os comandantes poderão obter parte das informações que os auxiliarão na tomada de decisões, assim como aprenderão a planejar e a utilizar a mídia em apoio às suas forças. Ela também fará parte das ações para a conquista e manutenção de um comando e controle eficazes.

O raio de ação da Comunicação Social vai além das fronteiras nacionais ou da área de operações, requer uma direção e coordenação a nível de governo. Todos os órgãos, de todos os poderes envolvidos, devem adotar uma mesma linha de propaganda, pois um erro na sua condução poderá destruir a credibilidade do programa e limitar a liberdade de ação no campo internacional.

A estratégia militar é parte da estratégia nacional. O emprego do poder militar estará ligado aos outros poderes, fazendo com que a estratégia de Comunicação Social tenha um caráter mais abrangente e atue em todos os campos do poder.

No campo militar, a ação integrada da comunicação social, assuntos civis, unidades de combate e órgãos de inteligência permitem identificar oportunidades, estabelecer estratégias e mudar a propaganda que não esteja atingindo ao fim desejado.

Durante as operações, uma importante ação da Comunicação Social será o acompanhamento do que é veiculado pela mídia e o comportamento do público por ela atingido. As pesquisas de opinião, índices de audiência, o espaço destinado em noticiários de rádio e televisão e nos jornais, os editoriais e as páginas da internet. Será importante também que se adote políticas relativas à mídia, de forma a utilizá-la em prol das operações, em vez de tentar reduzi-la ou controlá-la.

Em um conflito de maior duração, procurará manter o interesse da mídia e não deixar que o volume de matérias sobre o conflito diminua, arrefecendo o interesse do público pelo mesmo. Assume, também, papel preponderante na estratégia da resistência para a conquista da opinião pública internacional, enfraquecimento do oponente, bem como para a conquista do apoio da totalidade ou da maioria da população.

Por fim, é interessante lembrar que quanto mais forte forem as instituições democráticas em determinado país, maior será a liberdade de imprensa e, consequentemente, a propaganda externa terá maior facilidade de difusão. Por outro lado, melhor será a qualidade do público que se quer atingir exigindo produtos de comunicação social mais bem elaborados. ☺

<sup>40</sup> O artigo não aborda a guerra contra o terrorismo desencadeada pelos EUA no Afeganistão por ter sido elaborado antes da sua acção (N.R.)

# A Democracia no Brasil

*Reis Friede\**

## RESUMO

Apreciação sobre a prática da democracia no Brasil, com ênfase no período de presidentes militares (1964-75), na abertura política (1976-84), no advento da Nova República (1985-88), e com a promulgação da Constituição em vigor.

## PALAVRAS-CHAVE

Democracia, Regime Militar de 1964, Nova República.

**S**e é fato que a *democracia*, em seu sentido amplo, se caracteriza como um regime político inexoravelmente associado à *cultura humanística*, é certo que o Brasil do século XXI não pode deixar de ser considerado, não obstante toda a sorte de incidentes históricos, como um país dotado de um viés indiscutivelmente democrático.

Todavia, antes mesmo de se concluir sobre qualquer fator qualificante, é importante assinalar que esta simples *roupagem*, com fulcro em fatores culturais e de índole do povo, por outro lado não pode ser considerada suficientemente poderosa para qualificar o Brasil como um verdadeiro e completo *Estado democrático de direito*, o que nos obriga a forjar a adjetivação *formal* ou *aparente*, para melhor traduzir o modelo de regime politi-

co que nosso País conseguiu abraçar na prática política cotidiana.

De fato, nosso povo, reconhecidamente ameno e pacifista, jamais propiciou condições, em sua breve história, para o surgimento de confrontos político-ideológicos, regados a sangue e com elevado preço em vidas humanas. O próprio conflito de *Canudos*, sempre lembrado por diversos historiadores, limitou-se a uma autêntica *aventura*, restrita territorialmente, com um relativamente pequeno número de mortos e feridos, durante a fase de instalação e consolidação dos ideais republicanos.

Mesmo nas rarissimas situações de guerra externa, como na Guerra do Paraguai, a participação bélica brasileira restringiu-se sob a ótica limitante de ausência quanto à sua plena independência, posto que sequer havia sido proclamada a Repú-

\* Mestre e Doutor em Direito Público. Magistrado Federal. Autor de inúmeras obras jurídicas.

blica (1889) e o Brasil atingido a sua maturidade como Nação.

Também, durante a ditadura Vargas e, mesmo mais recentemente, durante o chamado *regime militar* (1964-79 ou, para alguns, 1964-85), a suposta repressão política limitou-se a um confronto com um máximo de trezentos mortos, o que representou, na prática, se tal fato realmente ocorreu nas circunstâncias apontadas por alguns autores, em um percentual insignificante mente reduzido em relação à dimensão populacional do País.

E óbvio que, independentemente de quantidades, a importância da vida humana não pode ser mensurada estatisticamente; porém, não se pode deixar de registrar, para efeito comparativo, as diferentes situações que, historicamente, ocorreram entre os vários Estados que se autonomearam como autênticas democracias, muito embora, em essência, nenhum deles possa ser admitido com tal qualificação. (Ver diagramas 1, 1A e 1B)<sup>1</sup>.

Ainda assim, mesmo considerando todos esses aspectos dotados de certo apelo humanístico, o Brasil se encontra um pouco distante de diversos outros elementos de concreção do regime democrático, como, por exemplo, a própria se-

gurança última de que os diversos governos serão contidos pela *lei* em seu sentido amplo, cujo maior requisito é exatamente a sua *estabilidade*, com possibilidade de mudanças em casos muito especiais e restritos, e com sinérgico respaldo na incontestável vontade popular, postulado maior da *legitimidade*. Aliás, como bem leciona Giovanni Sartori (cit. por Octávio Nogueira, in *A Constituição Fraudada, Correio Brasiliense*, p. 26), quando os governos podem mudar todas as leis que desejam, sem maiores dificuldades e restrições, e sem a necessária e comprovada legitimidade popular.

Para tanto, o que era o governo das leis se transforma no simples governo dos legisladores, destruindo a garantia maior da própria democracia.

Por outro prisma, revela-se nosso País um pretenso Estado de direito com pouca, ou mesmo nenhuma, disposição política para fazer valer, para todos os cidadãos as leis que legitimamente edita, caracterizando, nesse sentido, uma *pseudodemocracia* desprovida de um de seus elementos fundamentais, que é exatamente o imperativo da lei e da ordem soberana e consensualmente estabelecidas.

Aliás, o Estado brasileiro oscila ciclicamente entre os postulados da *legitimidade*

<sup>1</sup> Fontes: *O Globo*, edição de 07.05.1995, p. 44; Anistia Internacional; e Olavo de Carvalho, in *A História Oficial de 1964, O Globo*, edição de 19.01.1999, p. 7.

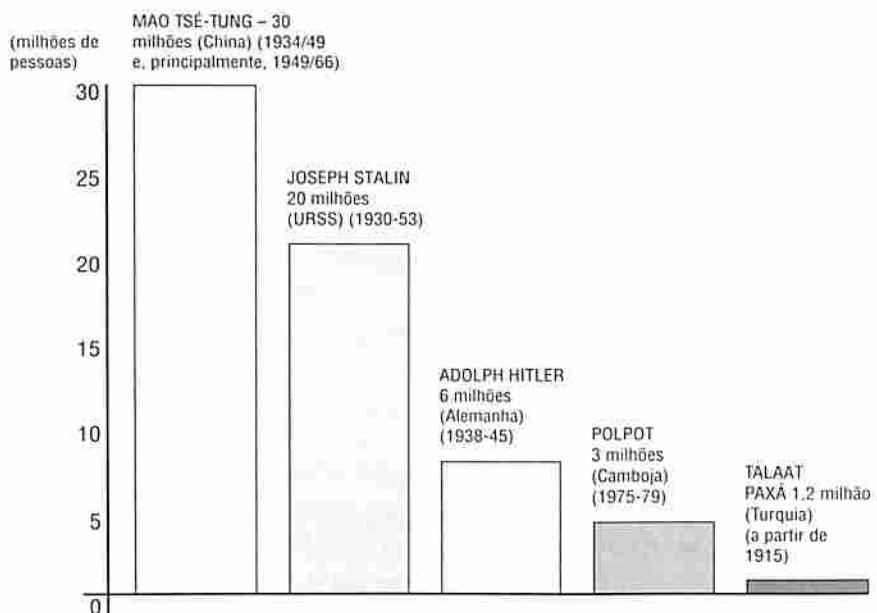
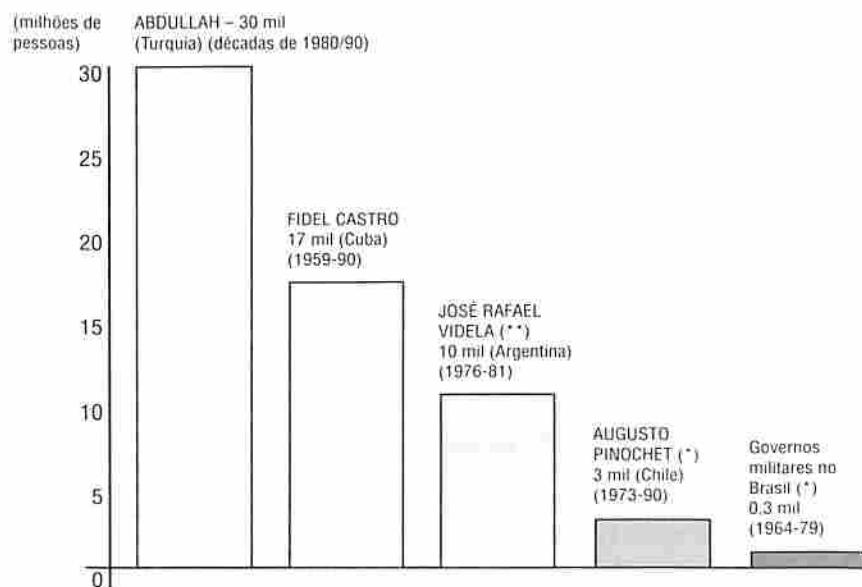


Diagrama 1: Comparação estatística entre atos de violação dos direitos humanos que resultaram em desaparecimento ou morte de cidadãos nacionais e estrangeiros.



(\*) Relativo a suspeitas não comprovadas.

(\*\*) Relativo à repressão política na Argentina no período 1976-83, compreendendo os governos principalmente de Jorge Rafael Videla (1976-81) e secundariamente de Roberto Viola (1981), Leopoldo Galtieri (1981-82) e Reynaldo Bignone (1982-83).

Diagrama 1A. Comparação estatística entre atos de violação dos direitos humanos que resultaram em desaparecimento ou morte de cidadãos nacionais e estrangeiros (continuação)

## A DEMOCRACIA NO BRASIL

<i>Os Principais Protagonistas da Violência</i>	<i>Números de Vítimas</i>	<i>Motivação Ideológica</i>	<i>Histórico do Acesso ao Poder</i>
MAO TSÉ-TUNG	Entre 20 milhões e 40 milhões, levando em conta as vítimas da fome provocada pela transferência forçada dos agricultores para a indústria.	A revolução socialista, a revolução cultural, a manutenção do fervor revolucionário e a formação de um "novo homem chinês".	Em 1926, liderou uma série de rebeliões camponesas. Perseguido, comandou, entre 1934 e 1935, a Grande Marcha, levando suas tropas em direção ao Noroeste do país e se firmando como o novo líder comunista chinês. Tornou-se chefe de Estado em 1949, com a proclamação da República Popular da China.
JOSEPH STALIN	Aproximadamente 20 milhões, sem levar em conta as vítimas da fome provocada pela coletivização forçada nos campos.	A implantação do socialismo no campo, a industrialização da União Soviética, a ditadura do proletariado e o esmagamento das resistências nacionalistas à criação da União Soviética.	Depois da Revolução de 1917, tornou-se comissário das nacionalidades do Conselho dos Comissários do Povo. Com a morte de Lenin, em 1924, assumiu a chefia do Partido Comunista e se desfez dos seus inimigos. Governou até a morte em 1953.
ADOLPH HITLER	6 milhões, somente entre os judeus, além de soldados alemães e milhares de soldados aliados mortos na Segunda Guerra.	A supremacia da raça ariana, a limpeza étnica na Europa e a conquista do continente europeu.	Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães na década de 1920. Embora tenha perdido a eleição para a Presidência em 1932, conquistou os alemães, que viam num Estado autoritário (que, em essência, transformou-se totalitário) a única saída para a desesperada crise econômica, tornando-se chanceler.
POL POT	3 milhões.	A Revolução com a qual pretendia erradicar o capitalismo do Camboja, o regime da propriedade feudal, a herança do colonialismo francês e o obscurantismo budista.	Liderava o Partido Comunista, que se aliou ao grupo de Khmer Vermelho na guerra civil contra o General Lon Nol, apoiado pelos EUA, no dia 1º de abril de 1975, os guerrilheiros conquistaram a capital e, meses depois, Pol Pot assumiu o governo.
TALLAT PAXÁ	1,2 milhão.	A limpeza étnica na Turquia	Ingressou no movimento nacionalista Jovens Turcos, que controlava o então Império Otomano, em 1908. No ano seguinte foi eleito deputado e apontado como ministro do Interior da Turquia. Deu ordem para aniquilar os armênios em 1915.

Diagrama 1B: Comparação estatística entre atos de violação dos direitos humanos que resultaram em desaparecimento ou morte de cidadãos nacionais e estrangeiros (continuação)

dade, como no caso da atual *democracia formal* inaugurada com a Nova República em 1985, e da *legalidade*, presente durante a *democracia formal* patrocinada pelo regime militar (1964-85), sem, no entanto, conseguir conciliar ambos os elementos que são fundamentais para a caracterização última do verdadeiro regime democrático (*democracia material ou substantiva*).

## O MOVIMENTO MILITAR DE 1964

No que concerne à *democracia brasileira*, um dos episódios históricos que mais despertou a atenção, sem dúvida, foi o movimento político-militar de 1964, que alguns autores preferem denominar *golpe militar*, enquanto outros defendem a designação oficial de *revolução*.

De qualquer forma, procurando estabelecer uma análise imparcial e, sobretudo, desapaixonada, não podemos nos esquecer de que a motivação maior do movimento político-militar *sub examen* foi, indubitavelmente, evitar a implantação, em nosso País, de um regime político totalitário de esquerda, uma espécie de República Sindical de inspiração marxista, o que, em grande parte, consagraria a tese oficial da inexorável *índole democrática*, pelo menos inicial, que permeou e caracterizou o regime proposto.

Não podemos nos esquecer, como bem salienta Olavo de Carvalho (*A História Oficial de 1964, O Globo*, 19.01.1999, p. 7), que, na oportunidade do desencadeamento do movimento de 1964, os *comunistas* se encontravam fortemente en-

cravados em todos os setores da Administração Pública; o próprio Presidente da República apoiava ostensivamente a rebeldia esquerdista em todos os setores e, particularmente, nas Forças Armadas, e que, em janeiro de 1964, Luís Carlos Prestes, após relatar à alta liderança soviética a situação brasileira, voltara de Moscou com autorização para desencadear uma guerrilha no campo, ao mesmo tempo em que setores da *extrema direita*, liderados pelos governadores Adhemar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Guanabara), haviam montado, em reação, um imenso *esquema paramilitar*, mais ou menos clandestino, com trinta mil homens fortemente armados, dispostos a um confrontamento que certamente conduziria o Brasil a uma autêntica guerra civil.

Tudo isso foi evitado pelos militares, com um incontestável apoio popular, demonstrado pelas diversas *marchas pelos valores nacionais e dignidade da família brasileira* que, somente em São Paulo, às vésperas do desencadeamento dos fatos, reuniu mais de cem mil pessoas, quando a população total brasileira somava apenas pouco mais de sessenta milhões e era preponderantemente rural, o que, na prática, representou, proporcionalmente, bem mais do que a mobilização, em 1985,<sup>2</sup> pelas chamadas *diretas já*.

Infelizmente, contudo, uma série de acontecimentos políticos, internos e externos, acabou por perpetuar exageradamente a manutenção do regime, que se imaginava, encerraria suas atividades apenas um ano, após saneada a situação política brasileira, viabilizando as programma-

<sup>2</sup> Quando a população brasileira já atingia os 140 milhões e se concentrava nas grandes cidades.

das eleições presidenciais em que Juscelino Kubitschek, ex-presidente, era considerado o favorito, desencadeando, por fim, a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que retirou, segundo a maioria dos estudiosos do tema, o caráter democrático originário do movimento político militar de 1964.

De fato, o *governo militar* se encontrava, em meados do ano de 1968, acuado por uma crescente *guerrilha urbana* e *atos de terrorismo* que desafiavam, a todo instante, a ordem institucional; sequestros, como o do embaixador norte-americano, começavam a proliferar de maneira preocupante, ensejando uma permanente pressão sobre o Presidente Costa e Silva, que se encontrava ameaçado de deposição caso não tomasse uma atitude mais enérgica. Nesse sentido, mesmo que não legitimado pelas circunstâncias, em nosso entendimento, posto que, muito possivelmente, a decretação do *estado de sítio*, como defendido por Pedro Aleixo, fosse a solução mais plausível, considerando a plena constitucionalidade e, por efeito, inconteste legitimidade da mesma, a edição do AI-5 foi essencialmente uma reação à radicalização da luta política e não, como apregoam alguns, que possuem certa dificuldade de localizar temporalmente na história os acontecimentos, uma motivação derradeira para o início da *luta armada*, ainda que reconhecidamente tal fator tenha contribuído, em certa medida, para o acirramento dos ânimos, com a criação da *Ali-*

*ança Libertadora Nacional* (ALN), do *Movimento Revolucionário de 8 de Outubro* (MR-8), da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) etc., de um lado, e da *Operação Bandeirantes* (OBAN), do *Centro de Operações de Defesa Interna* (CODI) etc., de outro.

Essencialmente, também é importante registrar, o movimento político-militar de 64 já nasceu dividido, posto que seus principais participes e adeptos não eram unânimes quanto aos seus próprios objetivos.

De um lado, existiam aqueles que gravavam a liderança inicial do processo, com Castello Branco à frente e que exerciam, na *revolução*, uma *intervenção necessária*, porém rápida, e, em certo aspecto, cirúrgica, cuja finalidade maior era remover o risco cancerígeno da implantação de uma  no Brasil, ou mesmo o risco de uma *guerra civil*, considerando a crescente organização de movimentos reacionários de direita, e muito bem armados, patrocinhados pelos governadores de São Paulo, Adhemar de Barros, e da Guanabara, Carlos Lacerda. De outro, despontava a chamada *linha dura* que interpretava a revolução como um movimento de maior profundidade destinado a acabar definitivamente com a *corrupção*<sup>3</sup> e *propiciar condições para o crescimento econômico sustentado e eliminar, por completo, qualquer tipo de oposição, armada ou não, que pudesse conduzir o País ao comunismo*.

<sup>3</sup> Pretendiam, inclusive, investigar e punir expoentes políticos que, no primeiro momento, aliaram-se à causa revolucionária, apoiando Castello Branco, como Juscelino Kubitschek, que teria, no jargão popular, construído duas Brasílias, uma para si e outra para o País, Adhemar de Barros, que possuía o famoso cofre com supostas *propinas* no valor de dois milhões de dólares e que, mais tarde, foi roubado pela guerrilha para financiar operações terroristas, e Carlos Lacerda.

De fato, a preocupação inicial do regime militar, liderado pela vertente liberal de Castello Branco, com ações de repressão, motivou, logo em 1965, a edição da Lei nº 4.898, que objetivava punir com severidade qualquer ato ilegal, praticado por agentes públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de seu exercício, criando uma nova tipificação penal que continua a vigir até os dias atuais: o abuso de autoridade. Também no terreno da luta contra a corrupção, Castello permitiu o advento da Ação Popular (Lei nº 4.717/65) que, em tese, transformaria todo cidadão brasileiro em fiscal da correta aplicação do dinheiro público pelos administradores governamentais.

A mesma lei foi, posteriormente, ampliada (com previsão de medida liminar) no governo Geisel, através da Lei nº 6.513/77, revelando-se, durante toda a sua vigência até o presente momento, de pouca eficiência, em face da característica passividade do povo brasileiro.

Curiosamente, a radicalização do processo político de oposição, com a inauguração de atos terroristas e o início da luta armada (guerrilhas urbana e rural), criou o ambiente perfeito, aliado à morte inesperada do Presidente Costa e Silva, que

pretendia dar curta vigência ao AI-5 – aproximadamente um ano, tempo suficiente para a promulgação de uma nova Constituição – para a chegada definitiva ao poder dos primeiros expoentes da *linha dura*, liderados pelo General Emílio G.

Médici, então chefe do SNI no governo Costa e Silva, em 1969.

*A edição do AI-5 foi essencialmente uma reação à radicalização da luta política e não, como apregoam alguns, que possuem certa dificuldade de localizar temporalmente na história os acontecimentos, uma motivação derradeira para o início da luta armada, ainda que reconhecidamente tal fator tenha contribuído, em certa medida, para o acirramento dos ânimos.*

Aliás uma preocupação constante de vários setores da sociedade e mesmo de alguns revolucionários que exteriorizavam, a todo instante, os riscos associados à ampliação de poderes por parte não propriamente dos líderes e mentores políticos, mas dos executores das medidas.

Foi exatamente nesse contexto a essência do voto contrário à edição do AI-5 pelo Vice-Presidente Pedro Aleixo que, inquirido pelo Ministro Gama e Silva na oportunidade, no sentido de estar desconfiado das mãos honradas do General Costa e Silva, respondeu textualmente: *Não, ministro, das mãos honradas do presidente eu não desconfio, eu desconfio é do guarda da esquina*. Mais tarde, tal desconfiança revelou-se profética, não só com as estatísticas de *mortos e desaparecidos*<sup>4</sup>, como com constantes embates entre o General Geisel, e diversos executores de medidas não oficiais, que acabou resultando

<sup>4</sup> 15 pessoas em 1964, uma em 1965, duas em 1966 (todas relativas ao governo Castello Branco), uma em 1967, 10 em 1968 e 12 até meados de 1969 (todas (23) relativas ao governo Costa e Silva), sete no final de 1969 (relativas ao governo da Junta Militar), 29 em 1970, 47 em 1971, 57 em 1972, 78 em 1973 e 14 no inicio de 1974 (todas (225) relativas ao governo Emílio G. Médici), 26 em meados de 1974, 12 em 1975 e 10 em 1976 (todas (48) relativas ao governo Ernesto Geisel).

em um confronto com a destituição do comandante do II Exército (SP), Ednardo D'Ávila Mello<sup>5</sup> e do próprio Ministro do Exército, Sylvio Frota, em 1977, em cujo episódio chegou-se a ocupar o Comando Militar do Planalto com soldados da III Brigada de Infantaria, liderada pelo General França Domingues.

## O ADVENTO DA NOVA REPÚBLICA

Após um longo, porém seguro, processo, de abertura política, iniciado durante o governo Geisel (1975-79) e consolidado no conturbado governo Figueiredo (1979-85), os militares se retiraram da vida política do País, permitindo a transformação do *regime democrático dualista*, misto de representativo e de *referendum* vigente de 1965, com a edição do AI-2, até 1978, com a recriação dos partidos políticos, em *democracia indireta representativa* que, por sua vez, atingiu a sua plenitude operativa com a promulgação da nova Constituição em 1988 e o consequente restabelecimento do sistema de eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais.

A substituição do governo militar pelo governo civil, em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, vice-presidente, que acabou se tornando presidente em decorrência do falecimento de Tancredo, antes mesmo de sua posse, marcou o lançamento da chamada *Nova República* que, em essência, substituiu a anterior *democracia formal legalista* por uma *democracia formal legitimista*, sem, no entanto, conseguir atingir a sonhada concepção material de democracia.

De qualquer sorte, o *sistema eleitoral e partidário* foi plenamente restabelecido, em bases mais ou menos semelhantes ao vigente anteriormente, inaugurando um novo capítulo no regime representativo brasileiro.

É importante mencionar que, em grande medida, a transição do *regime revolucionário* para o *regime representativo* transcorreu sem maiores problemas, não obstante alguns incidentes, particularmente durante o governo Figueiredo (atentados terroristas à sede da OAB/RJ e no Riocentro), terem procurado, sem êxito, tumultuar o processo, em decorrência não só da natureza liberal do regime que, em 21 anos de vigência, contabilizou um total de apenas 321 mortos ou desaparecidos, incluindo dentre estes as baixas decorrentes do conflito no Araguaia, como dos próprios termos da *lei de anistia* (ampla, geral e irrestrita) que perdoou incondicionalmente todos os envolvidos em atos políticos, inclusive seqüestradores, como o atual Deputado Gabeira, ou guerilheiros, como o também atual Deputado José Genuíno, e propiciou generosas *indenizações* às famílias dos *mortos e desaparecidos* em dependências do Estado e, muitas vezes, escandalosas *aposentadorias* para os *anistiados políticos* que hoje, juntamente com as pensões de ex-combatentes, lideram a lista de maiores benefícios previdenciários pagos pelo Estado, como as de Irio Lima (R\$ 28.477,71 mensais em dezembro de 1998, equivalente a US\$ 23.500), a quarta maior aposentadoria paga no País, Vicente de Paulo C. Maranhão (R\$ 23.171,00), Antonio Pereira da Silva Filho (R\$ 21.987,20), entre outras (*O Globo*, 17.12.98, .9).

**ALMANAQUE DAS ELEIÇÕES NO BRASIL (Apêndice)<sup>6</sup>****Os presidentes eleitos pelo voto direto a partir de 1945**

<i>Ano/Candidato Eleito</i>	<i>Número de Votos Válidos (em milhares)</i>	<i>Porcentagem (%) do Total de Votos Válidos</i>
1945 Eurico Dutra	3.249	55,4%
1950 Getúlio Vargas	3.849	48,7%
1955 Juscelino Kubitschek	3.077	35,7%
1960 Jânio Quadros	5.636	48,9%
1989 Fernando Collor	35.089	46,8%
1994 Fernando Henrique Cardoso	44.500*	54,0%*
1998 Fernando Henrique Cardoso (reeleição)	46.500*	51,0%*

Os números com asterístico (\*) foram compatibilizados para efeito de comparação real, considerando que, em 1994 e 1998 inexistiu 2º turno. Em essência, o cômputo geral das eleições de 1994 e 1998 foram os seguintes:

**• Eleição 1994 – Presidente – Só houve 1º turno**

<i>Votos válidos:</i>	Fernando Henrique Cardoso (PSDB): 34.350.271 Lula (PT): 18.010.486 Enéas Carneiro (PRONA): 4.926.965 Orestes Quérzia (PMDB): 2.873.846 Leonel de Moura Brizola (PDT): 2.125.192 Espiridião Amim (PPS): 1.907.439 Carlos Anônio Gomes (PRN): 405.988 Hernâni Goulart Fortuna (PSC): 252.046
<i>Votos não válidos:</i>	Brancos: 7.651.355 Nulos: 7.778.899

**• Eleição 1998 – Presidente – Só houve 1º turno**

<i>Votos válidos:</i>	Fernando Henrique Cardoso (PSDB): 35.936.671 Lula (PT): 21.475.324 Ciro Gomes (PPS): 7.426.211 Enéas Carneiro (PRONA): 1.447.095 Ivan Faria (PMN): 251.342 Alfredo Syrkis (PV): 212.987 José Maria (PSTU): 202.664 João de Deus (PT do B): 198.918 José Eymael (PSDC): 171.833 Therezinha Ruiz (PTN): 166.142 Sérgio Bueno (PSC): 124.571 Vasco Azevedo (PSN): 109.004
<i>Votos não válidos:</i>	Brancos: 6.688.517 Nulos: 8.886.494

<sup>6</sup> Fonte: TSE/Ibope

### O Voto da mulher, do analfabeto, do jovem e do idoso

O voto feminino foi garantido a partir do Código Eleitoral de 1932 e inscrito na Constituição a partir de 1934. O analfabeto, que tinha direito a voto durante o Império, foi excluído do eleitorado a partir da Constituição de 1891. Só a Constituição de 1988 viria restituir o voto ao analfabeto, mas em caráter facultativo. É também facultativo o direito de voto conferido pela Constituição de 1988 aos jovens entre 16 e 18 anos e aos maiores de 70 anos.

### A Criação da Justiça Eleitoral

Reivindicação do Tenentismo e da Revolução de 1930, a Justiça Eleitoral foi instituída pelo Código Eleitoral de 1932. Criaram-se o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRFs).

### A Cédula Única

Até 1945, as cédulas continham o nome de apenas um candidato. Impressa ou manuscrita, era também publicada nos jornais. Ao eleitor bastava recortar, pôr num envelope e depositar na urna. A partir de 1945, as cédulas (ainda individuais) passaram a ser impressas e distribuídas pelos partidos. Na eleição presidencial de 1955, a cédula passou a ser única, isto é, a conter o nome de todos os candidatos a eleições majoritárias. Naquela eleição ainda foi impressa, segundo modelo aprovado pelo TSE, e distribuída pelos partidos. A partir de então, as cédulas passaram a ser impressas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.

### O título de eleitor

Foi instituído ainda no final do Império, pela Lei Saraiva (1881). Do título, cons-

tavam nome, data de nascimento, filiação, estado civil e profissão, mas não o retrato do eleitor. Com isso, proliferou-se o eleitorado *fantasma*: mortos, crianças, eleitores cadastrados em outros municípios. Em 12 de novembro de 1953, a Lei nº 284 passou a exigir o retrato do eleitor no título. O recadastramento que se seguiu diminuiu em 8,7% o eleitorado brasileiro, com o fim do eleitor *fantasma*. O título manteve-se inalterado até 1986, quando se realizou novo cadastramento. A informatização da Justiça Eleitoral e o aumento dos instrumentos de controle dispensaram o retrato do eleitor no título. Entretanto, alguns presidentes de mesa passaram a exigir também a apresentação da carteira de identidade.

### A extensão do sufrágio

Durante o Brasil-Colônia, o voto era censitário, limitado aos possuidores de uma renda igual ou superior a 25 quintais (1,5t) de mandioca. Os eleitores eram apenas os homens livres, do sexo masculino, alfabetizados ou não.

A Constituição de 1891 instituiu o sufrágio universal, mas com limitações: ficavam fora analfabetos – que perderam direito ao voto –, mulheres, mendigos, praças de pré e clero regular. O Código Eleitoral de 1932 manteve o sufrágio universal, mas ainda com limitações. Embora mulheres e religiosos tivessem conquistado o direito ao voto, o Código ainda excluía analfabetos, mendigos e praças de pré. O alargamento dos limites do sufrágio só viria a acontecer na Constituição de 1988, tornando o voto facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos. No caso dos militares, só ficaram excluídos os recrutas durante a prestação do serviço militar obrigatório. ☐

# Comentários

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GUERRAS

Dino Willy Cozza\*

### Das causas da Guerra

**A**lgum conhecimento de política, de relações internacionais, de economia é obviamente necessário a fim de se compreender as causas que levam à guerra. Filosofia, e mesmo teologia, podem ser necessárias (Wolf, 1938:157)<sup>1</sup>.

A guerra é a mais complexa das atividades humanas. Seu estudo requer racionalidade, equilíbrio emocional e isenção ideológica. E mais, é necessário um profundo e amadurecido embasamento histórico.

Dos conhecimentos humanos, porém, um é imprescindível para o estudo e a compreensão das causas da guerra: a Geografia.

*A Geografia é ainda e sempre será questão central na aventura humana.* Eis uma afirmação muito oportuna de Denis Jeambar publicada no *L'Express* de 15 de fevereiro de 2001.

Lembra-nos ainda Jeambar a importância da ciência geopolítica na definição de

uma estratégia bem fundamentada. O mesmo autor conclui que *negligenciar a Geografia é massacrar a História*. E também citando Marx: *Os homens fazem a História, mas ignoram a História que fazem*.

Nessas condições, antes de se dedicar ao estudo da guerra e suas causas há que se aprofundar no estudo da Geografia e da História.

Segundo Waltz<sup>2</sup>, a estrutura anárquica do desenvolvimento internacional ou o fato de que nada há no sistema internacional para prevenir a guerra, o que ele chama de anarquia internacional, é a permissiva causa da guerra. É uma análise pessimista e radical do assunto. Mas, o tempo e a História estão do seu lado.

Já para Nelson e Olin<sup>3</sup> há, pelo menos, duas correntes de pensamento conservador que seriam as origens das guerras: uma, a que pressupõe que os indivíduos e as nações são basicamente agressivas no seu procedimento, e, outra, que sugere que as guerras resultam quando as nações perdem sua disciplina e sua ordem, ou quando as hierarquias internacionais são rompidas.

Poderíamos usar muito tempo, papel e tinta discutindo as causas da guerra. As

\* Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN).

<sup>1</sup> Wolf, V. *Three Guineas*, 1938.

<sup>2</sup> Waltz, K. N. *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. Columbia University Press, Nova York, 1959.

<sup>3</sup> Nelson, K. L., e OLIN, Junior, S. C. *Why War? Ideology, Theory and History*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1979.

enumeradas acima creio que englobam outras opções. Considero-as, assim, suficientes para o presente comentário.

A guerra é um fenômeno que, em certas circunstâncias, pode até prescindir de causas, ou ainda, servir de causa para outras guerras, como foi a relação entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

### Ideologia da Guerra

A ideologia da guerra apresenta-se sob os mais diversos temas. Entre os mais constantes, encontram-se a consciência patriótica e a unidade nacional ou étnica. Para sua divulgação, até a arte é utilizada através da poesia, cinema, pintura, escultura, literatura, teatro, enfim usando todos os meios da comunicação social e da informação.

A idéia de Pátria embora não seja universal e nem sequer tenha tido uma existência histórica permanente é das que mais profundamente toca a consciência do povo. Para Herder Zimmer, a nação não consiste em uma criação política, não está restrita a um Estado nacional moderno. Ela é, sim, uma personalidade supra-individual do povo, alicerçada sobre a língua, o direito, a religião e os costumes. É, inclusive, suprapolítica e coesiva, mesmo quando são impostas subdivisões territoriais e limites internos que impeçam a unidade política do Estado.

Outra idéia, comumente utilizada para justificar ou legalizar a guerra, é a liberdade. Tais idéias propiciam um clima sociopsicológico que motiva a sua aceitação. Daí decorreu a Guerra Psicológica para abater o moral do grupo oposto. Além do mais, as diferenças culturais, as-

pecto dos mais interessantes, fazem parte da ideologia e da legitimação da guerra.

Toda uma biblioteca poderia ser escrita sobre esse fascinante assunto. Mas, para justificar a guerra, basta uma idéia, conforme nos indica Friedrich von Logau (1604-1655): *Marte não necessita de advogados*.

A guerra é, também, um fenômeno ideológico e profundamente sociológico.

### A Psicologia da Guerra e da Paz

Para que se possa prevenir a guerra é preciso conhecer suas causas. Para entender suas causas torna-se imprescindível conhecer as *mentes dos homens*, pois é aí que nascem as justificativas das causas. Esse conhecimento deve ser considerado em dois níveis: um, filosófico, e, outro, psicológico. No campo filosófico, acredita-se que: *a guerra é natural*, e *o inimigo é real*. No campo psicológico, as funções apreensão, pensamento, intuição, desejo e ação são as que mais motivam a aceitação da guerra. Quando os aspectos filosóficos e psicológicos se somam, a guerra, além de natural, pode passar a ser também desejável.

Quando enfocamos a ideologia da guerra citamos a influência da comunicação social. Mas a comunicação social é também fator ponderável na equação da psicologia da guerra. Os escritores e os jornalistas, formadores da opinião pública, contribuem para alterar as mentes dos homens. Todavia, há que se distinguir dois cenários em que essas coisas acontecem. O primeiro é aquele no qual os comunicadores sociais têm ampla liberdade para apresentar suas idéias. O segundo encontra-se em sociedades nas quais os atos ofi-

ciais dos governantes são efetivados sem levar em conta a aprovação da opinião pública. Contudo, em ambos casos, os fatos influenciam as pessoas e atuam na psicologia da guerra. O ataque do Império do Japão às bases norte-americanas de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, é uma fonte rica de estudo sobre a utilização da comunicação social e da motivação psicológica para a quebra da paz e a psicologia da guerra.

Os estereótipos étnicos somando-se às diferenças culturais também estão presentes nas razões psicológicas que fazem aceitar a formação da imagem do inimigo.

Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova tecnologia veio ocupar lugar no arsenal das questões psicológicas: a televisão. Muitas vezes as imagens do inimigo são formadas, nas crianças, a partir da tela do aparelho de televisão. O inimigo é sempre diabólico, ditatorial e bárbaro. A guerra é sempre mostrada como a luta do bem contra as forças do mal. São mensagens ideológicas. O mundo é sempre bipolarizado, e o mal não tem possibilidade de redenção, o que facilita a criação de um novo episódio, e na vida do cotidiano a perpetuidade das guerras.

De Tucídides (Atenas, cerca de 465 a.C./Atenas 395 a.C.) até Lewis F. Richardson, dos antigos historiadores aos modernos psiquiatras, uma longa lista de estudiosos tem pesquisado como o medo distorce as imagens, como imagens distorcidas promovem o medo, e como essa perigosa espiral tem levado nações à destruição mútua, acrescentando sofrimento e miséria à história da humanidade. Esse medo é um fator de

grande importância na análise da psicologia da guerra.

Enfim, a psicologia da guerra e da paz deve ser estudada com muito cuidado por aqueles que pretendem conhecer as causas da guerra, a fim de poder preveni-la e entender por que um bebê pode ser considerado um inimigo.

A guerra é um fenômeno psicológico como consequência de questões psicológicas.

### Perspectivas Antropológicas

A antropologia da guerra é um ramo da antropologia política, importante disciplina no estudo da violência organizada.

Afirma-nos Robert L. Carneiro, curador de antropologia do Museu Americano de História Natural: *Guerra é um fato central da história da humanidade*. O historiador britânico Hugh Taylor<sup>4</sup> registrou: *Guerra é das mais incessantes e importantes atividades nas quais o organismo social humano se engaja; e tratar a guerra meramente como uma delinqüência moral é nos retirar de uma fonte de grande valor de informações como ... a natureza (da sociedade)*.

Com exceção do alimento, de todos os recursos nacionais requeridos, a energia é o mais básico. O valor da questão energética pode variar de um estado para outro, mas um recurso é imprescindível e está se tornando cada vez mais escasso: a água potável. E, possivelmente, no futuro teremos conflitos para aquisição e controle das fontes de água doce.

O que se depara é que a guerra faz parte da natureza humana e o homem sempre encontrará um motivo para fa-

<sup>4</sup> TAYLOR, Hugh. *History As a Science*. Mathuen and Co. Ltd., Londres. 1933

zer a guerra, que é, também, um fenômeno antropológico.

### Algumas Conclusões

Nos diz a Bíblia: *Caim matou seu irmão Abel*. Digo eu: aí começou a guerra, logo com os primeiros filhos da primeira mulher. Quando uma mãe bate em seu filho criança sem que ele entenda a razão daquela agressão, está-se predispondo um futuro adulto para aceitar o uso da força. Quando um pai dá uma ordem, e recebendo a pergunta *por quê?* responde: *porque eu quero*, está criando uma situação de coerção sem justificativa, e, portanto, a do uso do poder com a ameaça da força, está criando um cenário de guerra. O homem é agressivo. A sociedade é agressiva. As nações são agressivas.

Pode-se afirmar que a História Militar é a história da humanidade, tantos foram os acontecimentos históricos sobre crises e conflitos. Assim, Heródoto, o *pai da História*, nos descreve guerras, assim Tucídides, o criador da História moderna, nos relata a guerra.

Quanto aos mecanismos para assegurar a paz, nenhum até hoje alcançou o seu propósito plena e duradouramente. Eu particularmente, embora militar por formação, não acredito em nenhuma solução de conflito pelo emprego da força, das armas, que possa ser perene. Durará enquanto durar a pressão.

Quanto aos tratados e às alianças, a História nos mostra que são feitos para serem rasgados quando novos interesses se manifestam.

Acredito, sim, na educação. Educar as crianças e os jovens para que enten-

dam a falácia da guerra. Mas, como fazê-lo se a natureza humana irá modificá-los. Como atuar sobre essa herança medular? Seria possível?

A situação de controle de crises em nível internacional tem melhorado no último século, porém creio que a sua eficácia só acontecerá quando o animal homem aprender a respeitar seus irmãos, seus familiares. Não há Conselho de Paz ou Organização Familiar que consiga resolver esse problema. Infelizmente.

*Matéria extraída de comunicação apresentada pelo autor no XXVII Congresso Internacional de História Militar, realizado em Atenas/Grécia no período de 19 a 25.08.2001).*

### COMO COMBATER EM UMA GUERRA ASSIMÉTRICA

*Wesley K. Clark\**

**N**os mais negros momentos de nossa experiência, após o Vietnã, o General do Exército americano, Bill De Puy, visitou Israel. Foi logo em seguida à guerra de outubro de 1973, quando as forças de Israel aniquilaram uma série de maciços ataques blindados às alturas de Golan. Isso foi o clímax da batalha e a vitória foi estreita e custosa.

Os sírios usavam equipamentos e táticas da União Soviética. O Exército dos Estados Unidos trabalhou estreitamente com Israel. Juntos, vimos a necessidade de armas mais potentes para os carros-de-combate; maior alcance, aparelhagem óti-

\* General do Exército norte-americano.

ca à prova do tempo; blindagem mais leve; melhor coordenação entre as unidades. As táticas defensivas eram refinadas, complementando as já formidáveis possibilidades ofensivas de Israel. Para Israel, era a quarta guerra em 25 anos. Os israelenses eram superiores no terreno e no ar, pelo menos em termos convencionais.

Daí, os adversários de Israel buscaram uma nova maneira de combater. Eles empregavam Infantaria, equipada com armas de pequeno porte; granadas de rojão propulsadas; mísseis guiados anticarro. Em resposta, Israel colocou morteiros em seus carros-de-combate e pôs em prática a tática de assegurar a posse das alturas do terreno para manter sob fogo a Infantaria inimiga.

Então, os palestinos, dentro de Israel, aprenderam como resistir usando força não letal, como pedras e pedaços de madeira. Era uma tática visando a explorar as sensibilidades mundiais, forçando as forças de segurança de Israel a reagir. Ocasionalmente, as táticas eram suplementadas por homens armados, misturados entre os lançadores de pedras ou pelo uso de bombas de terror. Isso era o *intifadeh*.

Israel, de repente, viu-se ele mesmo retratado como Golias, em vez de David. Revidar os ataques com aviões de combate, carros-de-combate e artilharia era impossível; com tropas no terreno, havia o risco de baixas; e nenhuma sociedade é mais relutante do que Israel em aceitar perdas.

Assim, Israel desenvolveu novo equipamento, novas forças e novas táticas. Para assegurar suas fronteiras, Israel desdobrou seus carros-de-combate com pesados armamentos e viaturas de transporte de tropas. Helicópteros Apache e transportes

aéreos sem piloto e meios óticos de longo alcance foram providenciados. Para se proteger internamente, Israel distribuiu a seus infantes munição de plástico e outros itens para controle de distúrbios. Forças especiais de segurança foram organizadas para ajudar a dispensa de unidades convencionais de Israel da responsabilidade de manter a ordem interna. Quando o confronto com as aglomerações hostis era inevitável, Israel adotou regras restritas para o engajamento e atiradores *snipers* para responder aos oponentes armados – em um esforço para minimizar perdas e evitar cenas dramáticas capazes de inflamar a opinião mundial.

Mas, para cada ação de um lado, segundo a doutrina militar, há uma reação do outro.

E, como os palestinos e outros Estados árabes sustentam sua determinação de sobrepujar Israel, eles passaram a utilizar centenas de homens, até mesmo crianças, desejando tomar as ruas. Centenas de esclarecidos e bem colocados apoiadores no exterior simpatizam com eles e mantêm pressão internacional contra Israel.

As possibilidades dos dois lados, apesar de totalmente assimétricas, foram em grande parte contrabalançadas. E, na peculiar lógica político-militar do Oriente Médio, constituem o estágio para ulterior confronto.

Para Israel, toda batalha de rua tem que ser tática e defensiva, requerendo respostas tendo em vista a proteção de vidas e propriedades. Para Israel, toda baixa, mesmo entre os palestinos, é uma perda. Para os palestinos, todo confronto é estratégico e ofensivo, aumentando a pressão em Israel, construindo apoio no mun-

do árabe, e toda resposta militar de Israel é uma oportunidade para isolamento de Israel de seus liberais, democráticos e idealísticos simpatizantes. Para os palestinos, toda baixa, mesmo as suas, pode ser ganho estratégico.

Mas, nesse último *round*, os palestinos foram além. A violência da turba que resultou no bárbaro assassinato de dois reservistas de Israel, detidos em uma prisão palestina, foi um erro estratégico. A opinião internacional e interna pronunciou-se contrária.

A resposta de Israel foi tática a estrategicamente efetiva. As sortidas, pelos helicópteros armados, naquela quinta-feira, bateram alvos de instalações palestinas ligadas com a incitação da violência. Cuidadosamente, dando sinais de alerta, visando a minimizar as baixas civis, Israel traçou uma firme linha de ação. Foi suficiente, enérgica, e, na opinião pública de Israel, satisfatória. E, como clara escalada – lembrando ao mundo que acontecimentos locais podem rapidamente dar origem ou transformarem-se em um maior conflito regional – a ação de Israel provocou ação diplomática, de todos os lados.

Mas, essa última resposta de Israel está longe de ser decisiva. A continuação da luta será conduzida sem equipamentos de alta tecnologia. Será um esforço para evitar a concentração de grandes e voláteis turbas, minimizar incidentes provocativos e obter informações necessárias aos grupos de atiradores (*snipers*) e forças de elite especiais. As armas-chaves serão recursos de informações e controles de movimento. Então, o encargo caberá à polícia e forças de segurança – e de uns poucos atiradores de elite. As armas pesadas esta-

rão lá, porém, mantidas à retaguarda, para lembrar a determinação de Israel de defender seu povo.

*Tradução da revista Time pelo General Ruy Leal Campello*

## CHINA: O DESPERTAR DO GIGANTE ASIÁTICO

*Manuel Cambeses Júnior\**

Apartir de 1974, o Brasil começou a delinear um processo de aproximação com os chineses, com o restabelecimento de relações diplomáticas e o reconhecimento, pelo governo brasileiro, da República Popular da China.

Naquela época, o maoísmo encontrava-se em um avançado estado de decadência. A morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, marcou o começo de significativas mudanças no Partido Comunista Chinês e, dois anos mais tarde, Deng Xiaoping iniciava o caminho das reformas econômicas, ao mesmo tempo em que propiciava a abertura do país aos investimentos estrangeiros. Abriu-se, assim, um processo de transformações que, entre 1978 e 1998, promoveu um crescimento médio anual do PIB na ordem de 9,8%, aumentando o PIB *per capita* de US\$ 45 para US\$ 770. Esse incremento foi acompanhado de significativas transformações sociais e culturais certamente espetaculares. Como resultado dessas significativas ações são muito numerosos os problemas e desafios que

\* Coronel-Aviador. Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG.

enfrenta a China de hoje. Do Ocidente ouvem-se múltiplas críticas - muitas justificadas - às contínuas violações aos direitos humanos. Contudo, por mais que devamos esperar melhorias e mudanças substanciais na sociedade chinesa, visto em perspectiva histórica, os avanços observados no conjunto do país são sumamente notáveis, considerando a prosperidade alcançada pela população mesmo que submetida a uma limitada liberalização do regime político.

Durante os anos do maoísmo (1949-76), o Partido Comunista Chinês controlou totalitariamente a vida dos indivíduos em seus mínimos detalhes, com maior ênfase em um ou outro aspecto, dependendo do momento. Uma das manifestações mais perversas desse fenômeno foi a catalogação da população em grupos em que lhes rotulavam etiquetas políticas positivas ou negativas, dependendo da origem social e da posição assumida ante a Revolução. O controle que se exercia sobre decisões muitas vezes estritamente pessoais, como a escolha do cônjuge, do posto de trabalho ou o lugar para residir, afetou a todos e a cada um dos homens e mulheres do grande continente chinês. Entre algumas das mais nefastas iniciativas do denominado *Grande Timoneiro* cabe destacar a política do *Grande Salto Adiante*, no final da década de 1950, e princípios da de 1960, que teve como saldo a morte de mais de trinta milhões de pessoas, quando a China sofreu uma das mais devastadoras agruras sociais do século XX. Suas consequências resultaram, inclusive, maiores do que a posterior Grande Revolução Cultural Proletária, a partir de 1966, cujo custo em

vidas humanas e destruição patrimonial foi também elevado.

Sob essa ótica, as cotas de liberdade e bem-estar social alcançadas na China atual são, indubitavelmente, de grande alcance. O processo de transição chinês, em contraposição com o ocorrido na antiga União Soviética, não somente permitiu um importante desenvolvimento econômico, mas também tem sido acompanhado de uma certa estabilidade social, se bem que interrompida com os acontecimentos que culminaram na sangrenta intervenção do Exército Popular, em junho de 1989, como reação às mobilizações estudantis na Praça de Tiananmen. Naturalmente, as estruturas de poder mantiveram uma linha de continuidade com a hegemonia do Partido Comunista Chinês que, entretanto, foi dissipando, gradualmente, o que foram os dois grandes pilares de sua política durante o maoísmo: a planificação estatal da economia e o controle social. A ideologia do partido, nesses aspectos, pouco ou nada tem a ver com aquele tempo.

Entretanto, o Partido Comunista Chinês, necessitando de legitimação política e sem renegar completamente o seu passado, em parte para evitar assumir todas as responsabilidades que dele se derivaram, continua promovendo um exacerbado nacionalismo. A história das humilhações sofridas pela China, em mãos dos japoneses e de algumas potências ocidentais, durante o século XIX e princípios do século XX, é insistentemente recordada nas mais diversas instâncias oficiais. Daí resulta a relevância que tiveram os acontecimentos, como a recuperação de Hong Kong, em 1997, e Macau, dois anos mais tarde, bem

como o fato de a reunificação de Taiwan seja apresentada como irrenunciável nos discursos das elites chinesas e nos pronunciamentos oficiais do governo. Ademais, as constantes manifestações na reivindicação territorial da ilha têm um efeito de coesão social interna dentro do continente. Esse auge nacionalista tem produzido um grande impacto nas comunidades chinesas de ultramar, que têm respondido à oferta de identidade nacional com o incremento de investimentos da pátria-mãe. Não é em vão que a exaltação nacionalista é o último reduto ideológico que não sofreu variações significativas no Partido Comunista Chinês, desde os tempos de Mao Tsé-Tung, e forma parte dessa mítica porcentagem de acertos que continuam atribuindo ao fundador da República Popular da China.

Após a morte de Deng Xiaoping, em fevereiro de 1997, e a ascensão de Jiang Zemin como secretário-geral, os passos dados pela nova direção colegiada do Partido Comunista Chinês têm manifestado o firme propósito de continuar o processo de reformas. A insistência da China para obter sua readmissão na Organização Mundial do Comércio, visto que pertencia ao antigo GATT até 1949, nos brinda com uma indicação mais próxima da vontade política do gigante asiático. Por sua parte, a União Européia e os Estados Unidos apostam em plenas relações com a República Popular da China, fundamentalmente com o objetivo de incrementar os intercâmbios comerciais mas, também, como

fator impulsionador de transformações políticas e, em especial, de estabilidade nessa região do planeta. Indubitavelmente, o êxito com que está se desenvolvendo a transição socioeconômica na China, que satisfaz, momentaneamente, as expectativas de amplos setores da população, torna previsível que uma eventual democratização do sistema político se dilate consideravelmente no tempo.

O Brasil, em contraste com vários países da União Européia e da Ásia, conta em sua aproximação com a China com a vantagem de não ter participado na história de suas humilhações. Entretanto, encontra-se bastante defasado com respeito ao nível de conhecimentos sobre aquele portentoso país, o que de certo modo torna-se fator inibidor ao desenvolvimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais mais satisfatórias. No âmbito político e empresarial se reconhece a importância que a Ásia Oriental tem no novo contexto da globalização. Todavia, é necessário definir, claramente, o papel que o Brasil deve desempenhar neste fascinante processo de transição da história chinesa. E é nessa direção que as universidades brasileiras devem voltar suas atenções, utilizando-se da ajuda de entidades públicas e privadas, como sói ocorrer nas nações mais desenvolvidas, promovendo, dentro da vida acadêmica, atividades docentes e de investigação relacionadas com a China e suas diversas facetas sociais, econômicas, culturais e políticas. ☽

# Informações

## CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO GENERAL-DE-DIVISÃO ENGENHEIRO MILITAR EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA

**E**dmundo de Macedo Soares e Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 9 de junho de 1901. Filho do médico Sebastião Edmundo Mariano da Silva e de Elisa Macedo Soares e Silva, é descendente da famosa e longa estirpe dos Macedo Soares, família que se destacou na política e nos meios culturais do País. Seu avô materno, Antônio Joaquim de Macedo Soares, foi magistrado, jurisconsulto, lexicógrafo e Ministro do Supremo Tribunal Federal; o tio, Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, Primeiro-Tenente de Infantaria que participou das operações em Canudos, de 1897, celebrizando-se como autor do magnífico livro *A Guerra de Canudos*, publicado em 1903; o irmão, Hélio de Macedo Soares e Silva, exerceu o mandato de deputado federal de 1951 a 1955. Dentro seus primos, notabilizaram-se o admirável diplomata José Carlos de Macedo Soares, constituinte de 1934, Ministro das Relações Exteriores em duas oportunidades, de 1934 a 1937 e de 1955 a 1958 (indicado para o Prêmio Nobel de 1936 pela Paz do Chaco, abriu mão dele em favor do argentino Saavedra Lamas), Ministro da Justiça em 1937, interventor federal em São

Paulo de 1945 a 1947; José Roberto de Macedo Soares, embaixador no Uruguai de 1945 a 1951; José Cássio de Macedo Soares, Deputado Federal de 1935 a 1937; e José Eduardo de Macedo Soares, jornalista, deputado Federal de 1915 a 1923, constituinte de 1934 e Senador pelo Rio de Janeiro de 1935 a 1937.

Concluídos os estudos primários, em 1912, matriculou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde revelou o seu gosto pelos livros e esportes, atestado na classificação obtida ao término do curso secundário (1917) - primeiro lugar da sua turma.

Em 1918, sentou praça como aluno da vetusta Escola Militar do Realengo, estabelecimento de ensino em que plasmou a sua personalidade, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de Engenharia em janeiro de 1921, classificado, novamente, em primeiro lugar. Nessa época, já demonstrava pendor pelas letras, escrevendo na revista *A Cruzada*, cujo corpo redatorial integrava com os companheiros Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva e Juarez Távora.

Terminada a formação para o oficia-lato, viu-se classificado em uma unidade de tropa de Engenharia, a 1<sup>a</sup> Companhia Ferroviária, aquartelada em Deodoro, RJ.

No mês de maio de 1921, promovido a segundo-tenente, retornou à Escola Militar do Realengo como instrutor de Estradas e Topografia do Curso de Engenharia,

## INFORMAÇÕES

lá permanecendo até os memoráveis acontecimentos da Revolta de 5 de Julho, que deflagrou o ciclo tenentista no Brasil.

Movido pelo idealismo revolucionário, o jovem Macedo Soares acabou preso. Apesar disso, foi promovido a primeiro-tenente em setembro do mesmo ano e mantido no presídio da Ilha Grande, de onde consegue evadir-se em 1925, rumando para a Europa. Em fevereiro de 1928, vem a ser condenado, à revelia, a um ano e quatro meses de prisão e excluído das fileiras do Exército pelo envolvimento na revolta de 1922.

Durante os seis anos de exílio vividos na França (1925-30), diplomou-se em metalurgia e especializou-se nessa área, em Paris.

A vitória da Revolução de 1930 e a assunção do governo provisório por Getúlio Vargas trouxeram Macedo Soares de volta ao Brasil, beneficiado pela anistia concedida e, ainda em novembro, atingia o posto de capitão.

Reintegrado aos quadros do Exército e classificado no Serviço de Engenharia da 2ª Região Militar (São Paulo, SP), elaborou e executou o projeto de abastecimento de água de Quitaúna.

Em 1931, Macedo Soares foi nomeado membro da Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, destinada a avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional, juntamente com o Capitão Sílvio Raulino de Oliveira. A Comissão apresentou estudos para solucionar o problema da fabricação de armamento e munição pelo Exército, resultando daí a criação da Comissão Nacional de Siderurgia, no âmbito do então Ministério da Guerra, que tinha por incumbência estudar o aproveitamento dos minérios de

ferro nacionais, tanto com o objetivo de promover sua exportação como o de implementar a indústria siderúrgica em larga escala no País.

Criada a Comissão Nacional de Siderurgia, o Capitão Macedo Soares é nomeado membro e relator da mesma. Os trabalhos dessa Comissão foram interrompidos em julho de 1932 com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, só vindo a ser retomados em março de 1933. Os estudos levados a efeito por seus integrantes defendiam a construção de uma usina siderúrgica no vale do Rio Doce, à base de carvão de madeira, ou a instalação de uma usina de coque importado, com a exploração dos carvões de Santa Catarina. A participação de Macedo Soares na Comissão Nacional de Siderurgia o levaria, mais tarde, a advogar a construção de uma grande usina siderúrgica tida como fundamental para o desenvolvimento nacional.

Durante o ano de 1932, integrou, como assistente técnico, a delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra, Suíça, além de ter sido designado delegado do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho na Tchecoslováquia. Estagiou, também, na empresa Breda, em Milão, Itália, para adquirir conhecimentos sobre forno elétrico de aço. De regresso ao Brasil, foi mandado servir no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Data desse ano o início de sua carreira no magistério superior, como professor de Metalurgia na Escola Técnica do Exército, função que exerceu até 1943.

No ano de 1933, ministrou um curso de extensão universitária em Metalurgia, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e foi nomeado membro da Comissão Cons-

trutora da Fábrica de Projetis de Artilharia do Andaraí, Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, na qualidade de membro da Comissão de Estudo para a Indústria Militar Brasileira, chefiada pelo General Leite de Castro, visitou instalações fabris européias para adquirir material destinado ao Exército e receber equipamento para a Fábrica do Andaraí.

Quando se encontrava na Alemanha, em outubro de 1934, foi promovido, por merecimento, a major.

Um ano depois, voltou ao Brasil para montar a Fábrica do Andaraí e retomou a função exercida na Comissão Nacional de Siderurgia.

Em 1936, foi nomeado professor de Metalografia da Escola Técnica do Exército.

Em junho do ano seguinte, afastou-se do Exército para assumir o cargo de Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça, na gestão do seu primo, Embaixador José Carlos de Mamedo Soares, função que desempenhou até o advento do Estado Novo, em novembro de 1937, pouco antes do golpe de Estado. Concomitantemente, nessa fase secretariou a Comissão Executiva do Estado de Guerra.

De 1937 a 1939, continuou exercendo o magistério na Escola Técnica do Exército e trabalhando na Comissão Nacional de Siderurgia, onde elaborou o anteprojeto definitivo da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, apresentado ao Conselho de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda sob a presidência do Ministro Souza Costa, enquanto servia na Diretoria de Material Bélico do Ministério da Guerra.

Em fevereiro de 1939, o Governo brasileiro, acatando sua proposta, o envia à Europa (Inglaterra, Bélgica, França, Alema-

nha e Itália), a fim de avaliar a possibilidade de colocação do minério de ferro nacional nos mercados europeus e a viabilidade de financiamento para a construção de uma usina siderúrgica. Pressentindo a deflagração da Segunda Guerra Mundial transmitiu suas preocupações a Vargas, que o mandou aos Estados Unidos para entabular negociações iniciadas pelo Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, que lhe transmitiu por escrito as seguintes informações: *Nos EUA, ficou aberta a possibilidade de uma cooperação útil e fácil para montagem de uma usina de aço. Além do crédito aberto pelo Export & Import Bank, nesse país, pagável em dez anos, que permite, já agora, a compra do material necessário, iniciei com a US Steel conversa que você deverá retomar e concluir.*

O Export & Import Bank concedeu, de fato, o financiamento de US\$ 45 milhões, mas, a US Steel Corp., a grande siderúrgica norte-americana, recusou-se a fazer investimentos no exterior e recomendou a construção da usina com capitais privados. Mamedo Soares, que registrou em livros as anotações sobre as negociações ocorridas, desmente haver o Brasil obtido ajuda financeira em troca da instalação de base militar norte-americana no Rio Grande do Norte, afirmando: *Não houve nada disso.*

Diante da recusa norte-americana, Vargas decidiu construir a grande usina de Volta Redonda por empresa brasileira, com ajuda de capital externo. Em março de 1940, o governo criava a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e, logo em seguida, designou Mamedo Soares para integrá-la, promovendo-o a tenente-coronel por merecimento. Em 9 de abril daquele mesmo ano, a Companhia

## INFORMAÇÕES

Siderúrgica Nacional foi criada e Macedo Soares nomeado seu Diretor Técnico, acompanhando todas as etapas da sua construção até junho de 1946, quando entraria em funcionamento.

Em 1942, tornou-se assistente da Coordenação de Mobilização Econômica e também membro do Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, bem como presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão. Mesmo promovido a coronel em dezembro de 1944, por merecimento, continuou exercendo o cargo de Diretor Técnico da CSN.

A Companhia Siderúrgica Nacional, projetada, construída e posta em funcionamento graças à obra do mestre Edmundo de Macedo Soares e Silva, com a sua capacidade administrativa e saber técnico comprovados, o consagra como redentor de nosso desenvolvimento econômico, ao colocar o Brasil na era industrial, beneficiando-se de suas imensas potencialidades em reservas de ferro, transformadas em produtos essenciais às indústrias de base.

A esse respeito, vale lembrar a declaração de Pandiá Calógeras, ex-ministro de Epitácio Pessoa, já no final da vida, que afirmou considerar Macedo Soares o maior benefício da Revolta de 1922 para o Brasil, pois o exílio forçado na França o transformara no artífice do desenvolvimento industrial brasileiro.

A decisão de trocar a denominação da praça principal de Volta Redonda, que tinha o nome do fundador da CSN, para se homenagear um antigo prefeito falecido em desastre automobilístico nos idos da década de 1980 não apagará da memória histórica a lembrança do Gene-

ral Edmundo de Macedo Soares e Silva, que estará eternamente ligado aoascimento da usina siderúrgica e ao da própria fundação daquela cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Dizia Macedo Soares: *Eu pouco me importo. O principal é o registro da História.*

Com a redemocratização do País em 1946, o Presidente Eurico Dutra nomeou Macedo Soares Ministro de Viação e Obras Públicas. Afastou-se, assim, temporariamente do Exército e semeou terreno para o início de uma nova fase em sua vida - a política. Nessa pasta, estabeleceu um programa geral de trabalho, reviu o plano geral de viação, abriu negociações para encampar a São Paulo Railway e transformá-la na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, moveu a conversão da Fábrica Nacional de Motores de indústria bélica em civil e, em ligação com o Ministério do Trabalho, esforçou-se para reajustar os vencimentos dos portuários e ferroviários.

Lançada sua candidatura ao governo do Estado do Rio de Janeiro, pela coligação do PSD, PTB e UDN, foi eleito em janeiro de 1947, com 250.350 votos, de um eleitorado de 280.344. Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas de falta de recursos financeiros e déficit orçamentário em seu governo, ampliou a rede escolar primária, duplicou o número de salas de aula, desdobrou a Secretaria de Educação e Saúde criando a de Educação e Cultura, modernizou e expandiu a rede hospitalar estadual, deu ênfase à construção e à conservação de rodovias, dragou o porto de Niterói, incrementou a produção agropecuária e construiu, ainda, duas usinas termelétricas no município de Macacu e uma no de Angra dos Reis.

O término de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951, coincidiu com a volta de Getúlio Vargas ao poder, revertendo ele ao serviço ativo do Exército. Foi nomeado para o corpo permanente da Escola Superior de Guerra recém-organizada. Simultaneamente, recebeu o encargo de estudar a reorganização da Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA), no vale do Rio Doce.

Um ano mais tarde (1952), ascendeu ao generalato e transferiu-se para a reserva, encerrando sua carreira militar e passando a se dedicar, exclusivamente, às atividades técnicas e de magistério.

Ocupou a presidência da ACESITA e a cátedra de metalurgia da PUC do Rio de Janeiro.

Presidente Executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial, foi convidado pela ONU para dar parecer sobre a construção de uma siderúrgica na Venezuela.

Nomeado, em 1954, Presidente da CSN, procedeu à duplicação de sua capacidade de produção.

Em 1956, é promovido, na reserva, a general-de-divisão.

Posteriormente, deixa a presidência da ACESITA e segue para as Filipinas a convite da ONU, a fim de estudar a instalação de uma siderúrgica integrada naquele país.

Mais adiante, retorna à Venezuela para orientar a construção da Usina Siderúrgica do Orenoco e profere conferências em Buenos Aires, a pedido da OEA.

Torna-se diretor da COSIPA e exonera-se da presidência da CSN, por discordar da reorganização empreendida pelo governo.

Eleito primeiro presidente do Instituto Latino-Americano do Ferro e do Aço, no Chile, logo em seguida passa a lecionar na Escola Politécnica de São Paulo.

Em 1960, aceita a vice-presidência da Mercedes-Benz do Brasil, cumulativamente com as funções de membro consultivo da Comissão do Plano do Carvão, até 1967.

Três anos depois (1963), torna-se vice-presidente da primeira diretoria do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

Em dezembro de 1964, é feito vice-presidente da FIESP e presidente da CNI, cargo para o qual será reeleito em 1971.

No governo Costa e Silva, ocupou o Ministério da Indústria e Comércio, enfatizando a expansão da indústria siderúrgica, afora procurar incentivar a indústria do café solúvel, acertar os termos de privatização da FNM, estimular incentivos fiscais para importação de máquinas e equipamentos, acelerar a taxa de crescimento de mão-de-obra, defender a tecnologia nacional e absorver a estrangeira. Com a morte de Costa e Silva, abandonou o serviço público, voltando-se inteiramente para a iniciativa privada. Retomou a direção da Mercedes-Benz do Brasil até o final de 1970, participou do Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica Manesmann, inclusive da APEC Editora e da *Standard Electric*, além de ter presidido outras empresas e haver reorganizado a Fábrica de Alumínio Rochedo.

Nesses campos, como nos demais em que serviu ao Brasil, sempre que convocado, jamais foi homem de cruzar os braços, mas infatigável lutador, cioso dos deveres dos quais se fazia voluntário escravo, sem pleitear direitos quando se tratava de servir à Pátria.

Fez-se, dessa forma, notável brasileiro de invejável cultura profissional e geral, membro de respeitadas e tradicionais entidades culturais brasileiras e estrangeiras.

## INFORMAÇÕES

Integrou os quadros do Conselho Consultivo de Planejamento (Conplan) do Clube de Engenharia, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Fluminense de Letras, da Academia Brasileira de Metais de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (sócio benemérito, ocupante da cadeira 49, Visconde de Maracaju) e presidente de 1988 a 1989.

Foi distinguido com diversos títulos honoríficos e condecorações, dentre os quais se destacam: Professor *Honoris Causa* da Faculdade Fluminense de Filosofia; Doutor *Honoris Causa* da Faculdade Fluminense de Ciências Econômicas; Doutor *Honoris Causa* da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto; Doutor *Honoris Causa* da Escola de Engenharia da USP; Membro da *American Association of Mining Metallurgical and Petroleum Engineers* de Nova York; Membro da *Association of Iron and Steel Engineers* de Pittsburg, EUA; Membro da Academia Brasileira de Finanças; Prêmio IDORT (1963); Medalha de Guerra; Ordem do Mérito Militar - Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Nacional - Grande Oficial; Ordem do Mérito do Paraguai - Comendador; Ordem do Mérito do Chile - Comendador com Cruz; Ordem do Mérito da Alemanha - Comendador com Cruz; Ordem de São Gregório do Vaticano - Comendador; Ordem do Leão Branco, da Tchecoslováquia; Ordem da Coroa, da Itália; Legião de Honra, da França - Comendador, e outras.

Publicou seis livros, proferiu 21 conferências, escreveu quatro ensaios e cerca

de sessenta artigos e trabalhos sobre Metalurgia, Economia, Filosofia, Problemas Brasileiros e História em diversos jornais e revistas do País e do exterior. Era fluente em alemão, francês e inglês.

Ao falecer, na noite de 10 de agosto de 1989, vítima de distúrbio circulatório, com 88 anos, no Rio de Janeiro, exercia a presidência do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e seu nome constava do programa do Ciclo de Conferências sobre o Centenário da República a ser realizado no IHGB.

Casou-se em primeiras núpcias com D. Maria José Muniz de Macedo Soares e Silva, de cujo enlace teve a filha, D. Yedda de Macedo Soares e Silva de le Reselière. Após a morte de sua esposa, em 1937, contraiu matrimônio com D. Alcina Fonseca de Macedo Soares e Silva, com quem teve cinco filhos: Hélio, Edmundo, Alcina, Sílvia e Elisa.

*L.P. Macedo Carvalho, Coronel de Artilharia e Estado-Maior, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Matéria extraída de alocução proferida na seção do dia 10.07.01 desse Instituto.*

## DUQUE DE CAXIAS, USEIRO ALVO DE MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA

**C**axias tem sido, ao longo de sua vida e depois de morto, alvo de manipulações da História que viraram *verdades* para alguns. Vez por outra, se constata, por parte de pessoas sérias, manifestações de conceitos errôneos ou manipulados sobre Caxias. Dentre as manipulações que têm prosperado, alinhem-se entre outras:

*1. Haver Caxias, como comandante da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1838, haver reprimido um levante de escravos liderado por Manoel Congo, com sangrento massacre praticado pelo líder e alguns de seus companheiros.*

A acusação é feita em livro por Carlos Lacerda na década de 1930, quando militante comunista.

A obra, cuja reedição foi autorizada pelos proprietários da TV Rio Sul, de Resende, e donos da fazenda onde teve lugar a revolta liderada por Manoel Congo, foi, em desrespeito e de forma leviana, noticiada em coluna de *O Globo* e assinada por conhecido jornalista.

Pesquisas recentes da OAB-Rio, que se aprofundaram no assunto com base documental, nada encontraram a respeito. Caxias apenas se deslocara até Vassouras para avaliar a situação, em face da possibilidade de a revolta envolver escravos que trabalhavam para seus donos na Fábrica de Pólvora de Estrela, na raiz da serra de Petrópolis, podendo extrapolar o problema para o âmbito da segurança nacional, por ser a Estrela a única fábrica de pólvora do País.

A revolta foi reprimida por autoridades e forças locais, chamados *pedestres*, sob a liderança do Coronel da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, ancestral de Carlos Lacerda. Manoel Congo foi julgado em janeiro de 1839, tendo sido condenado e executado na forca, sob a acusação de haver morto dois perseguidores.

Hoje, no bairro Pedreira, de Vassouras, foi erigido um memorial a Manoel Congo. A culpa do incidente perante a comunidade negra do Brasil tinha que ser lançada em alguém. E o escolhido foi o

Duque de Caxias, em realidade um pionero abolicionista, ao assegurar, em 1º de março de 1845, liberdade aos escravos que lutaram ao lado dos farrapos, contrariando orientação superior partida de escravagistas que dominavam o Governo.

Essa versão manipulada responsabilizando Caxias, e não o Coronel Francisco Peixoto citado, conseguiu abrigo inclusivo no Diário Oficial do Rio de Janeiro, segundo consta à revelia do governador do estado.

*2. Haver Caxias comandado repressão violenta, em 1842, em Silveiras-SP, em combate a revolucionários liberais que haviam massacrado, implacavelmente, autoridade policial local.*

É o que se contava e se espalhava, no Vale do Paraíba, como verdade absoluta.

Na realidade, a região do Vale do Paraíba paulista estava, nessa época, subordinada ao Rio de Janeiro e a repressão cívica foi praticada por Guardas Permanentes do Rio, sem nenhuma subordinação a Caxias, fato que foi esclarecido na *História Militar do Vale do Paraíba*, plaqueta de nossa autoria.

*3. Haver, em conluio com o comandante do Exército Farrapo, General David Canabarro, traído as tropas farrapas, no Serra dos Porongos, em 14 de novembro de 1844.*

Essa insinuação fez parte de um ofício forjado. O Coronel Chico Pedro, que poderia tê-la confirmado em suas memórias, caso o fato tivesse realmente ocorrido, nelas nada mencionou. Trata-se de documento falso como o foram as *cartas falsas* que provocaram a revolução de

1822, bem como a pseudo *Ata do Clube Militar* de uma reunião realizada em 22 de junho de 1922, reunião que não houve, na qual se acusa um Tenente Algayer, que nunca esteve no Clube Militar, de ofensas inomináveis a chefes do Exército, que não estavam na reunião que não houve, inventada que foi em 1930, em Recife, conforme abordamos exaustivamente em artigos vários em *O Guararapes*, 1996.

4. *Haver, na Guerra do Paraguai, em conluio com o Presidente Mitre, lançado, a montante do Rio Paraguai, cadáveres de soldados coléricos para atingir adversários políticos do presidente argentino.*

A acusação é feita por um livro já com mais de 30 edições chamado *Guerra do Paraguai Genocídio Americano*, em que seu autor, ignorando ou desprezando a heurística, no tocante a autenticidade, fidedignidade e integridade das fontes para que História traduza verdade e justiça, manipulou como quis sua *estória* e vem colhendo lucros e louros de seu trabalho calunioso, com muito boa acolhida no público cívico-masoquista no Brasil.

Esse fato, em que o autor do livro dizia basear-se em documentos, levou o General Jonas Correia, ex-presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Buenos Aires. No Museu Mitre, não se surpreendeu ao ser-lhe mostrado o documento apontado pelo autor irresponsável. Tratava-se de um panfleto político circunstancial. E aí está seu livro, que não veio para esclarecer mas para confundir e faturar, que tem sido periodicamente reeditado.

Mais uma vez, a imprensa supostamente séria, em matéria recentemente publicada, potencializa irresponsavelmente essa in-

fâmia contra Caxias, o qual tem agora por parceiro D. Pedro II, quando se refere a carta de Caxias ao Imperador existente no Museu Imperial e ali descoberta por pesquisadores da UFF.

A manipulação da História tem-se constituído uma praga no Brasil.

O fato não é novo. Já em 1872, amigos e admiradores de Caxias publicaram, às suas expensas, a obra *Brasilicus*, que rebateu críticas infundadas ao seu comando no Paraguai, quando ele estava fora do poder, provedor da Irmandade Santa Cruz dos Militares que era à época.

Assistimos, e não é ficção, por volta de 1991, em curso de História da Universidade Federal Fluminense, no Museu Nacional, dizer-se para jovens estudantes que *o Duque de Caxias foi useiro e vezeiro em expulsar posseiros de terras no estado do Rio de Janeiro*.

Essas manipulações não terão fim. Terão, sobre inocentes úteis, o efeito de calúnias que, comparadas a um saco de penas lançado ao vento, jamais poderão ser recolhidas todas para serem desmoralizadas. Sobretudo em nossos tempos, em que os órgãos de informação de massa não se preocupam em promover debates amplos e democráticos sobre a História do Brasil, para que a verdade termine por aparecer e o povo possa exercer seu sagrado direito de julgar a informação e escolher a versão de acordo com a sua consciência.

Enquanto a História do Brasil não for escrita com apoio em fontes confiáveis aprovadas pela Heurística aplicada a seleção de fontes autênticas, fidedignas e íntegras, teremos história manipulada e biografias conspurcadas.

Ao leitor responsável é necessário espirito crítico para indagar: *em que fontes se baseou o autor para afirmar tal fato?* Se não lhe parecerem boas, deixá-las-á de lado.

Ao historiador cabe avaliar as fontes históricas em que fundamenta seu trabalho e ao, leitor atento, se o historiador fez bom uso das fontes em que baseou seu trabalho, uma vez que *o papel aceita tudo que nele se escrever, inclusive mentira.*

Ao retornar do Paraguai, Caxias foi acusado por um deputado liberal de haver trazido do Paraguai mais cavalos do que teria direito.

Em reunião do Senado de 15 de julho de 1870, em um longo discurso defendeu sua atuação no comando dos brasileiros e dos aliados no conflito, ao ponto de sentir-se cansado e ser-lhe concedido uma pausa para continuar, a pedido do Ministro da Marinha.

Nela Caxias assim explicou o episódio tão manipulado pela oposição, segundo A. de Carvalho, em *Caxias*, p. 280:

*... Até aqui se quis imputar-me um crime de haver trazido do Paraguai os animais de meu uso. Os meus amigos não deram grande apreço a essa acusação. Mas nem por isso deixarei de defender-me...*

*... Eu tinha direito a trazer 6 cavalos e 12 bestas de bagagem. Trouxe 3 cavalos e 4 bestas. Creio que não fui além daquilo que poderia fazer. Ainda sofro no meu soldo o desconto do valor desses animais, porque não estive em campanha cinco anos.*

*Claudio Moreira Bento,  
Coronel de Engenharia e Estado Maior,  
Presidente da AHMTB.*

## A QUEDA DA TAXA DE CRIMINALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS: PARALELOS COM A REALIDADE BRASILEIRA

*Nos últimos 14 anos, a proporção dos roubos aumentou 255%, dos seqüestros 143%, dos assaltos com circunstâncias agravantes 153% e dos assassinatos 106%.*

**A**citação acima, embora possa lembrar ao leitor a realidade brasileira, refere-se aos Estados Unidos e foi extraída de edição da revista *Time* de 1975. Com efeito, o final da década de 1970 marcou o período no qual a violência atingiu seu ponto mais alto naquele país; em 1979, a taxa de homicídios, um dos mais importantes indicadores da violência de uma sociedade, alcançava o patamar de 9,4 por cem mil habitantes. No Brasil, a situação não se afigurava diferente, a aludida taxa era de 10,0 por cem mil habitantes.

De lá para cá muita coisa mudou. Nos Estados Unidos, o índice de criminalidade vem caindo já pelo oitavo ano consecutivo. A taxa de homicídios - 5,7 por cem mil habitantes - é a menor desde 1966. No Brasil, ao contrário, a violência cresceu a índices epidêmicos, tendo essa taxa quase triplicado desde 1980, como se verifica na Figura 1. Que razões poderiam explicar esta significativa variação dos índices de violência, aqui e ao norte do Rio Grande?

Há consenso de que a redução do crime nos Estados Unidos não se deveu a evento singular, mas a um conjunto de fatores, sobre os quais gostaria de apresentar algumas considerações.

O primeiro aspecto a destacar é o *econômico*. Embora não haja unanimidade sobre o assunto, alguns estudos estabelecem correlação entre desemprego e violência. Levit (1995), por exemplo, sugere que o acréscimo de 1% na taxa de desemprego implica aumento de cerca de 0,5% nos crimes violentos e de 1% nos crimes contra o patrimônio. Entre 1980 e 2000, o PIB dos EUA cresceu 63,6% e o do Brasil, 55,2%, as taxas de desemprego caíram, conforme se verifica na Figura 2. Sem dúvida, o dinamismo da economia americana, associado à redução da taxa de desemprego, ajuda a justificar a redução do crime nos EUA, mas não o crescimento da violência no Brasil.

O segundo fator a considerar é o grave problema da *desigualdade social*, que, como se sabe, é importante vetor de violência. No Brasil, o seleto grupo composto pelo 1% mais rico da sociedade concentra renda superior àquela apropriada pelos 50% mais pobres. Nos EUA, país também de desigualdades, os 20% mais pobres detêm 5,2% da renda, enquanto no Brasil esse mesmo grupo populacional conta com 2,5% da renda. O Brasil, além de mais pobre, é pelo menos duas vezes mais desigual. A desigualdade cria uma sociedade hierarquizada, onde grupos sociais não alcançam à cidadania plena. A desigualdade e a degra-

dação social esgarçam os vínculos de comunidade, comprometendo o estabelecimento de relações de reciprocidade, essenciais à existência do Estado de Direito, o que influencia diretamente no nível de violência da sociedade. Infelizmente, apesar dos esfor-

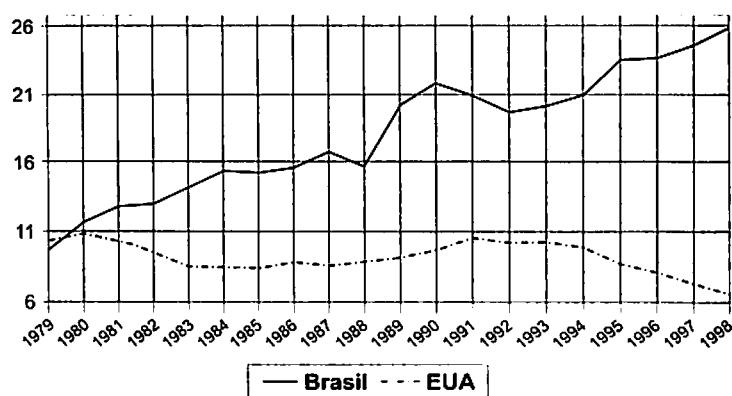


Figura 1 – Taxa de Homicídios por 100 000 hab  
Fonte: Mapa da violência II e US Department of Justice

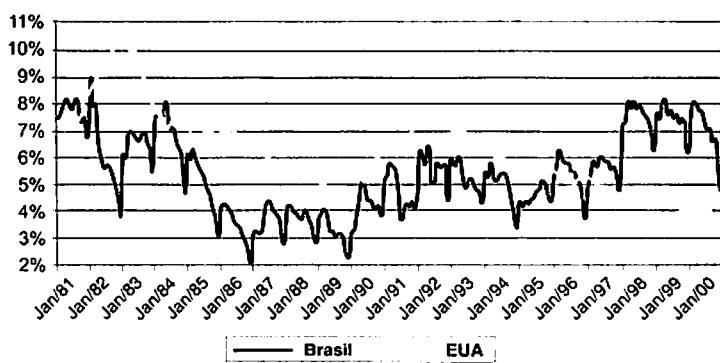


Figura 2 – Taxa de desemprego  
Fonte: IBGE e www.economagic.com

ços de sucessivos governos e dos vultosos recursos aplicados, o quadro de desigualdade social não tem apresentado sinais de melhora nos últimos vinte anos.

Associada à questão da desigualdade social está a *urbanização*. De 1980 a 2000, a população urbana brasileira cresceu 57% (de 80 para 137 milhões), agravando a fave-

lização das grandes cidades, que passaram a conviver com bolsões de violência e miséria. A ausência do Estado nessas áreas tornou esse quadro ainda mais grave. Dados recentes do Censo 2000 indicam que as metrópoles brasileiras pararam de crescer, o que projeta, sob esse prisma, um quadro mais promissor. Nos EUA, entre os anos de 1970 e 1985, a população urbana cresceu de 73,6% para 76,1% do total, uma variação inferior a 3%. Certamente o signifi-

das infrações, embora corresponda a apenas 11,2% da população. Estudos sugerem que se esse grupo populacional se reduz, a violência também reduz-se. Assim, parte da queda da criminalidade nos EUA é creditada à mudança do perfil demográfico da população, em particular à redução do número de jovens, que são também as maiores vítimas da violência. Com efeito, a redução da violência nos EUA entre 1980 e 2000 foi acompanhada pela diminuição de quase

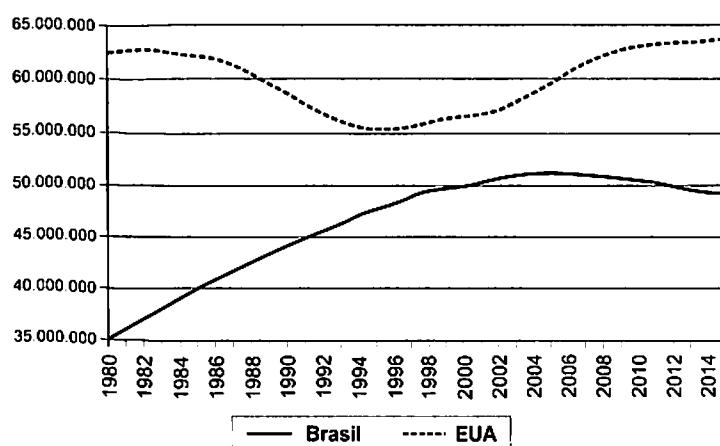


Figura 3 - Variação da pop. de 15 a 19 anos  
Fonte: U.S. Census Bureau

ficativo crescimento da população urbana no Brasil potencializou os efeitos da desigualdade social, com reflexos diretos sobre as taxas de violência. Tal conjunção de fatores não ocorreu nos EUA.

O próximo fator que gostaria de trazer à consideração é o demográfico. Análise de dados criminais permite traçar o perfil do cidadão de comportamento violento. O *criminoso típico* nos EUA é viciado em drogas, jovem e do sexo masculino; lá, por exemplo, o estrato de 18 a 24 anos comete 34,5%

10% da população de 15 a 29 anos. No Brasil, ao contrário, este segmento cresceu 37% no período, sem que a economia brasileira tivesse condições de absorvê-lo com empregos dignos, o que provavelmente influenciou os índices de violência.

Projeções indicam que a pressão demográfica deixará em breve de induzir os índices de violência. Com a redução da fecundidade no Brasil, o perfil demográfico da população modifi-car-se-á: em 2005 haverá estabilização da população de 15 a 29 anos e, a partir de então, redução, como se vê na Figura 3. Menor pressão demográfica, associada a projetado crescimento econômico, indica para futuro próximo uma conjuntura mais otimista.

Importante ressaltar ainda, em que pese a redução no crescimento demográfico, que a fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos vem crescendo, possivelmente em face de mudanças culturais ocorridas na sociedade brasileira (Camarano)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> CAMARANO, Ana Amélia & BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Perfil da População Brasileira*. IPEA.

O próximo aspecto a salientar é a questão penitenciária. Um sistema carcerário possui duplo papel: ressocialização e punição do apenado. Possui, além disso, influência nos níveis de violência, seja por manter criminosos fora das ruas, seja por desestimular novos crimes. Sabe-se que uma minoria de criminosos comete a maioria dos crimes, sendo responsável por múltiplas ocorrências de mesma natureza. Estudiosos argumentam que dois terços dos crimes violentos são cometidos por menos de 10% dos infratores e que a adoção da lei *Three Strikes you're out*<sup>2</sup> significou o encarceramento de 2.900 criminosos violentos na Califórnia, com queda de 20% nas taxas de criminalidade (Koch<sup>3</sup>, 1998).

Essa linha de raciocínio levou a maioria dos estados americanos a adotar sentenças mais severas para criminosos reincidentes. Em decorrência, a taxa de encarceramento saltou de 139, em 1980, para 476 detentos por cem mil habitantes, em 1999, tendo o número de pessoas presas chegado a 1,7 milhão. Importante destacar que o decréscimo da taxa de homicídios entre 1980 e 1999, de 10,7 para 5,7 por cem mil habitantes, ocorreu paralelamente ao crescimento da população carcerária, o que sugere conexão entre os dois fatos. A retirada de criminosos reincidentes das ruas certamente contribuiu

para a queda do número de crimes, embora se possa questionar os custos dessa ação, que tem sido alvo de críticas, em face de possíveis excessos nos EUA.

Ao compararmos as taxas de encarceramento dos EUA com as do Brasil, constata-se que a americana é três vezes maior. Ao confrontarmos a taxa brasileira com a de outros países de baixos índices de violência, como por exemplo a Inglaterra e o

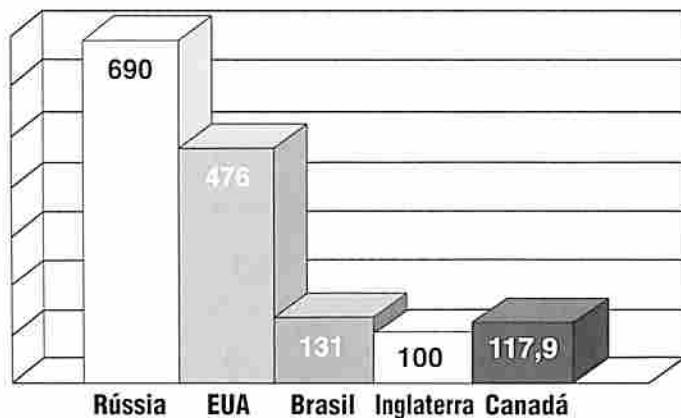


Figura 4 – Taxa de encarceramento p/100 000 hab.  
Fonte: WALMSLEY, M.J. E U.S. DOJ.

Canadá (Figura 4), verifica-se que, ainda assim, nossos índices são relativamente baixos, particularmente se levarmos em conta nossas altas taxas de criminalidade. Há, portanto, grande espaço para o aperfeiçoamento do sistema penitenciário brasileiro. A sociedade precisa ser protegida de criminosos violentos e reincidentes.

O próximo aspecto a considerar é a questão policial. No passado, a polícia realizava seu trabalho com ênfase no policiamento

<sup>2</sup> Lei do Estado da Califórnia que estabelece que criminoso condenado três vezes em decorrência de crime violento será sentenciado a prisão perpétua.

<sup>3</sup> Koch Crime Institute, *The Falling Crime Rate*. 1998.

mento a pé. Com o passar do tempo, o patrulhamento passou a ser feito de carro, isolando a polícia da comunidade e reduzindo a eficácia dos esforços para prevenir o crime. Nos EUA, o policiamento comunitário reverteu esse afastamento, ao estabelecer uma filosofia de serviço onde o policial atua em uma mesma comunidade em base permanente, trabalhando por meio de parceria proativa, para identificar e resolver os problemas do cidadão. O policiamento comunitário reintegra o policial ao tecido social das comunidades, fazendo com que o cidadão se aproxime do policial, tornando a polícia mais eficaz na prevenção do crime. No Brasil, o policiamento comunitário vem sendo implementado já há algum tempo. Sua eficácia, todavia, ainda é reduzida, particularmente em face da falta de confiança na polícia, que decorre principalmente de casos de violência e corrupção. Quando a polícia ajuda na solução dos problemas de uma comunidade, as pressões que induzem ao comportamento criminal diminuem e, ao mesmo tempo, cresce a confiança da sociedade no aparelho policial.

Paralelamente ao incremento do policiamento comunitário, as atividades policiais nos EUA passaram a ser planejadas e dirigidas em função de informações estruturadas, que mostram não só os fatos de interesse policial ocorridos em determinada área, mas também os fatores que os estavam produzindo. A análise dessas estatísticas permite a definição das atividades a serem desenvolvidas para melhorar a prevenção, com decorrente aumento da eficácia da ação policial. No Brasil, as polícias

vêm progressivamente adotando métodos científicos para planejar suas ações, mas há ainda muito por ser feito.

A polícia é apenas uma das ferramentas da luta contra a violência, porém com grande responsabilidade na redução da impunidade – importante fator indutor do crime. Os índices de apuração de crimes no Brasil são ainda extremamente baixos, por motivos diversos, o que contribui para a ampliação do sentimento de impunidade e da própria violência. Nos EUA, em 1999, 69% dos homicídios foram esclarecidos, enquanto no Rio de Janeiro, pesquisa de 1994 indicava que somente 7,8% dos inquéritos relativos a homicídio doloso chegaram a ser aceitos pelo Ministério Público e considerados suficientemente instruídos para que se fundamentasse uma acusação, num prazo de dois anos; destes, 64% referiam-se a crimes passionais, justamente aqueles de mais fácil investigação (Soares<sup>4</sup>, 2000). Há que se salientar também a deficiente integração entre o Ministério Público, que move a ação penal, e as polícias civis, que conduzem as investigações e os inquéritos, gerando processos muitas vezes defeituosos e incapazes de produzir condenação. Há ainda a ação muitas vezes corrente das polícias civis e militares.

Outro ponto a considerar são as drogas. Parte da redução da violência nos EUA é creditada à redução do consumo de drogas, em particular do crack. No Brasil, o crescimento do crime organizado e do tráfico de entorpecentes é fator de significativo impacto nos índices de violência. Par-

<sup>4</sup> SOARES, Luiz Eduardo, *Quinhentos Dias no Front de Segurança Pública no Rio de Janeiro*. 2000.

cela importante das chacinas que ocorrem na periferia das grandes cidades tem ligação com as drogas.

Importante notar, por fim, que, de acordo com dados do *Uniform Crime Report* recentemente publicados pelo FBI, os índices de criminalidade nos EUA parecem estar estabilizando-se, após oito anos de queda. As razões ainda não são claras mas, segundo alguns pesquisadores, índices de criminalidade não podem cair indefinidamente e as estratégias que ajudaram essa redução teriam alcançado seu benefício máximo. Há ainda a questão demográfica, representada na Figura 3, onde se observa ponto de inflexão no final da década de 1990, que possivelmente influenciou a reversão da tendência de queda do crime nos EUA.

O tema segurança pública, por sua gravidade e importância, transcende às preocupações de Governo, transformando-se em um problema do Estado e da sociedade. A violência, fenômeno complexo e de múltiplas causas, demanda soluções integradas e sistêmicas que envolvam todas as áreas de ação governamental e a própria sociedade civil. Sociedade essa que precisa articular-se para enfrentar a violência, também sua responsabilidade, e de fato já o tem feito, utilizando-se de instrumentos diversos, dentre outros, ações das organizações não-governamentais, manifestações de massa contra a violência e pressão sobre seus representantes.

Ao estabelecerem-se paralelos entre as realidades brasileira e americana, buscou-se discutir questões relevantes que contribuíram para a redução da violência nos EUA, particularmente aquelas de maior contraste com o Brasil. A análise do êxito

americano permite melhor compreensão da realidade brasileira, podendo sugerir caminhos à redução da violência, sem esgotar, obviamente, a discussão em torno de problema de tal complexidade.

*Valério Stumpf Trindade, Tenente-Coronel  
Assessor Especial do Gabinete de Segurança  
Institucional da Presidência da República*

### INTELIGÊNCIA MÉDICA – UMA QUESTÃO DE CONHECIMENTO

**Q**uando Alvin Toffler<sup>1</sup> prenunciou no final do século passado que o mundo civilizado já estava sob a influência da terceira onda, isto é, a *onda do conhecimento*, é provável que ele próprio não tivesse idéia de quão próximo do seu clímax esse evento estaria.

Na verdade, podemos dizer que, neste início do terceiro milênio, estamos na crista dessa onda. O seu grau de amplitude pode ser delineado pelas grandes conquistas no campo da ciência e tecnologia, da pesquisa e do desenvolvimento. Uma verdadeira revolução em todas as áreas do conhecimento. À vista disso, seria de todo lógico esperar uma melhor perspectiva de vida para as gerações do presente e futuras.

No entanto, a conjuntura internacional revela um cenário lúgubre e tenebroso, principalmente no que concerne a tão decantada paz mundial. Parece não haver necessariamente uma relação direta do conhecimento com o bem-estar comum das sociedades. Ao contrário, não é difícil perce-

<sup>1</sup> *A Terceira Onda*, Tradução de João Távora, 7<sup>a</sup> Ed., Editora Record, Rio de Janeiro, 1980.

ber que a humanidade tem sido muito mais aturdida pelas inovações do conhecimento moderno, do que tem experimentado, na sua plenitude, seus reais benefícios. Talvez, seja essa a maior consequência daquilo que alguns especialistas estão denominando de *terrorismo da inteligência*.

A globalização do conhecimento impõem-se de forma inexorável. Não basta ter a informação, é preciso saber usufruir dela com oportunidade e precisão. Para os estrategistas, o conhecimento hoje é sinônimo de poder. Numa visão tático-operacional, o conhecimento seria o sexto fator no processo da tomada de decisão.

Na área da pesquisa química, biológica e nuclear houve uma evolução científico-tecnológica acentuada, na primeira década do século passado, nas grandes potências mundiais. É indispensável considerar que todas essas pesquisas foram derivadas de um laborioso e dedicado trabalho científico, cuja mão-de-obra altamente qualificada deveria produzir tão-somente o bem-estar para a humanidade.

Entretanto, na Primeira Guerra Mundial (1914-18), os alemães já haviam desenvolvido o *bacillus anthracis*, o *vibrio cholerae* e o fungo do trigo, para serem empregados como armas biológicas.

Alguns anos mais tarde, com o Protocolo de Genebra, de 17 de junho de 1925, seria firmado o primeiro pacto internacional de não-uso beligerante de gases venenosos e agentes biológicos. Apesar disso, no afã de incrementar o seu poder de defesa e dissuasão, alguns países foram tentados a transformar os resultados das fantásticas pesquisas naquele campo em verdadeiros arsenais de destruição em massa, com a proliferação das famigeradas armas QBN.

Infelizmente, a partir da década de 1980, os agentes biológicos começaram a ser utilizados pelas organizações terroristas que já dispunham dos gases tóxicos.

Atualmente, o bioterrorismo é a vedeira das notícias em todos os meios de comunicação e tem se tornado o assunto de primeira ordem dos organismos de inteligência do mundo. Não obstante aos notáveis avanços em prol da saúde humana, é na engenharia genética onde identificamos, também, as maiores ameaças à vida. A insânia de alguns extremistas fanáticos tem estimulado o uso indevido desse conhecimento exclusivamente para o mal.

#### A INTELIGÊNCIA MÉDICA OPERACIONAL

Nos exércitos desenvolvidos, a inteligência médica é de importância vital tanto para o planejamento estratégico e tático, como para a preparação e execução do apoio do Serviço de Saúde, nas operações. Por isso mesmo, a produção do conhecimento em Saúde e, em particular, a sua sincronização em todos os escalões, é imprescindível para o planejamento médico-sanitário, como o é a inteligência de combate para o planejamento tático.

Do ponto de vista metodológico, esse conhecimento é amplo e abrange desde o levantamento eco-epidemiológico, a aplicação das medidas convencionais de Saúde Pública, a quantificação e qualificação do pessoal médico civil e militar, o treinamento, o suprimento e a habilitação dos Serviços de Saúde. Inclui, também, o atendimento às questões relacionadas com as doenças transmitidas por animais e alimentos contaminados, além dos procedimen-

tos de profilaxia contra agentes químicos, nucleares e biológicos.

Nesse caso, vale lembrar que, na mesma proporção em que são desenvolvidos os sistemas de armas modernos, a inteligência médica deve conhecer os impactos biológicos, químicos e nucleares por elas causados, a fim de promover adequadamente as medidas médico-sanitárias a serem empregadas em tais situações.

### A BIOSSEGURANÇA NA INTELIGÊNCIA MÉDICA

Por definição, a Biossegurança caracteriza-se por um conjunto de ações que visam não só ao desenvolvimento da pesquisa médica, como, também, à prevenção, à minimização ou mesmo à neutralização de qualquer efeito deletério promovido por ataques de agentes biológicos, de toda natureza.

Tanto no campo do desenvolvimento técnico-científico das biociências, como da defesa biológica, a Biossegurança já desponta atualmente como uma tarefa estratégica da Inteligência médica, quer seja no meio civil ou no militar.

Nesse sentido, em particular, especialistas de ambos os segmentos admitem que o *bioterrorismo*<sup>2</sup> é a ameaça latente em potencial ao mundo civilizado, cujas consequências podem ser catastróficas, principalmente para a população civil. A exemplo do que está ocorrendo nos EUA, onde o emprego criminoso do *bacillus anthracis* fez, pelo menos, quatro vítimas fatais no mês de outubro de 2001. Modificado em laboratório, tendo sua forma patogênica esporulada, o *anthrax* é capaz de produzir

uma doença infecciosa que pode se manifestar clinicamente de três formas distintas (epidérmica, gastrointestinal e respiratória), sendo essa última a mais grave, com um alto índice de letalidade. Além dos efeitos nocivos sobre os infectados, essa ação terrorista tem gerado um dano significativo para as pessoas não atingidas diretamente pelo bacilo, qual seja, a *síndrome do pânico*, um quadro agudo de medo, angústia e insegurança que, a médio prazo, pode deixar seqüelas irreparáveis. Entretanto, o maior desafio das armas biológicas é o fato de elas serem *invisíveis*, de dispersão silenciosa e, portanto, dificilmente detectadas.

O bioterrorismo, assim como o terrorismo químico do metrô de Tóquio (1995), constitui-se numa ameaça iminente, no mínimo com grande efeito de inquietação moral, psíquico e social para a comunidade civil. Nesse caso, por exemplo, foi o efeito do gás Sarin, um agente químico tóxico dos nervos, que deixou um saldo trágico de 12 mortos e mais de 5000 feridos.

Por isso mesmo, muitos países vêm investindo consideravelmente na área da Defesa Biológica, buscando desenvolver os seus recursos humanos e materiais nesse campo sensível do conhecimento, para fazer frente ao inimigo *invisível* da guerra moderna - o *terrorismo biológico*. Laboratórios de alta complexidade tecnológica, hierarquizados por níveis de segurança compatível (LB Nível 3 e LB Nível 4), têm sido construídos no mundo, tanto por centros especializados civis como militares.

Hoje, a Inteligência médica no Brasil já dispõe da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para norma-

<sup>2</sup> Ação terrorista, com emprego de agentes biológicos (sendo os mais comuns o vírus da Variola e o bacilo do Anthrax).

tizar os procedimentos de proteção biológica. A despeito da Lei nº 8.974/95, que declarou a Biossegurança de interesse para a Segurança Nacional, vinham ocorrendo sérios questionamentos, inclusive de natureza judicial, quanto à existência legal e competências da CTNBio. Criada no mesmo ano da Lei de Biossegurança, pelo Decreto Lei 1.752, só veio fortalecer-se como órgão governamental em 28 de dezembro de 2000, com a Medida Provisória 2.137 do Presidente da República, que deu maior ênfase as suas atribuições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do conhecimento é um processo dinâmico e em permanente evolução. Por isso, a premissa básica da atividade de Inteligência médica é a de promover uma constante especialização dos seus recursos humanos.

A atividade de Inteligência médica, atualmente, constitui-se num elemento essencial da estratégia de Segurança Nacional, que deve merecer prioridade por parte dos órgãos governamentais responsáveis pelo setor.

É indispensável estimular a cultura da atividade de Inteligência no campo da Saúde, tanto no meio civil como militar.

No que diz respeito, particularmente, aos Serviços de Saúde militares, é preciso implementar uma doutrina operacional de Biossegurança. As ameaças nesse campo tendem a alcançar proporções imprevisíveis, com alto risco de letalidade. Hoje se sabe que os efeitos devastadores das armas bioló-

gicas podem ser comparadas ao das armas atômicas. Segundo a Dra. Leila Macedo Oda<sup>3</sup>, uma análise de risco realizada pelos Estados Unidos, em 1993, demonstrou que uma única aeronave atacando Washington usando *bacillus anthracis* poderia resultar na morte de um a três milhões de pessoas. Comparativamente, uma bomba atômica de hidrogênio de uma megatonelada seria capaz de causar a morte de 0,5 a 1,9 milhões de pessoas.

Aliás, nesse sentido, é oportuno ressaltar que o Exército Brasileiro deu um passo decisivo em 1998, quando estabeleceu, por meio da Portaria Ministerial 228, de 28 de abril, a Diretriz para a implantação da política de Biossegurança no âmbito da Instituição. Desde então, um projeto de parceria entre o Instituto de Biologia do Exército (IBEX) e o Instituto de Pesquisas Especiais (IPE), do Centro Tecnológico do Exército (CTEX), vem sendo desenvolvido criteriosamente para atender aquela política.

Finalmente, como um segmento essencial da Inteligência médica, a Biossegurança deve ser tratada com uma tarefa especializada para todas as organizações sanitárias do País. Nesse particular, é imprescindível também que as mesmas adotem, doutrinariamente, as recomendações preconizadas pela Comissão Técnica de Biossegurança, que visa a estabelecer, sobretudo, os fundamentos da Defesa Biológica em nível de Segurança Nacional.

*Waldir Rosa da Silva – Tenente-Coronel  
Médico e de Estado-Maior*

<sup>3</sup> Coordenadora do Núcleo de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz, doutora em microbiologia e imunologia, e presidente da Associação Nacional de Biossegurança.

# Destaques da Imprensa

## CANTO DE SEREIA

Uma das reivindicações mais comuns dos apavorados com o clima de insegurança que se estabeleceu no País é botar a tropa do Exército na rua. Os militares, corretamente, têm resistido a esse canto de sereia. Militar é treinado para matar, não para prender. É preparado para o combate, não para a investigação. A Constituição atribui um papel aos militares e dele não consta a ação policial.

Além disso, os conscritos, jovens entre 18 e 19 anos em sua maioria, têm pouca ou nenhuma instrução militar e em muitos casos moram em regiões onde impera o tráfico. É quase criminoso expor os recrutas ao perigo: enfrentar ou não enfrentar o soldado do tráfico, geralmente bem armado e treinado? É cruel forçá-los a um dilema: atira ou não atira na favela onde mora?

Agora, o Exército anuncia a baixa compulsória de 700 cabos e sargentos, a maioria pára-quedista. Eles têm sete anos de experiência e são peritos em armamento, ações de guerrilha ou contra-insurreição, manejo de explosivos, arremesso de granadas, preparo de armadilhas e defesa pessoal. Verdadeiros rambos, preparados para lutar em qualquer terreno.

Estão sendo dispensados porque o Exército não tem o que fazer com eles. Mas os traficantes têm. Imagine-se treinar píves que andam com suas AR-15, granadas e

até lançadores de mísseis, segundo diálogo revelador do traficante *Dedé*, que teria sido seqüestrado e morto por policiais no Morro do Querosene, no Rio Comprido.

Os traficantes chegam a oferecer R\$ 8 mil a um cabo ou sargento para treinar suas tropas. Isso é várias vezes o magro soldo que vai sobrar para os militares afastados. A tentação é grande e existe uma ainda maior, a de assessorar as Farc colombianas. Nesse caso, eles vão ganhar em dólares.

O que pode fazer um cabo pára-quedista na sociedade civil? Uma das opções seria entrar para a PM. Outra é a da segurança particular. Por que o governo joga fora essa mão-de-obra especializada? Se, por um lado, não faz sentido usar as Forças Armadas no combate ao crime, por outro parece menos razoável que essas mesmas forças passem a fornecer matéria-prima e inteligência para organizar ainda mais o mesmo crime.

Não seria o caso de dar noções de investigação policial a esses profissionais e incorporá-los à Polícia Militar ou à P.F. como instrutores? As mulheres desses soldados foram a Brasília cobrar uma solução. Valeria a pena pôr de lado a prepotência que caracteriza as autoridades nesses casos e buscar - com seriedade - uma saída para o problema. A palavra está com o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 10.02.02.

## MONUMENTO AOS MORTOS NA SEGUNDA GUERRA É REINAUGURADO NO RIO

**D**epois de um ano em obras e de um investimento superior a R\$ 2,5 milhões, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb) reinaugurou, na quarta-feira à noite, no Rio de Janeiro, o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. A cerimônia contou com a presença do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, dos ministros Geraldo Quintão, da Defesa, e Carlos Melles, do Esporte e Turismo, e dos comandantes da Marinha, Almirante Sérgio Chagasteles, do Exército, General Gleuber Vieira, e da Aeronáutica, Brigadeiro Carlos Batista, além de outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, um expressivo contingente de ex-combatentes e mais de quatrocentos convidados.

O Monumento, de autoria dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, foi inaugurado em 24 de junho de 1960 e conta, entre outros equipamentos, com museu e auditório. Completamente restaurado e com uma nova iluminação, o Monumento passou a integrar, novamente, a bela paisagem do Rio de Janeiro, da qual é um dos seus cartões-postais.

No mausoléu estão os restos mortais de 468 marinheiros, soldados e aviadores, dos quase 2.000 voluntários que pereceram no teatro de operações da Itália. Faziam parte da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, de 25 mil homens, que, sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes, integraram as tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Na oportunidade, usaram da palavra o General Synésio Scofano Fernandes, chefe

da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército, e o Presidente da Funceb, conselheiro Flávio Corrêa, que fez a seguinte saudação:

*Esta é a primeira grande tarefa que a Fundação Cultural Exército Brasileiro completa.*

*Nascida há menos de dois anos pela união de civis e militares para dedicar-se à urgente tarefa de catalogar, recuperar, otimizar e disponibilizar para a sociedade o imenso patrimônio artístico e cultural sob a guarda do Exército, a Funceb reconheceu, de imediato, a importância de restaurar esse grandioso Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial.*

*Verdadeiro ícone local nacional e internacional, esta obra, de autoria dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, concluída em 24 de junho de 1960, volta, a partir de hoje, ao convívio da sociedade, graças à colaboração do Ministério da Cultura, do Banco Itaú, da Petrobras, da Petrobras Distribuidora, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Philips, da Usiminas, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Estadual de Gás, da Rio Luz, da Federação da Indústrias do Rio de Janeiro, da Fundação Ricardo Franco, da Tensor Engenharia e de um batalhão de trabalhadores que, com o seu talento e o suor do seu rosto, fizeram em tempo recorde essa obra, que não vai parar por aqui. Visando sua auto-sustentabilidade, o Monumento será dotado, entre outros equipamentos em estudo, de um sistema multimídia, que vai permitir que o Mausoléu se transforme em Memorial, facilitando e permitindo o estudo e a pesquisa, e de um parque temático, moderno e confortável para que a coletividade possa dele desfrutar, cada vez mais e melhor.*

## DESTAQUES DA IMPRENSA

*Neste belo monumento estão depositados os restos mortais de 468 irmãos nossos - soldados, marinheiros e aviadores - que deixaram suas vidas na grande batalha da humanidade contra o totalitarismo.*

*São gente do povo, voluntários de todos os cantos do País, que atenderam ao chamado da nação para integrar a gloriosa Força Expedicionária Brasileira, aqui representada ao vivo por esse magnífico contingente de ex-combatentes, aos quais empenhamos a nossa mais profunda gratidão, e cuja saga está também contada nessa magnífica obra literária que nesse momento estamos lançando em oito volumes, que integram o ambicioso e indispensável Projeto História Oral do Exército Brasileiro.*

*Projeto ambicioso porque pretende recuperar mais de quatro séculos de atuação da nossa Força Terrestre, à cuja presença e atuação devemos, em boa parte, a integridade dessa formidável nação em que vivemos.*

*Projeto indispensável, porque a História do Brasil se confunde, intimamente, com a História do Exército.*

*Dos 25 mil homens da FEB, que cruzaram mares por eles nunca dantes navegados, quase dois mil jamais voltaram para sua abençoada terra onde canta o sabiá.*

*Mas as aves que aqui gorjeiam continuam a entoar, como sempre o fizeram e sempre o farão, o seu lindo hino de amor, prestando sua homenagem perene a estes heróis anônimos que ajudaram, com seu sangue, a forjar a nação forte e pujante que nos serve de berço, e da qual tanto nos orgulhamos.*

*Reverenciar nossos mártires da liberdade é dever de todos nós: são exemplos*

*de civismo e de amor à pátria que nos cumpre imitar.*

*Não se pode construir uma nação forte com um povo fraco.*

*Esses combatentes cuja morada eterna nesse instante lhes devolvemos - a eles e a todos os brasileiros - são personagens marcantes da nossa história, uma história de quinhentos anos de luta em favor da paz, da harmonia, da prosperidade e da justiça social.*

*"Eu os levei para o sacrifício; cabe-me trazê-los de volta".*

*Pois saiba, ilustre Marechal Mascarenhas de Moraes, que o sacrifício não foi em vão. E que eles estão todos de volta, vivos ou mortos, alguns neste monumento, muitos sepultados na Itália, outros aqui presentes, mas todos, todos eles sem nenhuma exceção, entronizados no nosso coração e na verdadeira História do Brasil.*

Reprodução de reportagem do *Diário do Comércio*, edição de 04.12.01.

## TOYNBEE MORREU ANTES DE BIN LADEN

O choque mundial dos atentados de 11 de setembro gerou uma avalanche de fotos, filmes e publicações. Personalidades articulistas, políticos, historiadores e intelectuais envolveram-se e milhares de artigos quase esgotaram as linhas de raciocínio a respeito do tema. A guerra que se seguiu e se estendeu voltou a levantar nova série de publicações. No meio desse monte de palavras, faltou-me ver destacado o nome de Arnold Toynbee mostrando suas interpretações e a visão de um velho

*scholar*, que morreu há 26 anos mas precisa e deve ser relido nos dias de hoje. Esse gigante foi um dos mais prolíficos escritores do século que acaba de findar e um trabalhador intelectual incansável.

Na sua extensa produção editorial, deixou-nos o insuperável *A Study of History*, em dez volumes, que escreveu de forma intercalada ao longo de quatro décadas e que representa a mais extensa e pertinente análise da história das civilizações. Pasmou ao ver que Toynbee não foi lembrado adequadamente como gerador de um corpo de doutrina e estudo capaz de trazer alguma luz no campo da interpretação dos importantes fatos que se desenvolveram às nossas vistas, nos dias que correm - e correrão.

Nas décadas de 1960 e de 1970, Toynbee foi muito lido e discutido. Também foi muito contestado, inclusive pelas esquerdas, que não gostavam do sentido que ele dava à palavra proletariado e não admitiam sua visão de que a URSS poderia perder a disputa política e militar. Além do mais, aquela era uma importante e embasada dissertação que poderia contradizer algumas perspectivas de Marx. As direitas também não gostavam de seus escritos porque não respeitavam as leis do mercado. Vão engano de todos eles. Toynbee era apenas um historiador costurando uma das mais excepcionais interpretações das civilizações - e não apenas de história pontual de eras ou nações. Montou ele uma visão conjunta de todas as civilizações, conseguindo estabelecer algumas leis e princípios que pontilhavam todas elas. Pôde, assim, nos ensinar como nascem as civilizações, não através de facilidades, mas como resposta de uma minoria criativa a um desafio que pode ser uma dificuldade do meio externo ou à vizinhan-

ça provocativa. Se a minoria criadora consegue respostas ao desafio (que também não pode ser aplastante) e se encontra repercussão nos seus outros iguais que respondem por mimetismo, constrói-se um núcleo inicial que tende ao desenvolvimento.

Num certo momento da exposição de sua teoria, Toynbee passa a relatar o desaparecimento de civilizações que já se foram e que, no entanto, tiveram o *status* de desenvolvidas, exercendo importantes influências no mundo e conduzindo seus povos ao bem-estar material, moral e espiritual. Todas essas foram grandes (embora, às vezes, só as conhecemos fracionadamente) e luziram no seu tempo, dando muitas vezes aos seus participantes a sensação de eternidade. Poderiam os constituintes da civilização egípcia, no auge de seu esplendor, imaginar que alguns poucos milhares de anos após teriam suas obras enterradas na areia e objeto de *descobertas*? Assim é. Babilônios, também: seus esplendores são, hoje, motivo de estudos, contemplação e exposição em museus, além de peregrinações turísticas e escavações.

Esta é a lei das civilizações: nascimento, resposta, crescimento, apogeu, estabilização, não respostas, declínio e fim. Sempre resta a possibilidade, encontrada aqui e acolá, de renascimento.

Toynbee prova que esse é o natural desdobramento, a longuíssimo prazo, de todas as civilizações. Acompanhamos em largas pinceladas o que mostra, nesse particular.

Ensina-nos Toynbee que, atingido o estado em que não há mais respostas criativas por parte das minorias dominantes, tem início um processo de estagnação e declínio. Depois de um *tempo de angústias*, em que se debatem muitos interesses de domi-

nação, surge uma situação de hegemonia de uma única minoria, porém dissociada da alma dos habitantes internos e externos à sua zona de influência. Parece que estamos vendo, no *tempo das angústias* de nossa civilização, todos os eventos de 1917, 1933, 1939-45 e, daí em diante, a Guerra Fria (bipolar) com seu fim há cerca de uma década, seguindo-se a exegese do poder monopolar com uma minoria industrial-militar dominante. Segundo as linhas do nosso *ensinador*, nesse momento estabelece-se uma condição de divórcio entre o Estado dominante e as populações, de tal forma que três fenômenos ocorrem:

A) A minoria dominante estabelece um estado de paz, sob seu controle e domínio. A isto ele chama de Estado Universal e relembraria a *Pax Romana* e todas as outras semelhantes em cada civilização desaparecida. Globalização é a palavra atual.

B) O *proletariado* externo, formado pelos descontentes externos, provoca ondas bárbaras com alto potencial agressor que vão se apresentando em consequência da acumulação de pressões. A cristalização de uma fronteira militar (que ele chama de *limes*) entre o Estado Universal e os bárbaros é comparada a um dique prestes a romper com estrondo e destruição. Chega Toynbee a contabilizar um total de quatro ataques ferozes para se chegar ao fim da civilização; aos três primeiros, a resposta militar é ainda controladora. Na análise que o autor inglês faz sobre a liberação de forças agressivas longamente contidas, chega a citar Arábia e Afeganistão. E, aí, siderados, nos reportamos à biografia de Bin Laden. Não se trata de profecia, é apenas análise histórica.

C) O *proletariado* interno, altamente descontente, terminaria gerando uma nova

religião superior – uma Igreja Universal, que pode funcionar como câncer ou crisálida. Esta ainda está faltando e não identificamos um horizonte que a mostre.

Um outro fato importante nas relações dos três fenômenos descritos atrás é que o Estado Universal cria facilidades de comunicações internas e armas de guerra que podem ser aproveitadas pelos *proletariados* interno e externo. Essas instituições imperiais podem bem ser identificadas na moderna rede eletrônica de comunicação, utilizável por todos, também pelos componentes da al-Qaeda, e nos aviões com tanques cheios de combustível, explosivo que são potentes armas destrutivas.

São muitos os detalhes do *Estudo da História* que têm relevância na análise dos fatos atuais e que não estão aqui relatados.

Os estudos de Toynbee não podem estar ausentes da consciência crítica dos dias atuais. Parece claro o que ele apurou como *leis* das civilizações, que correspondem a formulações de *ordem subjacente* vistas através da *aparência superficial do caos*. Nesse sentido, Toynbee morreu cedo. Seus estudos, tão iluminadores e tão famosos algumas décadas atrás, simplesmente parecem ter morrido. E morreram tão precocemente que não sobreviveram a muito do que ele prognosticava. Os estudos de Toynbee não sobreviveram até o primeiro choque importante que nossas gerações presenciam, tão espetacular que parece Guerra nas Estrelas. Assim, Toynbee morreu antes de que o previsível fim de Osama Bin Laden se concretize.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 31.12.01, assinada pelo professor José Manuel Jansen.

## A GUERRA SEM FIM E O PETRÓLEO

O país que possuir o controle máximo da informação e da energia dominará o mundo. Obviamente essa afirmação constitui um truísmo, um lugar comum. Mas nem por isso deixa de representar uma verdade, até mesmo porque o lugar comum só o é por constituir uma verdade comprovada e indiscutível. Desde a Revolução Industrial sabe-se que nenhum país poderá ser realmente forte se não dispor de uma poderosa fonte de energia que impulsione o seu progresso. Hoje, com o surgimento da era eletrônica, impôs-se o binômio energia-informação como indispensável para a execução de uma política de poder. Quem controlar esse binômio controlará o mundo.

Essas reflexões ocorrem no momento atual, por estranho possa parecer, em face dos acontecimentos que convulsionaram e transformaram o mundo, após o inominável atentado terrorista contra os Estados Unidos em 11 de setembro. Data que permanecerá como um marco na História contemporânea e que poderá constituir uma virada, um *turning point*, no jogo de poder. Precisamente quando este parecia definido, por muito tempo, a favor do predomínio da potência que surgira vencedora dos conflitos e rivalidades que marcaram a chamada Guerra Fria. Com efeito, a implosão do império soviético parecia ter conferido aos Estados Unidos a unicidade de superpotência. E, em certo sentido, ainda parece, pois no tempo histórico as transformações e mudanças não têm necessariamente um ritmo rápido.

Em certo sentido, repito, uma vez que além de manter seu potencial atômico na integralidade, bem como toda uma tecnologia nuclear de ponta, a Rússia continua detentora da posição de segundo maior exportador de petróleo do mundo. E é disso precisamente que se trata neste momento, a meu ver, quando o esmagamento do Afeganistão vem colocar a Rússia, num golpe de mestre que explica seu aparente apoio aos Estados Unidos, como a vencedora desta guerra. Pois o poder no Afeganistão passa agora a ser exercido pelas forças políticas que os Estados Unidos depuseram na década de 1980, quando, para derrotarem a Rússia, que era apoiada pela Aliança do Norte, ajudaram os talibãs e praticamente os instalaram no poder. Os mesmos talibãs que – ironia da História – propiciaram o terrorismo de Bin Laden e que agora os norte-americanos esmagam para puni-los pelo asilo que concedem àquele chefe terrorista.

Justificável, sem dúvida, era e é essa fúria da potência máxima, diante da inaudita e bem-sucedida agressão terrorista, que o mundo, estupefato, unanimemente, condenou. O mundo, neste incluída a Rússia, o mais novo e inesperado aliado dos Estados Unidos, logo acolhido com esta irrefletida frase do Presidente Bush: *Os russos são, agora, nossos amigos*.

Como acreditar em tão ingênua conclusão, quando se acham envolvidas toda uma geopolítica e essa fonte preciosa e insubstituível de energia que é o petróleo? Pois é disso que se trata, como veremos.

O que o governo de Putin fez foi jogar uma cartada de mestre, sob o pretexto de ajudar os Estados Unidos, num teatro de guerra que, diga-se de passagem, a

Rússia conhece melhor do que qualquer outro país: armou sua antiga aliada, a Aliança do Norte, com tanques, artilharia, helicópteros etc. para derrotar os talibãs que os Estados Unidos haviam apoiado na década de 1980 para derrubar a Aliança do Norte, e, consequentemente impôr à Rússia a humilhante derrota que sofreu e que não pode ter ficado esquecida.

E por que o petróleo? É que, enquanto os Estados Unidos se empenhavam em aniquilar o Afeganistão, numa ofensiva verdadeiramente apocalíptica, destruindo o país, sua força militar e até mesmo sua população civil, a Rússia preparava sua antiga aliada, a Aliança do Norte, para instalar-se no poder, com isso frustrando a ilusão norte-americana de implantar em Cabul um regime inteiramente dominado pelos Estados Unidos.

A manobra russa foi espetacularmente bem-sucedida, pois que a Aliança do Norte, hoje no poder, deixou claro que não abrirá mão do controle do país, sejam quais forem as tentativas de estabelecer-se um governo *legal* no Afeganistão. Onde fica nisso a afirmação de Bush de que os russos agora são nossos amigos? Que amizade é essa que atua fria e deliberadamente em favor dos interesses russos na região, ignorando os objetivos do amigo? Na região, sim. Do que se trata é de controlar a riquíssima bacia de petróleo do Cáspio, que será de importância vital nos próximos anos. Pois a Ásia Central será o principal campo de competição pelo petróleo que, abundante hoje, será insuficiente mais tarde, pelo próprio desgaste e pelo crescimento econômico de países como a China, a Índia (e por que não o Brasil?), com o consequente aumento da demanda dessa fon-

te capital de energia. O que fatalmente ocorrerá em futuro não muito longínquo.

E o que tem a ver o domínio do Afeganistão com o controle do petróleo do Cáspio? Tudo. Pois a produção dessa região da Ásia Central vê-se encerrada por sua mediterraneidade, só podendo ser exportada através de extensos oleodutos.

A Rússia pretende que esses recursos petrolíferos sejam transportados por dentro do seu território. O Irã quer que os oleodutos levem o produto da região aos seus portos, efetivamente o caminho mais curto. Mas o poderoso *lobby* de Israel bloqueia os esforços de Washington para uma aproximação com o Irã. Este, por seu lado, procura, desde 1989, impedir que o Paquistão construa o oleoduto Termez-Karachi. Quando o Paquistão abandonou seu aliado, o regime talibã, após a tragédia de 11 de setembro, Islamabad e Washington esperavam implantar o governo pró-Estados Unidos em Cabul, o que provavelmente abria caminho para o projetado oleoduto.

O que vemos hoje é a Rússia reconquistar sua influência no Afeganistão, refazendo-se da derrota em que os Estados Unidos tiveram importante participação, ao apoiarem as forças, hoje condenadas, dos talibãs. Com essa reconquista pretende a Rússia abrir caminho para as riquíssimas jazidas da Ásia Central e impedir a projetada construção do oleoduto Uzbequistão-Cabul; e daí, através do Paquistão, até os portos do Golfo Pérsico.

Assim, enquanto os Estados Unidos lançam-se numa guerra sem fim contra o terrorismo, arremetendo como um touro enfurecido contra tudo aquilo que lhe parecer obstáculo, a Rússia procura afirmar sua influência na Ásia Central, visando a

um futuro, não muito remoto, em que o domínio dessa fonte capital de energia, que é o petróleo, significará a vitória de uma política de poder.

Os estrategistas do Departamento de Estado estarão enxergando claramente esse magistral golpe de mão daqueles que Bush chama de *nossos amigos*? O futuro nos dirá. Mas o tempo é curto e a História não espera.

O que mais preocupa é que, após a genial concepção do Plano Marshall, pelo qual os Estados Unidos reconstruíram a Europa, por eles em grande parte destruída, não se viu mais nenhuma iniciativa verdadeiramente criativa na política externa norte-americana (com exceção de algumas talentosas acrobacias diplomáticas de Henry Kissinger). A força é sem dúvida importante, e pode ser mesmo capital. Porem não é mais decisiva. No mundo global e informatizado de hoje, a criatividade de uma política externa bem planejada e competentemente conduzida tornou-se indispensável. Não é o que vemos hoje no governo norte-americano.

O poder também passa. Quem viver, verá.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 16.12.01, assinada pelo diplomata Mário Gibson Barbosa, ex-ministro das Relações Exteriores.

## DEFESA E ATAQUE

**O** Barão do Rio Branco já dizia que a rapidez da mobilização e do ataque é a condição da vitória, fazendo o raios X da necessidade de o Brasil contar com um sistema de mobilização nacional capaz de garantir sua segurança diante do

perigo externo e interno. Mas essa condição ainda hoje não é cumprida a contento, já que o Brasil a rigor não pode declarar guerra a ninguém, nem combater com todas as possibilidades, porque não tem como mobilizar todas as suas forças por falta de instrumentos legais.

Para corrigir essa distorção, o governo enviará ao Congresso projeto de lei criando o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), voltado para eventual guerra ou grave conflito interno. A destruição das torres gêmeas de Nova Iorque e o ataque ao Pentágono do dia 11 de setembro chamaram a atenção do mundo para a necessidade da vigilância num mundo cada vez mais fragilizado pela emergência de grupos terroristas dispostos a penetrar nos pontos fracos das defesas nacionais.

No recente 2º Simpósio de Mobilização Nacional, em Brasília, o Ministro da Defesa Geraldo Quintão avisou que é necessário o Brasil estar preparado para situações de emergência, considerando que a paz às vezes leva à letargia e à falta de vigilância. Citou como exemplo o acontecido nos EUA: faltou vigilância, faltou controle, havia liberdade total. Os EUA reagiram, com algum atraso, encaminhando-se para a guerra contra o Afeganistão com apoio diplomático de boa parte das nações do mundo, principalmente daquelas que se sentem ameaçadas pelo terrorismo suicida inspirado no modelo Bin Laden.

O Presidente Fernando Henrique recomendou rapidez a todos os setores envolvidos na elaboração do Sinamob, definido pelo Ministro da Defesa como criação de estrutura para enfrentar evento que sacude o País e exija interação de todos os setores. O Secretário de Logística e Mobili-

## DESTAQUES DA IMPRENSA

zação do Ministério da Defesa, General Joélcio de Campos Silveira, explicou que a futura lei permitirá às Forças Armadas requisitar aeronaves civis para transporte de tropas. Se já existisse a lei de mobilização que permitisse requisitar transporte aéreo civil quando as Forças Armadas foram chamadas a atuar na Bahia, durante a greve dos policiais militares e civis, no último semestre, o Exército teria chegado a Salvador em 24 horas e não em quatro dias, como ocorreu.

Do sistema, participarão as agências reguladoras (telecomunicações, energia elétrica, petróleo e águas), órgãos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta, polícias, hospitais, transportes marítimos, aéreos e terrestres, comércio, indústria, enfim, todos os organismos e todas as atividades que possam contribuir para o sucesso de uma mobilização de urgência. Segundo o Ministro da Defesa, o fato de não existir no Brasil ameaça terrorista não o exime de possuir plano de mobilização. As torres gêmeas demonstraram que não há país invulnerável. A propósito, ele próprio pondera que o projeto voltou a ser ativado não por causa dos ataques terroristas, mas por ser necessidade de todos os países. O momento, no entanto, favoreceu a mobilização.

A ação terrorista nos EUA foi de tal monta, pondo em risco a segurança nacional americana, que seus efeitos logo se irradiaram pelo mundo, incluindo inevitavelmente o Brasil, onde de imediato foi redobrada a vigilância nos aeroportos e em especial na fronteira tríplice com Argentina, Paraguai e Uruguai. As outras fronteiras, incluindo aí a longa extensão amazônica, têm de ser preservadas porque isto signifi-

ca a soberania nacional. Há o precedente de 1998, quando um avião militar colombiano invadiu a fronteira brasileira e, sob a alegação de razões humanitárias (transporte de feridos), utilizou a pista de pouso de Yauretê para combater guerrilheiros na região de Mitu. Brasil e Colômbia estiveram prestes a protagonizar incidente diplomático grave.

A Amazônia, na era do Sivam e da Calha Norte, ainda é uma enorme fronteira desguarnecida, que torna o Brasil vulnerável não necessariamente a invasões clássicas, mas sobretudo às ações de origem externa, envolvendo narcotráfico, garimpo e incêndios provocados e outras agressões ecológicas.

No ataque às torres gêmeas e ao Pentágono, a estratégia terrorista se valeu de muita inteligência e pouco custo. A maior potência mundial se preparava para se defender dos inimigos com a alta tecnologia do escudo espacial antimíssil mas se deixou apanhar de surpresa onde menos esperava. Se o país mais seguro do mundo pode sofrer este tipo de ataque terrorista, toda a política de defesa dos países ocidentais tem de ser repensada. Ficou evidenciada a ineficácia da defesa frente a inimigos ocultos (mas nem tanto), como os terroristas, que não agem com a razão.

No caso do Brasil, cujo efetivo militar é atualmente de 310 mil homens, deve-se atentar para duas estratégias básicas: dissuasão e presença. O Exército reconhece que apenas metade de seus duzentos mil homens se mantém em condições de ação rápida e de pronto emprego. A outra metade se justificaria pela estratégia da presença. Acontece que as ameaças potenciais estão concentradas no Norte, devi-

do à instabilidade dos vizinhos como a Colômbia e à vulnerabilidade da Amazônia. Menos de 20% do efetivo estão na Amazônia, que representa metade do território nacional.

Num folheto distribuído pelo Ministério da Defesa, destaca-se que com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e suas repercussões em todos os continentes se evidenciou que a guerra é assunto vital para as nações, não podendo ficar restrita aos chefes militares. *Assim, os civis, principalmente as elites políticas e econômicas, sentiram a necessidade de participar da formulação e condução da estratégia nacional.* É o que justifica a criação do Sistema Nacional de Mobilização.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 14.10.01.

## FALTA ENERGIA

**A**lgaravia dos que se opõem ao uso da energia nuclear restringe-se aos acidentes em Chernobyl e Three Miles Island (TMI) e ao problema do lixo radioativo. O caso da usina russa é conhecido e suas graves consequências serão sentidas por várias gerações; mas não utilizar energia nuclear devido a esse desastre, que aqui descreve analisar, equivale a não usar avião, automóvel ou trem por causa dos acidentes.

Em TMI houve apenas o seguinte: em 28 de março de 1979, um alarme eletrônico acusou problema cuja natureza foi mal interpretada e, por isso, uma bomba de refrigeração foi fechada manual e erradamente; uma bomba de reserva falhou ao entrar em ação automaticamente. Tam-

bém automaticamente, o reator e a turbinas foram desligados; a temperatura no reator subiu, sucederam-se outros problemas decorrentes do erro inicial e houve vazamento de água de refrigeração, que é contaminada, radioativa.

Três horas depois, todo o sistema estava sob controle e nada ocorreu, mas o famoso jornalista da CBS Walter Conkrite anunciou que fora dado o *primeiro passo de um pesadelo nuclear* e que *uma equipe de segurança nuclear dissera que a radiação na usina atingira nível oito vezes superior ao mortal e era tão forte que passaria através da proteção, com três pés de concreto de espessura, e chegara a uma milha da usina*. Dois dias depois, ele anunciou que *enfrentamos uma possibilidade remota, mas muito real, do derretimento nuclear em TMI... risco enfrentado pelo homem quando mexe com as forças da natureza, tema familiar desde os mitos de Prometeu...* A notícia propalou-se, a cidade de Harrisburg foi evacuada e nasceu o mito da ameaça nuclear.

As comissões que investigaram o acidente e suas consequências comprovaram que as pessoas localizadas a cinquenta milhas do reator de TMI receberam acréscimo de radiação equivalente a 1% da radiação natural recebida anualmente, e as que estavam a menos de cinco milhas receberam mais 10% da quota anual; o Relatório Kemeny, oficial e definitivo, indicou a inexistência de riscos, exceto quanto à *saúde mental dos que viviam na região de TMI e trabalhavam na usina*. Curiosamente, mas sem correlação de causa e efeito, o National Research Council, comprovou a diminuição da incidência de câncer naquela área após o vazamento.

## DESTAQUES DA IMPRENSA

No 20º aniversário desse desastre, em março de 1999, o American Council on Science and Health divulgou relatório sobre o ocorrido; a Unidade 2 da TMI, onde houve o vazamento, opera monitorada, e a Unidade 1 funciona continuamente desde 1985. A TMI é hoje considerada 100% segura. Em junho de 1996, a juíza da Corte Federal da Pennsylvania não acolheu as 2.100 ações impetradas sob alegação de danos à saúde decorrentes do vazamento.

O problema do lixo radioativo constitui problema na medida em que há várias soluções para ele; suponho que a mais adequada seja usar reatores regenerativos (*breeder*), que reciclam o combustível nuclear, geram energia elétrica e produzem mais combustível nuclear. Há vários reatores dessa natureza em operação, no Japão e na Índia, por exemplo; nos Estados Unidos, um reator em Argonne recicla quase 100% do material nuclear. Ocorre que esses reatores produzem Plutônio 239, usado em bombas nucleares, advindo daí as restrições à disseminação do seu uso. Com a escalada do terrorismo, o governo dos EUA, há uma semana, mandou acelerar o término da construção do depósito nuclear em Yucca, Estado de Nevada, em uso há tempo, para ali concentrar todo o lixo existente e, é claro, reprocessá-lo.

Em países desenvolvidos, onde estadias se preocupam com o futuro da nação e não apenas com eleições, estão em análise outras opções para prover energia em larga escala, além da fonte inesgotável e limpa da fusão nuclear por exemplo, em 3 de maio de 2000, o Presidente Clinton sancionou lei do Congresso abrindo vultoso crédito para desenvolver métodos para extrair hidrato de metano do fundo

do mar, substância existente em grande quantidade em suas costas, mais de 10 quatrilhões de metros cúbicos; se apenas 1% for explorado, as reservas americanas dobrarão. O Japão e a Alemanha também cuidam dessa possibilidade.

Nosso problema essencial é que, hoje, o Brasil importa energia da Argentina, Bolívia, do Paraguai e Uruguai (que exemplo de planejamento!) e não possui outra opção, além da nuclear, que é limpa e duradoura; as hidrelétricas têm potencial limitado e supor que energia dos ventos e do Sol, gás da Bolívia, usinas a diesel e bagaço de cana resolvem alguma coisa é não compreender a extrema gravidade da questão.

Mais grave ainda é que, após o festival de sandices de que resultou a desativação do programa nuclear brasileiro, não cogitaram de mais nada nesta Terra dos Papagaios, cujos morubixabas limitam-se a realizar sessões de pajelança para obrigar São Pedro a mandar chover. E às vezes, distraído, o santo manda chover em lugares errados.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 24.01.02, assinada por José Carlos Azevedo, ex-reitor da UNB.

## DUAS DÉCADAS DE BRASIL

**Q**uando os brasileiros descobrem que eu, americano, vivo em seu país há quase duas décadas, a maior parte do tempo casado com uma piauiense, costumam dizer: *Ah, então você já é brasileiro*. Sinto desapontá-los. Na verdade, sou um americano-brasileiro, uma espécie de híbrido das duas culturas. Na verdade por estar há tan-

to tempo fora dos Estados Unidos e por não chegar a ser um *insider* no Brasil, não sou exatamente um *expert* em nenhuma das duas culturas. Mas é precisamente por isso que me sinto em condições de avaliar ambas, de um ponto de vista *forasteiro*.

Essa não era minha intenção em 1983, quando eu me mudei de Berkeley, Califórnia, para um lugar onde nunca tinha estado - o Rio de Janeiro. Esse exílio voluntário não era tampouco uma tentativa de me *reinventar*. Meu principal objetivo era me afastar de tudo o que era americano. Aos 33 anos, eu não conseguia me adaptar à cultura individualista que começara a desmontar na década de 1970, baseada na obsessão pelo sucesso e pelo lema *tempo é dinheiro*. No começo da década de 1980, o sentimento de complacência e superioridade dos americanos em relação ao resto do mundo chegava a seu ápice, enquanto Ronald Reagan ameaçava ampliar a prepotência da política externa do país a extremos inéditos.

E por que o Brasil? As músicas de Tom Jobim, as cenas de carnaval de *Orfeu Negro* e a Bahia de Jorge Amado foram o canto de sereia que me atraiu, com promessas de um país com mais ginga, mais generosidade e alegria de viver do que jamais poderia esperar o puritano que vive em mim.

O estranhamento inicial não durou muito. Pouco depois de desembarcar, eu já tinha assimilado o ritmo do País: chegava atrasado aos compromissos, dirigia como um louco e torcia desesperadamente contra a Argentina em qualquer jogo de futebol, fosse qual fosse o adversário.

Ansioso, passei a buscar uma turma para me livrar da minha solidão e apagar os resquícios de individualismo trazidos

do meu país. Passei a freqüentar a praia, e não um recanto sossegado do Leme, onde eu ficasse sozinho lendo meu livro. Em vez disso me transformei no gringo grelhário, que tentava se enfiar em qualquer grupinho do Posto Nove.

Mas, no fundo, eu ainda tinha dificuldade em assimilar o individualismo à brasileira: estacionar em fila tripla diante de restaurantes e boates badaladas, usar a calçada como depósito de lixo e cocô de cachorro ou fazer de minha casa uma fábrica de barulho, ignorando as reclamações dos vizinhos. Também não consegui me transformar no *homem cordial* - que se esquia de compromissos chatos com um *vamos ver, se der*, ou *pode ser* - ou me transformar naquela espécie híbrida, meio malandro, meio diplomata, que poderíamos chamar de *morde-e-assopra brasiliensis*. Aquela espécie que se comunica com frases como *fico devendo* ou *fica para a próxima* para se livrar de uma dívida ou de um compromisso.

Até hoje, meu traço mais americano é a capacidade de encarar pessoas e situações diretamente e, quando necessário, dizer *não*. Quando faço isso, os brasileiros dizem que sou *objetivo* - eufemismo do *homem cordial* para *mal-educado*.

Existe dentro de mim uma parte puritana da qual não quero me livrar, como a ética protestante do trabalho. Isso ficou claro quando, pouco depois de me casar com Rosa, tentei convencê-la a fazer com que seus dois filhos adolescentes me ajudassem a lavar os pratos - sugestão imediatamente vetada pela família. O que era de se esperar numa cultura em que os filhos de classe média são tão mimados pelos pais e pela empregada da casa que só molham as mãos quando estão surfando.

Mas em outros aspectos tornei-me muito menos americano e muito mais brasileiro. Um exemplo são meus sentimentos anti-*yankee*, que aumentaram tremendamente desde que cheguei ao Brasil. É que é mais fácil sentir a prepotência americana – cultural, econômica, política – estando num país que é sufocado por ela. Por isso, quando ocorreram os ataques terroristas em Nova York e Washington, pude entender o que fez algumas pessoas dizerem *bem feito!*, embora não concorde com essa reação.

Como a maioria dos brasileiros que conheço, acho que a prepotência dos EUA não é justificativa para o assassinato em massa de civis americanos. Por isso, apesar de tudo, chorei ao ver as imagens de 11 de setembro. Afinal de contas, era a minha pátria em chamas. Foi então que descobri que ainda tenho uma forte ligação emocional com os Estados Unidos. Esse laço não vem somente de ter crescido lá, mas das coisas americanas que eu amo, desde o pragmatismo e a energia criativa de seu povo até a liberdade de expressão e outras liberdades individuais que existem lá, quem sabe até quando. Além disso, sei que os EUA são o lugar onde as portas estarão sempre abertas para mim. Há definição melhor para lar?

Apesar disso, o Brasil é o lugar onde eu me sinto em casa, pelas pessoas daqui que abriram seus braços para mim e me mostraram outras virtudes, igualmente admiráveis. Essa parte brasileira de mim absorveu algo da natureza generosa e tolerante deste povo. Basta alguém parar numa estrada com um pneu furado e imediatamente aparecem pessoas de todos os lados, loucas para ajudar em troca de nada.

Talvez seja porque os brasileiros, especialmente os das classes mais pobres, têm um dom: o senso de solidariedade, que os torna capazes de doar seu tempo, bem escasso na cultura do *tempo é dinheiro*.

Creio que estar casado com uma mulher que veio de uma família pobre de Parnaíba, e para quem doar-se é uma coisa tão natural como respirar, forçou-me a ser um pouco mais generoso. Se eu não tivesse conseguido, nosso casamento teria fracassado por falta de reciprocidade. Os filhos de Rosa também me aceitaram de braços abertos, o que é o sonho de qualquer padrasto. Isso fez com que, para mim, ajudar a criá-los se tornasse parte do processo de amá-los cada vez mais.

Vivendo aqui, aprendi a me entregar: hoje, sou uma pessoa melhor. E estou feliz com esse ser híbrido que me tornei. Se decidisse me abrasileirar ainda mais, só conseguiria acrescentar detalhes cosméticos, como abrandar o sotaque ou assimilar gestos típicos como segurar a pontinha da orelha para elogiar um prato saboroso. Seria mais imitação do que assimilação. Para me tornar um completo brasileiro, eu teria de assumir comportamentos e atitudes que não são meus. As forças econômicas e culturais que criaram o *homem cordial* não são as que me moldaram. Qualquer tentativa de me tornar esse tipo de homem fracassaria, além de que significaria sacrificar muito daquilo que eu gosto em mim.

Ser brasileiro, assim como ser americano, é um estado de espírito. E, porque absorvi tanto dos dois países, trago em mim os dois estados de espírito, o tempo todo. Isso não me torna esquizofrênico, mas me força a caminhar sempre entre a

minha pátria e minha pátria adotiva. Nessa corda bamba, os ventos culturais dos dois lados me mantêm em equilíbrio.

Reprodução de artigo de *O Globo*, edição de 13.11.01, assinada pelo jornalista americano Michael Kepp, radicado no Brasil há 19 anos.

## IDEAIS REPUBLICANOS

**O** Velho Testamento, interpretado literalmente, parece pagão. A lei, levada ao pé da letra, é injusta. A Constituição, inconstitucional. As interpretações fundamentalistas transformam virtudes em vícios. A modernidade, cantada atualmente em prosa e verso, começa com três conceitos – indivíduo, democracia e república. O espírito dos nossos tempos, que poderia ser chamado de neoliberalismo, distorce os três.

O indivíduo não é um ser livre com direitos reconhecidos pela lei e autônomo para seguir regras de bem viver. É apenas escravo da própria voracidade – comprar muito, ganhar muito, vencer. A democracia transformou-se em concorrência oligopólistica. Congestionou ruas, televisões e jornais com cartazes e propaganda cuja função mais importante é anular a propaganda do concorrente. A república – a coisa pública – tornou-se incompreensível, exótica como um talibã. Como é possível, num mundo de consumidores e campeões do lucro, que existam coisas públicas, definidas pelos neoliberais como coisas que são de todos e não são de ninguém?

O mar é o mercado onde cada gota de água tem um dono. O espaço público, uma ilha, *falsa de mercado*, sem dono.

Homens públicos, portanto, são suspeitos – o que estariam fazendo no meio das coisas que não têm dono?

A corrupção foi redefinida – é apenas a apropriação de bens públicos para fins privados, por homens públicos. Se empresas tomam conta de bens públicos – praias, praças, conhecimentos e patentes –, é culpa do governo que não sabe fiscalizar. Taxas de juros impagáveis, guerras sem justificativa, desemprego, nada disso é corrupção.

Uma viagem de trabalho sem comprovantes fiscais ou uma visita do presidente interino à cidade natal para comemorar cargo e função são crimes inafiançáveis, responsáveis pela bancarrota do setor público e passíveis de punição.

O setor público brasileiro adaptou-se aos novos tempos. Está amarrado e vigiado dia e noite como prisioneiro em solitária, luz acesa dia e noite. A Lei 8.666, a lei da responsabilidade fiscal, os tribunais de contas, todas as oposições, a imprensa e os parlamentos aguardam ansiosamente o deslize da autoridade que administra coisas que não são suas. O FMI reconheceu a qualidade, a transparência e o controle das contas públicas brasileiras, na mesma semana em que a Enron, que comprou várias empresas estatais brasileiras, foi à falência por fraude nas demonstrações contábeis. Mesmo assim, o mundo inteiro espreita – quando o homem público cederá à natureza e tentará se apropriar do que não é seu?

O Banco Mundial financia projetos destinados a vigiar a corrupção. Os países são elencados por índices de corrupção. Teria havido corrupção, definida dessa forma, na Alemanha nazista ou durante o stalinismo?

O ideal republicano era transformar reis – entronizados pela Igreja, pais de todos nós, onipotentes e, por isso mesmo, culpados de tudo – em homens comuns, com o encargo temporário de administrar coisas públicas. A democracia, transformada em concorrência, destruiu o sonho republicano. O homem público neoliberal é vendido, durante a campanha, como super-homem, capaz de resolver os mais difíceis e antigos problemas do País.

A vida privada dos homens públicos volta a ser tão importante quanto a vida da família real. Não temos o direito de vê-los acordar ou desvirginar a rainha depois das núpcias reais. Mas palácios e parlamentos transformaram-se em *casa dos artistas*, onde são julgados pelas festas a que comparecem, vida conjugal e forma de vestir. São reis eleitos que a imprensa transforma depois dos primeiros cem dias em bodes expiatórios. Não são decapitados como reis. Correm apenas o risco de serem convocados para todas as CPIs e serem presos em celas comuns.

O leitor não deve interpretar o artigo literalmente, sob o risco de transformá-lo no inverso. Deveria, entretanto, levá-lo em consideração ao ler jornais e quando for votar para presidente no ano que vem.

Reprodução de artigo do *Jornal do Brasil*, edição de 12.12.01, assinada pelo economista João Sayad.

#### EUA-CHINA: AUSPICIOSA PARCERIA

**Q**uando existem interesses convergentes, costuma-se dizer que é a *fome com a vontade de comer*. Assim pode ser identificado o florescente relacionamento

comercial entre os dois gigantes; o primeiro, a principal potência econômica, e o outro, a mais populosa nação do planeta. Em nenhum momento da História da Humanidade se viram dois grandes países, do Ocidente e do Oriente, disputantes da liderança mundial, dependerem tanto um do outro. Curiosamente, para manter a incontestável e exclusiva posição atual, os Estados Unidos precisam do mercado chinês, com seus quase 1,3 bilhão de consumidores e imenso potencial de compra. Por seu turno, necessita a China dos EUA não só para colocar considerável parte da sua produção exportável como para os investimentos em todos os setores de atividade. O crescente entrelaçamento econômico-comercial sino-americano, cada vez mais difícil de desfazer, já passou a interferir nas decisões de política internacional de ambos os governos. Isso ficou comprovado no grave caso do avião-espião americano que pousou na Ilha de Hainan, quando, sob a ameaça de retração dos negócios e pressão das multinacionais, em nítido recuo, Washington e Pequim logo encontraram uma solução pacífica para o impasse. A escassez de notícias, na grande imprensa, sobre esse profícuo relacionamento comercial – que ajuda a manter o alto padrão de vida dos americanos e é básico para melhorar o dos chineses –, leva a maioria dos leitores a ignorar a importância desse entendimento para a paz mundial.

Decorridas mais de duas décadas da providencial abertura decretada por Deng Xiaoping, em 1979, tornaram-se os EUA o principal parceiro comercial e o maior investidor na China.

Nesse período, o intercâmbio bilateral registrou a taxa recorde de crescimen-

to anual de 18%, alcançando US\$ 74,4 bilhões em 2000.

Nesse ano, até setembro, mantendo o ritmo e ajudando a vencer o recesso econômico, as exportações americanas para o mercado chinês haviam aumentado 21%, superando US\$ 19 bilhões.

Paralelamente, espelhando a estreita vinculação entre as duas nações, nessa fase de rápida expansão da economia de mercado na China, mantém ali negócios mais de quatrocentas das quinhentas maiores multinacionais dos EUA. São americanas cerca de 10% das 380 mil empresas estrangeiras existentes na China, com aplicações que totalizam US\$ 94 bilhões, significando a maior parte dos US\$ 731 bilhões dos investimentos externos registrados no país, até outubro passado. Agora, com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, será ainda mais acelerada a entrada de investimentos americanos, particularmente nos setores que terão quebrados os monopólios estatais, como os de serviços bancários, seguros, telecomunicações e turismo. Esse alargamento da abertura, benéfico à economia chinesa, está assegurado pelo firme comando do Primeiro-Ministro Zhu Rongji, defensor da privatização e do bom relacionamento com os EUA.

Em destaque, dois setores desenvolvem-se rapidamente na China com intensa colaboração dos EUA, que em contrapartida têm auferido lucros expressivos. Nas telecomunicações, as fábricas locais da Motorola e outras americanas ajudaram a tornar a China o maior mercado para telefonia. Até junho, enquanto os telefones fixos chegavam a duzentos milhões, os celulares, crescendo 42% no semestre, eleva-

ram-se a 120,6 milhões, superando os EUA, com 120,1 milhões. Igualmente, no transporte aéreo as fábricas americanas são as mais beneficiadas com a ascensão da China à condição de principal mercado para aviação comercial. Até 2020, as companhias chinesas deverão adquirir 1.764 novos aviões de passageiros, no valor de US\$ 114 bilhões, credenciando-se a Boeing como principal fornecedora.

Em outubro, reafirmando a boa vontade com os EUA, o Governo chinês indicou duas personalidades americanas, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger e o professor da Universidade de Massachusetts Edward Steinfeld, para o conselho da estatal Cia. de Petróleo Marítimo. Pode-se imaginar a reação do Brasil, caso os dois fossem indicados para o Conselho da Petrobras.

Com a manutenção, este ano, da elevada taxa de expansão das exportações (cerca de 10%), o comércio externo chinês, já incorporando o da Região Administrativa de Hong Kong, vai aproximar-se de US\$ 1 trilhão, superando o japonês e ficando bem perto do alemão, em segundo lugar. Confirmando o índice de crescimento econômico de 7,5%, o Produto Interno Bruto da China, em termos clássicos, vai ultrapassar US\$ 1 trilhão. Porém, pelo parâmetro de Paridade do Poder de Compra (PPC), da moeda, agora também usado pelo Banco Mundial/FMI (o preço do mesmo sanduíche McDonald's em Pequim é um quinto do cobrado em Nova York ou no Rio), o PIB chinês supera US\$ 5 trilhões, situando-se abaixo apenas do americano. Aliás, o próprio Departamento de Comércio dos EUA havia previsto que a China, já a terceira economia mundial, poderia tornar-se a segunda e mesmo a

primeira no início do século XXI. Mais conservadores e modestos, os membros da Academia Nacional de Ciências Sociais, em Pequim, admitiram que somente em 2030 a economia chinesa (com o PIB chegando a US\$ 155 trilhões) ultrapassará a americana (de US\$ 131 trilhões).

Sem dúvida, essa crescente interdependência econômico-comercial tornou-se sólida garantia para a paz mundial. Certa vez, com absoluta propriedade e pragmatismo, o ex-Presidente Clinton afirmou: *A China será potência com ou sem a ajuda dos*

EUA, portanto é melhor ser seu amigo e sócio agora do que inimigo depois. Por seu turno, o Presidente Jiang Zemin, entusiasta das relações sino-americanas, recentemente declarou: *Apesar da existência de algumas divergências, os dois lados compartilham interesses comuns em muitos assuntos importantes para a paz e o desenvolvimento mundial.*

Reprodução de artigo de *O Globo*, edição de 17.12.01, assinado pelo jornalista Carlos Tavares de Oliveira, assessor de comércio exterior do CNC.

## História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial



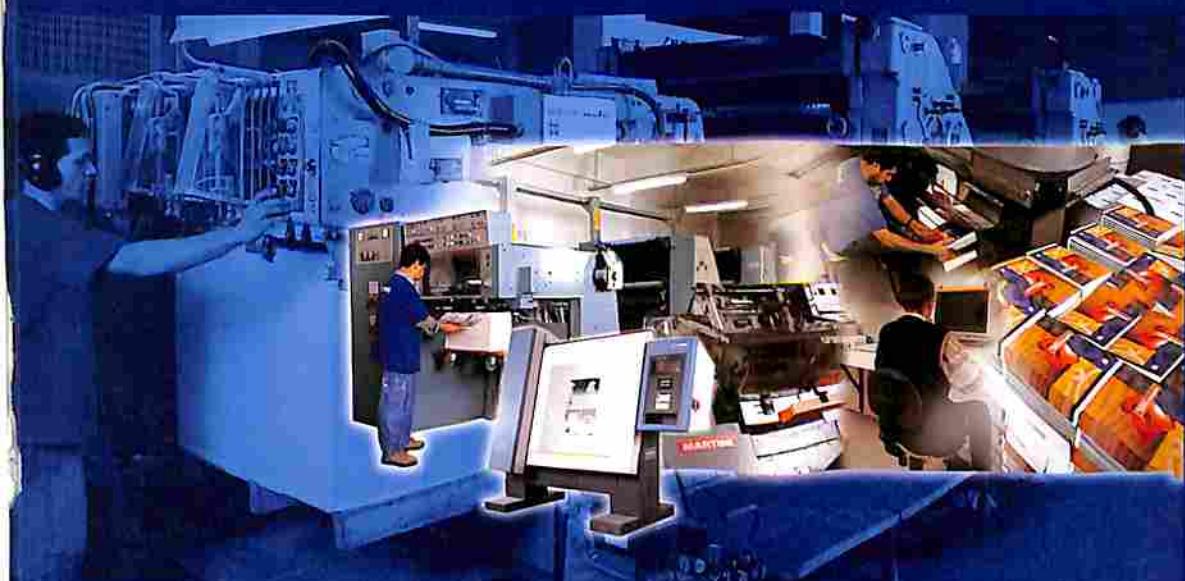
A construção da história da Força Expedicionária Brasileira – FEB, pautada em emoções e vivências com o testemunho dos próprios protagonistas desta fase gloriosa da Nação brasileira, é o escopo deste maravilhoso trabalho.



Biblioteca do Exército

# impressão

Sempre uma alternativa viável,  
dimensionada às suas necessidades.



**SERMOGRAF**  
artes gráficas e editora ltda.

Ligue e comprove a diferença.

**(24) 2237-3769**



# Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço  
dos ideais, dos valores e das  
necessidades da cultura  
militar brasileira.